



Carlos José Cunha Godinho

**Ideologias e Arquitecturas do
Poder em Portugal
(Duas Referências Culturais)**

Volume I

**Dissertação de Mestrado em Sociologia
Variante Poder e Sistemas Políticos**

Departamento de Sociologia

Universidade de Évora

1996



Carlos José Cunha Godinho

Ideologias e Architecturas do Poder em Portugal (Duas Referências Culturais)

Volume I

87271

Dissertação de Mestrado em Sociologia
Variante Poder e Sistemas Políticos

Departamento de Sociologia

Universidade de Évora

1996

Este trabalho não inclui as
observações e críticas feitas
pelo júri

Aos meus Pais

agradecimentos

Muitas foram as pessoas e instituições que me prestaram o seu apoio durante o longo percurso de preparação deste trabalho.

Desejo expressar uma primeira palavra de agradecimento para a professora Maria José Stock, orientadora desta dissertação, que acompanhou o desenvolvimento de todas as fases com invulgar dedicação e um extraordinário rigor, sendo de fundamental importância as críticas e os conselhos que me dispensou.

Gostaria ainda de salientar algumas das pessoas que me ajudaram dentro da medida das suas possibilidades, com a sua contribuição sem qualquer interesse. O Dr. Álvaro Borralho; o Dr. Inácio Grazina, Director do Jornal Brados do Alentejo e restantes directores e colaboradores deste quinzenário; o Dr. Joaquim Sayal, investigador; e a todos os meus colegas de Mestrado, na variante de Poder e Sistemas Políticos;

Ainda uma nota, que é importante salientar, neste momento, que é deixar uma palavra de agradecimento a todos os professores que estiveram comigo na parte escolar do Mestrado; à Professora M.^a José Stock; ao Professor Eduardo Figueira, primeiro director de curso; ao Professor Francisco Ramos, actual director de curso; ao Professor Brandão Moniz; ao Professor Manuel Patrício; ao Professor Casimiro Balsa;

Grande parte da investigação ficou a dever-se às facilidades que me foram concedidas pelos serviços do Centro Cultural de Belém, onde os funcionários das mais diversas áreas tiveram sempre disponíveis para me apoiarem, e por isso, lhes agradeço, na pessoa: gostaria de destacar todos quantos estiveram à frente daquele Centro, neste período, no caso a Professora Maria José Stock, Administradora para a Área Cultural do CCB, os seus secretários Dora e Rui; do director do Centro de Exposições do CCB, Dr. José Teixeira; da Directora do Centro de Pedagogia do CCB, Dr. Isabel França; do Director para a área da Comunicação e Marketing do CCB, Dr. Luís Mendes Dias; da Dr. Isabel Mantoa; do Dr. João Paulo Simões de Almeida, Adjunto Jurídico do Gabinete do primeiro Ministro, António Guterres; da Dr.^a Paula Alexandra Alves, Assessora Jurídica do Grupo Parlamentar do PS; da D. Virgínia Damas, Secretária Coordenadora das Relações Públicas do Grupo Parlamentar do PS; da D. Isabel Vale Figueira, Secretária do Grupo Parlamentar do PS; da Dr. Clara Pinto, Secretária do Grupo Parlamentar do PS; da D. Mafalda Monteiro, Secretária do Dr. Manuel Frexes - deputado do PSD; do Dr. Torres Pereira,

deputado do PSD; do Investigador Machado Pais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa; do Dr. Fernando Pereira Marques, deputado do PS;

Quero ainda registar uma palavra de agradecimento a todos aqueles que aceitaram conceder-me as entrevistas para este trabalho, na pessoas, do Dr. Santana Lopes, ex-secretário de Estado da Cultura, do governo de Cavaco Silva; da Dr. Teresa Patrício Gouveia, ex-secretário de Estado da Cultura, ex-Ministra do Ambiente, do governo de Cavaco Silva, e actualmente deputada do PSD; do Dr. Manuel Frexes, ex-subsecretário de Estado da Cultura, do governo de Cavaco Silva, e actualmente deputado do PSD; do Professor Doutor Fernando Rosas, investigador da Universidade Nova de Lisboa - Departamento de História Contemporânea; do Professor Arquitecto Daciano Costa, da Faculdade de Arquitectura de Lisboa - Universidade de Lisboa; da Dr.^a Idalina Conde, do Instituto de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa; do deputado António Filipe do PCP; do Professor Dr. Orlando Lourenço, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; do Dr. Jorge Ferreira, deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP; do Dr. Joel Hasse Ferreira, deputado e actualmente vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS; do Dr. Pacheco Pereira, deputado do PSD; do Sr. José Albino;

Não posso deixar de sublinhar o apoio, permanente, total e incondicional, que durante todo este processo de realização desta tarefa recebi dos meus pais e família. Sem a sua ajuda jamais teria conseguido chegar ao final.

Évora, Março de 1997
Carlos José Cunha Godinho

Índice geral**volume I**

AGRADECIMENTOS	6
ÍNDICE GERAL	8
LISTA DAS ABREVIATURAS USADAS NO TEXTO, NOTAS E BIBLIOGRAFIAS	11
<u>APRESENTAÇÃO DO MODELO EM ESTUDO</u>	13
<u>INTRODUÇÃO</u>	23
<u>PARTE I</u>	33
<u>SISTEMAS POLÍTICOS</u>	33
CONCEITO EM POLÍTICA	35
1. ARQUITECTURA	36
1.1 PODER E ELITES	36
2. CULTURA	38
2.1 . POLÍTICA CULTURAL	40
3. IDEOLOGIA	43
3.1 IDEOLOGIA/TECNOCRACIA/PRAGMATISMO	48
4. PODER	53
4.1 . LEGITIMIDADE	54
4.2 . SOCIALIZAÇÃO	56
5. REGIME	58
6.1 . PODER POLÍTICO	59
7. SISTEMA	60
7.1 . SISTEMA POLÍTICO	61
SISTEMAS POLÍTICOS COMPARADOS	65
<u>1. O CASO PORTUGUÊS</u>	65
1.1 O TOTALITARISMO E AUTORITARISMO MONOPARTIDÁRIO	65
1.2 SALAZARISMO: UMA IDEOLOGIA POLÍTICA	69
1.3 SALAZARISMO: IDEOLOGIA DE UM SISTEMA DE COMPARAÇÃO	73
1.4 O REGIME	79
1.4.1. DITADURA MILITAR	81
1.4.2 ESTADO NOVO: CONSTRUÇÃO	83
1.5 APÓS 1974 - VARIEDADE NO SISTEMA POLÍTICO	86
1.5.1 FACTOR TEMPO	89
1.5.2 LEGITIMIDADE E ELEIÇÕES	90
1.5.3 ESTRATÉGIAS ECONÓMICAS	91
1.5.4 PARTIDOS E POLÍTICAS	92

2. SISTEMAS POLÍTICOS E AS ARTES	96
2.1 O SALAZARISMO E AS ARTES	98
2.2 ANTÓNIO FERRO O IDEÓLOGO DO PODER	106
2.3 OUTROS IDEÓLOGOS DO PODER	114
2.4 UM SISTEMA POLÍTICO PLURALISTA E O SUBSISTEMA CULTURAL	116
2.5 SANTANA LOPES E OUTROS DADOS COMO IDEÓLOGOS NO PODER	123
2.6 A ARTE COMO SUPORTE POLÍTICO	132
2.7 FENÓMENO ARTÍSTICO: AS SUAS RELAÇÕES COM O SOCIAL	146
PARTE II	149
ESTILOS	149
ESTÉTICA	151
UMA VISÃO À SUA VOLTA	151
O CCB COMO INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO	155
A ARTE E O ARTÍSTA	158
OS CAMPOS E A HISTÓRIA SOCIAL (OS ESTILOS)	161
IDENTIDADE NACIONAL	162
ESTILOS ARQUITECTÓNICOS	167
1. GRANDES EXPOSIÇÕES	168
1.1 EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS QUE ANTECEDERAM A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA.	168
1.1.1 Exposição ibero-americana de Sevilha	169
1.1.2 Exposição Internacional e Colonial de Paris	170
1.1.3 Exposição de Arte Colonial de Nápoles	170
1.1.4 Exposição Internacional de Paris	171
1.1.5 Exposição Internacional de Nova Iorque	172
1.1.6 Exposição Internacional de São Francisco	173
1.2 EXPOSIÇÕES NACIONAIS QUE ANTECEDERAM A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA.	173
1.2.1 Exposição Industrial Portuguesa	174
1.2.2 Exposição Colonial Portuguesa	175
1.2.3 Exposição do Ano X da Revolução Nacional	175
1.2.4 Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX	176
2. EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS	179
2.1 IDENTIDADE NACIONAL E A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA	179
2.2 MORFOLOGIA DO ESPAÇO DA EXPOSIÇÃO	182
2.3 OS SUPORTADOS E VINCULADOS PELO REGIME («ESTADO NOVO»)	191
3. O CENTRO CULTURAL DE BELÉM	193
3.1 IDENTIDADE NACIONAL E O PORTUGAL DEMOCRÁTICO	193
3.2 EXPOSIÇÕES NACIONAIS QUE ANTECEDERAM O GRANDE CENTRO CULTURAL EM LISBOA.	196
3.2.1 A EUROPÁLIA E A CIRCA	196

3.3 MORFOLOGIA DO ESPAÇO	198
3.4 ESTILO/MODELO DE "ARQUITECTURA" EMPREGUE	207
3.4.1 AS OBRAS E A GESTÃO DA SGII/CCB	218
3.5 AS DECISÕES POLÍTICAS TOMADAS PELA SEC	220
3.6 CCB: ROMPIMENTO COM O PASSADO	232
3.6.1 A ESTRUTURA DO CCB: CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES	233
3.6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	237
3.6.3 O CCB UMA CULTURA ORGANIZACIONAL	240
PARTE III	246
CULTURA E PODER	246
1. CULTURA E PODER: AS SUAS RELACÕES	248
1.1 CULTURA: A FUNÇÃO SOCIAL	248
1.2 A RELAÇÃO PODER/CULTURA	249
1.3 PODER IDEOLÓGICO E A CULTURA	254
1.4 O ESTADO COMO "PRODUTOR" DE TESES ARTÍSTICAS	258
1.5 REACÇÕES DE PODER	263
CONCLUSÃO	270
SUGESTÕES FINAIS	275
BIBLIOGRAFIA	277
ANEXOS	281

Lista das abreviaturas usadas no texto, notas e bibliografias

ACP	- Acção Católica Portuguesa
AD	- Aliança Democrática (coligação PSD-CDS-PPM)
AN	- Assembleia Nacional
ANP	- Acção Nacional Popular
APOM	- Associação de Portuguesa de Museologia
AR	- Assembleia da República
CADC	- Centro Académico Democrático Cristão
CC	- Câmara Corporativa
CCB	- Centro Cultural de Belém
CDS-PP	- Centro Democrático Social-Partido Popular
CE	- Comunidade Europeia
CEE	- Comunidade Económica Europeia
CGD	- Caixa Geral de Depósitos
CNCDC	- Comissão Nacional para Comemoração do Duplo Centenário (da Independência de Portugal)
CNCDP	- Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
CUF	- Companhia União Fabril
CULTURGEST	- Centro de Cultura da CGD
CML	- Câmara Municipal de Lisboa
DGS	- Direcção Geral de Segurança
DN	- jornal Diário de Notícias
DR	- Diário da República
EMP	- Exposição do Mundo Português
ENT	- Estatuto Nacional dos Trabalhadores
EN	- Emissora Nacional; Estado Novo; Estádio Nacional; Educação Nacional
ESBAL	- Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa
ESBAP	- Escola Superior de Belas-Artes do Porto
EXPO/92	- Exposição Internacional de Sevilha/1992
EXPO/98	- Exposição Internacional de Lisboa/1998
EUA	- Estados Unidos da América
FBAL	- Faculdade de Belas-Artes de Lisboa
FCG	- Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH	- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FD	- Fundação das Descobertas
FIL	- Feira Internacional de Lisboa
FNAT	- Federação Nacional para a Alegria do Trabalho
FP	- Frente Popular
GNR	- Guarda Nacional Republicana
GIEC	- Gabinete de Instalação dos espaços Culturais
ICS	- Instituto Ciências Sociais
IEFP	- Instituto do Emprego e Formação Profissional
ISCTE	- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
IST	- Instituto Superior Técnico

INCM	- Imprensa Nacional Casa da Moeda
INM	- Instituto Nacional de Museus
IPACA	- Instituto Português das Artes Cinematográficas e do Audiovisual
IPPAR	- Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico
IPPC	- Instituto Português do Património Cultural
ISCTE	- Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa
IST	- Instituto Superior Técnico
JAE	- Junta Autónoma das Estradas
L94	- Lisboa 1994/Capital Europeia da Cultura
LP	- Legião Portuguesa
MC	- Ministério da Cultura
MDP/CDE	- Movimento Democrático Popular/Centro Democrático de Esquerda
MFA	- Movimento das Forças Armadas
MNE	- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MP	- Mocidade Portuguesa
PCTP/MRPP	- Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Revolucionário Popular Português
MUD	- Movimento de Unidade Democrática
OGE	- Orçamento Geral de Estado
ONMEN	- Organização Nacional das Mães para a Educação Nacional
OTAN/NATO	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP	- Partido Comunista Português
PIDDAC	- Plano Investimento e Desenvolvimento da Administração Central
PIDE	- Polícia de Informação e Defesa do Estado
PIVE	- Polícia Internacional de Vigilância do Estado
PPM	- Partido Popular Monárquico
PPD	- Partido Popular Democrata
PR	- Presidente da República
PRD	- Partido Renovador Democrático
PREC	- Projecto Revolucionário em Curso
PS	- Partido Socialista
PSD	- Partido Social Democrata
PSN	- Partido da Solidariedade Nacional
PVDE	- Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RTP	- Radio Televisão Portuguesa
SEC	- Secretaria de Estado da Cultura
SGII (CCB)	- Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários
SNA	- Sindicato Nacional dos Arquitectos
SNBA	- Sociedade Nacional de Belas-Artes
SNI	- Secretariado Nacional da Informação, cultura popular e turismo
SPN	- Secretariado de Propaganda Nacional
TAP	- Transportes Aéreos Portugueses
TLP	- Telefones de Lisboa e Porto
UDP	- União Democrática Popular
UE	- Universidade de Évora
UL	- Universidade de Lisboa
UN	- União Nacional
UNL	- Universidade Nova de Lisboa

APRESENTAÇÃO DO MODELO EM ESTUDO

1. Pôs-se fim à Monarquia, surgindo a República, onde preponderou a instabilidade política¹, que trouxe modificações ao fim de 26 anos. Apareceu o sistema ditatorial que ideologicamente se identificava com o culto do poder da personalidade - "incontestável" - que durou 48 anos. Chegou 1974 e com a Revolução dos Cravos procura-se um sistema livre², democrático e pluralista, com eleições livres a partir de 1976.

Todas as dinâmicas sustentadas e impostas pelo sistema ideológico do Estado na área da cultura levantam, em si, algumas questões sociais e políticas, mesmo que se tenha um conhecimento empírico sobre o assunto.

Foram estes factores que me levaram a restringir o estudo a um caso específico - Ideologias e Arquitecturas do Poder, em Portugal (duas referências culturais).

O que nos levou a pegar nesta temática foi o interesse decorrente do facto de dois equipamentos diferentes terem, na ordem política portuguesa, a maior relevância para os períodos que pretendo estudar.

A opção da escolha recaiu no contexto espacial em que os dois equipamentos se encontrariam, formalmente alojados numa área "reservada" a um contexto cultural e social, que historicamente nos afecta interna e externamente e nos liga de resto do Mundo - via "Descobrimientos" e eventualmente "Descobertas" - numa viagem que apenas este estudo de caso pode explicitar, procurando-se as razões pelo qual politicamente este ponto continua a depender da dinâmica e influência de Portugal no "mundo das artes" - via cultural - operacionalizada pela sociedade civil e empurrada pelas contingências políticas.

Julgamos, por estes factos, justificada a nossa opção pela Exposição do Mundo Português e pelo Centro Cultural de Belém.

¹ Instabilidade imposta primeiro pela mudança de liderança, dentro do quadro político, com a passagem da Monarquia para a República e em segundo com as complicações que um período revolucionário pode acarretar dentro da conjuntura social. As passagens sucessivas dos militares revolucionários pela presidência da república foram algumas das consequências para a crise gerada até 1926.

² Digamos que o período do pós 25 de Abril não foi muito diferente daquele que provocou a implantação da República, ou seja, a sequência de determinados governos provisórios, geradores de uma instabilidade económica, social e política, com contornos pouco definidos, mas por vezes geradores de enquadramentos que legitimam a precessão dos quadros teórico-políticos seguintes. V. quadro 3 em anexo, no final do documento.

2. Explicitado o campo temático e a unidade a investigar, indicaremos a metodologia seguida no que concerne ao objecto em estudo.

A metodologia decorre pela temática em estudo, tendo como ponto de partida duas partes fundamentais: uma primeira fase, de pesquisa documental, segundo a técnica moderna de análise de conteúdo, para análise sociológica das dinâmicas políticas e sociais imprimidas pela Exposição do Mundo Português (EMP-1940), decorrendo, em paralelo, a segunda fase, marcada pela observação participante, referente à análise do Centro Cultural de Belém³ (CCB) e à Fundação das Descobertas (FD) que o gere.

Não deixarei de ter em conta a pesquisa bibliográfica, fundamental para o necessário suporte teórico do modelo, que para Seiler ou Bachelard, podem estar carregadas de subjectividade numa ilusão do saber imediato, sem cair na exposição intuitiva ou descritiva⁴.

A fase exploratória da investigação, efectuada na primeira parte do projecto, serviu para definir os objectivos específicos determinados pelo levantamento das hipóteses - central e secundárias - na perspectiva do equipamento e aspectos da realidade social que é o CCB, tendo por referência o que foi a EMP.

No processo de investigação a metodologia a seguir levou-nos a não emitir juízos de valor, o que poderia perturbar em qualquer momento o processo. Resumir-nos-emos, quanto possível, a uma análise objectiva dos fenómenos dependentes dos equipamentos em estudo⁵, numa análise qualitativa⁶.

³ Não documental, cabendo aqui as entrevistas como técnica auxiliar de investigação. Para Beatrice e Sidney Webb as técnicas de observação personalizada, com uma cuidada "arte de tomar notas", tornam-se fundamentais na investigação sociológica, conjuntamente com entrevistas, documentos e estatísticas.

⁴ Será importante estar atento a este pormenor, pelo que não se passará da simples classificação quanto o modelo descritivo sem se proceder a explicações.

⁵ Sabemos quanto pode influenciar qualquer tomada de juízo de valores ou julgamento ético na concretização do modelo analítico por parte do investigador, na operacionalização do modelo em investigação, todavia, este deve abstrair-se de tal modelo já que pode ser conduzido a distorções da realidade.

Contudo, todo e qualquer modelo de análise dentro de um modelo de investigação, deixa-se cair nas características pessoais do investigador, tanto pelas suas opções políticas como características pessoais. V. Max Weber (1973) O Político e o Cientista, Editorial Presença, Lisboa.

A nosso ver, seria vantajoso que o cientista não se limitasse a um conjunto de factos advogados pela realidade virtual. Um procedimento contrário pode interferir na gestão das primeiras variáveis do estudo, todavia, o aparecimento de novas variáveis podem surgir no sentido de um aprofundamento da matéria em estudo.

Ao longo da investigação abordarei um conjunto de formulações, operacionalizando conceitos, transformáveis em variáveis empíricas e problemas em hipóteses verificáveis.

Para um estudo de caso, onde será exigido todo o rigor, apenas com estes pressupostos é possível uma correcta interpretação de factos.

3. O trabalho preparatório iniciado com a pré-investigação baseou-se na observação indirecta com o acesso a fontes documentais importantes⁷. Fontes que considerámos como primárias, inseridas em notícias de jornais e artigos de opinião, publicados na imprensa oficial⁸ e comunicação social escrita após o 25 de Abril de 1974 (entre 1991 e 1995/6).

Este facto levou-nos à tomada de consciência de que este trabalho se torna singular dentro da temática da Sociologia Política, ligado à área da Cultura. Se alguns dos aspectos tratados estão na área da História da Arte Portuguesa outros faltam na área da Sociologia Política, porque faltam-lhes os factores inerentes às *elites* políticas e à sociedade civil, num conjunto de factores de contingência⁹ determinados, grosso modo, pela situação em que se encontrava o país na área política e cultural, visando as estruturas do passado (1936-1945) e do presente (1986-1995).

A construção do modelo heurístico, para abordar a temática, depende dos diversos materiais reunidos durante a pesquisa para estudo do último equipamento¹⁰ - na perspectiva da sociologia política e cultural - considerado pelos agentes sócio/culturais como de vanguarda.

⁶ "Além disso, e pese embora a opinião daqueles que defendem ser o conhecimento quantitativo mais objectivo do que o qualitativo, consideramos, que como fez Bachelard, que aquele escapa aos perigos que este eventualmente comporta" e referenciou M.^a José STOCK na sua tese de doutoramento. Cf. GASTON BACHELARD, *La Formation de L'Esprit Scientifique Contribution a une Psychanalyse de la Connaissance Objective*, Paris, Librairie Philosophique, J. Vrin, especialmente o cap. XI

⁷ O primeiro passo da investigação foi do tipo exploratório (pré-investigação). Fase que passou pela análise de estatísticas da contabilidade social, de documentos biográficos, de correspondência, actas de reuniões, crónicas, recortes jornais, obras literárias. Esta fase foi de Novembro a Dezembro de 1994, coincidindo com a parte escolar do Mestrado.

⁸ Jornais que nos anos da ditadura se vinculavam ao regime de Salazar, como o "DN".

⁹ Embora não vejamos como princípio debruçar-nos a fundo sobre questões como a economia ou a educação, todavia, estas terão a sua influência em todo o estudo devido ao processo de tomada de decisões por parte do poder político, porque, também, fornecem e operacionalizam factos.

¹⁰ Centro Cultural de Belém.

Optámos por diversas técnicas de investigação em conformidade com cada uma das fases do trabalho¹¹.

A metodologia a aplicar passa por uma investigação periódica, tendo por base a pesquisa bibliográfica¹² e conceitos abordados nas diversas cadeiras durante a parte escolar do Mestrado. Fase correspondente a uma análise dos documentos escritos¹³, para numa fase posterior recorrer a documentos orais¹⁴ e entrevistas a informantes privilegiados¹⁵.

Estando definido os limites do modelo heurístico e os moldes da investigação, torna-se enriquecedor, tal atitude, num processo de investigação exequível como este, pela conjunto de dinâmicas políticas e sociais dependentes de uma área do subsistema como a cultura. Com a definição do quadro teórico, procurar-se-á os factores explicativos que estejam para além da análise do fenómeno em estudo. Será sempre considerado, mesmo que dependente das circunstâncias, o isolamento de factos (variáveis determinadas pelas hipóteses estabelecidas), segundo um número determinado por este estudo de caso. Ao isolar algumas das variáveis, por serem de menor importância ou consideradas desprezáveis numa argumentação

¹¹ Iremos neste campo tomar em linha de conta o que vem de forma explícita referido no livro de Roger Pinto e Madeleine Gravit, *Méthodes des Sciences Sociales*, 1967, Passim.

¹² Para esta fase socorremo-nos de variados documentos escritos, desde literatura, documentos governamentais ou departamentais do sector do Estado, jornais, estudo académicos de outros autores na área política e cultural e notas em revistas nacionais e estrangeiras.

¹³ Imprensa escrita, documentos de arquivo, livros de outros autores, teses de Doutoramento ou Mestrado, literatura de circulação interna em departamento do sector público ou privado.

¹⁴ Tomaremos como recursos fontes com registos magnéticos (radiofónicas, filmes e gravações em bandas sonoras).

¹⁵ A opção são as entrevistas centradas, semi-dirigidas, intensivas, com questões directas e indirectas, para que sejam verificadas as hipóteses, porque são preponderantes para o desenvolvimento, não tão só da pesquisa, como para a continuidade da investigação.

Os entrevistados podem certamente suscitar novos assuntos dentro do mesmo, tendo como opções principais já as seguintes personalidades: Dr. Santana Lopes, ex-secretário de Estado da Cultura, do governo de Cavaco Silva; Dr. Teresa Patrício Gouveia, ex-secretário de Estado da Cultura, ex-Ministra do Ambiente, do governo de Cavaco Silva, e actualmente deputada do PSD; Dr. Manuel Frexes, ex-subsecretário de Estado da Cultura, do governo de Cavaco Silva, e actualmente deputado do PSD; Professor Doutor Fernando Rosas, investigador da Universidade Nova de Lisboa - Departamento de História Contemporânea; Professor Arquitecto Daciano Costa, da Faculdade de Arquitectura de Lisboa - Universidade de Lisboa; Dr.^a Idalina Conde, do Instituto de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa; deputado António Filipe do PCP; Professor Dr. Orlando Lourenço, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Dr. Jorge Ferreira, deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP; Dr. Joel Hasse Ferreira, deputado e actualmente vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS; do Dr. Pacheco Pereira, deputado do PSD; Prof. Dr.^a Maria José Stock, entre outros.

As entrevistas que ultrapassem uma hora devem ser referenciadas, de forma clara, quando for feita a sua análise.

Após a recepção e tratamento de todo o conteúdo das entrevistas, será realizado um questionário que não deverá exceder as três dezenas. Os inquiridos por questionário (modelo único - uniformização das variáveis e indicadores que venham a ser susceptíveis de resposta) será, possivelmente, outra das formas de recolha de dados para uma maior credibilidade na análise de dados

Epistemológica final em Ciências Sociais e Políticas, do estudo começado pode-se aferir de como se concretiza a mobilidade social em redor do assunto específico a tratar, particularmente virado para a cultura (vertente equipamentos).

Durante as fases exploratórias levantaram-se algumas questões, considerando-se como ponto de partida que o evento cultural que foi EMP e do equipamento que é CCB são formas de afirmação política/ideológica (relação poder/cultura)? Conceptualizámos as hipóteses secundárias e os objectivos da investigação, determinando ter uma observação no mínimo participada.

É nesta fase que o levantamento das hipóteses se pode tornar exequível.

hipótese central:

Os equipamentos culturais são formas de afirmação política/ideológica (relação poder/cultura)?

Questão fundamental para enquadrar todos os objectivos e hipóteses específicas antes de iniciar o trabalho no terreno (observação). Para confirmação das hipóteses secundárias:

- O sistema cultural é sustentada pelo poder político e pela sociedade civil;
- A cultura e as artes são uma das bases do poder político (em termos ideológicos);
- O poder das elites (político-partidárias, artísticas e culturais) é reforçado pelo impacto das grandes iniciativas culturais;
- A localização de um equipamento cultural relevante é condicionado por factores diversos e não só pelos factores políticos;

Hipóteses que delimitam o campo de investigação/observação tendo por base o conjunto de pressupostos nucleares do paradigma qualitativo.

Na última fase é dada prioridade à avaliação e análise de toda a informação recolhida. É a partir deste momento que julgo estarem reunidas as condições para definir os vários capítulos da dissertação, bem como a configuração.

Deparamos-nos, ao longo do trabalho, com diversos obstáculos, para além das dificuldades provenientes do próprio tema com a confidencialidade de alguns dados, originados pela curta distância face ao período de tempo em análise, tanto no que respeita aos “actores políticos em estudo”, como no que se refere à nossa própria interpretação¹⁶.

¹⁶ V. Maria José STOCK *Elites, Facções e Conflitos Intra-partidários - O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Évora, Universidade de Évora, 1989 sobre o processo, que o autor reputa como sendo “Kafkiano”, de considerar confidenciais documentos cuja divulgação pode levantar controvérsia ou cujo conteúdo é mais ou menos equívoco, veja-se, David WISE, *The Politics of Lying*, New York, Vintage, 1973, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal* (duas referências Culturais)

4. A análise de Conteúdo¹⁷ durante anos apresentou-se como uma das técnicas eficaz para os estudos da comunicação social e propaganda política associada à sua forma de intervenção. A. House foi quem alterou na forma este tipo de análise, achando que esta se devia estender a outros vectores que não apenas aos da ciência política¹⁸.

Berelson e Osgood, não numa perspectiva de retrocesso, viriam a alterar os mesmos conceitos teóricos e metodológicos com a separação dos campos da linguística, da semântica e da análise de conteúdo.

Nesta perspectiva, a análise de conteúdo permite inferências sobre a fonte em estudo (base explicitada) com recurso a um sistema de conceitos analíticos que permitem estabelecer as regras de inferência. Com a chave do problema à que referir a necessidade de ter por base os objectivos estabelecidos em relação ao objecto em estudo, tendo em vista as inferências sobre as condições de produção. Trata-se da desmontagem do discurso através dos traços de significação, numa dinâmica entre produção do discurso a analisar e a condição de produção da análise¹⁹.

A Análise Estrutural²⁰ analítica foi a que nos apresentou melhores condições tendo em vista o sentido que nasce da oposição entre as várias inferências explicitadas²¹ para isso utilizámos regras dentro do código estruturalista: objectividade, associada e transição²².

pp.79-171; nas mesmas páginas, é feita uma chamada de atenção para os riscos decorrente do facto dos actores políticos poderem criar *pseudo-events*, por enveiosamentos provocados pela vontade deliberada dos próprios nesse sentido, ou pelo simples facto de partilharem uma visão distorcida, porque parcial, dos acontecimentos. Como nota de rodapé de Maria José STOCK, p. 26.

¹⁷ V. nota 1, em anexo, no final do documento.

¹⁸ É a partir desta tese que se faz o alargamento da análise de conteúdo às ciências sociais e humanas, a documentos autobiográficos ou cartas, estando na base o estudo das atitudes e valores expressos pelos autores ou das pessoas a quem se dirigiam.

¹⁹ Esta técnica tem a vantagem de poder favorecer a análise em disciplinas como a história, psicologia ou sociologia, em temas tão diversos como correspondência, entrevistas abertas, mensagens dos *mass media* e outras fontes de informação.

²⁰ V. nota 2, em anexo.

²¹ Para a análise linguística pode-se utilizar a grelha semiótica de Jean Pierre Herron, como cita Jean Renée, tendo por base os modelos culturais na produção do discurso, que andam para além do superficial do tipo implícito.

²² O que na realidade o método estruturalista procura é "revelar a disparidade dos fenómenos, as relações ilegíveis ou diluídas que verificam uma ordem escondida". O incursor de tal atitude metodológica foi Lévi-Strauss quando estudou, o oculto da realidade, nas sociedades primitivas, tentando sempre abstrair-se dos elementos que a compõem visando a articulação das leis relacionais. Factores que o analista procura na leitura da unidade mínima de comunicação, que se apresenta aparentemente desorganizada, ou que escondem estas leis e regras profundas.

O que a análise estrutural faz é a união dos vários lados que unem a componente do discurso, do que os próprios componentes - pode ser feita a planificação do discurso, mas também

A apresentação dos resultados surgem como corolário lógico da metodologia apresentada no *corpus* do trabalho. Ou seja, a travessia feita pela descodificação e dinamização, compadecesse com a antecipação interpretativa que culmina com os comentários finais. Sendo mais claro, a forma do sentido, aparece de uma oposição binária que é adjectivada pela chave do problema. A relação entre a produção (produtor/remetente) e o destinatário legitimam-se no binário posto/oposto.

Como comentário final temos, expressamente, o vínculo político/ideológico a uma situação de produção, onde são, para isso, latentes as expressões ideologia, política e Estado, tendo como sentido mais amplo a visão política do Estado “velho”, mas tão só, na tentativa de se refazer novo. É por assim dizer a face desse novo discurso político, refeito em virtude dos factos externos²³, que se tornam preponderantes na viragem interna.

Análise Categorical

A análise categorial toma por referência a totalidade do “texto” que passa por uma classificação e recenseamento, segundo a presença (ou ausência) do *item* de sentido. Facto que conduz objectividade ou racionalidade dependente da interpretação que carece de aval. No fundo, as categorias são uma “espécie de gaveta ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem”²⁴.

Esta surge por desmembramento do texto que depois é reagrupado analogicamente. Quer dizer, que entre as várias categorizações a investigação dos temas, ou análise temática²⁵, é a que melhor se aplica a discursos directos e simples.

Outras ordens estão na base de tais procedimentos, reunindo à sua volta um certo número de técnicas dentro do sistema, os vários procedimentos dependem da leitura dos “discursos”, existindo, para tal, matrizes e modelos estruturais (simples ou complexos) que conduzem aos desmembramento estrutural. Desmembramento que

de arranjos de salas de aula, ou jardins. Estas exemplos têm Por base a análise de modelos culturais que foram referenciados anteriormente.

²³ Falamos da revolta estudantil em França, em Maio de 68, naturalmente, que o sentido provocatório deixa, acima de tudo, perspectivar a continuidade à obediência ideológica, na base da retórica, mas condizente com as atitudes de Estado. O mesmo tipo de manifestações sociais e políticas tiveram como consequência a revolta dos partidos. Por exemplo o 25 de Abril, em Portugal, que fez a transição entre o Portugal Corporativo e a Democracia.

²⁴ In Laurence BARDIN, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1977, p. 37

²⁵ Com a análise temática (contagem de um vários *itens* ou temas de significação) podemos vislumbrar, num discurso ou frase a unidade de codificação. A enumeração temática, serve para se fazer o levantamento de qualidades ou aptidões que aproximem dos fins a que o leitor se propôs chegar. Este tipo de análise é sobretudo transversal.

conduz a uma reconstrução que na sua forma mais simples se fundamenta na oposição binária.

Afinal, a técnica de análise não se reporta à escolha de qualquer uma de entre as várias técnicas, devendo a escolha recair sobre a que produz mais efeitos no modelo de análise, mesmo que possam as outras entrar no modelo ou sub-modelo inicial.

Tomando por base a oposição que vamos analisar a unidade de análise apresentada. Para o tipo de análise de que temos estado a tratar existem três momentos importantes como se viu anteriormente, agora resta-nos organizá-los Por forma a seguir o método.

1º momento	2º momento	3º momento
- Hipóteses <ul style="list-style-type: none"> • as referidas no ponto anterior 		
Protocolo de Análise	Análise Descritiva	Antecipação Interpretativa
- Explicitação da organização de leitura <ul style="list-style-type: none"> • as leituras foram organizadas de forma a esgotar totalmente a informação que só com a redução da unidade de análise fomos conduzidos à simplificação da estrutura organizacional do discurso. • o segundo passo foi criar as variáveis sociológicas e políticas introduzidas pelo discurso que posteriormente foram remetidas para as categorias já classificadas • após o desmembramento do texto, fez-se a análise estrutural que nos levou à totalidade do discurso pelo sentido de oposição que nos levou à produção do sentido. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saliencia-se as estruturas sociológicas (condutas, ideologias e atitudes) do <i>corpus</i> que nos reenviou ora para um tipo de análise mais descritiva (se horizontal) ou de variáveis inferidas (se vertical) 	<ul style="list-style-type: none"> • nesta fomos conduzidos a uma dedução específica centrada na totalidade do <i>corpus</i>, todavia, "os sistemas de relações, aos sistemas directores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de equivalência, aos agregados organizados por palavras ou de elementos de significação, às figuras de retórica, etc., i. e., todas as relações que estruturam os elementos (signos ou significações) de maneira invariante ou independente destes elementos" (Bardin 1977:205) viriam a introduzir na análise um resultado diferente do inicialmente feito.

INTRODUÇÃO

Os propósitos de dotar o País de amplos espaços culturais - equipamentos onde vão ser vistas e partilhadas as práticas culturais executadas pelo Estado Português - fundamentam-se em conjunturas políticas de ordem estrutural e funcional - delineamento de estratégias governamentais - com o intuito de: difundir as artes em geral (característica principal dos equipamentos) dotando a capital de amplos espaços de fórum; dar uma imagem de Portugal para o exterior (capacidade de integrar os grandes circuitos artísticos) potencializando a cultura portuguesa no Mundo; integrar os circuitos internacionais de difusão cultural, como feiras, bienais, exposições, etc.

Estes equipamentos levantam algumas questões. São estas questões que me propus analisar, partindo do princípio de que a análise tem que tomar em linha de conta os factores de contingência. Porém, não há que concluir de imediato que todos os factores de clivagem são de ordem política ou dependem intrinsecamente da sociedade portuguesa²⁶.

Sem a existência de uma correspondência unívoca no processo, do ponto de vista político e cultural, têm que ser avaliadas outras explicações. Nesta linha reconhece-se a existência de clivagens na estrutura da sociedade civil que não são redutíveis à sociedade²⁷, porque importa reconhecer ao sistema político a sua

²⁶ O processo político ao longo do século XX, em Portugal, tem tido diversas Arquitecturas, consubstanciadas em bases ideológicas diferenciadas. Estas reflectiram-se nas modificações do sistema, vinculadas inicialmente pela Monarquia e numa fase posterior pela República.

²⁷ Émile DURKEIM *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença, Lisboa, 1984 tem, porém, uma outra visão que, tal como muitos outros, autores contemporâneos, afirmam que um facto social apenas é explicável na residência de outro facto social. Corrente que acentua que o sistema político é desprovido de qualquer autonomia, devido a considerarem-se os factos políticos, meros factos sociais, ou seja aqueles que apenas encontram explicação na estrutura social.

autonomia relativa, no quadro do sistema social alargado²⁸, na linha de pensamento de Sartori.

A análise, a realizar, não deixará de incidir sobre os vários factores de contingência e estruturais modelados pelo sistema político moderador, face a arquitecturas ideológicas expressas pelo factor cultural - subsistema vinculativo de estratégias e objectivos políticos - e aceites pela sociedade civil, em contexto lato. Tema específico que traz à tona duas referências culturais, como módulos dos factores históricos²⁹ na compreensão das filosofias políticas, baseados em teses implícitas e protagonizadas pelo subsistema político/cultural.

O processo político ao longo do século XX, em Portugal, tem tido diversas Arquitecturas, consubstanciadas em bases ideológicas diferenciadas. Estas reflectiram-se nas modificações do sistema, vinculadas inicialmente pela Monarquia e numa fase posterior pela República. Porque "só se regressa à grande monumentalidade absurda com os regimes autoritários, no séc. XX, onde desaparecem os parlamentos, desaparece a fiscalização pública"³⁰, e posteriormente com fiscalidade parlamentar, mas em plena democracia.

Reportar-nos-emos, apenas, a factos e dinâmicas desenvolvidas durante a República, em conformidade com as transformações das estruturas políticas e de clivagem na sociedade portuguesa, reflexo do determinado ao longo dos anos pela cenário político expresso. Inicialmente, pelo autoritarismo carismático de um líder - Salazar, Presidente do Conselho - e, numa segunda fase, pelo poder político democrático e multipartidário com sufrágio directo e universal, novamente assente no carisma de um outro líder - Cavaco Silva³¹, Primeiro-ministro. São estes os dois momentos chave.

Consideramos, assim, terem existido dois momentos relevantes na sociedade política e civil portuguesa, do ponto de vista sócio/cultural e histórico/local, com

²⁸ O que se afirma é a interdependência do sistema político relativamente ao sistema social, em consonância com o meio, o qual, para os devidos efeitos, heurísticos ou analíticos, implica que esta autonomia se afirma como absoluta.

²⁹ Quer-se demonstrar que os fenómenos históricos só por si não explicam tudo porque as sociedades globais se apresentam com um número maior de disfunções, resultantes da dispersão do poder político oficial o qual, por sua vez, é eliminado pelo poder oculto centralizado da "máquina política".

³⁰ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

³¹ Cavaco era um homem, politicamente, com ideias que assentavam na liberdade e justiça social, livre expressão do «eu», respeito provinciano da cultura e o resíduo dos valores do tradicional - como o da família", característica, como frisou Vasco Pulido Valente, dos anos 60. Cf. revista "Público magazine" 26 Fev. 95, tendo sempre apresentado o lado bom do «cavaquismo», escondendo, no seu discurso através da retórica, a situação real do país. Todavia, "Cavaco Silva é uma figura de Estado, que introduziu mudanças estruturais" importantes no País. In Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

parâmetros do tipo cronológico e espacial. O primeiro momento está situado entre 1936 e 1945, enquanto o segundo, mais recente, entre 1986 e 1994³². As referências espaciais consistem na EMP, inaugurada em 1940³³, e o CCB³⁴, cuja a inauguração teve lugar em 1992 - visando a presidência portuguesa das Comunidades³⁵ - produto de um fenómeno cultural contemporâneo recente ditado pela jovem democracia portuguesa e criado à luz dos padrões europeus³⁶, depois da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Ambos se localizaram junto ao Tejo, na zona ribeirinha da Praça do Império, em Lisboa³⁷.

Nos anos quarenta, Portugal tinha um regime que assentava num sistema corporativista, diferente dos regimes facistas, que começara na década anterior a traçar algumas das linhas de orientação para este período, exactamente como noutros países europeus, casos da Itália e Alemanha³⁸ muito diferentes do caso português, declaradamente fascistas.

Em Portugal, tínhamos então Salazar, figura polémica que será o cerne de todas as questões.

A alma condutora de Salazar pôs-nos, então, perante algumas interrogações, porque na sua tomada de posse em 1928 disse "Sei muito bem o que quero e para onde vou"³⁹. Pelo que fomos levado a analisar em conteúdo, o nacionalismo

³² Quando limitámos cronologicamente os dois eventos, não foi para dar a conhecer os factos político/culturais relevantes no seu todo, mas centrar o estudo comparativo num caso que funcionará como modelo para futuras abordagens com a mesma temática. Todavia, pensámos que este trabalho pode ser mais um passo na confluência da Sociologia da Cultura com a Ciência Política numa apreensão do fenómeno político.

³³ Na cerimónia de inauguração esteve presente o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar e o Cardeal Cerejeira, entre muitas outras figuras, das quais destacamos estas três, tendo cumprido o acto cerimonial o PR general Carmona, em plena ditadura fascista, para além de toda a CNCDC.

³⁴ Organismo encarregado de difundir a cultura em Portugal, tanto na vertente interna como externa.

³⁵ A inauguração esteve a cargo do Presidente da República, Mário Soares e todo o governo.

³⁶ Tendo por base uma política que privilegiou os efeitos mediáticos com recurso ao «activismo voluntarista», contando por vezes, como refere António Reis, no seus texto sobre a "A cultura, entre o elitismo e o populismo", na revista Finisterra, com prejuízo de uma estratégia coerente e de um planeamento rigoroso para os diversos sectores da vida cultural.

³⁷ Onde se localizava a antiga praia do Restelo.

³⁸ Os mais evidentes, mono-partidários, carregados ideologicamente de dogmas nacionalistas desenvolvidos em redor de uma ou mais figuras, ainda que sempre suportadas pelo cariz de um homem, assumidamente figura de Estado, numa total embriaguez dos povos.

³⁹ Diogo Freitas do AMARAL, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 53. As ideias políticas de Salazar, todavia, sempre deixaram algumas interrogações, como afirma Freitas do Amaral, ou como se interrogou Artur Portela, no seu livro *O salazarismo e as Artes*. É que em comparação com personalidades católicas Europeias da mesma geração, onde se destacam: e passo a citar "Konrad Adenauer (1876-1967), Alcide de Gaspari (1881-1954) [...] e Charles de Gaulle (1890-1970)", Salazar foi o único que não defendeu a doutrina católica, enveredou pelo autoritarismo antidemocrático, diga-se que constrói e mantém uma ditadura. Ou seja, defendia o "Direito de mandar".



populista do estadista, tomando como referência as suas palavras, em 48. Estas, caracterizam bem a sua preocupação pelo populismo e carisma determinado pela imagem analógica de como ele queria julgar os outros, senão a si próprio.

Artur Portela no seu livro sobre o salazarismo e as artes interroga-se sobre estas questões, também eu, fui, em suma, levado a fazer o mesmo. Que relação havia entre o regime e a arte moderna? Existiriam pontos de coerência na política adoptada, durante o estado novo? "E Salazar foi, nesse domínio, só um?"⁴⁰. Quais as divergências entre os que acatavam as teses artísticas, sustentadas pelo estado, e os que não o faziam?

Logicamente, que será a estas questões que poderei dar resposta, tendo a noção que no plano científico, Portugal, vinha de um "panorama de isolamento e de atraso, que um ou outro fulgor ocasional nunca logrou abalar."⁴¹

Em sentido restrito, e como já frisei, o discurso de teor populista, tornou ainda de forma mais prolongada este problema. Por isso "o discurso oficial sempre privilegiou a aproximação normativa e autoritária à sociedade."⁴²

Todavia, a grande fonte de inspiração, insaciável, ligada ao poder, não partia de uma só figura, mas do que vários notáveis considerados pelos que lidavam de perto com o regime. As suas teses filosóficas, algo gradativas, sustentadas pelo modernismo caseiro, viam-se como oposição à corrente modernista baseada em perspectiva pelo que vingava em Paris, onde os oposicionista ao regime se apoiavam. Entre os notáveis estava António Ferro, o jornalista que entrevistou Salazar, que dirigiu o SPN devido às suas teses predominantemente fascistas (enriquecidas pelo exemplo do Mussolinismo, ou de Mussolini por quem tinha uma grande admiração), não deixando de ser, mesmo assim, para Salazar o "entrevistador", em vez de quem "responde" pelo que quer que seja.

A fileira dos notáveis era ainda constituída por Cottinelli Telmo⁴³, Cristino da Silva⁴⁴, Pardal Monteiro⁴⁵ entre outros. Todavia, estes três foram o braço direito⁴⁶ de Salazar para a Exposição da História de Portugal⁴⁷.

⁴⁰ Artur PORTELA *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 12

⁴¹ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991, p. 73

⁴² Idem, *Ibidem*

⁴³ Nasceu em Lisboa (1897-1948). Arquitecto e colaborador permanente de Duarte Pacheco. Foi presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, no triénio 45-48, tendo mesmo assim assegurado o I congresso (1948) da classe. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, pp. 972-973.

Começava-se a desenhar um estado nação à medida de um patriotismo (ir)racional, por isso Artur Portela vê António Ferro como o símbolo das aspirações sustentadas pelo determinismo da génese fascista, em versão "caseira". Tudo, porque este homem seria preparado para tratar a informação e a cultura portuguesa como uma «sumula de cadernos de encargos», em gestão programática de "efeitos sociais directos"⁴⁸, limitada no tempo e na obra, que teve a ver com a EMP onde "para além de critérios puramente estéticos, uma obra pode ser «polemicamente» relevante justamente à luz da sua tão específica localização civilizacional"⁴⁹. E, nada melhor que junto ao Tejo para comemorar o Duplo Centenário da Independência e da Restauração, com toda a pompa e circunstância.

Logo que a EMP acaba e tendo sido "muito do António Ferro nos seus domínios essenciais"⁵⁰, este começa a perder a sua influência para Salazar. Todavia, entre Ferro e Salazar houve "um «casamento» com grande utilidade para o regime, enquanto durou"⁵¹. Os seus préstimos caem redondamente, não conseguindo acompanhar as várias movimentações, desaparecendo o SNP, que dirigia, surgindo no mesmo instante SNI que secretariou, com outros fundamentos, mas que lhe retirava o protagonismo que detinha como figura de estado (de fachada), se alguma vez a foi (para Salazar não foi certamente), e daí até deixar o país talvez de uma forma um pouco frustrante para ele foi um ápice⁵².

⁴⁴ Nasceu em Lisboa (1896-1976). Arquitecto com grande actividade, estando nos grandes projectos de arquitecto, com maior visibilidade para o Estado. Participa activamente na EMP ao lado de Cottinelli Telmo, que veio inclusive a substituir no projecto como arquitecto-chefe na Cidade Universitária de Coimbra, após a morte deste em 1948. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, pp. 907-908.

⁴⁵ Nascido em Pêro Pinheiro, entre Lisboa e Mafra (1897-1957). Autor das mais eloquentes peças de obras públicas, do regime, feitas com Duarte Pacheco Ministro das Obras Públicas. Eficaz e pragmático, marca a cidade de Lisboa com um conjunto de equipamentos imagéticos do «Estado Novo». In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, p. 624.

⁴⁶ A direita era a forma de afirmação política e de base a um assento ideológico expresso em toda a magnitude do regime liderado pelo grande Chefe que enchia tanto os seus textos como os dos restantes correligionários, que nunca se cansavam de dizer que as ideias eram sempre as do Presidente do Conselho.

⁴⁷ Era muitas vezes referida deste modo, querendo tornar o evento cosmopolita. Júlio Dantas em quase todas as alocuções tinha esta expressão, para assinalar a independência de Portugal, sublinhando a soberania do Estado Português. Isto servia para demonstrar ainda a riqueza da nossa história, mas também, o isolamento político a que estávamos dotados nos anos trinta.

⁴⁸ In Idalina CONDE, *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VVAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994, p. 168

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 168

⁵⁰ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵¹ Idem.

⁵² Tornou-se embaixador de Portugal na Áustria e depois em Roma onde veio a morrer em 1956. Logo "o apóstolo, missionário, o homem que levou a verdade ao povo, que a espalhou, a

Tivemos então um grande momento de pausa, onde os modernistas, do contra-regime, começaram a ganhar um protagonismo pessoal e social, com "a irresistível viragem dos anos 60, sócio-cultural primeiro, política depois, lhes foi permitindo aqui e além, em pequenos microclimas isolados, outros tantos tímidos nascimentos."⁵³

Começava-se a desenhar a rotura do sistema, alimentado durante anos pelo partido único, denominado UN⁵⁴, que sustentava cegamente o governo, só que na eminência de ser absorvido pelo descontentamento nacional. Sentia-se as tertúlias metropolitanas e o seu peso, como organizações "hostis", só que silenciosas.

Para além dos problemas internos, continentais, vislumbrava-se o início do conflito colonial, de guerra. No continente assistia-se a um pulsar cada vez mais premente num levantamento sucessivo de questões ideológicas.

Chegava-se a 25 de Abril de 1974, dava-se a revolução com a queda de um regime velho, camuflado, autoritário e sem capacidade de gestão, depois de duas tentativas abortadas. Durante os últimos anos, a sustentação morfológica da ditadura já não dava resposta às várias correntes existentes, e falamos, apenas, na cultura e nas artes.

Alicerçavam-se modelos fertilizados pelo poder revolucionário que exercia o seu protagonismo nunca visto até então. Começava aquilo a que se chamou a revolução dos murais, muitas vezes, pintados pelos mestres outrora encavernados e que exprimiam agora a angústia do descontentamento, pulverizado, no passado, pela clausura maniatada pelo vício que se fazia jorrar, agora, em prol da inovação e progressismo artístico.

Pincelavam-se os grandes murais, dava-se alegrias à imaginação, só que suportada pela fúria ideológica⁵⁵, contudo pouco duradoura no tempo.

transmitiu, a pregou através do país e do estrangeiro, fazendo-a admitir nos círculos políticos, tomando-a conhecida nos ambientes europeus, institucionalizando-a, resolvendo-a em acção," (Quadros 1963:VII) todavia, o seu estatuto não deixou de ser realçado, podendo-se sublinhar o seu carisma, enquanto figura de extrema influência ligada à vigência do estado novo.

⁵³ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, NCM, 1991, p. 74

⁵⁴ Fundada em 30 de Junho de 1930, vem apenas a ter os seus primeiros estatutos em Maio de 32, antes da Constituição. Em Outubro de 33 tem a sua primeira comissão executiva e oito meses depois realiza o I congresso, tendo o segundo apenas dez anos depois. A partir de 36 começa a perder importância política. Com as eleições de 1945, onde vem a ter o pior resultado do «Estado Novo» de sempre, leva Salazar a reactivar a UN como «órgão político» do regime. A partir de 45 contou com diversas clivagens, tendo em 70 vindo a designar-se por ANP. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, pp. 989-991.

⁵⁵ Via-se nas ruas as obras interpretadas pelas forças revolucionárias, do proletariado, casos mais evidentes as do MRPP e PCP. Eram as equipas nocturnas de pintores que faziam agora

Vivia-se um ambiente, propício à causa, só que em movimento estava a criação dos grandes espaços de difusão da arte. Deixava-se a rua, para se entrar no ciclo do mercado da arte.

A arquitectura começava, pois, a desabrochar após uma fase de adormecimento mas alicerçada naquilo que esteve em ebulição durante anos. O clímax chegava rapidamente com as grandes obras, na transformação de uma cidade de Lisboa quase amorfa, digamos sem alterações físicas e estética, de grande significado, mas mesmo assim, sempre baseada em teses expansionistas.

O pluralismo democrático e as correntes geradoras de poder alteravam-se segundo um postulado subjugado a factos novos e ultra-vivenciados. Contudo, e "ao contrário do que periodicamente se anuncia, não há nenhum fim das ideologias, e as grandes referências nesse plano parecem mesmo conservar razoável estabilidade. O que em contrapartida existe na nossa época - e aí estará uma terceira tendência - é a reivindicação de autonomia para convocar, combinar e gerir livremente elementos disponíveis nesses grandes sistemas ideológicos."⁵⁶

A autonomia pressupõe pois dois factos reais, o edificado pelo poder condicionado, mas que politicamente é impulsor de factos, de uma forma gradativa, mesmo assim, apresentados pela variação das regras impostas pela própria sociedade. Julga-se aqui, a vertente cultural suportada ideologicamente pelo aparelho de Estado como fonte de um poder compensatório.

Surgem os grandes centros de decisão, ao mesmo tempo que os grandes espaços culturais, numa linha vanguardista de cultura. O CCB, por sua vez, veio a definir-se como "elemento polarizador da oferta cultural, em vez de ser um agente para criar cada vez mais produções"⁵⁷ como "edifício [o CCB] não se circunscreve à área metropolitana de Lisboa"⁵⁸. Um cartaz para o exterior. Lisboa, como afirma o Arq. Manuel Salgado⁵⁹, um dos projectistas deste majestoso espaço, tinha esta necessidade e outra de manifestar a grandiosidade que foram os Descobrimientos Portugueses. "Por isso pensou-se numa solução que pudesse atender a estas motivações, para além de que se entendia que era também obrigação do Estado

florescer os ideais, baseados nos discursos Marxistas-Leninistas, mas sempre sob o signo da força do trabalho, e predominância do vermelho.

⁵⁶ Cit. João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Commissariado p/ a Europália91, INCM, 1991, p. 80

⁵⁷ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵⁸ Entrevista ao Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵⁹ Para além do Arq. Manuel Salgado, chefe do projecto, o outro autor do CCB é o italiano Gregotti, arquitecto de projecção internacional.

valorizar o património através da produção de obras arquitectónicas públicas de grande valor. Abrindo Portugal ao exterior.”⁶⁰

“Este sentido de evolução funciona, assim, como revelador de potencialidades novas em articular a cultura científica com o sistema simbólico mais global e mais partilhado, e por aí contribuir para a capacidade de escolha colectiva informada.”⁶¹

Todavia, não posso alhear-me de dois pontos fundamentais para esclarecer estes dois momentos da história política Portuguesa neste século. Por um lado as «grandes figuras»⁶² que revelaram um profundo sentido de Estado que foram: no primeiro caso António Ferro, e no segundo, os dois membros da SEC a Dr. Teresa Patrício Gouveia e o Dr. Pedro Santana Lopes. Naturalmente que outros factos externos tiveram influência, na tomada de decisões, se para o primeiro a política cultural fascista no exterior, para o segundo a importância cada vez maior das capitais europeias e a sua ligação há cultura. E, Portugal precisava de um espaço polivalente para assegurar Lisboa capital da Cultura, no ano de 1994, mesmo para servir, penso eu, de teste.

Aqui as relações entre o poder político e a cultura são biunívocas, já que ambas geradoras na esfera social de dinâmicas próprias. Temos depois a dialéctica do poder, e aqui o que funciona basicamente é o estado como produtor de legitimidades e a sua capacidade de mediação, numa sociedade em evolução, como a Portuguesa. Será bom frisar que o poder exercido pelos grupos de pressão é importantíssimo, já que só com os dois pólos se tem uma visão global das várias reacções a este poder exercido pelo aparelho de Estado.

O CCB que inicialmente foi contestado, mais pelos seus custos orçamentais da obra⁶³ e localização, é hoje muito bem recebido no meio cultural, primeiro pela sua programação e em segundo porque é um equipamento dotado de infra-estruturas que servem para a realização dos grandes eventos nacionais e internacionais (grandes exposições e espectáculos; grandes e pequenas reuniões, colóquios e congressos; como serve pelo seu conjunto a possíveis reunião entre a cultura de

⁶⁰ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶¹ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INCM, 1991, p. 75

⁶² “As grandes figuras da história, sem ter uma visão personalista da história, marcam um período, mas se não tem uma sustentação ideológica e dos que o apoiam, em nome de regimes e valores, essa pessoa não faz muito. Existe mais que a mera vontade pessoal” Entrevista ao Prof. Dr. Oriando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶³ Custos que se deveram “em grande parte à falta, em Portugal, de uma tradição de grandes obras” Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

massas, tradicional e a cultura elitista). Parece-nos que a simbiose entre as várias reacções do poder instituído e as políticas governamentais e não governamentais podem convergir para o consumo de uma gestão consentânea com as finalidades que levaram à criação deste equipamento. Os protocolos e acordos com outras instituições concretizam a abertura do Centro a um campo social, que não radica apenas na área da cultura artística mas na difusão de um espectro mais vasto que é a difusão da cultura nacional e internacional.

PARTE I

SISTEMAS POLÍTICOS

CONCEITO EM POLÍTICA

Antes de introduzir os vários conceitos que podem servir para uma melhor compreensão deste meu trabalho de investigação, gostaria de deixar estes apontamentos preliminares.

Para a compreensão de qualquer estudo de caso, como o presente, é fundamental a noção concreta do conjunto de pressuposto enquadrados na definição de uma ideologia e “actividade” desta arquitectura como “prática” ideológica e cultural. Assim, partimos do princípio que era, restritamente, óbvio, condensar, logo no início deste trabalho de investigação, numa fórmula simples, mas concreta, o número suficiente de conceitos, para uma orientação em redor desta dissertação sobre “Ideologias e Architecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)”.

De um conjunto vasto, apenas me restringi a conceitos como:

CONCEITOS	Relações
<ul style="list-style-type: none"> • 1. Arquitectura • 2. Cultura • 3. Ideologia • 4. Poder • 5. Política • 6. Regime • 7. Sistema 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ver Poder e Elites ⇒ Cultura Política ⇒ Ideologia, Poder e Cultura ⇒ Ideologia/Tecnocracia/Pragmatismo ⇒ Legitimidade ⇒ Socialização ⇒ Ver Política Cultural ⇒ Poder Político ⇒ Sistema Político
<small>AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Architecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i>, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996</small>	

Ao longo das páginas seguintes, irei passar à concretização da definição de cada um em particular, deixando nos casos apresentados a relação necessário e evidenciada neste quadro, do ponto de vista do discurso sociológico.

1. ARQUITECTURA

1.1 Poder e Elites

O poder que se pode pressupor existir está associado a um outro poder, o das elites, visto que o «equilíbrio social» vem depender da «circulação das elites»⁶⁴ dentro do campo.

Longe das concepções marxistas, na relação das elites está Pareto, fazendo a distinção entre as *elites* (associadas às minorias) e as massas. *Elite* como categoria social, onde se podem ver os grandes artistas ou os homens de Estado, entre outras possíveis. Este sistema configura a sociedade no carácter da *elite* (nem aberta nem fechada). Para o mesmo autor, tendo sido abandonada tal teoria, retomou a tese das elites mas virada para os indivíduos que exercem funções dirigentes, dividindo-as em duas classes: as *elites* governamentais e as *elites* que desempenhando papeis fundamentais na direcção do Estado não governam. A *elite* do poder que existe e governa, em qualquer tipo de regime ou instituição económica associada provocando a desigualdade, não é nem eternas nem estáveis. Quer dizer que a classe dirigente procura manter-se no Poder recorrendo a força⁶⁵, quando necessário, ou ao poder intelectual que garanta a submissão das massas. As *elites* só mantêm o Poder quando lutam pelas suas posições para manter a vigência no topo hierárquico deste campo. M. Weber, tem outra concepção, estando virado para a o campo da dominação e da legitimação do Poder (Estado determinado pelos partidos e parlamentos)⁶⁶.

A partir deste apontamento, poder-se-ia jogar com vários cruzamentos dentro do Poder, desde que definido e restringido o campo. Todavia, o queremos, é apenas destacar a «elite do Poder» como a Whright Mills a analisou, nos seus estudos, num

⁶⁴ Cf. Jean TOUCHARD, *História das Ideias Políticas - do liberalismo aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 169

⁶⁵ Cf. Vilfredo PARETO, *Compêndio di Sociologia Generale*, Torino, Einaudi, 1978

⁶⁶ V. Max WEBER, *Économie et société*, tr. Fr., Paris, Plon, 1971

cruzamento entre o poder e a elite política⁶⁷, sem destacar outras elites com campos que podem interferir no fenómeno.

AS ELITES			
TIPOS	PODER	TESES DE AUTOR	
Oligarquia	soma zero	R. Michels	homogéneas
Poliarquia	disseminado	Robert Dahl	não homogéneas
AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i> , tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996			

O que se constata no quadro em cima é que na poliarquia, as elites, dentro do estrato político não são homogéneas, podendo-se verificar que o caminho da democracia pluralista é uma realidade, porque os controlos passam a existir entre governantes e governados, devido à competição política que é alimentada por cada uma das partes.

Só com David Easton é que se chega a uma concepção sistémica da política, com articulação. Mais tarde, Talcott Parsons converte a teoria da acção, numa teoria sistémica, em que a política funciona como um dos subsistemas, "votado particularmente à prossecução dos objectivos e à mobilização dos recursos para os realizar, e tomando o poder como meio de troca ou como símbolo de comunicação e não do zero"⁶⁸.

Mas as *elites* não são uma comunidade, porque não há fronteiras entre a *elite* política, cultural ou económica, e quando se fala da *elite cultural* é importante ter em conta que são vários pólos, como referência. A *elite* contemporânea constrói-se numa "estrutura do próprio campo, sendo extremamente clivado"⁶⁹. Mais "o acesso à cultura não deve ser um acesso condicionado, *elitista*, dada a uma área cultural"⁷⁰

Nas elites políticas ou burocráticas há uma consciência de que para além das *elites artísticas* do contemporâneo, micro-grupos, estas se resumem a meia dúzia de galerias, de artistas e de críticos. Mas se nas *elites* políticas existe a pluralidade, com os jogos de sobreposição, de compromisso, de clivagens, também nas *elites culturais* existe, é o que define o lugar simbólico do campo.

O duplo efeito da conjuntura e avaliação do mercado e o efeito de geração, que é muito característico, nos processos de substituição das *elites* políticas e no processo de renovação, transformação dos campos artísticos, é clássico no campo

⁶⁷ C. Wright MILLS, *A Elite do Poder*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981

⁶⁸ In Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, p. 93

⁶⁹ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁰ Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

das artes plásticas, onde cada grupo vai relegar o outro, anterior, para precursores, como forma de envelhecimento histórico dentro do campo. Quando se fala em Centro Cultural, tem que ter em conta o jogo de influências no equipamento ou administração deste tipo, é um jogo que vai viver entre o encontro de *elites* diferentes, pois “não há um centro cultural como uma comunidade, há é uma fractura pura e clivagens profundas”⁷¹. Torna-se por isso muito característico das *elites* o «assalto» aos lugares institucionais do próprio campo, isto significa que passado o tempo das heresias das marginalidades carismáticas onde é normal que os grupos procurem a sua alcoragem institucional.

2. CULTURA

O conceito de «cultura» pode ser entendido como bastante vasto, todavia para Tylor nele podem entrar “os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes, e todas as outras aptidões e hábitos.”⁷² Já para Durkheim o mesmo conceito estreita-se pois vem apenas ao encontro das maneiras de «pensar, de sentir e de agir»⁷³. Levando em conta também o pensamento de Duverger há a considerar os aspectos materiais e intelectuais, num assentamento de classificação, para além, da simples enumeração que se possa apresentar.

O que interessa salientar é precisamente os modelos inerentes aos processos utilizados, como incremento das hipóteses avançadas pelo processo cultural, por via institucional ou tradicional, se baseadas na conceptualização de modelos imergentes do «*status*» corporativo das instituições ou dos cooperantes de forma ajuntada às perspectivas endógenas dos agentes culturais activos na divulgação e promoção de tais frisos culturais. O conjunto modelar pode, em suma, ser aferido pelo positivismo Comteano⁷⁴, visando o «progresso»⁷⁵ e a estabilidade nos comportamentos

71 Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

72 Cf. Maurice Duverger, *Sociologia da Política*, Coimbra, Almedina, 1983, p. 88

73 Idem, *Ibidem*, p. 88

74 Auguste Comte foi o precursor do positivismo, doutrina filosófica, que se baseia no princípio do conhecimento partindo do observável e ater-se ao mesmo.

75 Com a mesma filosofia, todavia, radicalmente, mais positiva, foi o que o liberalismo brasileiro utilizou através do positivismo com as palavras que ainda hoje são sustentadas na sua bandeira «ordem e progresso». Em Portugal, o mesmo positivismo teve como fase mais progressista a da I República.

concretos que advêm dos paradigmas no interior dos vários quadros culturais apresentados⁷⁶.

Outros autores, dão maior relevância aos subconjuntos culturais, de onde emerge a noção de cultura política e cultura cívica. Duverger adiciona a este conjunto de atitudes e «ideia do cultural», a intervenção dos actores sociais, através dos papéis a que cada um está sujeito, exteriores mas alicerçados na teoria da consciência colectiva e individual⁷⁷. Seguindo tal teoria, a influência dos meios de comunicação social e os meios políticos em interactividade com o vínculo ideológico vigente, criam os suportes dos modelos culturais (de consciência colectiva, na base dos papéis sociais cumulativos) sem reversibilidade. O papel preponderante dos *media*, nas sociedades modernas, provoca em última instância a subversão dos mesmo papéis sociais, por influência colectiva externa aos sistemas, porque os parâmetros sociológicos não actuam de forma sistémica. Para o caso, visto numa perspectiva física, a cultura apresenta-se quase sempre sobre a forma cinética, de energia alternativa. Os meios políticos, por sua vez, dão sinais de abertura interna, dentro dos papéis sociais e comportamentais dos seus actores, mas não actuam para além dos *lobbies* e dos grupos de *elite* corporativa. Desempenham, em face do apresentado, um conjunto «cultural normativo», porque instala-se a conservação da consciência colectiva, sem exteriorizações e sem coerções sustentadas pelo sistema. Politicamente, «cultura» é o transporte entre a cadeia mais pequena da consciência individual e a colectiva, através dos valores, atitudes, crenças e receitas inertes ao sistema em vigor. Para o caso, este transporte não é mais que a realização adjectivada da ideologia que está ao serviço do pensamento e da acção que Durkheim refere.

A cultura está sempre num sentido derivado de múltiplas incidências, que podem ir desde os aspectos geográficos até aos factores de contingência política e das artes. Aqui, podemos-nos ocupar das incidências da mobilidade do discurso (para o caso em estudo) político, tomando em linha de conta o culto da personalidade e

⁷⁶ O mesmo é dizer-se que a cada «colectividade» corresponde uma «cultura», mesmo que a cada caso seja somado o conceito de «sub-cultura», «contra-cultura» ou «cultura de massas» que apresentamos de uma forma mais desenvolvida na última parte deste trabalho.

⁷⁷ Como define Eduardo Lourenço, em *A Cultura na era da Mundialização*, In M.^a de Lourdes Lima dos SANTOS, *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do ICS-UL, Estudos de Investigação, 1994, pp. 19-25 a ideia do cultural é uma ideia moderna, e que se enquadra numa corrente, muito mais recente, vista pela modernidade cultural. Os EUA por exemplo tentam neste século através das suas correntes artísticas e culturais, do cidadão americano, mundializar o cultural, através da imposição das suas representações sociais. São os ícones e todos os produtos comerciais que legitimam o usos de uma cultura, com toda a carga de

dos costumes e estruturas sociais, ligadas às artes, num contexto restrito da arquitectura. Neste aspecto o contexto pode ser representativo para creditar um determinado contexto sócio-cultural em redor das instituições⁷⁸ numa relação de fundo que pressupõe sempre um produto onde existem constantes inter-relações⁷⁹.

Indo para o campo do culto da personalidade, radicado no seu paradigma, ressalta do conjunto a permanência da realidade cultural subjacente. Aquilo a que chamaremos uma arquitectura do homem político e, mais, um conjunto de estruturas nucleares para governo dos princípios da cultura existente sobre aquela que é fornecida pela relação da criatura-criador. Chegando a este princípio, podemos ordenar as várias ordem que o poder transporta para as instituições. Estas legitimadas aparecem como um dos suportes do Estado para a governabilidade do sistema. Esta governação derivada assenta numa linha directora comum que é a transmissão de valores políticos e culturais representativos dentro das práticas ideológicas/institucionais dadas como elos condutores entre dois mecanismos: o da administração do Estado e das entidades privadas. A cultura do Estado deriva, Por isso, das fracturas feitas entre as duas partes, ou convergência das políticas económicas e sociais entre o Estado e o privado, conforme a base ideológica existente.

2.1 . POLÍTICA CULTURAL

Apesar da fórmula por vezes parecer ambígua, quanto à sociologia política, é necessário definir uma fórmula para a noção de política. Essa fórmula baseia-se nas grandes orientações institucionais, reconhecidas pelas atitudes, práticas e discursos conduzidos pelas «classes dirigentes» (políticos em exercício - governantes e oposições partidárias). Quanto a este aspecto, M. Weber sublinha a importância que advém do Poder de dominação (no âmbito da sociologia política) definido pelo modelo de Estado imposto ou coadjuvado pela fórmula ideológica introduzida no sistema.

Noutra linha Marx, ainda define os pressupostos políticos pela imposição de uma dominação da «classe política», e redefiniu o mesmo quadro face ao grau de

“des-ideologização”, contra outra cultura. Dependendo para tal, dos domínios intelectuais e de afirmação pessoal Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 133

⁷⁸ V. João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 16 pois este autor sublinha que as instituições são definidoras das realidades sociais, sendo Por sua vez a realidade social “um processo de criação de instituições.

concentração do poder económico, numa relação dialéctica entre poder económico e o poder político, que vão de encontro com a natureza da ideologia axiologicamente determinada⁸⁰. Para o caso em estudo, seguindo a linha progressista de estudos sociológicos políticos a partir dos anos sessenta, não estudei apenas as influências de dominação, mas os aspectos de mobilização social, tomando como referencial as políticas públicas incorporadas nos processos de tomada de decisão. Em virtude de tais factos, não vamos reduzir, este enfoque, a uma perspectiva institucional, mas a um exame dos processos políticos a partir da sociedade, partindo das hipóteses levantadas no ponto 3 - Apresentação do Modelo em Estudo.

É de salientar que pelo facto de se introduzir genericamente o termo sociedade vamos resumir-nos a um contexto particular da vida política portuguesa e a um campo particular que é o espectro cultural. Aqui, focamos as relações políticas face a um evento (EMP-1940) e um equipamento (CCB-1992) num quadro que parece por princípio invertido (relação poder político - poder social «corporizado pelas *élites* artísticas»), contudo, não deixaremos de destacar o poder de tomada de decisão face a um paradigma institucional em que este Poder se torna «acção», no caso presente, pelas marcas simbólicas que são as «obras de regime»⁸¹.

Teremos, com este tipo de discurso, que recorrer aquilo que é o espectro da «propaganda política»⁸², porque, a acção simbólica dentro do quadro definido, deriva primeiro de uma política desenhada para deixar uma marca histórica, política e social de uma personalidade (interpretada pelo seu carisma) tanto para um caso como para outro, depois de uma política cultural conduzida de forma a institucionalizar o campo de convergência das marcas ideológicas. Razão que nos levou a sublinhar este quadro, segundo uma arquitectura ideológica de finalidades culturais, partindo das conclusões político-culturais introduzidas face à luz da história, do social depois, e finalmente da política. Ao exposto juntou-se o pragmatismo ideológico que abordaremos no ponto 3.1, dos conceitos.

A política cultural pode ser definida pelos agentes intervenientes nos processos de culturação, como pelo *corpus* institucional que fragmenta as leituras da

⁷⁹ Idem, p. 17 onde a relação "é produção das instituições; e a relação é a prática".

⁸⁰ Querendo dizer que «a ideologia faz organicamente parte de toda e qualquer totalidade social. [...] Só uma concepção ideológica do mundo pôde imaginar sociedades sem ideologias. [Por isso a ideologia] é uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades» Louis Althusser, *Pour Marx*, Paris, Maspero, 1965, p. 240

⁸¹ As obras de regime, ou de fachada, estão ligados ao carisma das pessoas "porque a pessoa quer ver-se nelas, gostam que o seu nome fique, pois nenhum comportamento é ingénuo, mas instrumental" Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁸² Propaganda que definiremos no conceito de ideologia, ponto três.

produção estética - no discurso, na "obra arte", na realidade social e na organização estruturante da ideologia. A arte passa a ter uma finalidade social, ideológica, religiosa, moral ou política, mesmo que em contextos políticos de sociedades com participações ideológicas diferente. Porque a arte tem um aspecto social, que parte do valor intrínseco da mesma, pelo simbolismo estético que apresenta, derivado não da finalidade mas do produto que a mesma representa.

Gostaríamos de salientar, nesta restrita relação, os aspectos referentes à sociologia da Arte, tendo em vista uma avaliação das políticas culturais. Os primeiros trabalhos nesta área de investigação sociológica orientavam-se para o «consumo cultural» que se prescreve nas definições das políticas culturais inerentes aos processos políticos evidenciados pelo(s) Estado(s). Foi Bourdieu e Darbel, os precursores dos primeiros estudos científicos sobre esta temática⁸³. Mas, o que importa aqui, é que o Estado-providência cultural é que provocou a protecção cultural dos criadores através de uma intervenção dos poderes públicos e privados⁸⁴. Realidade que tem a ver com os próprios mercados e as morfologias das produções artísticas, face aos mercados e políticas culturais⁸⁵. Facto, que conduziu Bourdieu à definição de «campo artístico»⁸⁶ numa articulação das estratégias dentro do sistema (político e ideológico do Estado), enquanto Becker se vira mais para a interacção entre os actores que cooperam na «produção social» do «valor artístico»⁸⁷, descritivos dos vários quadros de descrição e de interpretação cultural do campo da Arte. Na integração das experiências passadas da criação artística, o campo (veja-se como exemplo o campo da arte) produz uma simbiose entre o património físico e simbólico⁸⁸ que aí foi produzido, convertendo-o numa história reiterada do campo. O novo artista (integrando este universo social) de sólidas competências técnicas, mas também sociais, é "obrigado" a conhecer essas experiências como principal competência do seu *métier*. Com efeito, o campo da criação apela a que aquilo que é

⁸³ V. Pierre BOURDIEU; e, Alain DARBEL *L'Amour de l'Art, les Musées et leur Public*, Paris, Editions de Minuit, 1966

⁸⁴ Como exemplo temos: Públicos para o caso Francês e privados para o dos EUA.

⁸⁵ Reymond MOULIN, (dir.) *Sociologie de l'Art*, Paris, Documentation Francaise, 1985

⁸⁶ V. Pierre BOURDIEU, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Editions de Minuit, 1979

⁸⁷ V. Howard S. BECKER, *Outsider. Études de Sociologie de la Déviance*, Paris, Flammarion, 1988

⁸⁸ Numa teorização de Bourdieu dentro da correspondência absoluta entre universos sociais, com esquemas de funcionamento que resultam de estruturas e evoluções sociais diferentes, temos formas de penetração de capital físico e/ou simbólico que não são iguais quer se fale da arte, do direito ou da política. Visto que para a sociologia o que interessa é objectivar a necessidade de produção desse discurso, muitas vezes meta-social.

hoje produzido não possa ser igual, copiado, daquilo que foi produzido ontem⁸⁹. A sociologia da arte aparece numa dialéctica com a sociologia política, numa relação biunívoca, pois a(s) arte(s) ao definirem um espaço cultural, não se afastam das premissas das políticas conjunturais de um Poder condicionado, também, pelos primeiros «efeitos sociais» dos próprios criadores.

3. IDEOLOGIA

O termo ideologia, de origem pré-marxista, prefigura-se como a «ciência das ideias». Para Marx e Engels no essencial, tomando em linha de conta a «ideologia Alemã», a mesma terminologia vem designar, em suma, o fenómeno ideológico, na sua figura total, que implica a concepção da ideologia como um sistema elaborado de representações ou ideias, na base da consciência colectiva, mas vinculada pelo homem na sua forma total⁹⁰. A concepção de Marx reside na concepção de uma prática materialista⁹¹.

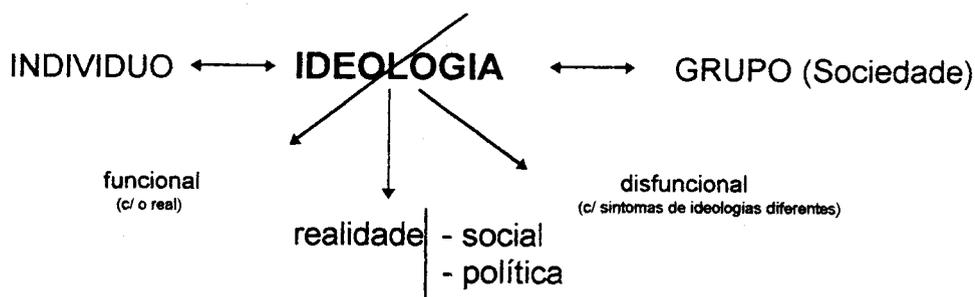
A ideologia é um conjunto de crenças e de conceitos, no normativo e factual, que explica o envolvimento social aos indivíduos e grupos que a defendem. É a explicitação da realidade social no seu conjunto, tendo por finalidade o conjunto de ideias, na base das noções e valores, dos elementos mais racionais, segundo a simplificação dos esquemas que servem de *output* da realidade expressa⁹².

⁸⁹ A esta prática associa-se, quanto melhor, o desempenho social e técnica do criador, quando contrapõe o seu trabalho pela negação da imitação a trabalhos anteriores.

⁹⁰ As ideias vinculadas na base do pensamento filosófico, do discurso político, onde se consegue inscrever a oposição ciência/ideologia, através do dogmatismo, retórica, ilusionismo, imaginário e as oposições com o real. Isto é, "a ideologia deve ser encarada não só na sua dimensão teórica-abstrata, mas também na sua dimensão política-concreta, para desse modo se proceder à classificação ideológica dos regimes políticos" V. Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, p. 56

⁹¹ Marx expressa nestes termos uma opinião contrária à de Hegel, baseada na cultura do Espírito e da Mente, mas nas forças de desenvolvimento económico, considerando-as como motoras da produção material e que dominam o desenvolvimento mental - nas ideias próprias, na religião, na política, nas várias vertentes da vida humana. Marx chegou a considerar o Espírito Hegeliano como "uma abstracção metafísica, meramente especulativa".

⁹² No fundo o que a ideologia faz é perpetuar e reforçar as estruturas da sociedade, chamadas «superestruturas», medidas no enclive das normas, valores e conceitos que têm origem nas forças políticas emergentes do sistema vigente.



O conceito de ideologia pode ser mais restrito ou mais lato, mais vasto ou mais difuso, todavia depende do grupo que a aplica como *movimento* dentro da variedade de situações incorporadas no sistema.

A ideologia de um determinado grupo (sociedade ou social de classe) pode ser compreendida pela *mentalidade* gerada em redor do conjunto de opiniões e representações colectivas menos deliberadas e reflectidas que as ideologias. De outra forma pode-se perceber que este conjunto de *mentalidades*, pode ter na sua base, o papel ocupacional ou o conjunto das subculturas que gerem os conflitos entre o indivíduo e a sociedade⁹³.

Para Marx a relação entre o domínio das representações e o da realidade, compreendida entre a dialéctica da mentalidade do colectivo e do individual, tem uma explicação mais consistente quando explicitada a partir das relações reais existentes na sociedade civil. Nesta linha «o marxismo será materialista, enquanto as filosofias que defendem a tese contrária serão idealistas». Todavia, os marxista, de hoje, aceitam como tendo a «ideologia marxista» para se referirem às concepções filosóficas das sociedades existentes, no quadro global definido⁹⁴.



⁹³ "Conflitos científicos interiores às ciências sociais têm frequentemente significações ideológicas, [...] conflitos ideológicos estão assim associados a conflitos sociais [...] para resolução e superação dos seus conflitos e para a construção de disciplinas obedientes no ideal da perfeita objectividade. Ciências sociais totalmente isentas de conflitualidade interna só provavelmente as poderíamos ter numa sociedade totalmente isenta de interesses contraditórios." In A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, p.121

⁹⁴ Politicamente, pudemos dizer que existem ideologias de direita e de esquerda, autoritárias, totalitárias, liberais, anarquizantes, proletárias, burguesas, de classes...

Para Althusser⁹⁵ a ideologia tem um valor em termos de *estrutura social*⁹⁶, com mecanismos específicos, aos contrários do marxismo, baseado na utopia, pois aproveita todo um conjunto do trabalho ideológico, consentindo a autonomia da instância ideológica. Esta tese, suportada pela estrutura ideológica, verifica-se quando o conjunto de questões sociais encontram resposta no discurso ideológico. Ou seja, no sentido social interiorizado pela sociedade, em contexto lato ou nos módulos restritos (elites sociais - de classe, face aos grupos de pressão) pela via condicionante conjuntural ou pela via das estruturas institucionais: económicas, políticas e sociais (corporativas ou associativas).

A ideologia existe, assim, sempre num aparelho (partidário - figura do estado) e nas práticas que coexistem no sentido da existência do real e da existência material. Porque, “não há formação ideológica sem uma dada hierarquia, e a articulação das formas ideológicas é sempre a hierarquização dessas formas”⁹⁷, no restrito papel do dominante/dominado.

Althusser deixa no seu conceito, transparecer, a noção de aparelho ideológico de estado. Na base estão os vários sistemas que coadjuvam o sistema total⁹⁸. Este conceito Althusseriano dá a visão de um duplo funcionamento do Estado - por um lado o que o Estado expressa e o que do Estado emerge (exterioriza). Para Bourdieu, o «aparelho» é definido como um “operador mecânico de finalidade”⁹⁹, num processo assente na definição de um duplo caminho: o do preenchimento da “exigência de elevação ‘teórica’”¹⁰⁰ num uso conceptual generalista e vazio; e, aquele que procura na “essência por detrás da aparência”¹⁰¹, vê a rejeição de toda a experiência social para inserir os processos sociais como meros resultados da estrutura. A nota mais significativa, fica na vertente contrária à de Lenine - predominantemente baseada no

⁹⁵ Para Althusser a estrutura da ideologia social está na base de uma oposição «Sujeito/Sujeitos», como é exemplificado pelo discurso ideológico cristão.

⁹⁶ Que se pode considerar dentro do domínio das relações existentes no interior da sociedade, como organização política e económica.

⁹⁷ In João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 53, o mesmo é dizer-se que sem conflitos sociais, na formação ideológica, em qualquer regime, não há “discurso”. Porque a hierarquização vai depender da conflitualidade social.

⁹⁸ “O sistema da Igreja, o sistema de ensino, o das famílias, o jurídico, o político (incluindo os partidos), o sindical, o da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.), o da cultura (belas-artes, desporto, literatura, etc.)” V. F. BELO, *Notas para o Conceito de ideologia. Teoria e Prática*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, pp. 9-14

⁹⁹ In BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 75.

¹⁰⁰ Idem, p. 77.

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*.

poder da classe(s) dominante(s): face à ideologia¹⁰² e à repressão¹⁰³ que possa advir da mesma. Sintetizando, a ideologia para Althusser deixa o «centro» do aparelho de Estado, marxista, e explora as periferias anexas definidas pelas várias instâncias na sua complexidade e na sua autonomia. Enquanto o marxismo, se aproxima das sociedades menos industrializadas, modernas e liberais, o conceito Althusseriano deixa-se aberto a estruturas complexas e elaboradas, como as sociedades industrializadas e avançadas, face aos progressos tecnológicos e económicos.

Althusser deu origem à escola Epistemológica de análise da história e da ciência, numa pura transformação da relação entre as ciências e as ideologias.

Poulantzas apareceu mais tarde para reforçar a ideia de Althusser, acrescentando ao mesmo conceito o da autonomia, relativa à luta política e económica, fundada inicialmente na luta ideológica de classes¹⁰⁴. A ideologia, "conjunto de representações, valores, crenças com coerência relativa, diz respeito, em última análise, ao «vivido humano» dos agentes da informação social."¹⁰⁵ No fundo o que transparece é uma função dada à ciência, contrária às relações reais, que está para além da ideologia, num desfasamento considerável entre as unidades das várias relações sociais.

No mundo moderno, a arquitectura ideológica, é compreensível se mantivermos, a formação das ordens de "consciência colectiva" que aparecem associadas às organizações Estatais, logo, às mentalidades *manageriais* que, por sua vez, se associam a uma ideologia tecnocrata, que no fundo se resumem à vastidão da mentalidade burocrática, todavia com espírito científico. As ideologias geracionais e que passam por tal definição só podem ser compreendidas como a

¹⁰² Fundida na expressão política de conceitos partidários pré-definidos, e estrategicamente enquadrados no sistema total, de forma a globalizar o sistema, com relação directa entre os «inputs» e os «outputs» que servem as campanhas, por forma a consolidar o poder emergente e vinculativo, no interior do quadro pessoal do líder ou líderes estabelecidos - o regime, o(s) partido(s), o(s) movimento(s), a(s) personalidade(s) e/ou a(s) sociedade(s).

¹⁰³ Das polícias, dos exércitos, dos órgãos de vigilância dos regimes, dos quadros públicos - magistrados e outros.

¹⁰⁴ Nicos Poulantzas, politólogo marxista, reconhece que «a função de ordem ou de organizações do Estado apresenta diversas modalidades que se reportam aos vários níveis em que tal função se exerce; em particular: função tecno-económica [...] - nível ideológico». In A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, pp.48-49 o que para um Estado capitalista, [na teoria há] três «níveis» [...] estruturais de qualquer formação social [sociedade] - o nível económico, o nível político e o nível ideológico - toma, como paradigma conceptual, a tópica de Freud" Cf. A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, p.53

¹⁰⁵ V. F. BELO, Notas para o Conceito de ideologia. Teoria e Prática, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, pp. 9-14

noção de uma "prática"¹⁰⁶, corrente do pluralismo político que com o fechar de um ciclo se sujeita à esterilização da criatividade cultural. É o que por vezes nos transporta a um esvaziamento ideológico. Falamos em esvaziamento, porque o fim de uma ideologia, nunca se precisa no tempo e no espaço, mas nas características de abordagem social pelo poder de governação aplicado face a conceitos políticos e teóricos dos quadros económicos. Desta forma "a presença da ideologia no discurso científico. [...] É nas ideologias - ou melhor: nas diversas «leituras ideológicas» da realidade - que a prática social, as relações sociais, adquirem [...] um conjunto de significações que [...] a necessidade de viver num mundo compreensível"¹⁰⁷, assente na elaboração de uma «propaganda política»¹⁰⁸.

A propaganda assume todo o carácter ideológico, seguindo as concepções marxistas, concretizada por elementos de transmissão que se tornam persuasivos e segregadores dentro de uma cultura ou sociedade. A «ideologia dominante» faz-se propagar por órgãos como a comunicação de massas (televisão, rádio e jornais tendo em conta o período em estudo)¹⁰⁹, pelas elites do «aparelho ideológico de Estado» ou por classes perto da área de influência da dominação. Nos estados totalitários, a propaganda totalitária não serve senão como intoxicação da população, numa verdade absoluta, levando a uma identificação do Poder e da autoridade, feita, também, pela via educacional como fazendo parte da noção de «Educação». Quando em democracia política¹¹⁰, em sistemas abertos (como o Português no período do Cavaquismo) a «propaganda política» serve para influenciar a opinião pública, para uma preferência política, sendo considerada sociologicamente pura *publicidade* podendo chegar a um estado, que modernamente, se chama *marketing*

¹⁰⁶ A prática passa a ser materializada numa ideologia que deriva da esfera institucional, não sendo verdade o contrário, porque quando esta prática é materializada, a mesma perdura, recorrendo ao suporte "gestual e cénico". João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 37

¹⁰⁷ Cf. A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, p.107

¹⁰⁸ Que designa, em sentido lato, divulgação ou difusão de uma doutrina que na prática tem objectivos políticos.

¹⁰⁹ Temos em Portugal um retrato que credita os vários aspectos da comunicação massas no quadro institucional restrito. Durante o Salazarismo, aproximação do governo ao "DN", fazendo deste um órgão difusor da doutrina ideológica, depois o aparecimento da Emissora Nacional, onde Salazar proclamava as grandes acções de Estado, mais tarde a RTP ainda com o mesmo sentido. No Portugal Democrático, a ligação aos órgãos de comunicação foram feitas, em primeiro lugar, pelas ligações às Administrações - nacionalizando jornais e rádios. Depois vieram as privatizações e a abertura do espaço da imprensa escrita e falada, e muito mais tarde o televisivo. Mesmo assim, a área de influência dos vários órgãos na sociedade enquadraram um princípio único o de encontrar nestes espaços uma forma de difusão, mais ideológica ou mais política.

político, tendo como conduta a modificação de um comportamento político (escolha do indivíduo) traduzido em termos de voto, perante o mercado político existente. Nesta realidade navega o Poder dos comportamentos recorrentes do institucionalmente correcto (imposto) dentro da realidade política, conforme a ideologia que se determina impor.

3.1 IDEOLOGIA/TECNOCRACIA/PRAGMATISMO

No conceito político, a tecnocracia aparece como um novo modelo ligado à elite política que bem se pode estender à visão mais ampla do conceito de tecnoestrutura, segundo as perspectivas do Estado moderno. Mas “a tecnocracia, muitas vezes tem pouco a ver com o social, acabando por vezes por se tornar anti-social, porque segrega muita gente”¹¹¹.

A tecnoestrutura em ligação com o Estado (face aos vários factores de contingência da política aplicada vem chamar a si o protagonismo dos vários sectores da administração pública - política, nos cargos de chefia directa e indirecta - visando o equilíbrio entre os vários subsistemas do Estado político - poder governativo) vem salientar as várias formas de funcionamento económico e político, segundo uma estrutura tecnocrática tendo na base do sistema a ideologia partidária com que se regem os subsistemas públicos. Como refere Galbraith, nos estudos realizados em 1967, as empresas e o Estado estão constantemente a ser intervencionistas no sistema de relações de poder. Este autor ao analisar os vários espectros do poder, exercido pelo sector público e pelo sector privado, constata que são a fonte de uma dialéctica que não omitindo os seus parceiros se corresponsabilizam simultaneamente na transferência do sentido ideológico para a círculo do poder real no sistema¹¹².

Nos sistemas neocapitalistas ou capitalistas, os detentores do capital, como nas suas criticas Duverger¹¹³ afirma, podem ainda funcionar como os gestores da parte mais importante do sistema tecnocrático, pois detêm o capital realizado pela

¹¹⁰ Onde existem diferentes funções e especializações dentro da estrutura (órgãos legislativo, executivo e judicial, partidos políticos, grupos de interesse e órgãos de informação) como nos define Adriano Moreira no seu livro *Ideologias Políticas*.

¹¹¹ Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

¹¹² Maurice Duverger aponta outras características neste domínio intermédio, o nível político, que é visível nas grandes empresas onde a tecnicidade dos problemas só é resolúvel se a gestão for ampliadas ao nível das estruturas - assembleias de administração. *Janus - Les Deux faces de l'Occident*, Paris, 1972.

¹¹³ V. Maurice Duverger, *Janus - Les Deux faces de l'Occident*, Paris, 1972.

gestão empresarial, vindo *per se* provocar a direcção governativa pelo protagonismo/pragmatismo gozado face à economia detida nas grandes e depois nas pequenas empresas, mesmo que não exploradas directamente¹¹⁴. Circunstâncias que conduzem à criação de *lobbies* económicos que de uma forma reguladora e proteccionista são criados no seio da administração pública - os tecnocratas -, "bem como a do crescimento das competências dos Executivos na designação das estruturas gestionárias, com a consequente subordinação destas à estratégia política dos grupos partidários [partido ou partidos - face às opções estratégicas de determinadas personalidades] no Poder"¹¹⁵.

O Estado vê-se dependente de uma «nova *elite*» que não indo a eleições, cristaliza a ideologia, na base da tecnocracia - dispondo em lugares chaves os grupos políticos que melhor servem a tecnoestrutura - caracterizado pelo domínio tecnoestrutural¹¹⁶.

Os problemas que advêm da tecnocracia são, segundo Burdeau, os contornos delineados em redor da administração pública, que por vezes colide com o poder executivo de origem política. Este autor Francês refere ainda que é perante o formalismo de uma certa «despolitização» que se confunde o serviço do Estado, perante o sigilo que deve estar inerente aos vários mecanismos públicos sujeitos a normas de publicidade e fiscalização¹¹⁷.

Ligado a este conceito, diversos autores defende, a ligação da tecnocracia, ao aparecimento de uma *elite* política¹¹⁸ - como se de uma nova classe (classe

¹¹⁴ A tecnocracia política baseia-se no mesmo pressuposto, e citamos Duverger, "se pusermos em confronto a organização dos partidos através dos dirigentes internos ou dos *comités* tradicionais, a da Câmara através das comissões e grupos parlamentares, a do governo através dos *comités* interministeriais, comissões técnicas e reuniões de trabalho, veremos que apresentam o mesmo esquema geral". Idem, *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. C. E. LINDBLOM, *Politics by Markets*, Nova Iorque, 1977; *Politics by pressure*, Londres, 1974. As várias componente do Estado passam a ser condicionadas pelo poder político, face a factores de interesse estratégico, organizados, como salienta Galbraith e Burnham segundo as modernas politologias, segundo contornos polémicos, numa pura assunção de crescentes poderes ligados à tecnocracia - Estado personificado, Estado politizado, Estado tecnoestruturado, Estado democratizado (sustentado pela personificação do partido).

¹¹⁶ Cf. André CHANDERNAGOR, *Un Parlement, pour quoi faire?*, Paris, 1967.

¹¹⁷ V. Nuno ROGEIRO, In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87; Cf. B. Peters, *The Politics of Bureaucracy*, Nova Iorque, 1978; e, G. Burdeau, *Traité de Science Politique*, t. III, vol. II, cap. III, secção II, Paris, 1981.

¹¹⁸ Cf. Maurice DUVERGER *Sociologia da Política*, Coimbra, Almedina, 1983, as decisões são tomadas sempre num colectivo, onde as distinções entre o legislativo e o executivo estão patentes entre as instituições públicas e as organizações privadas, numa interdependência entre personalidades independentes e os «gestores» do poder político - presidente da República, primeiro-ministro, parlamentares, chefes de partidos, dirigentes corporativos, técnicos burocratas, etc..

restritamente dirigente¹¹⁹) se tratasse, que sociologicamente é detentora de um conjunto de decisões dentro do Estado. *Elite no Poder* que, segundo Wright Mills, incorpora os especialistas com apuramento das suas reformas estruturais pelo Poder em exercício, servindo os factores de contingência. Por seu lado Daniel Bell e Giovanni Sartori salientam que o aparecimento dos «especialistas no Poder» é apenas uma progressão natural do Poder político funcional, o que não vem suspender a democracia nas organizações, tendo sempre em conta os padrões naturais das culturas internas das sociedades em que inserem, podendo ser a leitura a leste da Europa oposta à do ocidental.

Seguindo a mesma linha de pensamento, este grupos de tecnocratas acabam por ser incorporados no pragmatismo de Estado face ao discurso introduzido pelas vias ideológicas, dentro das práticas personalizadas nos tecnocratas do sistemas, as *elites* do Poder constituído. *Elites* que são captadas, no interior do «*Status*» ou por afinidade ideológica ou de posição política. Este «pragmatismo» não é mais que um «realismo político» assente num discurso próprio, mas visto segundo o pensamento dos «Estados modernos», tal como Maquiavel a definiu, apesar da divisão de opiniões que este autor trouxe para o conhecimento sociológico. Nuno Rogeiro, escreve que esta questão é “tida como uma rejeição demoníaca da moral, por observadores como Frederico II (que chegou a escrever um Anti-Maquiavel), e, modernamente, F. Meirecke (*A Ideia da Razão de Estado na História Moderna*), ou Leo Strauss, a doutrina de Maquiavel limitou-se a traduzir, segundo outros, um atecnicização da política (Carl Smitt) e um estudo positivo, não metafísico, dos mecanismo do Poder (Cassirer, Freund, Uscatescu)”¹²⁰. Este, que se vislumbra, é uma dupla consciência que está numa dialéctica entre «realismo activo» e o «realismo analítico».

Na realidade quem melhor definiu este mesmo realismo de Maquiavel foi Merleau-Ponty através da definição do «humanismo real» como medida precursora do humanismo marxista. Todavia James Burnham¹²¹ foi quem em definitivo ligou Maquiavel à escola político-sociológica, como precursor de uma nova perspectiva sociológica e que rasgava novas formas de conhecimento político.

¹¹⁹ A classe dirigentes pode aparecer nos mais diversos ramos de actividade laboral, política económica, etc.. Podem ser analistas e politólogos no sector político, empresários, professores, dirigentes sindicais, em geral sempre ligados às organizações.

¹²⁰ V. Nuno ROGEIRO, In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87

¹²¹ V. James Burnham *Los Maquiavelistas*, Buenos Aires, 1945

Noutra linha Giovanni Sartori, vem defender, todo o pragmatismo político, como *ideia* por oposição a política ideológica¹²² assente na classe dominante. Este raciocínio teórico, parte de um princípio que afasta a ideologia da noção de uma ideia política, mas dirige-a para uma crença, que é sustentada por uma relação cognitiva, em contradição com a doutrina ideológica vinculada pela génese que parte da ideia política, expressa pelo Poder, dentro da organização política estruturada. O pragmatismo ideológico é determinado apenas pela parte política do sistema numa orientação simbólica centrada no indivíduo. Socialmente, esta arquitectura social, passa a um colectivo centrado numa "cidade política" com um público dotado de crenças. Assim, Parsons, caracteriza ideologia como "un sistema de creencias comunes a los miembros de una colectividad [...] que está orientado a la *integración de valores* de la colectividad"¹²³ dentro do sistema. Crenças que se passam a agregar ao sistema, primeiro através da sua congruência depois pela organização racional. O que acontece no sistema, é uma seriação racional do conjunto de "informações relevantes"¹²⁴ saída dos valores conferidos pela ideologia. Aspecto que conduz a um doutrinário que radica numa ideologia como «cultura» da e para personalidade do indivíduo face a uma psicologia que assenta num modelo cultural de formas codificadas: matrizes culturais¹²⁵ que explicam o doutrinário. É a partir daqui que se chega a um cunho sistémico baseado na racionalidade do sistema que se conjuga numa definição dual como sub espécies de tipo «polar» entre a ideologia e pragmatismo como «cultura política»¹²⁶ de um Estado cognitivo.

¹²² "Entre «ideologias» [...] e «utopias» das classes dominantes [...] Daniel Vital [faz uma] interpretação em termos de *décalage* ou inadequação do real, [que vem romper com] a noção vulgar que identifica as ideologias com as doutrinas [como ideias político-sociais que] nas obras de Marx-Engels, de Keynes ou de Marcuse: são produto culturais colectivos, [formados] nos grupos, nas classes sociais, nas sociedades e que aí se encontram difundidos [através da prática social], como formas (estruturas) comuns de pensamento e de lei-autoria. [Vista como] prática quotidiana colectiva, tal como os indivíduos e os grupos a «vivem», a «experenciam»." o "conjunto problemas permite (e conduz a) definir uma primeira instância - a Económica [e] a política [...] esta actividade, este outro trabalho, legitima e requer que se defina uma terceira instância - a ideológica - [...] através da actividade discursiva de que ela é o lugar, que os actos da prática social adquirem sentido. In A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, pp.83-90

¹²³ In Giovanni SARTORI, *Elementos de Teoría Política*, Alianza Universidad Textos, Alianza Editorial, 1992, p. 104, Cf. T. Parsons, *The Social System*, N. York, 1964, p. 349 (trad. Espanhola, *El Sistema Social*, Madrid, Alianza Ed., 1988)

¹²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 105, que cita Rokeach do seu livro *The Open and Closed Mind*,

¹²⁵ Matriz cultural racionalista que se entende como uma das características da mentalidade ideológica, classificativa de um ideologismo doutrinário e de princípios para perceber e resolver problemas políticos, cf. Giovanni SARTORI, *Elementos de Teoría Política*, Alianza Universidad Textos, Alianza Editorial, 1992, p. 107

¹²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 106, como se diz "la práctica falla la culpa es la práctica, no de la teoría" segundo o pensamento hegeliano, em que «racional é real» Cf. M. Oakeshott, *Rationalism in Politics*, N. York, Basic Book, 1962, p.11

Em síntese temos ideologia *versus* pragmatismo que expressa numa fórmula simples como o quadro que se apresta em baixo:

TIPOS IDEAIS				
ESTADO COGNITIVO			PROCESSO	
Fechado	Aberto		Forte	Fraco
X	————→	IDEOLOGIA	X	————→
	X	PRAGMATISMO		X

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

FONTE: Giovanni SARTORI, *Elementos de Teoría Política*, Alianza Universidad Textos, Alianza Editorial, 1992, p. 104.

legenda: em situação de declive —————→

Como é possível a transição de um estado fechado, dentro de processos fortes, para o sentido aberto, não se torna de todo permissivo dentro do quadro. Todavia, após uma passagem da mesma ideologia para uma debilidade, normalmente institucional nas organizações do Estado político, mesmo quando suportados pela definição de uma crença cognitiva, conduz a uma intensidade de políticas na passagem de um esquema de «políticas temperadas» para as «políticas quentes». Factores que levam a um fim ideológico para se entrar no pragmatismo tendo em conta os pesos concretos de um Estado que visa públicos concretos. A densidade do Estado passa a uma concretização da adopção de um sistema que se interpenetra tendo em conta a riqueza da articulação feita pelas matrizes desenvolvidas. Articulação dentro do sistema que contemple propriedades ricas, tanto ideológicas como pragmáticas, é tanto mais rico quanto dispuser de elementos relativamente elevados e necessariamente explícitos. Se mais pobres, aparece pouco explicitado e contem relativamente poucos elementos¹²⁷.

Outra das questões que se pode levantar é o da importância das elites, dentro do sistema, seja ele tendencialmente ideológico ou pragmático, provocando uma total valia para as determinações que o Estado pode fazer valer sobre a opinião pública. As «elites públicas» em contraposição com «massas públicas» é que provocam as separações dentro do Sistema. As elites funcionam em justaposição com a maior ou menor força do Estado ideológico. Se o campo for ideológico, com um processo forte está-se em presença de uma elite forte, se fraco a elite funciona no mesmo sentido. Se pragmático, as elites tornam-se tanto mais fortes quanto mais débil forem os processos dentro do Estado. As variações definem-se dentro do nível elitista, se as

127

Idem, *Ibidem*, p. 113, Cf. Dhal, *Ideology, Conflict and Consensus*, op. Cit., p. 3.

referencias abordadas se posicionarem na mesma relação do aumento ou diminuição da crença do Estado dentro do sistema, pelo processo de tomada de decisões. O estado por força de uma elite específica, pode tirar partido das massas pois quanto mais ideológico maior intolerância transporta, se com uma elite mais pragmática, o Estado tende a gozar de uma certa apatia no convencimento das massas pela via do aparelho institucional. As oscilações, em presença da instabilidade geracional conjuntamente com a estabilidade de um posicionamento, pode gerar condições de conflito de poderes ideológicos. “O que equivale a dizer que as ideologias são o elemento crucial à disposição das elites com objectivo de manipular e mobilizar as massas”¹²⁸. Assim, “é próprio das democracias produzir *elites*, e das ditaduras produzir favoritos”¹²⁹.

4. PODER

O poder político é sempre um instrumento de uma ideologia mesmo que “os instrumentos mais interessantes não [sejam] os poderes políticos organizados”¹³⁰ mas as lutas travadas para uma aquisição e domínio do poder político. A luta política passa a “uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e de fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ (as Administrações do Estado)”¹³¹. As várias orientações que seguem no poder político decorrem das causas sociais e culturais da acção política a “caminho de uma «caracteriologia tendencial do poder político»”¹³², caracterizado pelo desempenho das várias atitudes tomadas face ao modelo que domina.

O poder individualizado, onde o chefe reúne todos os poderes à volta da sua pessoa, as qualidades do Poder fazem do *líder* o centro decisório de Estado. É neste ponto que se segue a regra constitucional face a uma conquista de poder que vai depender da legitimidade conferida pelas instituições estatais.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 119

¹²⁹ In Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 158

¹³⁰ In Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, pp. 55-56

¹³¹ In Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, p. 174.

¹³² In Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, p. 56

O Estado passa a funcionar como refere Burdeau, como actor e como trofeu, porque define as regras do poder, disciplina-as, modela-as perante as atitudes que pretende atingir como fim¹³³. As dinâmicas políticas passam a ser administradas em função do papel do Poder que encarna, simbolizando e garantindo a ordem social. O que passa a funcionar aqui são os partidos, em apoio ao Poder, exactamente como os grupos de pressão, numa conjuntura que visa manter a estrutura social. Se o sistema apresentado, for monolítico, há um afastamento entre os Poderes, que Burdeau designa por regimes de sistema fechado. Os regimes de sistema aberto, a estrutura é mais maleável, porque se tem que adaptar às consciências colectivas e as suas exigências¹³⁴.

4.1 . LEGITIMIDADE

Para os politólogos, o termo legitimidade, aparece como o exercício do Poder por via de regras estabelecidas entre os valores difundidos pela comunidade. Factores que conduzem à confusão entre legitimidade e legalidade¹³⁵. Para Sergio Cotta os dois termos são distintos mesmo no campo social, já que o primeiro coexiste entre dois elementos: o Poder e os governantes; e, o segundo está em conformidade com a forma da lei em vigor e estabelecida pelos primeiros. É Bourdieu que afirma, "compreender a génese social de um campo, é apreender aquilo que faz a

¹³³ Cf. George BURDEAU, *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, pp. 93-94

¹³⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 102-103

¹³⁵ Na mesma linha citemos Martim de Albuquerque, In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87 e cf. Norbert Bobbio, conforme o quadro em baixo apresentado, da nossa autoria.

LEGITIMIDADE	LEGALIDADE
• Poder como título é justo	• Poder como exercício é justo
• a perspectiva em que ordinariamente se coloca o titular do Poder (poderoso invoca legitimidade)	• a perspectiva em que ordinariamente se coloca o sujeito (sujeito invoca legalidade)
• L. do PODER - interesse soberano (fundamenta-se no Direito e dever à obediência)	• L. do PODER - interesse do sujeito (fundamenta-se no Dever de garantir o direito à não opressão)
relações: Legitimidade Legalidade	
* o legítimo é legal e vice versa	
* nem todo o legítimo é legal e vice versa	

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

FONTE: Norbert Bobbio, *L'Idée de Legitimité*, Paris, 1967; Adriano Moreira, *Ciência Política*, Lisboa 1979

necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir e destruir.”¹³⁶

A legitimidade estabelecida no exercício das várias escalas de valores¹³⁷, depende sempre dos fins do Estado, dentro de um sistema carregado de crença (ideológico-políticas) tendo por fim atingir os títulos almejados pelo Poder expresso através dos mecanismos de produção e reprodução¹³⁸.

Nos processos políticos os mecanismos de produção e reprodução simbólica, como refere Bourdieu, acentuam as características do simbolismo das relações de Poder. Bourdieu vai mais longe, no seu livro *O Poder Simbólico*, quanto a estas relações de legitimidade do poder nas instituições mágico-religiosas (que influenciam o poder político), com a expressão "uma das estratégias universais dos profissionais do poder simbólico - poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos - consiste em pôr o «senso comum» do seu próprio lado, apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele".

Adriano Moreira admite que a legitimidade¹³⁹ está dependente de cada um dos modelos políticos impostos. A razão é que perante um Estado Absoluto ou «hobbesiano» a Legitimidade do Poder é exercida de forma que tudo se legaliza; no Estado de Direito, cabe a este dar uma justificação para o exercício da legalidade - que Legitima o Estado; a Legitimidade do Estado pode ainda ser encara pela soberania do soberano, calculado na legitimidade que lhe é atribuída para o exercício dos seu poderes - nos Estados Autoritários/Totalitários de índole fascista ou antidemocrática.

¹³⁶ Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, p. 69.

¹³⁷ Segundo Max Weber o processo utilizado pela "sociedade ocidental moderna" visando o "desenvolvimento duma racionalidade formal que afecta todas as actividades sociais." Cf. A. Custódio GONÇALVES, *Questões de antropologia social e cultural*, Ed. Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, 1992, p. 180. Max Weber condiciona o conceito de Legitimidade do Poder a sociedade que se regula não pelo poder da autoridade, mas pelo poder da legitimidade - assente politicamente em pressupostos não individuais mas colectivas - com base no Direito e jurisdição do poder político.

¹³⁸ Mecanismo de reprodução que P. Bourdieu não só recusa (longe da acção individual do actor, desapossando-o de qualquer estratégia racional), como a estratégia finalista dos actores (que pretende a estes consagrar uma consciência total e racional dos seus actos).

¹³⁹ V. Quadro em nota de rodapé sobre Legitimidade e Legalidade

A legitimidade do exercício do poder pode também ser posta em causa quando o Poder - político/administrativo de um país - recorre sucessivamente à legalidade da *Lei* para provocar a legitimação do Poder. Raymond Polin considera este exercício como o «sentido fraco da legitimidade» pois não é com o apoio do sistema - político, económico, religioso, académico, sindical e corporativo - que se estabelecem os consensos que aprofundam a legitimidade em detrimento da legalidade pelo Poder forçado. O que apesar do exercício do Poder este do ponto de vista político (Constitucional) o Estado político pode-se tornar ilegítimo, já que põe em causa os títulos pela qual se qualifica a legalidade do Estado de Direito.

Tendo em conta os vários sistemas de legitimidade no interior dos sistemas é que Max Weber definiu três tipos:

LEGITIMIDADE:	
• Carismática	"caracteriza-se pela devoção pessoal dos súbditos à causa de um homem e pela confiança na sua pessoa, que se singulariza por qualidades prodigiosas, pelo heroísmo ou por outras características exemplares que fazem dele um chefe"
• Tradicional	"baseia-se no carácter sagrado do passado"
• Racional	tem na base o Direito (observado pelas regras jurídicas) para impor a legalidade
AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i> , tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996	
FONTE: WEBER <i>O Político e o Cientista</i> , Editorial Presença, Lisboa; <i>Ensaios de Sociologia</i> , Rio de Janeiro, Zahar Editores. Adriano MOREIRA <i>Ideologias Políticas</i> , Lisboa; <i>Os Fins do Estado</i> , Lisboa; <i>Ciência Política</i> , Lisboa	

Resumindo, o conceito de legitimidade, pode ser determinado pelo cruzamento dialéctico dos pressupostos determinados face a cada uma das políticas de orientação tendo em conta os factos da história, os assentamentos jurídicos e a determinação política e pessoal de um homem. O carisma está assente nas atitudes simbólicas do regime, salvaguardando o sentido inovador do pensamento, tendo por referência o invólucro da história e dos conflitos do passado. Legitimidade passa a ser ponderado entre o político e o individual. A lei e a justiça. O Direito positivo e a razão.

4.2 . SOCIALIZAÇÃO

O termo socialização reveste-se de múltiplos significados. Estes podem ir desde os simples «meios de produção» no significado da apropriação do Estado. Na base da teoria marxista da «interdependência cada vez maior que pode existir nos diversos factores de produção», para a Igreja o sentido de socialização define-se pelas «conexões mútuas e as interdependências de que nascem diversas associações e instituições, tanto de direito público como privado» que funcionam na

base da qualidade e do desenvolvimento humano, por forma a garantir todos os direitos¹⁴⁰.

Sociologicamente, o conceito de socialização, baseia-se num quadro circunstanciado de valores, normas, atitudes e crenças da própria sociedade ou dos grupos que entram ou fazem parte dela, que são transmitidos aos novos membros. Formalmente, é a intervenção que a sociedade faz sobre o indivíduo numa perspectiva «objectiva-passiva», ou a resposta do indivíduo, na sua aculturação, à sociedade através da mensagem que advém por esta transferência «subjectiva-activa», por forma a ter uma personalidade com os traços característicos da sociedade envolvente. Parsons define dois quadros para o processo de socialização: o «primário» que coincide com os primeiros anos de vida e a «secundária» que reflecte a preparação do indivíduo para o assumir dos vários papéis e cargos que a sociedade lhe oferece.

A sociedade tem aqui um papel fundamental no processo de socialização, face aos *inputs* e *outputs*, já que a sua consolidação é prescrita pelo influxo dos agentes sediados nos numerosos grupos e organizações. Neste plano distingue-se, a família¹⁴¹, a escola, a Igreja¹⁴², os partidos, os sindicatos¹⁴³ e actualmente os meios de comunicação social¹⁴⁴, que "consiste precisamente no modo como o governo logra estabelecer, entre *input* das *demands* e o *output* das suas próprias decisões políticas, uma correspondência ou um equilíbrio tal que tenha por efeito um reforço do *input* dos apoios [na] constituição de uma reserva de apoio."¹⁴⁵

No quadro teórico, e no campo da sociologia, Boudon distingue dois paradigmas fundamentais para perceber o conceito de socialização: o do «condicionamento» e o da «interacção». Para o primeiro, o indivíduo sob a influência

¹⁴⁰ Enciclopédia VERBO *da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Verbo editores, Abr. 87

¹⁴¹ A importância da socialização da família deriva do facto de se criar o sentido da necessidade auto-estima, auto-regulação e social, do ponto de vista psicanalítico e que se vem a reflectir nos processo interactivo subsequentes, em termos sociológicos.

¹⁴² Age sobre os mais novos, essencialmente até à adolescência, tendo por característica o fomento da fé e o impacto governativo do bem estar social e familiar, fazendo do núcleo, a família, a base do processo.

¹⁴³ Ao contrário da Igreja, o seu grupo de intervenção privilegiado são os adultos, face ao "combate" política ou ideológico que pode travar com o poder instituído. Este processo de socialização baseia-se no determinismo regrado não pela sociedade no seu todo mas pelo grupo dos iguais (uniformidade no pensamento político, económico, social e cultural da estrutura vigente).

¹⁴⁴ Os *mass media* passam a ter um papel reflexivo e transmissivo pelo facto de produzirem no fenómeno total da sociedade o sentido retroactivo da causalidade social, face aos enquadramentos refeitos pelos factos criados na exploração dos quadros políticos vigentes.

¹⁴⁵ In A. Sedas NUNES, questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, p.47

do meio interioriza as «respostas» que convém dar nas várias condições que lhe são apresentadas.

Para o paradigma da interacção, o que importa salientar é a condição que faz com que o indivíduo se adapte às novas situações, tendo em linha de conta os recursos cognitivos e as atitudes normativas a que advém de um conjunto de conformidade, expostas em novas situações, que se oferecem com um enriquecimento global, mas, interactivo no processo constante de socialização¹⁴⁶.

5. REGIME

A classificação dos regimes, torna-se importante para uma melhor compreensão do conceito, já que a ordem do próprio modelo de regime pode estar interlaçado por uma apropriação das várias características que cada um pode envolver. Para Aristóteles era importante o número de intervenientes no poder; para Montesquieu, a relação do modelo político face à constituição social; jogando com os dois o que importa é ver quais os meios utilizados para adquirir e manter o Poder. Se para o primeiro caso a classificação dos regimes políticos era fundamental. Para o segundo torna-se relevante o «capital político»¹⁴⁷ que emerge da conduta imposta dentro do sistema. Esta «concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes - sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.»¹⁴⁸

O capital funciona como uma identidade do agente político, com a função de permitir o conhecimento e reconhecimento do homem político no indivíduo, sendo conveniente destrinçar capital político e carisma¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Segundo Augusto da Silva, In Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87, o conjunto das interacções deve sempre servir o indivíduo/grupo como um enriquecimento mais alargado, face aos normativos que se cruzam no gerar de *conflitos* por forma a determinar o conjunto de valores e atitudes que leve o indivíduo a «alimentar» o seu comportamento na acção (agir e pensar - no caso em questão politicamente).

¹⁴⁷ É um processo de acumulação entre o capital pessoal de notoriedade e prestígio atingido pelo agente, favorecido pelas condições estruturais de funcionamento dentro do sistema, nos altos cargos da administração pública.

¹⁴⁸ Cf. Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, p. 164.

¹⁴⁹ O carisma, não é delegável, assumindo-se como um capital intrinsecamente individual, ao invés do capital político que se assume, particularmente, no interior do campo político para o indivíduo, não singular.

A delegação de capital produzido por um ritual (investidura) oficializa-se na consagração de um candidato (pelo partido), onde se cristaliza a fidelidade de um passado e o respeito dos valores que regem a instituição em que está inserido. Todavia, estamos perante uma fidelidade construída permanentemente¹⁵⁰.

De facto, cabe à instituição de investidura, com redes mais ou menos complexas de mecanismos e estratégias, fornecer o suporte material e simbólico (aparelho partidário) do capital político.

O regime passa a ser um fenómeno político que se confina ao Estado¹⁵¹ e que pode variar conforme o «sistema político» e que deriva do poder político. O que temos é uma questão de regência do sistema pelo Poder, porque o regime exprimindo-se por normativos visa sempre disciplinar as relações dos elementos do sistema¹⁵². Os valores, objectivos e interesses, estão longe de uma neutralidade perante as opções de homens e instituições que constituem a organização política. Os regimes aparecem com poderes de facto, para manipularem, dentro do sistema, os vários agentes interiores como: as ideologias, os partidos, as empresas e o mundo do trabalho, estruturando a economia, a ciência, a cultura, a política, através dos *conteúdos e definições de soberania*, em «função do aparelho» que o exerce.

6.1 . PODER POLÍTICO

Os elementos do poder político, que aparece na organização política das sociedades, aparecem sempre numa relação com o sistema político e o regime político. O poder político pressupõe sempre a existência de uma consciência comum “que sele a pertença ao grupo”¹⁵³. Sendo a política uma acção finalizada que o mesmo não se concebe como Poder, mas serve para legitimar o conteúdo do discurso que envolve a acção¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Através de provas iniciáticas e de obediência a valores próprios da instituição. O partido comanda, deste modo, não só o processo de investidura como o cauciona e condiciona. Quando existe uma ruptura entre o sujeito e o partido, o último pode retirar o capital depositado no político.

¹⁵¹ V. Trasímaco, na República de Platão, M. Weber no Poder Simbólico, Heller, Morgenthau ou Raymond Aron, onde o Poder é realçado pelo fenómeno permanente da organização social do Estado. A Polis, na Grécia, o Império, de Roma, funcionaram como organizações políticas das sociedades, procurando num território que apenas vai variar em conformidade com o sistema político. Na era moderna a definição de Estado, como elemento estrutural, reflecte a diferenciação entre governantes e governados.

¹⁵² Cf. Adriano MOREIRA, In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87

¹⁵³ George BURDEAU, *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, p. 26

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 26

7. SISTEMA

A noção teórica de sistema, na área das ciências política ou sociais, depende de um conjunto de elementos com identidade própria que se perfilam na razão de uma fronteira. Existe, então, uma relação entre o sistema e o ambiente derivado, das relações de poder, decorrentes dos *inputs* (apoios e exigências) entrados no sistema e os *outputs* (decisões) que definem e legitimam o exercício do Poder exercido pelas organizações políticas (internas e externas - comunidades internacionais).

DUAS INTERPRETAÇÕES DE SISTEMA	
Observante	Observado
<ul style="list-style-type: none"> hipótese interpretativa 	<ul style="list-style-type: none"> hipótese do conjunto das efectivas relações
sistema marxista teórico	sistema específico
AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i> , tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996	

Os vários "elementos do sistema interactuam, definindo o *status* e desempenhando funções que produzem resultados *finais* ou *decisões*"¹⁵⁵, que resulta nos vários tipos de regência dos sistemas¹⁵⁶, qualificados como regimes políticos e que funcionam com o normativo que é a manutenção do Poder, dentro da dinâmica do sistema.

O sistema deixa de ser, a partir do seu normativo (Constituição), um ambiente decisório arbitrário, porque define as limitações quanto à sua «expressão de Estado» e «soberania». Aqui, passa a funcionar o *status* da função ordinária dentro do sistema, pela imposição de um Poder que restringe, pelo normativo, uma pluralidade que quando existe é fictícia¹⁵⁷. Ou seja, a Constituição determina a singularidade do sistema, proclamada na doutrina uma corrente ideológica timbrada na «lei fundamental». Logo, o sistema torna-se regime e o sistema político condiciona e tramita as regras política aplicada. Quer dizer, que quando um regime se proclama democrático, pela redacção da Constituição, após uma ditadura de partido único,

¹⁵⁵ In Adriano MOREIRA, In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87

¹⁵⁶ Idem, *Ibidem*

¹⁵⁷ Que não permite a existência de todos e qualquer partido, dentro do sistema legal, determinado pela Lei Fundamental do Estado. Em Portugal, não são permitidos os partidos da extrema direita que podem apresentar segundo a Constituição (1976 com revisão em 1984) podem apresentar uma descaracterização do sistema, isto é, um fundamentalismo político.

como Portugal, o regime político não é evocado, o que se vê é um voluntarismo particular a reger o sistema. Realidade que levou Burdeau a escrever que «um regime político é o estado de equilíbrio em que se fixa num momento dado uma sociedade estática e que se caracteriza pelas soluções que adopta quanto à fonte, objecto e modo de estabelecimento do direito positivo.»¹⁵⁸ Por sua vez, para Duverger «o conjunto das instituições políticas» em funcionamento dentro do Estado, «constitui o regime político»¹⁵⁹. No fundo o que temos é que um regime (sistema) define-se com a Constituição¹⁶⁰, onde nem todos os partidos são permitidos, numa referência ideológica (para Portugal do séc. XX, liberal, monocrático, do tipo autoritário, com figuração de «Estado Novo»¹⁶¹, e socialista após o 25 de Abril de 1974), e uma organização de Estado, que no caso Português sempre foi unitário. A partir daqui temos o sistema em pleno funcionamento, conforme uma estrutura organizativa, pensada na defesa da soberania, que expressa a doutrina da maioria.

7.1 . SISTEMA POLÍTICO

Gostariamos de começar pela noção de política e no seu aspecto particular sobre a sua extensão. A sociologia política reconhece nos seus referenciais de orientação (onde M. Weber¹⁶² expressa a importância dos vários fenómenos do poder e de dominação), o critério da modernidade face à burocracia instituída: pelos funcionários e os meios da administração (pública, sublinhamos nós) através da definição das tarefas de especialização, num conceito de Estado-legal-racional. Posteriormente, R. Michels¹⁶³ reforça este primeiro aspecto com a tendência oligarquica dos partidos políticos face aos sistemas. Quem, posteriormente, veio a definir com maior rigor e numa definição para um só eixo, a burocracia/oligarquia, foram R. Bendix e S. Lipset¹⁶⁴.

Mais tarde, o sociólogo Alexis de Tocqueville veio a analisar todas as mudanças políticas (revolucionárias) a partir das características funcionais da

¹⁵⁸ Cf. George BURDEAU, *Traité de Science Politique*, Paris, 1952.

¹⁵⁹ Cf. Maurice DUVERGER, *I Sistemi Politici*, Bari, 1978.

¹⁶⁰ Que em Portugal, antes de 24 de Abril, foi alterada através das revisões de 1945, 1951, 1959 e 1971 Cf. tabela 3 em anexo, e depois de Abril de 1976, apenas uma vez 1984.

¹⁶¹ Cf. Jacques GEORGEL, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974, p. 64.

¹⁶² In Max WEBER, *Économie et société*, tr. Fr., Paris, Plon, 1971.

¹⁶³ In Robert MICHELS, *Les Partis Politiques*, Paris, Flammarion, 1971, onde testa e avalia todos os contributos Weberianos para uma constituição da sociologia política, já que Michels foi um discípulo de Weber.

sociedade global. Sempre de forma comparativa, comparou a situação Americana a partir do caso Francês¹⁶⁵ ou os destinos históricos entre a França e a Inglaterra¹⁶⁶.

Karl Marx retomando parte das noções de Weber, trouxe um novo modelo, concertado na definição da concentração do poder¹⁶⁷ económico numa relação entre o político e as condições emergentes e consolidadas pelas ideologias. Aqui, pode-se referir, a análise das políticas públicas (perante a capacidade de decisão dos agentes políticos) face a uma mobilização derivada das condições de protesto ou capacidade virtual de acção contra o Estado. Logo, o que importa analisar é então a forma como se pode reduzir tudo a uma perspectiva institucional a partir de uma parte da sociedade (pelas políticas de direcção/acção aplicadas pelos primeiro, por principio dos segundos). No seu espírito a sociedade capitalista era uma mera abstracção do indivíduo, pois estes nos seus processos comunicativos passam por automatismo que escapam aos seus próprios controlos.

Dentro do sistema político importa referir que o funcionamento de toda a "estrutura e dinâmica efectiva do aparelho de poder" perante o poder de tomada de decisão está sempre em conformidade com a "sede, a forma e a ideologia"¹⁶⁸ que marca os princípios de actuação de determinado grupo ou classe política.

Na realidade o fenómeno político parece segundo um quadro estruturado de relações de Poder que se vêm constituir num sistema. É partir daqui que diversos autores abordam este quadro de análise perante as realidades políticas existentes. O fenómeno, numa perspectiva sociológica, tal como Parsons a preconiza estrutural-funcional, aparece como um «sistema de poder» que não é mais que um dos sistemas específicos da sociedade global, sendo o Estado considerado uma «estrutura diferenciada». Aqui o que há a considerar é que o "sistema estruturalista" tem por enquadramento a estratégia imposta pela dinâmica política, "centrado na cultura crítica"¹⁶⁹.

¹⁶⁴ In Reinhard BENDIX e Seymour LIPSET «Political Sociology», *Currente Sociology*, vol. VI, pp. 79-99

¹⁶⁵ Com o título: "De la Démocratie en Amérique"

¹⁶⁶ Com o título: "L'Ancien Régime et la Révolution"

¹⁶⁷ Concentração poderes que se podem ligar ao tipo de regime, de partido único, poder pessoal, e autoritarismo, que contraria os tipos de sistemas que desconcentram os poderes, pelos partidos, poder local e instituições.

¹⁶⁸ In Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, p. 57

¹⁶⁹ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988 "A cultura é [também] as pessoas terem uma mentalidade crítica" Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

Do ponto de vista sistémico, e considerando a actividade política como um sistema de comportamentos, David Easton, propõe «isolar a vida política como sistema», já que uma orientação cibernética nos mostra que o espaço político como um «sistema aberto»¹⁷⁰.

No enfoque do mundo político como sistema há a considerar a estrutura que o comporta, para que se conheça na sua génese o funcionamento do mesmo. Então o sistema político¹⁷¹ pode estar dotado de estruturas simples ou complexas. Por isso diversos autores afirmam que “as sociedades mais simples possuem todos os tipos de estrutura política que devem encontrar nas sociedades mais complexas”¹⁷².

¹⁷⁰ David EASTON, *Catégories pour L'analyse systématique de la Politique*, In P. Birnbaum e F. Chazel, *Sociologie Politique*, Paris, A. Colin, 1978, pp. 15-16. David EASTON, *Analyse du Système Politique*, p. 1

¹⁷¹ V. Adriano MOREIRA In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87, onde afirma que o sistema político “decorre da verificação de que o Estado, entendido como aparelho do poder,” está muito para além de um “sistema político integral”, o mesmo é dizer-se que este encontra um contrapoder que faz parte da organização política. Seja em Democracia ou não.

¹⁷² Gabriel ALMOND, *Les Système Politique Face au Développement*, In P. Birnbaum e F. Chazel, *Sociologie Politique*, Paris, A. Colin, 1978, p. 42. Reforçando a questão da «estrutura política» como «modelo legítimo de interacção que permitem manter a ordem» Idem *Ibidem*, p. 46 Cf. nota de rodapé de António Teixeira FERNANDES, *Os Fenómenos Políticos - Sociologia do Poder*, Lisboa, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, 1988, p. 21

SISTEMAS POLÍTICOS COMPARADOS

«A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim sem encontrar embaraços ou obstáculos. (...) As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos onnipotente»

Salazar, sublinhou a Ferro:

1. O CASO PORTUGUÊS

1.1 O TOTALITARISMO E AUTORITARISMO MONOPARTIDÁRIO

Antes de esboçar qualquer comparação entre sistemas, é necessário um enquadramento estrutural e funcional dos regimes europeus durante a primeira metade do século XX.

O resultado a atingir, para o caso Português, numa análise sociológica comparada (mono e pluripartidarismo vs ditadura/democracia), só é possível em

comparação com um outros sistemas que utilizem domínios sócio-políticos e culturais desde que tenham o mesmo, ou muito próximo, referencial.

Perante a existência de um partido único, o relacionamento com o Estado ou a diferença em relação a este depende em substância da tipologia do regime monopartidário, quanto à sua posição de superioridade e subordinação nas funções que se assumem de direcção ou de suporte. A expressão política é dada pelo domínio e repressão, poder concentrado, na forma ideológica que procura a mobilização das massas. Os modos de dominação são o «totalitarismo/autoritarismo»¹⁷³.

Hannah Arendt foi o teórico que num dos seus ensaios definiu a diferenciação entre a ditadura dos partidos e a dos movimentos¹⁷⁴. A diferença entre os dois modelos é que no primeiro, os partidos apenas pretendem o poder de Estado, onde as posições dentro do governo é que se tornam fundamentais, sem destruir as estruturas; para os segundos, os movimentos, no essencial pretendiam destruir o Estado, no seu modelo e estrutura. O partido reconhece o papel do Estado autoridade, como entidade superior; o movimento sente-se superior e independente do Estado, em autoridade¹⁷⁵.

Os modelos que demonstram estas teorias são o fascismo Italiano e Alemão. Para o primeiro a base foi o partido, no segundo o movimento.

Se por um lado, em Itália, Mussolini dominava o Poder através do partido fascista Italiano, julgando que para o fascismo o Estado era absoluto, porque este prevalecia ao contrário do humano ou espiritual. O Estado *per si* conferia Direitos, porque o partido se tornava «órgão de Estado» e «instituição de direito público» como aparelho uno, gozando da vontade e consciência de um povo.

Faye que não prescinde da análise pelo verbo, dos vários actos de criação¹⁷⁶, que com uma redacção clara, ao contrário de outras explicações, este autor acha que o Estado-totalidade não depende do Estado forte como doutrina hegeliana, mas

¹⁷³ V. quadro 1 em anexo no final do documento, sobre a forma de comportamento dos dois modelos.

¹⁷⁴ A ditadura dos movimentos foi considerada por este autor como uma ditadura do totalitário.

¹⁷⁵ Autoridade é um modo normativo de regulação, que T. Parson define como a «institucionalização dos direito dos políticos» que controlam os membros da sociedade para fins colectivos, V. Talcott PARSONS, *Structure and Process in Modern Societies*, Glencoe, The Free Press, 1960 traduzindo-se para M. Weber numa forma de dominação económica, conforme «dominação em virtude de autoridade». O partido posiciona-se acima dos demais partidos numa identificação com o Estado; o movimento posiciona-se num patamar superior ao dos partidos e do Estado, para se «identificar com o povo».

¹⁷⁶ V. HÉCTOR P. AGOSTI (1984) *Ideologia e Cultura*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 32.

de motivos mais simples. Mussolini foi quem proferiu num discurso, do IV Congresso fascista Italiano, a palavra totalitária, tendo entrado desde logo no léxico político¹⁷⁷.

Para Hitler o movimento em tudo relativizou o Estado. Serviu-se dele, pela sua liderança totalitária numa justa definição de sobreposição do movimento na relação com o Estado e com o povo alemão. Para o nazismo «o Estado, como ditadura unipartidária, era considerado como um estorvo às necessidades contínuas de mutação num movimento em constante crescimento»¹⁷⁸.

De uma forma simples, o fascismo torna-se visível por duas razões, uma pelo paralelismo que existe entre o partido e o Estado, outra pela justaposição entre os órgãos do partido e do Estado¹⁷⁹. Todavia, o partido subordina-se e não se dilui nos poderes de Estado. O poder do partido passa a «poder derivado». O partido submete-se ao Estado, nos seus poderes pelo papel dos vários órgãos numa total função subsidiária do Estado.

Para Mussolini, o partido era «a organização capilar do regime, que introduz o povo na vida política geral de Estado»¹⁸⁰.

No nazismo, o partido liderava toda a unidade do Estado, como representante do pensamento nacional, com o desígnio da nacional-socialista¹⁸¹.

Adolf Hitler, o *Führer*, chegou a afirmar que quem mandava no Estado eram eles (partido), porque o partido se serve do Estado para os seus próprios interesses e nunca o contrário¹⁸².

Em suma, o partido ocupava uma posição superior em relação ao Estado, ou melhor, o movimento penetrou neste por vontade do povo. O Estado passava a ter um mero valor instrumental.

¹⁷⁷ Como o próprio Faye indica, este tipo de palavra não servia senão para designar as assembleias gerais, que representavam as massas, numa satisfação do *quorum* e da representatividade.

¹⁷⁸ Esta forma representava a ideia do expansionismo nazi, com a libertação de um povo para a definição étnica da raça, como o *Führer* sustentava através da imposição de um regime militar suportado pelo poder dos homens das S.S. (Serviços Secretos), dos campos de concentração durante a guerra, com os chamados prisioneiros políticos, de guerra ou de raça.

¹⁷⁹ Qualquer destacado membro do partido teria de fazer parte de um destacado cargo no governo. Os comandos como a liderança do governo é assegurada pelo líder do partido, numa total emblematização do seu poder carismático. Inclusive os emblemas ou símbolos são adoptados pelo Estado, através da administração pública, num acentuado ideário organizativo.

¹⁸⁰ Cit. por Manuel Braga CRUZ, op. cit. no seu livro *O Partido e o Estado no Salazarismo*, p.21.

¹⁸¹ O partido confunde-se com o movimento que lança os tentáculos por todo o poder de Estado, causando a devastação étnica através dum projecto rácico, que é controlado pela polícia. A Polícia política é que controla na forma todas as estruturas de informação, da cultura, da juventude, inclusive a escola, a igreja e exército através de uma penetração que chega às chefias. No campo do trabalho passa-se o mesmo.

¹⁸² Hitler, o líder incontestado, definiu por isso que o partido é que liderava tarefa que não era atribuída ao Estado, competindo ao Estado «administrar legalmente a organização do Estado».

Foi o semear do terror, a ligação expansionista concretizada à luz do monopólio político e social sem oposição firme. A ditadura nazi serviu-se grandemente do totalitarismo que pressupunha duas vias, a idealizada pelo papel do partido e a esboçada pelo movimento. Desta forma jamais o aparelho de Estado poderia perder a independência em relação ao partido. A partir destes dados existe a necessidade de observar os valores da «diferença entre autoritarismo-totalitarismo»¹⁸³.

Juan Linz caracteriza os regimes autoritários como regimes que se encontram entre o «pluralismo democrático»¹⁸⁴ e o «totalitarismo monista».

Na Europa das décadas de 30 e 40 prevalecia o partido único autoritário, em grande parte hegemónico, como refere Sartori¹⁸⁵. Forma que me leva a pensar que se está longe do multipartidarismo, porque a realidade competitiva é uma mera ficção, tolerância que vive da simulação, servindo-se múltiplas vezes das elites "oposicionistas" para recolher mais informação, o que não era possível com o partido único¹⁸⁶.

É neste contexto europeu que se enquadra o Portugal, do Salazarismo, do «Estado Novo»¹⁸⁷, da República Corporativa¹⁸⁸ e da ideologia de um fascismo caseiro, embora em relação a este último contexto, alguns sociólogos, entre eles Braga da Cruz, julguem que este fosse de todos o que menos vinculava a doutrina fascista¹⁸⁹. Primeiro pela falta de uma iniciativa expansionista externa, segundo pelo

¹⁸³ Como já disse anteriormente, o totalitarismo dá grande ênfase à ideologia latente, fixada no papel da satisfação mediática do interesse plural do povo caracterizado por uma base rígida da sociedade. O modelo autoritário, por sua vez, garante uma margem de manobra institucional que pode passar pelo pluralismo partidário sem que os outros partidos constituam uma oposição firme.

¹⁸⁴ "A democracia pluralista oferece a todas as forças sociais uma oportunidade de realizar os seus objectivos [...] pelas vias legais. Os partidos vão assim dedicar-se a reunir o máximo de energia requerida para empreender a luta pelo Poder [...] para aumentar a sua influência sobre a opinião. A sua tabela de valores converter-se-á no critério soberano segundo o qual devem apreciar-se tanto os comportamento como as crenças." In George BURDEAU, *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, p. 26

¹⁸⁵ O partido hegemónico é um partido que permite a existência dos outros, considerando-os de segundo plano, sem lhe dar a possibilidade de competir em igualdade de circunstâncias segundo SARTORI.

¹⁸⁶ V. quadro n.º 1 em anexo, no final do documento.

¹⁸⁷ "O Estado Novo é o Estado social corporativo: realiza a coordenação da vida económica e social com as corporações morais e económicas. E assim o indivíduo realiza uma função social." Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

¹⁸⁸ V. República Corporativa (esquema), em anexo, no final do documento.

¹⁸⁹ V. António FERRO, Salazar, O Homem e a Sua Obra, Lisboa, ed. Emp. Nacional de Publicidade, 1983, pp. 145-147; é que o «Estado Novo» e o Salazarismo, não são formas de fascismo mas de um tipo de regime assente numa legislação, onde o fenómeno se relaciona com as elites, e não com as massas, como o fascismo italiano. Salazar queria identificar-se com o Infante D. Henrique, faceta que fica expressa na propaganda oficial, numa ligação aos Descobrimento,

seu contexto geográfico na Europa¹⁹⁰, terceiro pelo sentido corporativo do «Estado Novo» e por último a falta de apoio de um partido ou movimento ideologicamente definido.

1.2 SALAZARISMO: UMA IDEOLOGIA POLÍTICA

O salazarismo surgiu como uma das formas de libertar o país do totalitarismo que se vinha tentando impor desde o início da I República¹⁹¹. Para além de um sistema sustentado pela sucessivas alterações nos governos, em virtude de uma instabilidade política quase arrepiante, com uma visibilidade crítica e incapaz de determinar um rumo para o país. Levou a uma nova ordem de Estado, onde os protagonistas foram determinantes. “Em 30 de Julho de 1930 [que também coincide com a fundação da UN], Salazar, na sala do Conselho de estado, perante o Govêrno e os representantes de todos os distritos e conselhos do País, define os princípios doutrinários da Revolução Nacional e cria o Estado Novo.”¹⁹² A forma encontrada, centrou-se num corporativismo, sustentado pelo aparelho estatal. Esta forma política e ideológica, preconizada pelo «Estado Novo»¹⁹³, enfeitava o individualismo liberal que acreditava na manipulação das massas que se generalizava no corporativismo organizado.

Portugal no início dos anos 30 era uma sociedade periférica e dependente de classes dominantes marcadas pela importância económica e política do sector agrário. Problema criado desde 1921 pelo oligarquismo tradicional das sucessivas políticas de valorização real do escudo, factor que o velho estado Republicano-

vinculada em todos os manuais escolares In Diogo Freitas do AMARAL, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 56.

¹⁹⁰ Considerado um estado periférico, tendo por referência os dois pólos de conflito, durante as duas Guerras Mundiais. V. Manuel Braga da CRUZ *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1989; *As Origens da Democracia-Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980; *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995.

¹⁹¹ Os primeiros anos da implantação da República foram extremamente instáveis, tanto no contexto social, económico como político, o que levou a sucessivas quedas dos governos e destituições dos PR até 1926, altura em que o Marechal Oscar Carmona se torna PR.

¹⁹² Cristiano de Sousa, In “Finalmente...” (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

¹⁹³ As bases assentavam n` “A sua filosofia política de realidades, em que o valor das experiências feitas sobre o exame atento das causas da nossa decadência é a base onde se contém os ensinamentos para a concepção e para a organização do Estado Novo.” In Cristiano de Sousa, In “Finalmente...” (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa. Como nota temos que o Estado através dos manuais escolares e do sistema educativo, fazia a ligação dos saberes académicos com a fixação dos ideais e da crença ideológica.

Liberal sem possibilidade de alternativa consolidava em bases «demagógicas» e de «desordem»¹⁹⁴.

Outro dos dados relevante nesta fase é a permanência desde 1928 até 1951 do gen. Carmona¹⁹⁵ como PR, que veio sucessivamente a ser reeleito todos os 7 anos até à sua morte, tendo confiado a pasta das Finanças a Salazar¹⁹⁶, que se tornou Presidente do Conselho a partir de 1932. Salazar tornou-se, assim, a personalidade mais influente do regime, que através da Constituição Política de 33, plebiscitada nesse ano alterou substancialmente a situação política.

Na constituição de 1933 era repudiado o totalitarismo interno como o expansionismo externo. Ideia contrária a outros sistemas políticos europeus, ideologicamente semelhantes, que outrora se poderiam julgar, de forma abusiva, o suporte teórico para o caso Português¹⁹⁷.

O salazarismo assumiu-se como uma Ditadura Nacional¹⁹⁸ que não tinha por detrás um partido ou movimento.

Salazar nos seus discursos apontava como consciência nacional a liberdade dos cidadãos, logo «nenhum de nós - nacionalista e amante do seu país - faz profissão de nacionalismo agressivo, exclusivo, odioso, antes se apegava à noção de Pátria, é que compreende, por instinto do coração e por imposição da inteligência, que o plano nacional é ainda o melhor para a vida e os interesses da humanidade. E, no entanto, fugindo da divinização do Estado e da sua força, em nome da razão e da história, nós temos de realizar o Estado forte, em nome dos mais sagrados interesses da Nação; temos de fortalecer a autoridade, desprestigiada e diminuída, diante das arremetidas de mal compreendida liberdade, temos de dar à engrenagem

¹⁹⁴ Gera-se a instabilidade política e social associava-se a inúmeros «escândalos» face à crise instalada.

¹⁹⁵ Que se tornou no seu segundo mandato à frente do Estado Português, e exercício de funções Marechal.

¹⁹⁶ É a partir de 1928 que o situacionismo político se altera com a chamada «ordem», «ordem» nas finanças, pelo equilíbrio orçamental de Estado. O seu protagonista foi o Professor António Oliveira Salazar que perante o Estado-Liberal impôs o reforço dos poderes de Estado, em suma, faz emergir o papel da autoridade sócio-política, como alternativa capaz de superar a oligarquia por sectores vigentes. As reformas económicas circunscreviam-se a um formulário de respostas à crise política há muito sustentada pelas forças Republicanas e democráticas.

¹⁹⁷ Diversamente, o período balizado pelo movimento militar de 28 de Maio de 1926 e o que coincide na sua maior extensão com a vigência da Constituição de 1933, é o que assume uma inspiração filosófica e consagra modalidades de organização económica e de estruturação do poder político que a afastam do Constitucionalismo liberal e parlamentar. V. Marcelo Rebelo de SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.

¹⁹⁸ Na luta que se travou acerca do futuro para Portugal, dentro da Ditadura, foi o Salazarismo que venceu.

do Estado a possibilidade de direcção firme, de deliberação rápida, de execução perfeita»¹⁹⁹.

O totalitarismo foi definitivamente afastado das teses ideológicas do Salazarismo, por duas razões simultâneas, a formação católica e jurídica de Salazar, bem como da *Elite* Política que o acompanhava no «Estado Novo»²⁰⁰, virado para um estatismo autoritário que manipulou a sociedade através de uma ideologia, baseada na crença. Acreditava-se que o «Portugal podia ser Maior» pelo colonialismo²⁰¹. Repugnava a violência, mesmo que a polícia política (PVDE) impusesse alguma vigilância sobre os cidadãos, tomando iniciativas políticas repressivas, de poder coercivo ou punitivo, através da «censura prévia» de documentação informativa²⁰². A certa altura, Salazar, sublinhou a Ferro: «A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim sem encontrar embaraços ou obstáculos. [...] As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos onnipotente»²⁰³.

Salazar acreditava numa Ditadura de Direita²⁰⁴ "sem dar grandes ases ao poder pessoal"²⁰⁵. Então o «Estado Novo» socorria-se, não de uma estatocracia,

¹⁹⁹ Salazar, Discursos, I, pp.289-290

²⁰⁰ Ibidem, Salazar nunca pensou no totalitarismo, porque jamais o Estado Português podia ser «Pagão e Anticristão», como recomenda este tipo de política. Portugal estava desta forma afastado da divinização do Estado ou da raça, não por influência nacionalista pela sua inspiração cristã. Mais, Salazar preocupava-se com a constitucionalidade do regime, ainda antes de chegar ao governo em 1928. O presidente do Conselho liderava a Ditadura mas com a total constitucionalização do regime.

²⁰¹ Cf. Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 78 nos diz, o "colonialismo tinha uma missão de salvaguardar o regime no poder e de unir portugueses de credos políticos dispares".

²⁰² Nesta altura já o regime começava a temer o recente movimento vermelho (MUD), que mais tarde viria a dar origem ao PCP, liderado por Álvaro Cunhal. O MUD é criado em 08 Out. 45 como movimento oposicionista ao regime, pois vislumbrava-se uma abertura no regime, já que Portugal mantinha um certo isolamento internacional, e internamente o Governo tinha decidido dissolver a An em 18 Ago. e as eleições iriam acontecer em Novembro de 1945. O MUD tem ainda como foco de abrangência a MUNAF, que por impedimento da sua própria organização se juntou a este movimento mais amplo e de unidade democrática e oposicionista. V. Fernando COSTA VVAA Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I e II, 1996

²⁰³ António Ferro, *Salazar, O Homem e a Sua Obra*, Lisboa, ed. Emp. Nacional de Publicidade, pp. 74-75

²⁰⁴ O Salazarismo veio a revelar-se como um duplo pragmatismo, agindo no quadro das classes dominantes e das forças politicamente conservadoras. Estava-se perante um pragmatismo económico e social, arbitrado autoritariamente sob o lema do «interesse nacional», segundo a estratégia fixada pelas «forças vivas» radicadas na sociedade. As várias definições eram alimentadas pela Direita para um derrube do Liberalismo e do parlamentarismo.

²⁰⁵ Manuel Braga da CRUZ, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 50, todavia, sempre gostou de manter o seu poder pessoal e, revelador disso foi, em 1934, Salazar manter o exército separado da política, em virtude de ter restringido o poder do PR. V.

mas de um tipo de «ditadura intelectual» ao contrário do que acontecia com o fascismo Italiano pela «ditadura do movimento/partido» ou do nazismo através da «ditadura militar ou partidária». Salazar apelidou o seu processo político de «ditadura da razão», porque tinha sido ultrapassado o estado deficitário em que se encontrava o país. Situação económica precária e socialmente instável. Salazar ultrapassa a questão do totalitarismo com o Estado Corporativo, do tipo associação de indivíduos (*elites* do Estado), numa autonomia integrada na estrutura da comunidade, ao contrário do corporativismo de Estado.

O Salazarismo impunha-se com seus próprios cânones ideológicos: de matriz democrática-cristã²⁰⁶; militar, do ponto de vista político²⁰⁷; e, católico, do ponto de vista ideológico²⁰⁸.

As grandes alterações constitucionais apenas viriam a acontecer 26 anos após a entrada em vigor da constituição de 1933, já que as revisões constitucionais eram como um *output's* do sistema.

O ENT obrigou os operários a inscreverem-se nos sindicatos nacionais, mas a partir de 1934 as greves vieram a ser proibidas. Os patrões reuniam-se em grémios, como agrupamentos de sustentação do regime.

Apenas em 1959 é que se veio provar quanto foi necessário a existência das duas Câmaras: a Câmara Corporativa, ainda que com carácter consultivo; e, a Câmara Política (AN) que fazia a fiscalização ao executivo e legislava com bases governativas. A AN servia ainda para representar alguns dos interesses da Nação ao nível do discurso político senão mesmo de alguns factos orgânicos²⁰⁹.

Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 65; Salazar, *Discursos I*, pp. 35-37

²⁰⁶ O sentido democrático-cristão apenas pode ser atribuído se se tiver em conta a natureza da formação pessoal e académica do estadista Salazar (CADC, em Coimbra, que este veio a integrar enquanto estudante), por um professor de Direito em Coimbra por outro o ser cristão e crente na fé de Deus. Sentido que o levou mais tarde a definir o «Estado Novo» como a trilogia entre Deus, Pátria e Família, ainda que alguns historiadores e sociólogos defendam o alargamento à Sociedade e à Política. Outra das razões é que o estadista teve preocupação de repõe a velha “aliança em trono do altar” e reconhece “a soberania espiritual de Roma”, numa “nação independente, no seio do catolicismo” Cf. Diogo Freitas do AMARAL, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 57

²⁰⁷ Ao contrário dos outros países onde se pratica o fascismo, Salazar apenas faz o elogio às virtudes militares Cf. Diogo Freitas do AMARAL, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 57 porque Salazar pretende um “Estado tão forte que não precise de ser violento” Oliveira SALAZAR, *Discursos*, I, p. 81

²⁰⁸ V. esquema B em anexo, no final do documento

²⁰⁹ V. esquemas C e E em anexo, no final do documento.

Mas em 1959, José Hermano Saraiva, num dos discursos na Assembleia Nacional, a quando da revisão constitucional, chamava a atenção para o tipo de voto que devia servir às eleições²¹⁰.

Mais tarde, em 1971, é Francisco Sá Carneiro que como deputado desperta todos os deputados para o risco que se estava a cometer, considerando que a revisão de 1945, ao equiparar os poderes do governo aos da AN no domínio do exercício das suas funções legislativas alterava a estrutura do regime político vigente.

O que supostamente era a ditadura do poder, via-se como a ditadura constitucional, mas à qual Salazar chamou a DITADURA DO DIREITO E DA RAZÃO.

A AN sofria o apagamento progressivo por parte do governo no campo legislativo e fiscalizador, como demonstram as várias revisões constitucionais.

1.3 SALAZARISMO: IDEOLOGIA DE UM SISTEMA DE COMPARAÇÃO

Na segunda metade dos anos trinta o «Estado Novo»²¹¹ clarifica-se institucionalmente, afirmando-se económica, política e socialmente nas suas características básicas que perduram até quase ao seu derrube.

No plano económico e social, com carácter nacionalista e proteccionista do intervencionismo estatal, lançou-se a organização corporativa restrita a sectores vitais da economia nacional, como a metalurgia pesada e as indústrias transformadoras e navais²¹² baseadas em *lobbies*²¹³ mesmo com toda a crise internacional, sustentada por uma coordenação económica premente de toda a tutela do Estado.

²¹⁰ Um voto não do tipo directo e corporativo, já que não representava a totalidade dos interesses nacionais muito menos do colectivo num individualismo que existia dentro das instituições. V. revisões constitucionais desde 33 em anexo.

²¹¹ De 1926 a 1932 vive-se o período da génese do sistema do partido liderante, enquanto se processa a constituição do próprio regime político, autodenominado Estado Novo. V. Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

²¹² Nesta situação estão os grandes empresários da altura, sendo o grande exemplo do «Estado Novo» Alfredo da Silva com a CUF, bem como as grandes empresas que predominam na cintura de Lisboa, em pólos emergentes e periféricos como a SOREFAME, ligada à metalurgia pesada e construção de carruagens para os Caminhos de Ferro, a LISNAVE como indústria naval, ou a Sidurgia Nacional como indústria do aço.

²¹³ Grupos restritos onde se incluíam os grandes grupos económicos, no essencial os bancos e seguradoras.

No campo político-institucional, o regime emerge, para uma «ditadura do Chefe do Governo», num total esvaziamento dos poderes do PR e da AN, com a anulação das concessões ao liberalismo resultante do «compromisso constitucional» de 1933²¹⁴. O chefe que via a sua doutrina²¹⁵ como «científica²¹⁶» e, ao mesmo tempo, «nacionalista»²¹⁷. Filosofia política que era inclusive, transmitida através da escola, com texto simples, mas reveladores do sentido prático que se pretendia imprimir ao regime²¹⁸.

Salazar começa em 1936 a ser a «mão forte» do regime com a atribuição da pasta da Guerra. As suas orientações para a modernização em 1937 e 1938 vão deixar-lhe em mãos o controlo político sobre as Forças Armadas²¹⁹. Sector da sociedade que ao longo dos anos vai perdendo o seu poder próprio, numa reacção de esvaziamento, prefigurando-se uma acalmia, nas bases do exército. Uma paralisia quase estática no resto das forças militares. Ao mesmo tempo, era reforçada a vigilância sobre os cidadãos, através dos órgãos militares, da GNR.

²¹⁴ No fundamental, a Constituição em sentido formal caracterizava-se para além do mais pelo sentido semântico dos seus formalismo. Ela resulta do exercício de um poder constituinte autocrático ou monocrático, assim como visa legitimar, no plano formalmente constitucional, esse poder, bem como do poder constituído, também autocrático ou monocrático. Para além do mais previa que nas suas funções legislativas e administrativas viesse a tomar-se ascendente em virtude do apagamento das funções parlamentares.

²¹⁵ V. Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa. Que através do seu texto em pouco parágrafos faz um resumo das finalidades que se pretendiam alcançar, através da escola.

²¹⁶ É científica, porque se formou à luz de processos da ciência positiva aplicada à psicologia humana e de métodos de investigação histórica. Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

²¹⁷ É nacionalista, porque se funda nas próprias lições da nossa história e tem como primeira e máxima realidade a existência e a independência da Nação portuguesa como grande Império, material e espiritual. Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

²¹⁸ É durante a década de trinta e quarenta que floresce entre os jovens o investimento do Estado, na socialização desta camada, de forma a se atingir uma ideologização e estadiação do regime, pela concentração do investimento político. Só a partir dos anos 50 é que segundo Machado Pais, a juventude emergiu para as verdadeiras questões sociais, atingindo-se o seu apogeu na Segunda metade dos anos 60, com as crises estudantis e a guerra colonial. V. *Levantamento Bibliográfico de Pesquisas sobre a Juventude Portuguesa - Tradições e Mudanças (1985-1995)*, Lisboa, Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 21, 1996.

²¹⁹ Nesta base o factor externo pesava por ventura neste tipo de orientações do primeiro ministro, todavia, o seu presidencialismo, era condicionado pelos apoios externos, V. Adriano Moreira, *O Regime: O Presidencialismo do Primeiro-ministro, PORTUGAL O Sistema Político e Constitucional 1974-1987* p.32, ICS, 1989. Onde o autor aponta que «sem os apoios externos, que faziam parte dos sistema Português, e ficavam de fora do alcance de decisões do regime, nem este poderia manter a estrutura multicontinental do Estado, nem outro regime poderia, por simples ideologia interna, conseguir tal objectivo». Assente neste pressuposto é que anos mais tarde Portugal assina o protocolo da Base das Lages nos Açores, em 1943 com a Grã-Bretanha e em 1944 com os EUA devido à neutralidade do país durante a II Guerra Mundial, bem como adere à Aliança Atlântica, como força persuasiva entre os Blocos, NATO. Problema que se agudizou ainda mais com o sinal da Guerra Fria entre as duas potências mundiais, após a II Guerra Mundial.

Para além da «domesticação» das Forças Armadas, o Estado Português através da concordata com a Santa Sé e o Acordo Missionário de 1940, levam a uma cordial separação de princípios legais entre o Estado e a Igreja, não deixando o primeiro de ter a «subordinação política do segundo». Tendo o regime cedido à Igreja o direito do “ensino religioso nas escolas [e] o reconhecimento de personalidade pública à Igreja, numa espécie de «negócio». Recuperando a Igreja parte dos privilégios que tinha na monarquia”²²⁰. Mantendo-se a separação do Estado e da Igreja²²¹. Num papel de suporte ideológico ao regime como “factores contingenciais que conduziam as *elites dirigentes* a fomentar todos os princípios de um poder com características de monocracia através das acções católicas das várias organizações de leigos. Sabendo-se que as várias concessões feitas podiam trazer algumas amarguras ao Primeiro-ministro, este viu na igreja um importante “instrumento do estado no enquadramento da sociedade civil [e] da afirmação do poder político”²²², tornando-a ao nível legal, material de ensino, como instrumento legitimador do regime num apurado enquadramento das massas. A Igreja, através dos párocos, dava visibilidade a um regime, que Salazar queria ver católico mas também obediente, tendo como referência a imagem do “chefe” como a de Deus, “pai” de todos quanto o adoravam.

Só que para controlar as Instituições Tradicionais cria a MP²²³ e a LP²²⁴, em 1936, já que se temia a FP, «ameaça vermelha» da vizinha Espanha. Milícias que

²²⁰ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

²²¹ V. esquema A e B, em anexo no final do documento.

²²² Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

²²³ Organização de seu nome completo Organização Nacional Mocidade Portuguesa que foi instituída em 19 de Maio de 1936 em cumprimento da Base XI da Lei n.º 1941 de 19 de Abril de 1936, que remodelava o Ministério da Instrução. Durante a ditadura inculcou na juventude o conjunto de valores preconizados pelo «Estado do Espírito», o amor à Pátria, ao Império, à Sociedade, ponto que acho essencial incluir porque pode ser uma referência importante para o conceito triológico de Deus/Pátria/Família, à Família e ao próprio soberano Salazar. Considerado o último grande projecto político do «Estado Novo». Teve como primeiro comissário Francisco José Nobre Guedes que foi substituído por Marcelo Caetano que viria a marcar pessoalmente esta organização. O período compreendido entre 1936 e 1945 foi o de consolidação desta organização, a partir daqui entrou num período de estabilização, vindo a sofrer o seu declínio entre 1966 e 1974. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, pp. 607-609.

²²⁴ Organização miliciana criada em 1936 e existente até 25 de Abril de 1974. Dependia do Ministério do Interior e da Guerra. A LP definia-se pela capacidade, dos seus corpos como o serviço de informações, a brigada naval e a força automóvel de choque, que tinha em manter uma intervenção política para sustentar o regime do «Estado Novo». Tal como o Estado a sua estrutura era de comando bicéfalo: junta central (nomeação governamental) e um comandante-geral (militar). In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, p. 511

mostravam um "folclore" militarista²²⁵ através das suas saudações nas paradas realizadas numa distinção da "raça", não com a expressão que foi dada pela Alemanha. Todavia, Salazar nunca dispensou as medidas drásticas de saneamento político, como estratégia preventiva, mesmo que fosse necessário a repressão no funcionalismo público civil e militar.

Iniciava-se uma nova ideologia baseada no totalitarismo tendencial de um «Estado Novo» arvorado, ainda que temperadamente moderado, em relação a outros tipos de fascismo Europeus. «Educador das Almas» era o tipo de fascismo em que assentava a «Educação Nacional»²²⁶ com a assinatura de Carneiro Pacheco, em 1936.

O sistema Educacional foi concebido para moldar os jovens aos novos valores do nacionalismo, já referidos, através da MP, com uma secção feminina, pois estava por detrás de todo o conceito uma criteriosa selecção e formação política dos seus educadores. O texto da reforma de Carneiro Pacheco de 1936, ilustra bem a utilização da escola como veículo de doutrinação. A escola foi deliberadamente utilizada para divulgar e fomentar as ideias e os propósitos do poder instituído. Os livros escolares incorporam textos que veiculam de forma mais ou menos explícita os valores da ideologia do poder.²²⁷

O problema da educação não foi encarado linearmente pelo «Estado Novo», porque as alterações produzidas revelaram-se interdependentes das mutações sócio-políticas e económicas produzidas na sociedade. Assim, este assume-se relativamente ao sistema educativo segundo duas perspectivas diferentes: "fases dura" e "fases liberalizantes".

A "fase dura", na década de 30, corresponde à consolidação dos regimes fascistas por toda a Europa, no nosso país, a ideologia da ditadura assenta na apologia da estratificação social, na glorificação da ignorância, acompanhada de obediência, ordem e pontualidade, pretende-se desacreditar a educação como factor de ascensão social, "a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos"²²⁸. Neste período o ataque à formação de professores objectivou-se na seguinte forma: encerraram-se e

²²⁵ Fernando Rosas é que define as saudações militares durante o «Estado Novo» como um "folclore" do regime, já que apenas interessava a este mostrar-se a si e ao povo como uma das provas da força que detinha.

²²⁶ Esta outra das formas de firmar a sigla do «Estado Novo» (EN), através do sentido de Educação Nacional.

²²⁷ Luiza CORTESÃO, *Escola Sociedade: que relação?*, Edições Afrontamento, 1981

²²⁸ Ibidem, p. 67

mudaram-se instituições de formação, diminuiu-se o número de anos para formação, numa campanha clara de desprestígio e desqualificação profissional da classe docente, alteram-se conteúdos programáticos, preconizou-se o ensino dogmático e teorizante, conceitos de disciplina rígida e o predomínio da memorização sobre o raciocínio e até criatividade.

A Igreja e o Estado controlam o ensino primário, ao invés da educação laica defendida pela 1ª República. O Estado defende que a educação depende basicamente da família. Quanto ao recrutamento de docentes, este é selectivo, e "começa a processar-se o afastamento dos professores que revelam não ser da confiança para o regime"²²⁹

A "fase liberalizante" desenvolveu-se no período decorrente entre 1942 a 1974. Em 1942 reabrem as escolas do Magistério, sendo as condições de acesso bastante selectivas, entrando apenas as pessoas não hostis ao regime. Em 1944 com a queda de alguns regimes europeus fascistas, assiste-se a uma certa agitação social estudantil nos meios Universitários, contudo as alterações a nível do ensino são poucas.

Relativamente aos acontecimentos políticos mundiais, nesta altura, não conduziram a uma mudança dos acontecimentos sociais e políticos portugueses. Os acontecimentos a que os efeitos da mudança política da 1ª República²³⁰ para a ditadura não se fazerem sentir de imediato no sistema educativo. Devido aos factos, as alterações são significativas no ensino primário, como por exemplo: a redução da escolaridade obrigatória (para 4 anos em 1927 e 3 em 1930), a instauração da separação por sexos nas escolas e o início de uma campanha de ataque à necessidade de alfabetização e cultura.

Os sindicatos nacionais, a FNAT e a ONMEN, eram alguns dos argumentos apresentados para a sustentação do corporativismo com bases efectivas²³¹.

António Ferro, então à frente do SPN, criado em 1933, orientador ideológico geral para as Artes e espectáculos para além de todas as formas de expressão, fornecia os vários ingredientes que garantiam a vitalidade dos factos que se iam tornando visíveis.

²²⁹ Ibidem, p. 77

²³⁰ Ibidem, que "aposta na dignidade do Homem e na sua promoção moral e social (...), combate ao analfabetismo, difusão cultural popular", p. 16

²³¹ Que Salazar nunca quis que pudessem ser uma das partes com quem negociar, pois nem sequer lhes conferia qualquer tipo de força reivindicativa. E, os sindicatos, muitas vezes, serviam para referenciar os do contra poder, a oposição escondida nos campos do trabalho, e que a todo o custo o regime tentava neutralizar.

Outros argumentos eram apresentados para garantir a estabilidade e viabilidade das ditas condições de desenvolvimento impostas, designadamente sob os ventos que sopravam da Guerra Civil de Espanha. O sistema de Justiça assentava nos poderes da polícia política, PVDE²³², considerada o núcleo duro do regime.

Sabendo quanto era possível as ameaças externas, que poderiam abalar a segurança autárquica ou a integridade do Império, Salazar começa a definir, devido à crise mundial, a partir de 1935, a grande política externa essencialmente defensiva, de costas voltas para a Europa, projectando-se para o Atlântico e Colónias Portuguesas²³³.

Em 1940, quando a Europa começava a ser devastada pelo Imperialismo Nazi, de Adolfo Hitler, e o fascismo levava de vencida todas as comunidades, o «Estado Novo» também triunfava entre portas, porque dava visibilidade a uma conjuntura económica estável, glorificando a cultura e as artes²³⁴.

O sistema de valores de instituições e de políticas via a sua superioridade e durabilidade fortalecidos por uma autoglorificação do «Estado Novo», através das Comemorações do Duplo Centenário da Independência da Nacionalidade, com o seu epílogo na EMP (1940), em Lisboa. Plano que se tinha iniciado em 1938, como fixado pelo "chefe de Estado", Oliveira Salazar.

Todavia os que estavam contra o regime, classificariam o equipamento do Salazarismo como um imperialismo que "na sua magestusidade de gesso e papelão, na aparência de eternidade que celebrava, a Grande Exposição era como que premonitória da precariedade do próprio regime, subitamente ameaçado, um ano depois, pelos vendavais da II Guerra Mundial"²³⁵.

²³² Mais tarde passou a designar-se PIDE como forma de garantia do sistema no plano interno e externo, ao contrário da primeira que se circunscrevia ao continente. Por imperativos vários veio a ter outra designação posterior que foi DGS isto já nos anos sessenta quando o clima político começava a aproximar-se da derrocada do regime.

²³³ As colónias que vieram a determinar alguns dos maiores conflitos políticos internos e externos, levando Salazar a considerar inclusive que estas se tornassem parte integrante da Nação, designando-as como províncias ultramarinas.

²³⁴ Cultura e artes, tema que será desenvolvido no capítulo seguinte.

²³⁵ In José MATTOSO (Dir.); e Fernando ROSAS, (Coord.) *História de Portugal, O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, Vol. VII, 1994, p. 245

1.4 O REGIME

Antes de analisar o regime ditatorial e de tecer outras considerações sobre o mesmo, seria conveniente, senão vantajoso, delimitar as várias fases pelo qual passou.

EVOLUÇÃO DO ESTADO NOVO	
	1926 1935 1945 1955 1965 1974
Ditadura Militar	██████████
A constr. «Estado Novo» ²³⁶	██████████
O Clímax ideológico ²³⁷	██████████
A diversificação do regime	██████████
O endurecimento	██████████
A liberalização bloqueadora	██████████

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

Fonte: Manuel Braga da CRUZ, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1988

Apenas me debruçarei sobre as duas primeiras fases, todavia não deixarei de tecer algumas considerações sobre a terceira.

A quarta fase é apontada como uma viragem dentro do profundo reformismo da continuidade, com o consolado de Marcelo Caetano, ainda mais com a agudização da guerra colonial, nomeadamente a partir de 1963. Na quinta fase, tal como o nome indica, o da liberalização, é apontada pelo chefe do governo²³⁸ como o começo de uma oposição de bloqueio²³⁹ que devido aos factores coloniais e externos determinaram a não coesão social no país até que se chegou à ruptura em 25 de Abril de 1974.

²³⁶ Que Fernando Rosas designa como «período áureo» ou «consolidação do regime» (1935-1940). In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I e II, 1996, p. 868, porque é na segunda metade da década de trinta que Salazar consolida a afirmação do poder pessoal, que no essencial passa pela Constituição de 1933, numa transformação para a ditadura pessoal do Chefe de Estado.

²³⁷ Este apontamento é meu. Justifica-se este apontamento, porque durante estes dois anos Portugal confronta-se com alguns apontamentos de ordem militar, político, e económica, em virtude da guerra, pois os blocos delimitativos do eixo determinado por Espanha tentava, no sentido do pêndulo, inverter as coisas para o lado dos aliados. O regime consultava-se, apontando-se a estabilidade económica, o «Estado Novo» “parecia que estava para durar” Fernando Rosas In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I e II, 1996, p. 870, tendo lançado, em 1938, Salazar a EMP.

²³⁸ A crise do sistema partidário, do sistema de governo e do regime político é então equacionada dentro de três ópticas essenciais. Para Marcelo Rebelo de Sousa no essencial o que estava em causa era a sustentação por parte da UN, no seu seio, múltiplas correntes política-ideológicas por forma a ter uma maior base de apoio ao poder V. *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

De 1969 até 1974 o último período em que foi possível um tipo de governação assente no monopartidarismo, mas que se pode qualificar de tentativa de reconversão do sistema partidário. «Não é por mero acaso, então, que as camadas correntes da desideologização se manifestam num período tão crítico para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, período que precisamente se caracteriza pela pugna entre dois sistemas sociais no plano mundial. O sentido intrínseco da manobra é evidente: se as ideologias ou, pelo menos, postas entre parênteses, o *statu quo* da dominação capitalista conseguiria prolongar-se embora tivesse de sujeitar-se a certos arranjos rejuvenescedores»²⁴⁰.

A primeira tentativa foram as eleições em 1969, para a AN, que com a relativa mudança do funcionamento do regime, com a criação das comissões eleitorais da oposição, vieram a rejuvenescer a UN através dos seus quadros, dando em paralelo mais poderes ao PR²⁴¹. É quando a UN se transforma em ANP, seguindo-se a revisão constitucional de 1971, e eleição do PR em 1972. As eleições em 1973 são o culminar de todo o processo neste período, que vai depois até 1974. «Não admira, que tenham sido muito pouco elaboradas entre nós, até 1974, questões como a distinção conceptual entre partido político e associação política, os fins e funções dos partidos, nomeadamente os não imediatamente eleitorais, as formas de organização interna e a natureza do mandato exercido pelos seus membros, quando titulares de órgãos de poder político de Estado de base electiva»²⁴².

²³⁹ «Forças de bloqueio» foi como Cavaco Silva a definiu os partidos políticos da oposição e as suas classes dirigentes, ainda que sob a definição da liberdade democrática.

²⁴⁰ V. Héctor P. AGOSTI, *Ideologia e Cultura*, 1984, Lisboa, Livros Horizonte, p.32. Perante o sofisma dificilmente é dissimulada a inquietação dos defensores do *Statu quo*, como refere Héctor Agosti no seu livro, um singular crescimento das elites serve de transformação das massas.

²⁴¹ O partido político único, na maioria dos casos, acaba mesmo por representar uma mera correia de transmissão ao serviço de um projecto monocrático ou autocrático, sem que os efectivos centros de decisão política nele se localizem ou o envolvam. A sua função é de apoio sistemático, de enquadramento e formação ideológica constante, de difusão global das orientações do poder político e, nalguns casos, de uma legitimação periódica (pelo patrocínio formal de candidaturas à governação ou pela aprovação das grandes linhas da candidatura política desta). V. Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

²⁴² V. Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

The political development of both these groups contributed to demands for reform of the political system. After Salazar, incapacitated by illness, had been replaced as prime minister by Caetano, it seemed of "liberals" were brought into both the party and government apparatus, while a number of opposition deputies and deputies from the liberal wing of de União Nacional were welcomed to the Assembly in 1969. Although Caetano later retracted some of the liberalisation moves in face of right-wing reaction, this was an important phase in the sense that it encouraged opponents of the regime to aspire to further reforms, while the opposition and liberal UN were to form the nuclei of some political parties after 1974. V. *The New Mediterranean Democracies, Regime Transition in Spain, Greece and Portugal*, Edited by Geoffrey Pridham.

1.4.1. DITADURA MILITAR

Em 1926, os sistema parlamentar tornava-se praticamente impossível. A revisão constitucional foi antecipada cinco anos em relação à data prevista. Foi em 9 de Fevereiro de 1926 que se sentiu tal urgência, contudo, em 28 de Maio o Exército e a Marinha pronunciavam-se a favor da destituição do Chefe de Estado e do Governo e da instauração da ditadura militar. O Decreto de 9 de Junho dissolveu o Congresso da República, provocando a cessação da Constituição de 1911, mas só em 1933 é que foi possível revogar a Lei através da promulgação do texto Constitucional.

A Ditadura Militar encontrou um grande apoio Monárquico²⁴³ e Republicano²⁴⁴. As forças políticas ainda que em campos políticos diferentes sustentavam a união no país, como tinha acontecido em 1851, altura da Regeneração.

Com a Revolução de 28 de Maio de 1926²⁴⁵ era instaurado o regime autoritário pelas Forças Armadas, e consequentemente concentrados todos os poderes no Governo, que anteriormente eram exercidos pelo Parlamento e Ministério. A legislatura era feita com base em «decretos com força de lei», isto até Abril de 1933²⁴⁶.

O movimento de levantamento militar, entretanto, tornou-se revolução, dando origem a uma ditadura militar. O Estado através da imposição de um novo regime político veio a instituir uma longa transição.

Em 17 de Junho de 1926 é deposto o comandante Mendes Cabeçadas pelo gen. Gomes da Costa. O primeiro revoltoso que tinha como lema a alternativa em redor da «reforma ou revolução», o segundo preferia a «continuidade ou ruptura» no sistema das instituições. Os dois movimentos militares partiram, inicialmente, de

²⁴³ Os monárquicos desde muito cedo renunciaram à restauração da monarquia, todavia a colaboração com um Governo dependia de um apoio de interesses partidários, perspectivando acima de tudo o interesse Nacional.

²⁴⁴ Os Republicanos eram sobretudo «Sidonistas» ou «Centristas» apologistas do Presidencialismo, e alguns conservadores do parlamentarismo.

²⁴⁵ Esta é a primeira insurreição que não foi feita nem por um partido nem por um movimento. Os seus fins não tinham propósitos ideológicos, que determinassem um parlamentarismo democrático. Foram as Forças Armadas que chamaram até si um projecto sem ideários, cheio de contradições, mas com uma finalidade revoltosa assente em pressupostos sustentados por uma apropriação dos meios de controlo político do movimento.

²⁴⁶ O Decreto n.º 15063, de 25 de Fevereiro de 1928, mandou proceder à eleição do PR por sufrágio directo e fixou em cinco anos a duração do respectivo mandato, e os Decretos nos 15248 e 15331, respectivamente de 24 de Março e 9 de Abril, estabeleceram que o presidente residia num dos palácios nacionais, exercesse as atribuições enumeradas no Decreto n.º 12740 e prestasse compromisso de honra; In MARCELO Caetano Constituições Portuguesas, Lisboa: Verbo, 1986.

pontos opostos, com a finalidade de imporem uma atitude Revolucionária. Em Lisboa, Cabeçadas foi tomado de assalto por Gomes da Costa que tinha partido de Braga para tomar o poder. Os dois chefes perderam-se em confrontos levando-os inclusive a pensar na restauração da monarquia integral, no quadro político das instituições Republicanas.

O Presidente da República é eleito por sufrágio directo e Universal, em 25 de Maio de 1928, numa eleição que plebiscitou a Revolução. O gen. Oscar Carmona torna-se por esta via o Chefe de Estado e exonera o Ministério a que presidia, dando lugar ao Presidente da República, na Ditadura, e nomeia o cor. José Vicente de Freitas para presidente de outro Ministério ao qual caberia formar Governo. O Presidente deixa de ter a colaboração de secretários de estado²⁴⁷.

Foi no último Ministério que se integra o Prof. António Oliveira Salazar como Ministro das Finanças.

A eleição de Carmona constitui a fase seguinte de uma crise que tinha começado em redor das questões religiosas iniciadas na 1ª República.

A Igreja que começara a ter «personalidade jurídica» vem reforçar tais prerrogativas definidas em decreto quando Salazar ocupa, em 1928, a pasta das Finanças. A separação concordotal de poderes viria futuramente a ser uma realidade.

O último conflito e o mais decisivo foi o que se desenrolou em volta do sistema governamental e do partido, pois tinha que ser constitucionalmente consagrado na Lei, com o aparecimento da UN²⁴⁸, em Julho de 1930, e «plebiscitado» pelo texto constitucional, em Março de 1933.

O texto constitucional de 1933 aparece ainda numa dependência de consensos entre a plataforma dos apoiantes da «Revolução Nacional» e os antigos primos-Republicanos.

²⁴⁷ Sistema presidencialista pessoal.

²⁴⁸ A qualificação de partido liderante em relação à UN e quatro décadas depois à ANP é adequada a um ponto de vista que só pode ser visto se se pensar que apenas esporadicamente é que outras realidades políticas foram sendo toleradas na sociedade portuguesa, ainda que a relevância destas fosse pouco consequente em termos de titularidade do poder dentro do sistema político. V. Marcelo Rebelo de SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

1.4.2 ESTADO NOVO: CONSTRUÇÃO

O «Estado Novo»²⁴⁹, depois de constitucionalmente definido o novo tipo de regime "político-partidário", apresentava-se social e economicamente Corporativo. Delineava-se o quadro jurídico e os tipos de órgãos políticos. Desenhava-se um Estado esquematizado²⁵⁰, assente em instituições solidamente capazes de suportar o regime, meramente burocratizado, legislativamente funcional e estruturalista²⁵¹.

Esta fase durou até 1937, altura em que é promulgado o Código Administrativo. Socialmente, o regime Corporativo, já existia desde 1933, com a promulgação do ENT²⁵².

Em 1937 é lançada a FNAT depois de um ano antes ter sido criado o Conselho.

A década de 30 serve para enquadrar o movimento nacionalista desencadeando-se para tal os mecanismos de propaganda política²⁵³.

Em 1933 é criado o SPN chefiado por António Ferro e a Acção Escolar de Vanguarda. Dois anos mais tarde inaugura-se a Emissora Nacional (EN) que serviria o regime para a mobilização e de comunicação para as massas. A MP e a LP apareceriam em 1936, ano em que deflagrava a Guerra Civil Espanhola.

Os mecanismos repressivos intensificavam-se através da regulamentação da «censura prévia», acto que deu origem à polícia política enquanto se dissolvem todas as organizações operárias. Proibia-se as sociedades secretas, com a demissão de todas os desafectos ao regime para todos os funcionários públicos e elementos das Forças Armadas.

"A instrução do Estado Novo Corporativo caracteriza-se assim por um acentuado autoritarismo de Estado, por um dirigismo político e económico-social, por

²⁴⁹

O Estado Novo, o nacionalismo Português, partiu do facto para o conceito, das realidades para a doutrina, e tudo subordina ao bem da Nação, com a prosperidade dos indivíduos, das famílias, das corporações e das autarquias locais. Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

²⁵⁰

A confirmação do estado de coisas é esta nota, que diz, "o liberalismo partiu do conceito para o facto e tudo subordinou à intangibilidade dos princípios, como se a existência de uma nação não fôsse a primeira e a máxima realidade." Cristiano de Sousa, In "Finalmente..." (leituras p/ a Quarta Classe) Livro aprovado oficialmente - Livraria Popular de FRANCISCO FRANCO, Lisboa.

²⁵¹

V. esquema C em anexo, no final do documento.

²⁵²

V. esquema C em anexo, no final do documento.

uma intensificação de propaganda oficial nacionalista, por um reforço da repressão administrativa e policial e por um controle político sobre o movimento operário e sobre a oposição política. É, por isso uma fase de maior «fascização» do regime, isto é, de maior imitação do regime italiano de Mussolini, embora salvaguardadas desde logo diferenças à partida entendidas como fundamentais, quer em política interna quer em política externa"²⁵⁴.

Em virtude dos factos, a ascensão do nacionalismo autoritário do «Estado Novo Corporativo» começa a tomar corpo. A mobilização anti-comunismo começa a ganhar força com o início da Guerra Civil, em Espanha, provocando ao mesmo tempo um espírito nacionalista e do Império Colonial com as comemorações de 40. Diga-se que durante a "EMP não havia um clima de grande exaltação nacional"²⁵⁵ mesmo sabendo-se que Comemorações andaram em torno do Duplo Centenário da Independência de Portugal (1140 e 1640).

Porem o Corporativismo vem a ter uma gradual decaída, em virtude de se agudizarem as dificuldades que eram ao mesmo tempo impostas pela II Guerra Mundial. A organização corporativa e sindical através de avisos expressavam o seu descontentamento em relação às condições difíceis em que se encontrava o país e a Europa.

O sistema partidário e eleitoral era de um monopólio total, plebiscitário e sem oposição. A UN, monopolizadora, dedica-se à actividade política legal com grande vivacidade, mesmo sem ser detentora do poder político, da Direcção do Estado e do Governo²⁵⁶. O carácter mobilizador da UN vem porem a enfraquecer com a ascensão da MP e LP, devido à mobilização militar que se sobrepunha a todos os apelos políticos, possíveis para a época.

²⁵³ Este tipo de propaganda funcionava, não só como «intoxicação política», mas também, como «lavagem ao cérebro» como refere Anna Melich In *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política, Abr. 87,

²⁵⁴ In Manuel Braga da CRUZ, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988

²⁵⁵ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

²⁵⁶ A UN define-se programaticamente de tal modo que os seus principais objectivos são notoriamente os de um partido político, apesar da qualidade de associação cívica. V. Marcelo Rebelo de SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983. No seu manifesto de 30 Jul. 30, nomeadamente nos parágrafos 2º, 4º e 5º come refere Marcelo Rebelo de Sousa a tendência é para uma conduta de princípios valorizados politicamente. Todavia, no seu 9º parágrafo prevê que «o diploma orgânico da União Nacional será elaborado em harmonia com os princípios constantes do presente documento».

Em Fevereiro de 1933, quando anunciada a UN, o gen. Vicente de Freitas, um dos mais influentes políticos desde o início do «Estado Novo»²⁵⁷, numa exposição dirigida ao PR Oscar Carmona, deixava como comentário: «uma agremiação com fins confessamente políticos e exclusivamente políticos, tendo um estatuto pelo qual orienta a sua acção e uma direcção a que obedece, é exactamente aquilo a que chamou e há-de chamar-se um partido político».

A acrescentar a toda esta fase temos a concordata coma a Santa Sé, em 1940, que veio a separar o Estado da Igreja²⁵⁸.

Portugal durante a II Guerra Mundial não tendo uma política Diplomática que visasse o expansionismo exterior, remeteu-se à neutralidade colaborante com a Espanha, de forma a afastar da Península Ibérica do teatro de guerra. É então assinado o Pacto Ibérico, em 1939, com um protocolo adicional em 1940²⁵⁹.

Ainda não se tinha chegado ao término da guerra e já Mussolini tinha sido derrubado e preso, em 1943, pronuncio para o mesmo acontecimento para o salazarismo. As potências e regimes do eixo começavam a decair, em matéria de facto, e só restava a Salazar tornar-se um aliado dos Aliados, fomentando um exército não conspirativo e parando o movimento grevista conseguiu «garantir e preservar a integridade no pós-guerra».

A repressão às greves começa a ser um facto por acção das polícias ao mesmo tempo que as acções directas sobre militares tentam fazer com que a concentração do aparelho permaneça.

²⁵⁷ Estado Novo, que entre 1931 e 1933 teve a forma clássica de sistema autoritário, Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 60

²⁵⁸ Separação que levou também a Igreja a receber mais dinheiro do Estado, no continente e nas colónias. Cf. Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 73 In Oliveira Marques, *History of Portugal*, II, pp. 193-194; «Trends. The Church-State Bind in Portugal», IDOC International, Edição Americana, vol. 17, 16 Jan. 71, pp. 74-88, mesmo que tenha abdicado da totalidade dos bens de que tinha sido expropriada. Em troca tinha a evangelização no Portugal e nas colónias do «além-mar». In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO, (Dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, p. 183

²⁵⁹ Sabendo Salazar dos imperativos que comandava o expansionismo Espanhol de Franco, o ditador Português tinha que irremediavelmente chegar a um acordo com Franco. Este por sua vez na sua megalomania imperial, segundo Fernando Rosas, um especialista deste período, esteve disposto em 40 em anexar Portugal. V. Independente de 11 de Nov. 94. Um dos entraves foi a guerra civil de 36-39 que deixou o país de rastros, não deixando as chefias militares espanholas entrar num novo conflito. A Espanha fazia parte do eixo da II guerra mundial, o que levou Franco a dizer Mussolini, que queria entrar na Guerra, pensando que era demasiado tarde, e qual a estratégia de ocupação Espanhola (Saara, Catalunha Francesa, Argélia, Marrocos, Guiné e Portugal). Por outro lado Hitler achava Franco ambicioso e não gostava de negociar com ele o que invalidava uma aposta do ditador Espanhol. Salazar ajudado pelo embaixador Português em Madrid, ajudou Franco através do Reino Unido (aliados) a libertar-se do marasmo económico e negociou o alívio de Portugal contra a ideologia imperialista do vizinho Ibérico.

Salazar cerra fileira em redor do regime, com a vitória dos aliados em 8 de Maio de 1945, tornando-se um amigo da comunidade Britânica, a que chamou a vitória dos «regimes democráticos²⁶⁰ sobre as ditaduras». Procede a uma pequena revisão constitucional, continuando a impedir o «espírito partidário», com círculos eleitorais por distrito e remodela os poderes da AN e os cargos da UN²⁶¹. É nesta altura que Salazar descreve o regime como uma “democracia orgânica”, em virtude da vitória dos aliados que salientou como sendo “no vento da democracia” que o leva a anunciar as eleições para Novembro de 45²⁶². Estas eleições que anunciou tão livres como as de Inglaterra, nunca o chegaram a ser, porque a oposição pretendeu pela primeira vez contestar o regime²⁶³. Os conflitos entre a oposição e o regime começavam a tomar outras proporções mas vieram a ser silenciados pelo poder de Salazar.

Mas é no pós-guerra que tudo se começa a complicar²⁶⁴.

1.5 APÓS 1974 - VARIEDADE NO SISTEMA POLÍTICO

Se uma questão é remetida para os processo de transição de um tipo de regime autoritário para um regime democrático, o grau de incerteza e de «abertura», depende grandemente, não da sua estabilidade mas da forma como é tratada a passagem do primeiro para o segundo, sendo premente a consolidação do segundo.

A questão central gira então à volta não só do processo mas da variabilidade política quanto à capacidade do novo sistema conseguir aguentar toda a complexidade sustentada por um nível superior. Em Portugal o que se nota é que a

²⁶⁰ “Os regimes democráticos favorecem mais o desenvolvimento intelectual dos cidadãos, através dos sistemas educativos e da política cultural”. O desenvolvimento exige participação, pontos de vista diferentes, pluralidades e multiplicidade, essa condição está mais garantida nos estados democráticos. “Não são o ideal um pouco a ideia de Churchill a democracia dos males é o melhor de todos O regime autoritário é único, o que dificulta o desenvolvimento social, pro-social” Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

²⁶¹ Salazar num golpe de mudança, não de atitude, mas de comportamento perante a situação internacional, tenta demonstrar a abertura do regime, com eleições e amnistias parciais para os crimes políticos. Em contrapartida altera a designação da PVDE para PIDE (Policia Internacional de Defesa do Estado). A revisão constitucional que deu mais poderes legislativos à AN não retirou os poderes ao governo, o que alterou foi os cargos na UN. Abrindo num prazo de 42 dias a antecipação das «eleições livres», como lhe chamou à Inglesa, dando a ideia que não era uma fraqueza do regime mas de dádiva. Num puro sentido ilusório de mudança, mas carregado de hegemonia ideológica conservadora do regime.

²⁶² V. Maria João AVILLEZ, Soares - *Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, Fev. 1996, p. 53

²⁶³ Palavras de Mário Soares, em resposta no livro de Maria João AVILLEZ, Soares - *Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, Fev. 1996, pp. 53-54. Mário Soares que na altura tinha menos de vinte anos, e pertencia ao Partido Comunista.

partir de 1974 se dá no seu conjunto a diferenciação política, derivada dos factos passados, perante a “efectiva transformação das estruturas de clivagem”²⁶⁵, tanto na sociedade como na cena política nacional.

Se por um lado está em jogo a variedade requerida, não deixa de ser pertinente a variedade admissível no processo de «consolidação do regime». A variedade leva-nos a fazer um percurso pela análise sistémica, onde é possível ponderar os diversos efeitos, quanto ao seu papel, das *elites*, das estratégias políticas ou simplesmente dos comportamentos individuais, todavia, importa salientar, ainda, quanto é importante “o papel voluntário desempenhado pelas *elites* do partido na produção dos conflitos”²⁶⁶, dentro das várias diferenciações que possam existir.

Os individualismos que geralmente, num tipo de análise como a sistémica, radicam nos paradigmas «holista» ou deterministas, não deixam de ser encarados de uma forma mais ampla, pela perspectiva política, onde os factores de conjugação estritamente avaliativa, no que se refere aos dirigentes políticos, pode ser assunto de ponderação crítica na sucessão dos regimes. Segundo José Durão Barroso, já Juan Linz, se interrogava sobre esta mediatização da sucessão, que todavia deve ser encarada como um caminho entre os vários possíveis. De um lado o «causuista», do outro o «probabilista». Para o facto em estudo, não temos a ideia de fazer um estudo cronológico profundo assente nas teorias, contudo, a variedade neste dois tipos de caminhos possíveis, confere-nos uma maior liberdade de análise, depois da construção dos vários esquemas introdutórios, que transmitem simbolicamente o variedade dos sistemas quando comparados.

Poderia encontrar na própria Europa outros países como modelos teóricos de comparação, sustentados por factores ideológicos ou meros vínculos políticos assentes em personalidades²⁶⁷, como Espanha ou Grécia, todavia, vamos ficar Por Portugal.

²⁶⁴ V. quadro n.º 2 no final do documento.

²⁶⁵ M.ª José STOCK *Elites, Facções e Conflitos Intra-partidários - O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Évora, Universidade de Évora, 1989, p.15

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p.15, Logicamente, que esse voluntarismo é sustentado. Adverte para o perigo das funções e oportunidades, entre o jogo dos interesses e das ideologias. p. 30

²⁶⁷ Exemplo disso são os do sul mediterrânico (Espanha e Grécia) ou da América Latina, tendo em vista algumas aproximações nas experiências comparáveis, hoje, com um modelo pós-autoritário afastados em contexto social, económico e cultural, mas resumir-nos-emos apenas a Portugal. Os efeitos ainda que diferentes funcionam no início de forma igual, porque assentam em estratégias semelhantes, com a única diferença de cada sistema ser incorporado numa matriz de análise diferente. Assim, estes servem para uma compreensão de como funcionam os efeitos no sistema.

Normalmente o que acontece nos sistemas pós-autoritários é que as forças sociais que anteriormente eram submetidas a um silêncio obscuro, podem depois durante um período mais ou menos longo dar azos à sua «excitação social». Forças que inicialmente lideram o novo regime político²⁶⁸, institucionalizando-o, num conjunto de extensas exigências. O importante no processo são as reivindicações que se tornam fontes do regime, em formação.

Outro dos aspectos, na análise sistémica, refere-se à redução da variedade²⁶⁹, num período pós-autoritário, que corresponde mais tarde ou cedo a um decréscimo da «explosão» inicial e que tem tendência a «fechar-se», numa redução da variedade num processo de «institucionalização»²⁷⁰, que se evidenciam no «pacto» entre os actores dominantes. Aspectos explícitos no discurso político, nas eleições ou produção legislativa, bem como dos possíveis agentes políticos.

Os comportamentos políticos incluem-se na «previsibilidade», que decorre do sistema político, via institucionalização dos vários «jogos» eleitorais²⁷¹.

Um sistema político é pois incapaz de tolerar, via instituições, as reivindicações que são feitas. O mesmo acontece com as movimentações sociais, mesmo que na sua base esteja o controlo político da sociedade. O resultado de toda esta análise, pode ser transmitido pelo papel da escola na sociedade portuguesa, onde existe uma estreita relação entre os acontecimentos sócio-políticos e o sistema educativo, sendo a escola foi usada como instrumento ideológico pelo poder, no período em análise. Os objectivos do ensino explícitos nas «fases duras»²⁷² passam a

²⁶⁸ Para o caso exposto, pós 25 de Abril de 1974, não será de desprezar, o referido anteriormente, a instauração do «Estado Novo», com a Constituição de 1933. Este tinha como suporte ideológico uma filosofia assente no determinismo autoritário de Oliveira Salazar, bem como, os ideários de ruptura com o sistema vigente até 1928, numa conduta de ditadura militar, que se esboçou posteriormente numa ditadura nacionalista (também apelidado por Salazar de democracia cristã) de carisma individual. No pós 25 de Abril os acontecimentos assemelharam-se em parte, com a insurreição popular, muitas vezes fortalecidas pela força política que se tentava impor. O PREC aparece como forma de imposição de um sistema político, determinado por uma base ideológica marxista, que tenta fortalecer as posições operárias.

²⁶⁹ Definida em termos de constituição dos espaços «possíveis».

²⁷⁰ A explosão simbólica, com uma maior variabilidade institucional dependente dos vários comportamentos políticos. Estes comportamentos em Portugal derivaram de um acentuado crescimento da influência do MFA, através da Junta de Salvação Nacional, que com o pacto MFA/Partidos no período revolucionário fortaleceu os pressupostos do movimento. O seu impacto só se começou a esbater após o acto eleitoral de 1975, e com a constituição de 1976 aprovada pela Assembleia da República. V. Esquema F em anexo no final do documento.

²⁷¹ Os jogos eleitorais vão determinar o equilíbrio democrático do sistema, com os partidos a jogarem no mesmo tabuleiro, tentando fazer passar os seus programas eleitorais determinados pela ideologia-partidária. A "fiscalização" partidária e dos partidos é feita pelas oposições na AR, cabendo ao partido ou coligação mais votados governar, por nomeação do PR.

²⁷² Referida no capítulo O Salazarismo: ideologia de um sistema de comparação.

implícitas nas "fases liberalizantes"²⁷³ (A escola também contribuiu e veiculou a discriminação sexual: o sistema escolar ofereceu mais legitimação do que qualificação, legitimação essa que era conferida às classes mais favorecidas).

Para as *élites* normalmente remete-se o problema do consenso²⁷⁴, como «normativo» da democracia.

1.5.1 FACTOR TEMPO

Entre a abertura do sistema e a redução existe uma dialéctica que se relaciona com a temporização. Para a abertura o pós-autoritarismo define o tempo político. Tempo que pode objectivar-se no modelo probabilístico do tempo, podendo neste aspecto mudar apenas a correlação directiva, no conjunto das variáveis (meio ambiente e acção política). A relação torna-se tanto mais constante quanto maior for o grau de abertura e a velocidade do tempo político²⁷⁵.

Na democratização do sistema existem dois momentos: o de abertura e o de redução dessa abertura. Para o primeiro a variedade é crescente no segundo de redução, em suma, o de abertura pretende extinguir o regime anterior²⁷⁶ enquanto a sua redução temporal institucionaliza o novo regime.

²⁷³

Ibidem, Será bom reforçar aqui a ideia de que os períodos citados enquadram-se, para o primeiro caso, dentro do primeiro limite cronológico em estudo, todavia, as palavras que se seguem são referentes ao pré 25 de Abril.

²⁷⁴

É a concordância nas estruturas dos valores, opiniões e crenças que existem na sociedade, mesmo que seja o conjunto das instituições a controlar as decisões que as exigências da vida colectiva se submetam a elas. Exigências que estão na base do sistema de transição, suportado pelo novo discurso, que se resume a uma necessidade de redução da incerteza entre os que apostam na imprevisibilidade.

²⁷⁵

Um dos exemplos políticos em que o factor de abertura e redução do tempo político é o 11 de Março, que a pouco tempo do acto eleitoral, tentou interromper, com um estranho "golpe de Estado" que quis protagonizar o afastamento dos restantes Spínolistas do MFA, consolidando a influência do PCP. Apesar de pairar algumas dúvidas sobre a possível não realização das eleições, o seu calendário será cumprido porque o movimento político dos partidos oposicionistas (PS - PSD - CDS, os maiores) querem a Democracia para Portugal.

²⁷⁶

A extinção do regime pode não ser apenas de ordem política, podendo inclusive nas funções jurídicas alterar a conjectura estrutural, que passa irremediavelmente pela lógica de uma transição. Processo de mudança nas relações entre o Poder e a sociedade que mal compreendido leva a uma rotura momentânea, verificando-se a «desintitucionalização da função jurídica», (como exemplo temos em Portugal o período do PREC).

A variável meio ambiente, ainda que mais dependente da variável de acção mostra que a legitimação do novo modelo passa numa fase consequente, pelo constrangimento político derivado das pressões externas²⁷⁷ e algumas internas²⁷⁸.

Os dispositivos institucionais passam nas fases seguintes a uma eventual adaptação que se rege pelos consensos, mais ou menos hipotéticos, mas vinculativos, porque a consolidação do sistema atrai a «força dos factos consumados». O efeito da rigidez²⁷⁹ que não aceita modificações a um equilíbrio estabelecido, estabelece regras por vezes intransponíveis.

1.5.2 LEGITIMIDADE E ELEIÇÕES

O facto de se introduzir um novo regime democrático, leva a uma procura de legitimação do sistema, sendo o processo encaminhado para a participação dos cidadãos através de eleições que fornecem um novo modo de comunicação no sistema.

Eleições, pressupõe partidos políticos como centro do processo. Os partidos, pressupõem dominação em relação a outros intervenientes no sistema (militares). Sufrágio, pressupõe durante as fases de transição ambiguidades no sistema, tendencialmente para a despolitização²⁸⁰.

O primeiro acto eleitoral, num sistema transitório é extremamente condicionado pelo controlo político inerente ao «tempo» que no momento se circunscreve a uma legitimidade²⁸¹. Esta legitimidade para além de ser política, pode ser de ordem social, das instituições processualmente avaliam a situação através de um conjunto de cidadãos.

²⁷⁷ As exercidas pelo conjunto dos Diplomatas radicados nos países, em fase "Revolucionária".

²⁷⁸ São as que alteram a conjuntura política e social, devido aos desequilíbrio financeiros, às reacções das forças sociais conservadoras que detinham o poder e a evolução política, circunstanciada no factor determinado - tempo de operacionalização e contingência do ritmo imposto pelo conjunto dos processos derivados.

²⁷⁹ Notas para a falta de legitimação imediata de possíveis revisões constitucionais, transforma a legislação numa ordem «conquistada» por um determinado grupo ou classe da sociedade.

²⁸⁰ As eleições passam a ser do tipo directo e Universal, com a eleição de deputados pelo método de HONT e proporcional.

²⁸¹ Nas primeiras eleições, em 1975, após a revolução o conjunto dos partidos era bastante vasto sendo apenas eleitos deputados pela UDP, PCP, MDP/CDE, PS, PPD e CDS. A Forças política que conseguiria mais deputados seria o PS, liderado por Mário Soares. Os vários eleitos tiveram uma legislatura bastante curta, cabendo-lhes apenas escrever o primeiro texto constitucional da II

O que passa então a estar em jogo é a variedade entre a legitimidade e a comunicação dentro do sistema, que passa a funcional como uma «relação de forças» no interior do sistema, numa perspectiva de sociedade global. Horizontes que determinam no imediato a elaboração de um novo texto constitucional²⁸², para que este assegure a vitalidade do novo regime a impor, estruturando-o relativamente à confrontação entre forças políticas que desejem entrar no «jogo» político eleitoral²⁸³.

O papel da constituição, torna-se a face visível do «vácuo-político» encontrado a quando da ruptura, escamoteando o previsível vazio.

A autoridade, para o caso o governo, procura como refere Easton no seu modelo, interagir limitando a variedade através do simbolismo institucional, recorrendo ao simbolismo «populista».

1.5.3 ESTRATÉGIAS ECONÓMICAS

Nos períodos de transição as estratégias de actuação dentro do sistema, no campo económicos, são de alteração com base na crise económica preestabelecida como ruptura própria para o sistema e de forma a normalizar a redução de escolhas que se possam fazer dentro do cenário possível. Isto pode conduzir a contradições, mas que são inertes à experimentação de qualquer novo regime.

Inevitavelmente, o conjunto de expectativas iniciais passa por uma ponderação dentro do ciclo normal que mais tarde terminam com um número de dificuldades que se farão sentir. A agenda política inicial começa então a ser marcada por um conjunto de decepções generalizadas num fenómeno deste tipo.

República e depois aprová-lo. Cabia-lhes ainda preparar as próximas eleições que viriam a acontecer em 25 de Abril de 1976.

²⁸² Que tem alguns antecedentes à constituição de 1976. V. Esquema G em anexo, no final do documento.

²⁸³ Até 1995 os vários actos eleitorais para a AR foram surgindo conforme a duração de cada legislatura. A sucessiva queda dos governos levou a que fossem realizados sete actos eleitorais (1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987 e 1991). Sendo de salientar a crescente diminuição dos votos nulos e brancos o que é natural pela maior habituação dos votantes bem como da informação em relação a cada um dos actos, ao invés as abstenções têm vindo a crescer a um ritmo que no último acto eleitoral se aproximou muito dos 50%. As várias forças políticas concorreram diversas vezes em coligação, tanto à esquerda como à direita V. quadro anexo onde é possível observar as Forças Políticas Concorrentes em Coligação. No processo eleitoral só existem dois actos em que surgem dois novos partidos na composição da Assembleia da República, em 1985 o PRD (criado com base no então PR o gen. Ramalho Eanes, figura simbólica que fez acreditar o eleitorado numa renovação política e em 1991 o PSN com posições muito próximas dos reformados, elegendo um deputado, o Prof. Manuel Sérgio V. quadro da Composição das Assembleias. V. quadro 3 em anexo, no final do documento.

Na parte económica a inflação cresce e acompanha a desvalorização da moeda. A inflação acompanha o abaixamento dos salários reais, provocados pela desordem social que se instala nos momentos de transição da ditadura para a democracia. A desvalorização tem a ver com a dívida acumulada ao estrangeiro.

Os programas políticos tentam acompanhar as situações internas, com programas de «austeridade» financeira para colmatar os riscos da dívida, por forma a atenuar o desequilíbrio interno e externo. As alterações passam logo a sentir-se no discurso político que deixa o idealismo voluntário para se deter num realismo pragmático. Em Portugal, o PS foi o que assumiu tal postura, que pelo protagonismo do seu líder o levou ao sucesso eleitoral.

1.5.4 PARTIDOS E POLÍTICAS

José Durão Barroso²⁸⁴ faz um levantamento das várias fases do processo de democratização, em Portugal, com base na terminologia de Leonardo Morlino²⁸⁵.

Assim, as várias fases do processo democrático Português são:

EVOLUÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO				
	Abr. 74	Abr. 75	Abr. 76	Abr. 82
	mar.	nov.	set/out.	
Queda do regime autoritário	[Barra preta]			
Crise		[Barra preta]		
Transição descontínua		[Barra preta]		
Instauração democrática			[Barra preta]	
Consolidação				[Barra preta]

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996
FONTE: Durão BARROSO, *O Processo de Democratização, PORTUGAL O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, ICS, 1989

O marxismo adquiriu importância histórica com a ideologia do proletariado, assim fizeram os partidos que com as mesmas bases ideológicas, num processo revolucionário, vieram a desprezar as mais importantes conquistas burguesas,

²⁸⁴ V. Durão BARROSO, *O Processo de Democratização, PORTUGAL O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, ICS, 1989, p.32

afastando a dialéctica entre cultura e desenvolvimento. A teoria Marxista deixava na força do trabalho o único argumento para o desenvolvimento, apoiada na verdadeira cultura do proletariado.

Os partidos Marxistas, no caso Português, como PCP e PS os mais significativos, tentaram impor-se como cultura do desenvolvimento.

A simplificação deste tipo de linguagem era encontrada nos murais que ressalvavam a capacidade muscular do proletariado fabril²⁸⁶, bem como a força progressista do seu desenvolvimento numa sustentação de virilidade do regime. O papel reivindicativo e o conjunto de massas era protagonizados num desbloqueamento das razões que lhe eram impostas para um total domínio do poder.

Isto leva um tipo de socialização das *elites*, que não é mais que a obtenção da homogeneidade social, que se credita numa «crença comum» sustentada pelos «funcionários das classes dominantes».

Pode-se afirmar, que a estabilidade dos governos²⁸⁷ - encarada sob uma perspectiva formal e considerada como condição do «input» do sistema - deve ser comparada de forma sistemática como «output», definido por David Easton²⁸⁸, do sistema político²⁸⁹ sofrendo permanentemente as suas influências²⁹⁰.

O papel do Chefe de Estado varia, igualmente consoante o carácter mais presidencialista ou mais parlamentarista de cada sistema político²⁹¹. No caso Português, o sistema plasmado na Constituição (art. 193º) aponta para uma estrutura dualista do poder político, para um «parlamentarismo racionalizado», dado ser o Governo responsável, politicamente, perante a AR e perante o PR²⁹². Contudo, o papel do PR tem vindo a perder importância, em que, só em situações excepcionais,

²⁸⁵ V. Leonardo MORLINO, *Come cambiano i regime politici-strumenti di analisi*, Milão, Franco Angeli, p. 97.

²⁸⁶ Aqui importa salientar a forças políticas Marxistas- Leninistas Maoistas, sendo a mais importante na defesa dos Murais o PCTP-MRPP.

²⁸⁷ V. quadros em anexo de governos de 1974-1995

²⁸⁸ Cientista político norte-americano, que construiu um esquema conceptual que representa, analogicamente, onde este "mecanismo cibernético [...] designado pela expressão no «sistema político» - recebe inputs e emite outputs [...] pressões e/ou solicitações (demands), e por outros, apoios." Cit. A. Sedas NUNES questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, pp. 45-46

²⁸⁹ Isto porque "qualquer sistema político emite outputs. «Um output de um sistema político consiste numa decisão política ou numa política.» [...] os outputs têm efeitos retroactivos, de feedback, sobre os inputs de apoios." Cit. A. Sedas NUNES questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição, 1987, p.17

²⁹⁰ M.ª José STOCK e Luís Colaço ANTUNES, 1984 Sistema de Partidos e governabilidade, Economia e Sociologia, nº37, p.78, Évora

²⁹¹ V. esquemas anexos que representam a variedade dentro do sistema.

²⁹² V. Esquema AA em anexo, no final do documento

poderá demitir o Governo. Após a revisão Constitucional, este ficaria mais directamente dependente da AR, bastando agora a aprovação de uma só moção de censura, por maioria absoluta de deputados em efectividade de funções, para que o Governo caia, enquanto o texto constitucional originário era necessário a aprovação de duas moções de censura, com pelo menos trinta dias de intervalo²⁹³.

293

V. M.^a José STOCK e Luís Colaço ANTUNES, 1984 Sistema de Partidos e governabilidade, Economia e Sociologia, nº37, pp. 81 e 82, Évora

2. SISTEMAS POLÍTICOS E AS ARTES

2.1 O SALAZARISMO E AS ARTES

Antes de começarmos a tratar o salazarismo e as artes seria preferível rever os factos relacionados com a história paradigmática que antecedeu este facto.

Em 28 de Maio de 1926 deu-se o golpe militar chefiado pelo gen. Gomes da Costa. Teve como consequência uma ditadura militar. O novo governo só conseguiu melhorar a má situação do País quando Oliveira Salazar entrou para Ministro das Finanças e impôs ao Estado um governo de austeridade: evitando os aumentos da despesa; investindo bem o que se possuía e não gastando mais do que os próprios recursos. Conseguiu, finalmente, equilibrar as Finanças.

Embora com a preocupação da reconstrução do Estado, todo o seu governo se realizou de modo autoritário, seguindo o exemplo de ditaduras estrangeiras como a de Itália.

"As ditaduras de Portugal [...] e de certos países da Europa de Leste não se estabeleceram através do desenvolvimento e triunfo final de partidos fascistas;"²⁹⁴ pois não havia liberdade de expressão; ninguém podia expressar publicamente as suas opiniões acerca das medidas do Governo.

O salazarismo assenta em paradigmas carregados de um pragmatismo sustentado pelo carisma de Salazar. Homem com postura de estado²⁹⁵, que vincula em parte e de forma relevante as ideologias expressas na Europa, essencialmente, Itália e Alemanha. António de Oliveira Salazar, ou o professor como gostava que o chamassem, era um ideólogo de convicções autoritárias. "Associando as origens ideológicas [...] do seu regime quase exclusivamente com o conservadorismo tradicionalista e católico, emergente em finais do século XIX, sem qualquer dos elementos individuais que caracterizaram a novidade do fascismo face ao velho pensamento contra-revolucionário, larga maioria do debate historiográfico ignorou o caso Português."²⁹⁶

Fazia do poder da sua personalidade e de um carisma, que nem sempre sendo expresso de forma unitária se apoiou em instituições como a Igreja²⁹⁷ para o

²⁹⁴ CARSTEN, *The Rise of Fascism*, Berkeley, 1967

²⁹⁵ Considerado um dos maiores estadistas da Europa da sua época, ao lado de Mussolini ou Franco, por exemplo.

²⁹⁶ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 19

²⁹⁷ "A igreja torna-se um instrumento político importante na consolidação, da legitimação do regime, explicando que o regime é uma obra da providência. Por isso as pessoas devem aceita-lo e considera-lo como tal. É um papel invisível que se traduz através da acção católica, num

fomento das suas políticas. "Explorando de vários aspectos específicos das ditaduras de Dolfuss e de Salazar, acentuando particularmente o peso do corporativismo e da Igreja Católica", através da ACP²⁹⁸ que a partir de 1933 começou a ter uma acção preponderante na idealização do sistema e do «povo». Em ambos os regimes, alguns autores passaram a caracterizá-los como «clérico-fascistas», «clérico-corporativos» ou «semifascistas».²⁹⁹

Havia apenas um movimento político reconhecido pelo governo: a UN. Em relação à Europa, o regime mantinha-se isolado. Em 1939 começou a segunda Guerra Mundial, que acabou em 1945. Portugal manteve-se neutro. Mas não avançou no progresso industrial e continuou um País agrícola. "Embora salientando que as três solicitações do fascismo (representado aqui pelo nacional-sindicalismo) não foram aceites por Salazar («a chefia não foi de carismática na acepção usada geralmente para os regimes fascistas históricos, o apoio político não foi procurado com uma mobilização em larga escala, e os mecanismos do recrutamento político e da sucessão ao poder não foram elaborados»³⁰⁰), Hermínio Martins vê, em 1936, «um novo nível de fascização do regime ou, pelo menos, uma fase de desenvolvimento político que vai para além do corporativismo cristão, tradicionalista e convencionalmente autoritário, que constituía provavelmente o 'projecto' inicial do regime e que dele é o estereotipo dominante no plano internacional»³⁰¹. Ainda que o «complexo organizativo» então criado venha a sofrer modificações, a verdade é que ele se manteve e «não pode ser considerado simplesmente uma aberração temporária»³⁰²."

enquadramento da população nos valores do regime" Cf. Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

²⁹⁸ Em Nov. 33 os bispos portugueses chegam a um acordo sobre esta ACP e citando VVAA M.^a Inácia Rezola Acção Católica Portuguesa In Fernando ROSAS; e, J. M. Brandão de BRITO (Dir.) 1996 *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, p. 12 "a união das organizações do laicado Português, que, em colaboração perfeita com o apostolado hierárquico, se propõe a difusão a difusão, a actuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social", diga-se que estas finalidades prosseguem todos os fins de Salazar quanto à ideologia que desejava impor. A ACP continuou a assegurar todos os objectivos com a regulamentação e publicação dos estatutos. V. António Matos FERREIRA, "A Acção Católica Portuguesa - questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica Portuguesa (1933-1958) In O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autocracia (1926-1956), Lisboa, 1987, vol. II.

²⁹⁹ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 24

³⁰⁰ Incluído na obra de Stuart WOOLF num artigo não publicado na 2ª edição original (London 1981), Tradução portuguesa da edição original, S. J. WOOLF (coord. de) 1978 *O Fascismo na Europa*, Lisboa, p. 447

³⁰¹ Op. Cit., p. 448

³⁰² Op. Cit., p. 448; António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, pp. 44-45

É, precisamente, na Revista dos Centenários, n.º 1 de Janeiro de 1939, que o Presidente do Conselho dá a conhecer as linhas directoras para o que havia de ser as Comemorações nacionais do "Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal"³⁰³ (1140-1640). Comemoração que tinham como ponto alto a grande EMP, em 1940, junto aos Jerónimos. A partir de então e com o pouco tempo que faltava, e de uma celeridade ofegante que Salazar gostava de impor às coisas, levou-o há criação de uma comissão³⁰⁴ onde constavam os homens chave do regime, em sentido "bajulatório" do termo, oficiais de confiança em termos de trabalho e de "liberdade de pensamento". No capítulo Outros Ideólogos do Poder é possível ver o sentido que as forças vivas, as personalidades (*élites* ligadas ao poder), tiveram na expressão de assentamento de um regime.

A este período chamou-se «Estado Novo». Era então Salazar Presidente do Conselho. Tornou-se ditador. Para conservar o poder permitiu que a repressão aumentasse. Todavia, "na sua introdução a *The European Right*, publicado em 1965, Eugen Weber, embora pondo em causa a rigidez da tipologia dos movimentos extremistas de Seymour Lipset, não contestou o lugar do regime de Salazar. Lipset definiu o fascismo como um radicalismo do centro, tendo como base social as classes médias e incluiu o Salazarismo no campo do radicalismo de direita,"³⁰⁵ procurando na mudança das instituições políticas o preservar ou restaurar as instituições culturais e económicas ao contrário do que faziam os extremistas de

³⁰³ Publicada no "DN", 27 Mar. 38, pp. 1-2. Sobre a Exposição do Mundo Português veja-se AA. VV Os anos 40 na Arte Portuguesa, Lisboa, 1982; José Augusto França, A Arte Portuguesa no Século XX, Lisboa, 1984, 2ª Edição; Pedro Vieira de Almeida, "A Arquitectura Moderna", História da Arte em Portugal, Lisboa, 1986, vol. 14; Margarida Acciaiuoli, Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração", Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH, UNL, Lisboa, 1991

³⁰⁴ Dela faziam parte vinte e seis personalidades, entre as quais quatro arquitectos (Cottinelli Telmo, ao qual foi dada a direcção e planificação geral dos trabalhos, Paulino Montês, Raul Lino e Pardal Monteiro), um pintor (Sousa Lopes, na sua qualidade de director do Museu Nacional de Arte Contemporânea), mas nenhum escultor. Lá estavam, também, Henrique Galvão, António Ferro, Reynaldo dos Santos, Manuel Múrias, Júlio Dantas e Duarte Pacheco, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, prestes a regressar ao Ministro das Obras Públicas, facto que se passou em 25 de Maio de 1939, pasta de onde fora afastado. Nomeados o comissário-geral da exposição e o arquitecto-chefe, respectivamente o jornalista Augusto de Castro e Cottinelli Telmo, as obras tiveram início a 15 de Fevereiro de 1939 e o certame foi oficialmente inaugurado a 23 de Junho do ano seguinte.

Comissão que se iria agrupar em Pelouros: Paulino Montez («Exposição do Estado Novo»); Raul Lino e Pardal Monteiro («Turismo»); Cottinelli («Exposição Etnográfica» e «Festas e Cortejos» - onde Salazar com uma nota carregada de expectativas fazia referências na tomada de posse desta comissão - que "nos últimos anos (Haviam sido) feitos alguns ensaios desse género e parecem brilhantes", pois "a respeito temos uma escola e já sabemos do que fomos capazes" VV AA "Notas Várias", Revista dos Centenários, ano I, n.º 1, 31 Jan. 39, pp. 33-35 (notícias citadas nos jornais, sobre a tomada de posse da Comissão)

³⁰⁵ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 24

direita ou esquerda. Estes com as mudanças políticas revolucionam o social e cultural. Lawrence "Graham destacou o peso do aparelho administrativo do Estado face às instituições propriamente «políticas» do salazarismo"³⁰⁶

Salazar criou afinal a seu modo as estruturas primordiais para servir o seu programa de Estado, fechado para dentro de si mesmo, chamando a si todas as figuras³⁰⁷ que o poderiam servir ou promover. Pois, nunca foi adepto de eleições nem de partidos. Nunca olhou sequer para a UN como um partido, mas simplesmente como um conjunto de personalidades que se juntavam para falar de coisas espontâneas, tipo conversas do trivial ou de um jantar informal. Pois, "nenhum dos grupos referenciados na I República é responsável directo pela tomada do poder por Salazar. Mais: «se seria decerto exagero afirmar que Salazar criou a ordem autoritária em Portugal tout seule et toutes pièces, as fontes sugerem que ele desempenhou um papel muito pessoal e imperativo quer na direcção política quer na selecção das elites depois de 1932. Claro que ele deve ter acomodado as suas escolhas às pressões e 'conselhos' de vários grupos privilegiados, forças políticas conservadoras e reaccionárias, bem como actores entrincheirados institucionalmente, fundamentalmente os militares e a Igreja», mas deve ser salientado «o extraordinário grau de autonomia com que este criou, a partir de cima, a elite do «Estado Novo»³⁰⁸."

Para a grande maioria dos autores que estudaram o «Estado Novo» e pelas tradições historiográficas, Stephen J. Lee concluiu que as ditaduras eram fundamentalmente não fascistas, mesmo que não imunes às influências ocasionais. Por sua vez, nos regimes tradicionais faltava-lhe a mobilidade.

Stuart Woolf chegou às mesmas conclusões quando consultou algumas obras sobre o fascismo, considerando a existência de um «fascismo genérico». Mas, convém dizer que pelas mesmas semelhanças ou diferenças, no caso Português, foi a ausência entre as duas guerras de um projecto de agressão expansionista, mesmo com todo o autoritarismo subjacente ao regime, que não trouxe consequentemente qualquer expressão fascista ao regime, como fascismo clássico.

Em redor desta corrente portuguesa, segundo as teses político-filosóficas, surge aquilo a que se atribuiu o mesmo nome a Arte de Salazar ou Salazarista, ainda

³⁰⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 44-45 e p. 52

³⁰⁷ Forma expressiva de multiplicar a adesão a tais realidades como as *elites* políticas, pois eram oriunda de uma captação feita no seio da sociedade civil, mas marginal quanto à fuga ideológica. Ou seja, a captação dos elementos era feita, por vezes, entre os intelectuais ainda que não próximos das ideias vigentes ou que sustentavam politicamente o regime.

³⁰⁸ Cf. Philippe C. SCHMITTER, «The Social Origins, Economic Bases...» p.438



que pelo meio tivesse o próprio algo distante de tais fontes estéticas, ainda para mais, nunca foi amante das artes e, por vezes, até mau apreciador, já que mantinha reservas quanto à necessidade, no início da sua carreira política/governativa, de uma visibilidade do regime sustentada pela cultura e pelas artes³⁰⁹.

A Arte salazarista³¹⁰ demarcou-se sempre das teses fascistas expressas pela Alemanha ou Itália. Porque, o paradigma dominante, em traços gerais, visava uma acentuada demarcação daquilo que era o fascismo Europeu. O predomínio monográfico, assente num quadro nacional, surgiu em detrimento de uma dimensão comparativa, validando a ideia da existência de um senso comum escasso em fundamentação.

O binómio autoritarismo/totalitarismo, ao nível da organização do sistema político num enquadramento social, na vigência do «Estado Novo», foi dominado pela própria figura de Salazar coadjuvada pelos seus bajuladores. O regime era "autoritário" e dominante pela "ausência" da clarificação partidária que se ofuscava totalitariamente por uma ideologia nacionalista. Todavia, será bom dizer, que mais tarde a Igreja tornou-se preponderante na prossecução de algumas teses defendidas por Salazar. O Cardeal Cerejeira³¹¹ foi o garante de um sistema em dado momento. Salazar serviu-se da Igreja, ao contrário do que alguns estados fascistas faziam entre os quais o Estado Italiano, de Mussolini, para dar expressão ao regime, pois era mais fácil difundir a doutrina através dos párocos. Chegava-se, desta forma, mais facilmente com a mensagem ao povo, maniatando através da fé religiosa as massas.

309

Salazar "pouco sabia de arte, não deixa de ser marca de um homem e de um tempo em que Portugal, reencontrando-se, aceitou a modernidade sem epilepsia contagiante das modas." "Não fosse a Torre do Tombo ou a mal-afortunado Centro Comercial de Belém, dir-se-ia ter Portugal passado por uma catalepsia imbecilizante." In o jornal "O Dia" de 13 Jun. 94, p. 11, num artigo de Miguel Castelo-Branco sob o título de "A Arte politicamente comprometida, espelho das ideologias", numa demonstração histórico-sociológica de como os factos políticos desembocam nas crenças ideológicas, sob os mesmos fundamentos, longe dos factores estéticos ou artísticos, mas agarrados à simbólica do Estado como agente "modelador" do social.

310

A arte salazarista bate todos os estilos de arte vinculados pela Europa fascista. É determinante para este facto o sentido da sua simplicidade e naturalidade, num domínio total da razão e desmobilizada de mitos. Algumas das obras significativas desta época para além da EMP são: a Fonte Luminosa (elegância), viaduto Duarte Pacheco (funcionalidade), Doca de Conde de Óbidos (solenidade) na Praça do Comércio e Areeiro (rotatividade). A pintura de Almada e os seus painéis, bem como a majestoso Padrão dos Descobrimentos que exprime uma arte condicionada pelo estado de autoridade, católico e tradicionalista expresso pelo «Estado Novo». Apenas megalómano no caso da Exposição do Mundo Português reflectiu sempre rigor e verdade numa astúcia contabilística. In REVISTA Catálogo, Arte Portuguesa Anos Quarenta, FCG, I e II, 1982

311

Amigo e colega, em Coimbra, de Salazar tornou-se num elemento preponderante na vida do estadista. Para mais Salazar, tinha travado com a Santa Sé algumas discórdias que apenas com a Concordata foram ultrapassadas, e mais, com a aceitação de Cerejeira, por parte do Papa para Cardeal de Lisboa. Cf. Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO, (Dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, p. 142, "Nos primórdios do regime autoritário empenhou-se na defesa da orientação católica da vida pública, tendo assumido publicamente posições de elogio das autoridades". Idem, *Ibidem*.

Ao mesmo tempo as *elites* políticas funcionavam como traves mestras de um discurso aplaudido, pelo generalismo formal, sem deslocações ciclópicas no seio da “igreja portuguesa”, e cheio de aplauso, visíveis nas grandes manifestações. Paralelamente, Salazar concedia à Igreja grande parte do Tesouro patrimonial do Estado, ficando para este apenas a gestão da cultura «mediática»³¹².

De um momento para o outro aparece António Ferro, um jornalista de prestígio no caminho de Salazar. “Ferro é, para Salazar, o entrevistador de luxo”³¹³ e um jornalista que conhecia algumas das figuras internacionais relevantes da década de trinta que inclusivamente já tinha entrevistado, caso de Mussolini. Pressuposto, pensamos nós, que levou o Presidente do Conselho pensar, logo, na propaganda, promoção da sua imagem e do país tanto interna como externamente. Ferro é a partir daí indigitado para a direcção do SPN. Ferro, figura paradigmática, é posteriormente nomeado o Comissário das Exposições de Paris e Nova Iorque³¹⁴. “Salazar sabe-o. Mas é pragmático. Ferro serve-o para a comunicação, a apresentação, a decoração do regime. Não tardará, porém, que Salazar intervenha, para produzir, ele, o seu discurso cultural e estético, anti-cosmopolita, nacionalista e historicista.”³¹⁵ Outras figuras marcaram presença no governo salazarista³¹⁶ como Duarte Pacheco³¹⁷ que a certa altura foi uma figura importante para Salazar, pois tentou impor algo mais consistente ideologicamente à arquitectura portuguesa, como Ministro das Obras Públicas. Com Duarte Pacheco outro homem partilhou grande parte da sua história como arquitecto, numa partilha, quase sufocante, pela proximidade amisticima, falo de Cottinelli Telmo, o responsável pela EMP. Duarte

³¹² Salazar regia a sua política cultural através de procedimentos que eram balizados no tempo, por períodos muito curtos, tal como aconteceu com a Exposição de 1940, em que os objectivos específicos dependentes de uma gestão subsidiária das *elites* e das lutas travadas entre estas e as gerações revolucionárias das oposições intelectuais modernistas.

³¹³ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 31

³¹⁴ V. capítulo sobre exposições que antecederam a de Lisboa.

³¹⁵ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 60

³¹⁶ Aponta-se a Salazar apenas um governo porque a continuidade à frente dos destinos do país deste homem era sempre sufragada pelo povo, já que o chefe de estado o nomeava sucessivamente chefe do governo. No interior dos seus governos raramente havia remodelações, e quando existiam, elas passavam muitas vezes apenas pela troca nas pastas ou então acumulação de pastas Ministeriais, como aconteceu ao próprio Salazar.

³¹⁷ Nasceu em Loulé (1899-1943). Formado pelo IST, onde veio a ser professor e depois Director. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, p. 710. V. quadro 4 em anexo, no final do documento, onde se encontra a sua ligação ao governo de Salazar.

Pacheco foi quem o convidou³¹⁸ para tão importante tarefa, exactamente pelas razões apontadas. São estes dois homens que com um conjunto «de elite» de artistas, perfeitamente referenciados no seu conjunto, vão dar corpo, aquilo que foi a maior, mais importante, mais significativa, mais extravagante e mais simbólica "decisão política" de Salazar ao longo dos anos que se manteve à frente da Presidência do Conselho, mesmo na área das Finanças, já que sempre se considerou "poupado", quanto a matéria interna.

"A «fascização» de 1935-36, pois ainda que inaugurando uma dinâmica mais aparatosa, esta não se reflecte em qualquer alteração da elite política. As características mais distintivas desta elite fundadora foram a sua juventude, a sua dependência do emprego público e as estreitas relações com o sector financeiro e fiscal «da fraca e dependente economia capitalista» portuguesa."³¹⁹

O «Estado Novo» passa a ter dois intervenientes activos, para um discurso feito com dois intuitos diferentes. Por um lado o liderado pelo SPN, de Ferro, e o inflamado por Salazar, menos fascista, mais nacionalista. "Dando como facto indiscutível que o regime de Salazar não se baseou na «cultura do fascismo» mas na do corporativismo católico, nem num partido da mesma natureza, apenas ao nível de certas características do Estado se podem observar semelhanças com o fascismo italiano. Em tudo o resto (origens, cultura ideológica e base política), a comparação só salienta diferenças."³²⁰ O salazarismo, de Salazar, tornado académico e invisível de traçado linear sustentado pelo prazer do guião das várias iniciativas culturais. É o caso dos objectivos delineados pelo Presidente do Conselho em 1939, para a EMP, dando a Ferro as prerrogativas artísticas nacionais, tendo em conta o serviço dos seus fluídos discursos e da sua alma modernista para as Exposições de Paris e Nova Iorque. "O regime de Salazar foi sem dúvida o mais institucionalizado de todos os regimes autoritários do período entre as duas guerras".³²¹ Bem se pode dizer que "esta síntese cultural moderno-tradicional foi claramente hegemónica [...]. O projecto cultural do salazarismo procurou, como outros de regimes semelhantes, uma

³¹⁸ Este convite foi feito, segundo as referências, na tese de Paulo Martins, por telefone, e após uma pequena hesitação, Cottinelli, talvez porque não estivesse à espera, foi afirmativo.

³¹⁹ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 49

³²⁰ Stanley G. Payne, «Salazarism ...», p. 527 e V. António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 53, onde se reforça a ideia de que Salazar se encostava à Igreja e fé das pessoas para conseguir os seus objectivos políticos, obscurecendo o sentido corporativista da ideologia.

³²¹ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 53

«restauração sistemática dos valores da tradição»".³²² Em Portugal, foi a personalidade de António Ferro que recuperou artistas ligados ao modernismo e pôlos, a esculpir, a construir e a decorar os "temas do conservadorismo da ideologia tradicional"³²³ para que se pudessem levantar os valores que se circunscreviam, nesta primeira metade do século XX.

A contracultura não existia já que o Presidente do Conselho nunca viu com bons olhos o alargamento da escolaridade obrigatória, no país. Tudo, se passava com o sucesso mediático, nem sempre transparente, porque Salazar não tinha uma visão cultural, no campo das artes, que garantisse um sucesso político pela sua aplicabilidade³²⁴. Neste aspecto Salazar sabe quanto foi útil os serviços de Ferro, Duarte Pacheco e Cottinelli Telmo, pela apresentação e decoração do regime³²⁵, numa comunicação que se foi expondo ao longo dos anos. Contudo "não tardará, porém, que Salazar intervenha, para produzir, ele, o seu discurso cultural e estético, anti-cosmopolita, nacionalista e historicista."³²⁶ Há excepções, naturalmente, a EMP, só que o grande ideólogo foi António Ferro, figura das ARTES e da CULTURA.

Salazar foi, inclusive, diversas vezes acusado de não ter uma política cultural virada para as artes, como se procedia nos restantes países da Europa fascista. Certamente porque temia a primazia dos intelectuais, sobre as políticas aplicadas pelo regime. Um dos dados importante para esta afirmação é a paralisia a que ficou dotado o país entre 1945 e 1966, ano em que Salazar inaugura a grande obra da Ponte sobre o Rio Tejo e dá o seu último "suspiro" no campo da engenharia, e das artes, como gostava de salientar à dimensão do Estado.

Mesmo assim não será de esquecer que é a partir do principio da década de cinquenta que Salazar deixa de ter os préstimos, do grande propagandista e ideólogo cultural, que é António Ferro. Aspecto que a temporalmente também não será adverso, a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, ainda para mais sabendo-se que

³²² Christian FAURE, *Le Projet de Vichy. Folklore et révolution national, 1940-1944*, Lion, 1989,

p. 7

³²³ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

³²⁴ A noção de campo é, aqui, apresentada como um instrumento de pensamento ou um instrumento de construção de objecto. Logo, Bourdieu explica que o conceito definindo-o "negativamente como recusa à alternativa de interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária" In Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 64

³²⁵ Ao Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe para a EMP, competia a "coordenação e harmonização dos planos elaborados pelas secções das exposições, por forma a dar-lhe unidade de conjunto", superintendendo "todos os assuntos ligados à estética exterior e distribuição no terreno dos edifícios e pavilhões a construir." Referências retiradas do Decreto-lei n.º. 2987, citado em Revista dos Centenários, ano I, pp.26-29

Ferro era um homem que se caracterizava pela suas opiniões fascistas, apreciador de Mussolini que tinha caído neste mesmo período. Digamos que a despedida de Ferro era um dado anunciado.

Quando Ferro se preparava para se "despedir" da sua longa caminhada à frente dos destinos da cultura e propaganda do Estado, Salazar propunha já outra consagração, noutra linha, a de Duarte Pacheco.

Com dois congressos a decorrerem simultaneamente, o I Congresso de Arquitectura e o I Congresso de Engenharia, no IST. "Há uma grande exposição de Obras Públicas, com estátuas alegóricas da Arquitectura e Engenharia, medalhas comemorativas de Álvaro Brée e o «Livro de Ouro», que abre com uma frase de Salazar: «São coisas muito grandes a passarem do sonho para a realidade da vida ante os nossos olhos, atónitos de tanto nos haver a decadência habituado a tê-las por impossíveis».

2.2 António Ferro o ideólogo do poder

"Dou-me com muitas pessoas que estão convencidas da minha inferioridade. Longe de me magoar, satisfaz-me essa convicção. Os admiradores são sempre impertinentes: exigem-nos constantemente opiniões que a nossa indolência nem sempre está disposta a construir."

ANTÓNIO FERRO, Verbo, 1987

Em 1933, Salazar cria, com o intuito de propagandear a imagem do regime, o SPN, que viria a ser dirigido por António Ferro, uma das figuras de proa do Estado mesmo que muitas vezes possa ter sido polémico, contraditório ou até desprezado por aqueles que o apoiavam de forma sombria.

"Ferro nada tinha a ver, no campo cultural, com Salazar, e era um jornalista cosmopolita ligado aos meios futuristas e modernistas, um admirador do fascismo desde os anos 20."³²⁷ O seu espírito e empenhamento tornou-se visível logo nos primeiros anos de Liceu, não dependendo por isso de uma lógica superficial, pois, foi construído o seu ideal pelo acumular de contactos que ia fazendo com os intelectuais relevantes das artes da sua geração, a forma de uma postura própria no campo das expressões artísticas. Acompanhava as várias exposições modernistas chegando a

³²⁶ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 59

chefiar os primeiros números da Revista do "Orpheu". O seu contacto com este Mundo, muitas vezes ocultado, levou-o a gostar e conhecer o espaço cultural, no essencial o Mundo das artes plástica, de forma diferente.

Gostavamos de neste texto deixar algumas frases de António Ferro, que podem dar a noção da sua postura como homem de carisma nacionalista e profundamente convicto das suas reais capacidades.

"Vale a pena ter Pátria para ser estrangeiro noutra pátria"³²⁸ num sentido amplo do Portugal maior, mesmo que culturalmente periférico mas determinado em ser como é e nunca diferente dele, numa visão alargada de que lá fora só se sabe quanto se vale cá dentro.

"A minha indiferença isola-me. Só me conheço a mim [...] por isso, só me admiro a mim..."³²⁹ "Nunca me perguntem o que eu penso. O que eu penso é para mim; para os outros é, apenas, o que eu digo..."³³⁰ digamos que muito bem podia ser uma alusão à forma, ao conteúdo e às estratégias do «chefe», pois nem sempre Ferro informou ou executou exactamente como pensou. Problemas por vezes próximos da ordem conjuntural e outras da estrutura política, movida por areias movediças, terras soltas, pouco propícias a um trabalho orientado no campo interno. Pois o chefe podia dizer algo que fosse diferente do súbdito.

A escrita foi outras das formas de expressão (como vício) que desde muito cedo foi encarada como um dos seus potenciais. Razão pela qual, veio a integrar o corpo redactorial do "DN". Jornal onde se tornou um repórter especial e notável, já que corria Mundo, entrevistando as mais célebres figuras do planeta. Destacam-se entre outras figuras, Mussolini do qual se tornou admirador e o estadista António Salazar. Este intelectual, homem de profunda confiança, mesmo que não por grandes convicções, de Salazar, aparece na política nacional após a entrevista que faz a Oliveira Salazar, publicada nas páginas do "DN". Contudo, contava já no seu currículo, como jornalista, entrevistas às mais destacadas figuras políticas europeias, como já citado ditador italiano. Figura que Ferro defendia ideologicamente no campo da cultura e em algumas teses políticas.

Foi com a entrevista a Salazar, publicada em vários números do DN, que Ferro começa uma longa viagem ao lado do ditador Português. "Dispondo da

327 Idem, Ibidem

328 António FERRO, *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista, Verbo, Lisboa, 1987, p*

30
329 Idem, Ibidem, p. 39

330 Idem, Ibidem, p. 39

confiança do ditador e dependendo directamente dele. Ferro criou a máquina que ultrapassou largamente as meras necessidades de gestão de imagem de Salazar. Apesar de pouco ter a ver com o integrismo provinciano do Chefe, ou justamente por causa disso, António Ferro ofereceu ao regime um «projecto cultural» que sintetizou com habilidade e recursos técnicos «modernos» com uma verdadeira «reinvenção da tradição».³³¹

António Ferro teve como ponto de partida político um conjunto de experiências, internas e externas, como jornalista, que o levaram a introduzir-se no sistema que era suportado por uma ditadura. Só por isso, "Ferro representa[va] um estilo: um futuro-fascismo imediatista, de intervenção psicossocial, a mobilização das artes plásticas para a visualização do regime feito Estado"³³². Figura de estado virada para as actividades da «propaganda do aparelho»³³³, onde desempenhou um notável trabalho e teve sempre como estratégia, na sua actuação, a divulgação mais "popular" do Mundo artístico, inspirada nas facetas ideológicas de uma cultura com padrões europeus³³⁴.

Os independentistas tinham, por sua vez, em paralelo, actividades que, na maioria das vezes, não se encaixavam com as do regime do «Estado Novo». Nas artes plásticas onde Ferro desempenhava um lugar de relevo, pelas exposições que fomentava através do SPN/SNI, onde recebia quase na totalidade os modernistas, e um dia, saltou-se-lhe a frase que revela a postura de uma ideologia para o regime «não consagramos, estimulamos»³³⁵.

Ferro era um homem frontal, chegando ao ponto de dizer que "as minhas [suas] opiniões são dogmas que a minha Arte [dele] se encarregará de impor"³³⁶, aos movimentos modernistas que, afinal, sempre apoiou desde muito jovem, promovendo em paralelo exposições no Palácio Foz, na época sede do SPN, dos que mais tarde, mesmo seus amigos, se viriam a opor aos seus próprios ideais.

³³¹ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p.159

³³² Cit. Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 129

³³³ Diga-se que «a grande fachada» protagonizada por António Ferro enquanto relações públicas de Salazar, dentro do conceito de «política do espirito».

³³⁴ A actuação de António Ferro tinha como sectores privilegiados as exposições que foram o alfobre dos principais protagonistas da «Idade do Ouro» dos Artistas portuguesa, produtora de peças evocativas, por vezes gigantescas, destinadas ao momento e à propaganda - política, cultural e artística - sem grandes discursos de natureza estética.

³³⁵ In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, p. 613.

³³⁶ António FERRO, *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista*, Verbo, Lisboa, 1987, p.

António Quadros, levando em conta estes argumentou, considerou António Ferro como um dos homens que teve no «Estado Novo» o papel mais ambíguo. Afinal, aquele que desempenhava um papel "de acção, inevitavelmente ligado ao movimento político"³³⁷, "de propaganda ideológica, de mobilização da sociedade"³³⁸.

Ferro era um homem que assumiu sempre um papel relevante, num quadro nem sempre institucional, já que representava pela sua alquimia tudo o que era dado pela pátria. Na sua geração, foi perante o poder político um sóbrio defensor de causas, essencialmente no domínio da cultura.

Quadros, em 1962, nos seus discursos no "DN" onde era crítico de arte, ou nas palestras da Emissora Nacional, confirma a ligação de Ferro ao grupo do "Orpheu" mesmo que "mais activa do que intelectualmente"³³⁹.

Mas, afinal quem é era esta figura que aparecia agora ao lado de Salazar?

António Ferro, nasce em 1895 no seio de uma família da pequena burguesia comercial, mas que durante o Liceu mantém contactos com Mário de Sá-Carneiro, tendo uma juventude ligada ao meio das artes plásticas. Em 1911 assistirá à "Exposição Livre", para durante a década seguinte estar com os que se opunham ao sistema, nos Salões dos Humoristas e Modernistas. Foi por estar aí, nessa modernidade sociomental, que António Ferro ocupa um relevante lugar no primeiro modernismo Português e, carismaticamente, nos *folles* anos 20 portugueses da sua exclusiva vontade e empenho.

Como modernista, acompanha o movimento do "Orpheu" impulsionado pelos artistas que estavam no estrangeiro ou no País. Destacam-se aqui, figuras como a Sá-Carneiro e Santa-Rita, em Paris, ou Pessoa e Almada, em Lisboa. Desta forma o "Orpheu" aparece como projecto, e Ferro é formalmente editor da Revista do mesmo nome, que sairá em 1915, da qual saíram apenas dois número para as bancas. Um ano mais tarde Sá-Carneiro suicida-se, para em 1917 ser lançado o "Portugal Futurista".

Ao mesmo tempo, Amadeo, solitariamente, faz exposições em Lisboa e no Porto, com todo o orgulho que lhe era familiar.

A República não consegue mobilizar os artistas, porque os padrões oitocentistas padronizaram as sensibilidades estéticas, o que provoca uma angústia

³³⁷ António QUADROS, filho de António Ferro e Crítico de Arte, escrevendo sobre o assunto artigos no "DN", deixou estas palavras em *António Ferro*, Ed. Panorama, SNI, Lisboa, 1963, p. VII

³³⁸ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

³³⁹ António QUADROS, *António Ferro*, Ed. Panorama, SNI, Lisboa, 1963, p. VII

indeterminável no meio. Ferro começa então a aperceber-se desta situação, sendo levado a entregar-se a outros meios mais tarde.

Na vanguarda, aparecia a "Arte Livre", dos futuristas, os tais, humoristas/modernistas, que de forma alguma consolidavam as ideias do regime. Estavam cultural e ideologicamente distantes do novo regime, que dava os seus primeiros passos num caminho que haveria de ser longo. Alguns destes intelectuais viram-se mesmo contra a República.

Ferro faz, contudo, a sua juventude nesta perturbada definição estética/cultural, isto num quadro de sensibilidade moral e ideológica.

Tudo o que se passa à sua volta leva-o a ter problemas psico-emocionais, reflexo de um mau estar profundo na sociedade portuguesa e que se vieram a reflectir na sua pessoa. Levando-o à seguinte afirmação, "Dou-me com muitas pessoas que estão convencidas da minha inferioridade. Longe de me magoar, satisfaz-me essa convicção. Os admiradores são sempre impertinentes: exigem-nos constantemente opiniões que a nossa indolência nem sempre está disposta a construir."³⁴⁰

Contudo, a nota alta de toda a sua vida foi o SPN que influenciou todas as decisões da sua vida. Daí para a frente, tudo se tornou diferente, porque este organismo foi preponderante para a imagem de Salazar tanto interna como externamente. "Foi o SPN que coordenou e alimentou a imprensa do regime, que dirigiu os serviços de censura, que organizou as encenações de massas que periodicamente eram transportadas para a capital e que alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo. Como se não chegasse, assegurou ainda múltiplas actividades mais viradas para as elites e ainda dinamizou as relações culturais com o estrangeiro"³⁴¹. Ferro recrutou com habilidade intelectuais e artistas, que sem esta mediação «modernista» dificilmente seriam atraídos pelo perfil do chefe do Governo, alguns dos quais tinham militado nos grupos fascistas que se opuseram a Salazar."³⁴²

Todavia, a grande fonte de inspiração, insaciável, ligada ao poder, não partia de uma só figura, mas do que vários notáveis ou considerados que lidavam de perto com o regime. As suas teses filosóficas, algo gradativas, sustentadas pelo

³⁴⁰ António FERRO, *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista*, Verbo, Lisboa, 1987, p.

39

³⁴¹ É o caso dos pavilhões portugueses nas Exposições de Paris (1937) e de Nova Iorque (1939). Portugal mostrava-se ao mundo com um tipo de arquitectura e arte cosmopolita, numa demonstração sóbria de poder.

modernismo caseiro, viam-se como oposição³⁴³ à corrente modernista baseada na perspectiva que vingava, em Paris, na qual os oposicionista ao regime se apoiavam. Entre os notáveis estava António Ferro, o jornalista que entrevistou Salazar, que dirigiu o SPN devido às suas teses predominantemente fascistas (enriquecidas pelo exemplo do Mussolinismo, ou de Mussolini por quem tinha uma grande admiração), não deixando de ser, mesmo assim, para Salazar o "perguntador", em vez de quem "responde" pelo que quer que seja. "Para Salazar, Ferro não será essa ressonância de que ele precisa?

E para Ferro, Salazar, não será a esperança do exercício do poder cultural-político, futuro-fascista?

"Ferro não vem, apenas, do *orphismo*, do modernismo, do futurismo. Ele vem da admiração pelo fascismo. Admiração que resulta, em larga medida, daquilo que era, para ele, a interpretação entre modernidade e fascismo."³⁴⁴

A fileira dos notáveis era ainda constituída por Cottinelli Telmo, Cristino da Silva, Pardal Monteiro entre outros.

"Mas uma coisa é uma entrevista, um livro de entrevistas, outra coisa é o Secretariado da Propaganda Nacional. E Salazar é o professor universitário, Ferro, o autodidacta. Salazar, o Coimbrão, Ferro, o cosmopolita. Salazar, o conservador, Ferro, o vanguardista."³⁴⁵ Aqui, algo separava as duas figuras dentro do «Estado Novo», pelas ideias e pelas noções ideológicas, numa política cultural ligada a uma postura de interesses pessoais³⁴⁶. Tínhamos "Salazar, o salazarista, Ferro, o mussoliniano."³⁴⁷

Começava-se a desenhar um estado nação à medida de um patriotismo (ir)racional, por isso Artur Portela vê António Ferro como o símbolo das aspirações sustentadas pelo determinismo da génese fascista, em versão "caseira", mas

³⁴² António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 128

³⁴³ Que Salazar apelidou para a área de Lisboa como um «individualismo revolucionário» Cf. Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 62 V. Livermore, *A New History of Portugal*.

³⁴⁴ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 32

³⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 31

³⁴⁶ O que temos é uma "hierarquização de formas ideológicas no interior de uma formação ideológica individual" para com as frequências que estas atravessam, face à expressão das instituições que cada um ocupa Cf. João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 63

³⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 32

sustentada por uma "arte fascistas"³⁴⁸. Tudo, porque este homem seria preparado para tratar a informação e a cultura portuguesa como uma sumula de cadernos de encargos, em gestão programática de "efeitos sociais directos"³⁴⁹, limitada no tempo e na obra, que teve a ver com a EMP onde "para além de critérios puramente estéticos, uma obra pode ser «polemicamente» relevante justamente à luz da sua tão específica localização civilizacional"³⁵⁰, e nada melhor que junto ao Tejo para comemorar o Duplo Centenário da Independência e da Restauração, com toda a pompa e circunstância. Mesmo assim, "Ferro não é um colaborador automático e estrito. A sua obediência é paradoxalmente rebelde. Antecipa-se, alarga dinamiza, traduz livremente."³⁵¹

A maior atenção foi atribuída ao movimento «etnográfico-folclórico» que passou por uma verdadeira revitalização (na maioria dos casos pura invenção) da cultura popular, "restauração dos símbolos da reconquista cristã e sua utilização social, por concurso como «a aldeia mais portuguesa de Portugal»³⁵², movimento que culminou, já no início da década de 40, com a «EMP», reproduzindo as formas tradicionais e os hábitos das populações de todo o «Império». "Outro revelador importante foi o da promoção do cinema Português que, com uma clara vocação popular, remete também a apologia dos sadios valores da honestidade cristã e da família pobre mas honrada."³⁵³

Depois de ter terminado a exposição de 40, Salazar e Ferro transformam o seu poder, com uma linha cultural diferente, como que a terminar um "ciclo" levando Ferro a perder parte do protagonismo que tinha desfrutado até 1942. Sem conseguir acompanhar as várias movimentações e extinguindo-se o SPN para dar lugar ao SNI que continuou a secretariar até 1951, com outros fundamentos, mas que lhe retiravam o protagonismo que detinha como figura dentro do Estado. Daí, até deixar

³⁴⁸ A arte fascista expressa um compromisso entre a nostalgia clássica e um certo fabriquismo manifestado pela obsidante ambição de eternizar o homem ao serviço do Estado numa transformação em objecto culto. "Tudo no Estado, Todos no Estado, Nada Fora do Estado". A arte fascista tem na sua produção estética belíssimas obras.

³⁴⁹ In Idalina CONDE, *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VVAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994, p. 168

³⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 168

³⁵¹ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 59

³⁵² O concurso para a escolha da aldeia mais portuguesa de Portugal (1938) dá-nos o conceito do nosso ruralismo, que levou Pais de Brito a dizer que [Monsanto] "foi, sobretudo, a imagem capaz de visualizar o desejo de uma obra, com as mesmas características reunidas - Portugal" cf. Pais de BRITO, *O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, In: *O fascismo em Portugal*, Actas da Faculdade de Letras, Março | 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp.511-532

³⁵³ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 159

o país, talvez de uma forma um pouco frustrante, foi um passo. Tornou-se embaixador de Portugal na Áustria e depois em Roma onde veio a morrer em 1956. Logo, "o apóstolo, missionário, o homem que levou a verdade ao povo, que a espalhou, a transmitiu, a pregou através do país e do estrangeiro, fazendo-a admitir nos círculos políticos, tornando-a conhecida nos ambientes europeus, institucionalizando-a, resolvendo-a em acção,"³⁵⁴ todavia, o seu estatuto não deixou de ser realçado, podendo-se sublinhar o seu carisma, enquanto figura de extrema influência ligada à vigência do «Estado Novo».

Desta forma Ferro não seria "o braço direito cultural e artístico de Salazar porque Salazar, a expressão da grande burguesia agrária e de sectores das classes médias, é, culturalmente, o conservadorismo rural, e a «política do espírito» contém um discurso estético de raiz vanguardista e cosmopolita"³⁵⁵

Afirme-se que a «política do espírito» de António Ferro, num compromisso que pretendia fazer entre a tradição e modernidade, "talvez fosse para além do que Salazar pretendia fazer como obra do regime"³⁵⁶

Tivemos então um grande momento de pausa, onde os modernistas, do contra-regime, começaram a ganhar um protagonismo pessoal e social, com "a irresistível viragem dos anos 60, sócio-cultural primeiro, política depois, lhes foi permitindo aqui e além, em pequenos microclimas isolados, outros tantos tímidos nascimentos."³⁵⁷

Começava-se a desenhar a rotura do sistema, alimentado durante anos pelo partido único (homens ligados a um poder que como partido tinha falta de rosto), denominado UN, que sustentava cegamente o governo, só que na eminência de ser absorvido pelo descontentamento nacional. Sentia-se as tertúlias metropolitanas e o seu peso, como organizações "hostis", só que silenciosas.

"Eu quisera encerrar toda a minha Arte e toda a minha Vida numa frase. O mais belo Artista será aquele que menos disser... Um nome vale, às vezes, uma obra..."³⁵⁸

³⁵⁴ António QUADROS, *António Ferro*, Ed. Panorama, SNI, Lisboa, 1963, p. VII

³⁵⁵ Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa, 1982, p. 58

³⁵⁶ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

³⁵⁷ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INCM, 1991, p. 74

³⁵⁸ António FERRO, *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista*, Verbo, Lisboa, 1987, p.

2.3 Outros Ideólogos do Poder

V. Quadro 9 em anexo, no final do documento.

Em 29 de Dezembro de 1938, os jornais anunciavam a nomeação dos principais elementos da comissão para a EMP. O Arq. Cottinelli Telmo, como arquitecto-chefe, o Eng. Sá e Melo³⁵⁹, como comissário adjunto, já que nas vésperas tinha sido dado, Augusto de Castro³⁶⁰, como comissário geral, que no seu primeiro discurso oficial, falou de um "Portugal repousante e lírico, o Portugal do pomar, dos açudes, da província [...] esse Portugal ingénuo e amoroso que foi o húmus do Portugal heróico"³⁶¹. Sendo os dois primeiros os principais técnicos para a EMP, competia-lhes ainda reordenar toda a zona marginal de Belém. Factos que os levou à construção de um plano de pormenor, que assentava em dois vectores principais: primeiro ordenamento ferro e rodoviário, segundo ordenamento imobiliário, da zona e espaços envolvente à EMP. Após a EMP, foi criada uma outra comissão, "a que competia a desmontagem e demolição"³⁶². "Em 13.06.1941 Sá e Melo na sua qualidade de presidente da 'Comissão Liquidatária'³⁶³ propôs a cedência de elementos da Exposição a diversas instituições oficiais". Estes elementos iriam sucessivamente integrar comissões, por Decreto, após a extinção das que se iam sucedendo³⁶⁴. Como dado importante temos que as mesmas personalidades é que

³⁵⁹ Sá e Melo - Formado em Engenharia Civil e Engenharia de Minas, foi admitido como quadro técnico de Obras Públicas, em 1916. Foi comissário-adjunto das Casas Económicas do Porto, em 1918; desempenhou diversos cargos directivos na construção das estradas do país; comissário-adjunto dos Desemprego, em 1932; vogal do Conselho Superior de Obras, em 1933; em 1941, viria a ser nomeado inspector superior de Obras Públicas e, em 1945, director-geral dos Serviços Urbanos.

³⁶⁰ Nasceu no Porto (1883-1971). Jornalista, escritor e diplomata. Licenciado e Direito. Director do "DN" a partir de 1919. Personalidade que através das páginas do "DN" deu voz ao regime. In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, pp. 815-816.

³⁶¹ In Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p. 115

³⁶² Diário do Governo, n.º I, 1ª Série, n.º 110, Decreto-lei n.º 31.268 de 14 de Março de 1941, pp. 425-426.

³⁶³ Como refere Paulo Martins, na sua tese de Mestrado, esta comissão um mês depois é referida, ainda que com a mesma presidência, com a designação de "Comissão de Demolições". V. nota de rodapé, João Paulo do Rosado MARTINS, *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa, 1995, p. 371

³⁶⁴ "A Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da Zona marginal de Belém" criada em Diário do Governo, 1ª Série, n.º 209, Decreto-lei n.º 31 502 de 8 de Setembro de

funcionavam como círculo no adormecido do poder. Poder que também, simbólico se instituía, no círculo de uma elite artística, de empreendimentos imobiliários.

Assim sendo, poderá parecer que Cottinelli e Sá e Melo, tivessem qualquer tipo de ligação entre si, de carácter profissional³⁶⁵, pela sua ligação imediata à EMP. Segundo Paulo Martins, a ligação entre o Arquitecto e o Engenheiro deveu-se a um terceiro elemento, Duarte Pacheco, uma das figuras basilares dos projectos delineados por Salazar, à frente da CML ou quando necessário passava-se, por interesse do Presidente do Conselho, para o Ministério das Obras públicas, com a finalidade de dar maior visibilidade às obras de regime. O peso simbólico das suas obras ficou marcado, para da EMP, pelas obras do Serviço Prisional ou as Estações do Caminho de Ferro, num projecto nacional³⁶⁶.

Duarte Pacheco, que já tinha trabalhado com Cottinelli, na “Comissão das Construções Prisionais”, pensando que este iria presidir a área de arquitectura da EMP, e sendo intimo amigo de Melo, só poderia ter como segunda figura este engenheiro. Por este motivo se poderá, inclusive, perceber-se porque foi fácil o sucesso da EMP, com a liderança destas personalidades que se movimentavam neste circuito, fechado sobre si mesmo, e apoiado, no grande estratégia das construções e obras pública que era o Ministro Duarte Pacheco. Por razões, de afectividade, amizade profissional e política, Pacheco sempre dispôs (quis) a seu lado o mestre Cottinelli, com todas as virtudes que assentavam nos paradigma trabalho, competência e liderança. Suportes de uma estratégia, sempre definida por Pacheco, que liderando o círculo, retirava os dividendos pessoais e políticos de tais ideais.

Não será por acaso que Salazar pede a Pacheco para sair da CML e vir integrar o elenco governativo, como Ministro das Obras Públicas. Que Cottinelli é convidado por Ferro³⁶⁷ e Pacheco chama à Comissão da EMP, Sá e Melo. É óbvia o sentido restrito de poderes, alicerçado no efeito simbólicos das personalidades.

1941, pp. 817-818, faziam com que Cottinelli Telmo e Sá e Melo fossem indigitados para a “Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra. V. nota de rodapé, João Paulo do Rosado MARTINS, *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa, 1995, p. 371

³⁶⁵ Tinham personalidades diferentes. Sá e Melo era “introspectivo, silencioso e racional” e Cottinelli “expansivo, emocional, exuberante e extrovertido”. Retrato dado por João Paulo do Rosado MARTINS, *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa, 1995, p. 326.

³⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp.59-297

³⁶⁷ Cit. Paulo MARTINS, neste extenso parágrafo da sua tese, porque faz o enquadramento global daquilo que era a área de influências, sustentadas pelo poder, via pessoal; “Terá sido no entanto António Ferro, secretário da ‘Comissão Nacional dos Centenários’ e secretário geral da Comissão Executiva dos Centenários”. Entretanto nomeadas, quem, ‘a pedido do Governo’, fez o

Para Cottinelli, Sá e Melo viria a ser a figura que apaziguaria todas as forças contrárias a uma "derrocada" da "Exposição dos Centenários", em suma, o que teria que ser a "outra metade" do arquitecto-chefe³⁶⁸.

2.4 Um Sistema Político Pluralista e o Subsistema cultural

"O panorama global científico Português tem sido, nos últimos séculos, um panorama de isolamento e de atraso, que um ou outro fulgor ocasional nunca logrou abalar. Verifica-se clara analogia entre o que se foi passando no âmbito da actividade científica e o quadro mais amplo dos processos sociais envolventes, com perda de velocidade relativa no desenvolvimento da sociedade portuguesa a partir do séc. XVIII, Por referência à evolução europeia. E tal homologia não é surpreendente, já que os contextos sociopolíticos, económicos e culturais marcam os limites de variação possível do trabalho científico e dos seus produtos."

FERREIRA DE ALMEIDA 1991

Sendo um tema relevante, pela sua singularidade, na Cultura Portuguesa em dois momentos distintos, neste período de quase seis décadas, importará realçar, quando nos aproximamos do fim do século XX, as variações sociais e modificações políticas que ocorreram em tão curto espaço de tempo. Ora vejamos. Pôs-se fim a uma monarquia para se passar a uma República, onde preponderou a instabilidade política, que trouxe modificações ao fim de 26 anos. Apareceu o sistema militar ditatorial, mais tarde fascista, de Salazar que ideologicamente se identificava pelo "carisma" da sua figura, e conseqüentemente no culto do poder da personalidade incontestável, que durou 48 anos, até que se chega a 1974. Dá-se a revolução, dos

primeiro contacto com Cottinelli Telmo, propondo-lhe o cargo de arquitecto-chefe. Como depois o próprio Cottinelli recordou, terá hesitado, ainda um momento, ao receber o telefonema de António Ferro. O suficiente para entrever uma salada mexida entre claridades de sonho e sombras de receio. - dirigir uma exposição! Arquitectura, decoração, escultura, cartazes, ideias, luzes, água, música, o fiasco de certas exposições estrangeiras, o descrédito, a alegria de (se) entregar exclusivamente a uma coisa que sendo para fazer depressa se lhe gozam os resultados, a glória, o movimento, o fracasso... . Ao entusiasmo pelo problema especial que se (lhe) oferecia, Cottinelli oponha o possível espectáculo de uma inauguração sem nada para inaugurar; o desespero, a impotência, andaimes e buracos, ruínas, desinteligências, confusão, dinheiro perdido, exaltações!..." V. João Paulo do Rosado MARTINS, *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa, 1995, p. 329.

³⁶⁸

Como refere Paulo Martins na sua tese, Cottinelli, no Discurso Proferido no Banquete de Homenagem Promovido pelo S.N.A, em 28 de Março de 1941, seria Sá e Melo, "o outro eu da Exposição; a outra metade; o companheiro de todas as horas; o espelho das alegrias e das tristezas". V. João Paulo do Rosado MARTINS, *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa, 1995, p. 327

cravos, e encontra-se um sistema livre, democrático e pluralista, com eleições livre a partir de 1976.

"Mais recentemente, o período da ditadura conservadora afectou o campo científico de forma prolongada, e em especial as Ciências Sociais. O discurso oficial sempre privilegiou a aproximação normativa e autoritária à sociedade."³⁶⁹

Todas as dinâmicas sustentadas e impostas pelo aparelho ideológico de estado na área da cultura, aferido como subsistema cultural, levantam só por si, algumas questões por indefinição em algumas situações, mesmo que se tenha um conhecimento empírico sobre o assunto.

No CCB as actividades que normalmente se desenvolvem no seu espaço constituído por três núcleos distintos, para reuniões, congressos e exposições, destinam-se a um público mais heterógeneo, modelado pelas actividades que decorrem da programação, desde logo lançada por M.^a José Stock, que se apoiou no princípio da diversificação dos públicos prevendo a maior abrangência possível³⁷⁰. Ao contrário de outras instituições que viradas para as *elites*, como acontece com a Culturgest e FCG³⁷¹ que "em tempos idos teve um papel muito mais importante na difusão da cultura, junto das camadas mais amplas da população que tem tido o CCB"³⁷², se olharmos apenas para o quadro institucional, tem que se explicar que a Gulbenkien era a única na cidade e no país com a sua dimensão - económica, cultural e só por isso social.

A relação Gulbenkien Estado teve sempre muito próxima do fenómeno de hoje. A FCG, criada em 1954, foi verdadeiramente um segundo Estado, no Estado. E foi sempre com a sua descrição e contenção, tomando-se uma instituição envelhecida e quando nos finais de década de oitenta há pessoas que estão ligadas às artes contemporâneas que não tiveram sempre uma relação fácil com a FCG,

³⁶⁹ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 73

³⁷⁰ A partir de Outubro de 1993 o CCB "funciona em pleno, propondo uma programação que inclui exposições, teatro, audiovisuais, música e dança. Os indicadores de que já dispomos animam-nos: o primeiro ciclo de exposições, inaugurado em junho, teve mais de 80000 visitantes, um número único em Portugal. O recital de Monserrat Caballé que inaugurou o grande auditório do Centro de Espectáculos, esgotou em poucos dias." In M.^a José, Stock, Directora das Actividades Culturais, "A Ideia do Centro", Catálogo/CCB de Out. 93 Facto que veio também referido na Revista do "Expresso". Também nós pensamos que perante o número de visitantes seria quase impossível que em relação ao equipamento se confirmar o seu carácter elitista, pelo contrário. Mesmo que a última frase possa conduzir a um puro engano.

³⁷¹ Instituição particular de utilidade pública, criada em 1956, Por vontade testamentária dos seu fundador Calouste Gulbenkien, que teve os seus estatutos aprovados neste ano pelo Decreto-lei n.º 40 690, de 18 de Junho, e cuja redacção pertenceu, ao seu presidente Azeredo Perdigão, Salazar e Marcelo Caetano.

ligadas à SEC, algo tinha que se alterar. Pois, a SEC nunca teve propriamente uma afirmação simbólica de poder relativamente à Fundação. Isto é acompanhado de um certo adormecimento face a tudo o que é o acumular das tendências e novidades. Porque a Gulbenkien, no passado, era “o verdadeiro Ministério da Cultura”³⁷³ e que ganhou a entropia das não só grandes como das mega instituições, como também do próprio envelhecimento geracional dos seus protagonistas que eram pessoas muito activas e com protagonismo intelectual e artísticos. Mas, foi tendo o seu adormecimento face à vitalidade que tinha. Por outro lado, a SEC já tinha tido a vontade de um protagonismo, “com as edições da Lis [para] criar um perfil específico. Começando a emergir, com este protagonismo e agente cultural, que passa de uma imagem de burocracia a agente cultural, [no mandato de] Teresa Patrício Gouveia”³⁷⁴ à frente da Secretaria de Estado.

“Mas mercê da inércia cultural dos principais actores da vida política, a margem de desvio foi-se fechando até que nela só ficou a rotina. [...] Ao contrário dessa acomodada rotina, o que importa é saber e compreender como se geram as novas realidades: na investigação científica, na criação estética, na intervenção social e política. [...] São as aparentes rupturas de um continuum que, de outro modo, só nos poderia conduzir à repetição cíclica. Repetição cíclica que, de resto, temos de forma muito clara, entre Dezembro de 82 e Novembro de 84, em termos da superestrutura política. pois que diferença há entre o fim da AD³⁷⁵ e a coligação que se seguiu”³⁷⁶ entre o PS e o PSD, o chamado bloco central.

É que, se não entendermos essa margem de desvio, esses saltos quânticos, como entenderemos as rupturas (não rupturas num sentido revolucionário já ultrapassado, que não tem razão de ser neste fim de século), que possibilitam a construção do novo? “Se não o fizermos, voltaremos sempre, inevitavelmente, ao princípio e o processo de implosão da sociedade não será mais do que um espantoso aumento de entropia. O entendimento tem que ver com a premência do trabalho científico e do seu rigor; tem que ver com a interpenetração do Mundo dentro de nós e de nós dentro do Mundo.”³⁷⁷

372 Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

373 Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

374 Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

375 Aliança Democrática - Coligação entre três partidos. PSD, CDS e PPM (este já sem significado eleitoral) e o segundo tem como sigla PP - Partido Popular.

376 Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

377 M.ª de Lurdes PINTASSILGO, *Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de Abril*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Editorial Estampa, Lisboa, 1986, pp. 65-66

Avançamos por um «pluralismo limitado», entendido como a sobrevivência de grupos de interesses, associações políticas, religiosas, etc., em grupos variáveis, que contrastam com «a forte dominação, senão monopólio, impostos pelo partido totalitário após a tomada do poder», nos regimes fascistas. O que se observa é “que todos os sistemas totalitários, essencialmente massificados e centralizados, produzem naturalmente este dogmatismo anticultural”³⁷⁸.

“Ao contrário da forte componente ideológica, com toda a sua carga utópica, que caracteriza o totalitarismo, os regimes autoritários não dispõem de uma ideologia-guia, codificada e instrumental.”³⁷⁹

Gomes Mota, em 8 de Janeiro de 1994, diz aos jornalistas Portugueses que “a cultura do autoritarismo, disfarçada agora sob a forma de cultura de maioria, parece renascer e sobrepor-se à cultura da democracia” - “a democracia portuguesa está doente de um neo-situacionismo.”³⁸⁰

A reflexão sobre o período compreendido entre 1974 e 1985 servirá para um enquadramento social, político e cultural.

Melhor do que nunca se percebe que a introdução de dados tão importantes quanto aqueles que temos, será necessário aferir o focado “situacionismo” que Gomes Mota extrapolava no jornal Público.

“A história mais recente dessa política em Portugal, se mostra alguma coisa, é que nenhuma tendência se pode ter por adquirida.”³⁸¹

Portugal, pela sua marginalidade e pequenez, dispõe de um relativo privilégio de partida. “As áreas culturais e linguísticas de grande dimensão nem sempre escapam a algum isolamento, espontâneo ou cultivado, que a sua própria preponderância induz. Ora no caso da nossa produção científica estão naturalmente excluídas veleidades imperiais, não nos sendo também permitidas arrogâncias de fechamento.”³⁸²

O CCB como subsistema cultural é detentor de um equipamento que se insere num sistema cultural pluralista e democrático, e tal como o seu nome indica sendo a vertente deste centro expressamente cultural, esta é complementada por uma

³⁷⁸ Dogmatismo que pode chegar neste tipo de regimes a uma desculturação como “prólogo da cristalização, susceptível de conduzir a uma sociedade «homogeneizada»” Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, pp.169-173

³⁷⁹ António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 27

³⁸⁰ In jornal “Público”, p. 5

³⁸¹ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 76

³⁸² Op. Cit., Ibidem, p. 80

exploração comercial do espaço. A sua especificação está estrategicamente virada para o mundo das Artes Plásticas e das mais tradicionais, como valores da nossa cultura³⁸³, e espectáculos, dando uma imagem preconcebida daquilo que é o CCB e a FD. "A relação entre as artes plásticas e as instituições públicas em Portugal é difícil"³⁸⁴, mas não só neste campo, todavia, o CCB mostrou como as Cultura se abre enquanto campo, chamando a si públicos diferenciados.

A sua estrutura de base, especificada como organização, de cariz cultural e comercial assenta numa articulação desenhada de forma a que o Conselho de Administração da FD através do Pelouro da Cultura e Comercial tenha na Direcção Coordenadora de todos os espaços culturais um fio condutor que foi traçado tendo em conta os parâmetros/base da estratégia definida em cada Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais.

Os vários parâmetros remetem-se para os objectivos definidos pela especificidade do espaço, numa abordagem de aspectos mais amplos, fundamentalmente, determinados pela complementaridade de funções, interactividade e multifuncionalidade dos espaços:

a) uma concepção, mais tradicional, de "staff and line", de natureza funcional, que pressupõe a existência de uma cadeia hierárquica de comando para cada função;

b) uma estrutura mais operacional e dinâmica, do tipo da "functional teamwork", de natureza matricial, hoje mais adequada às organizações de serviço e, sobretudo, às de cariz cultural.³⁸⁵

Com estes objectivos o centro faz com que a organização funcione de forma unidimensional, com bases sectoriais específicas, numa coordenação hierárquica que não se apresenta fortemente vertical, que pode funcionar através da constituição de grupos pequenos, plurifuncionais, em equipas de trabalho operacionais. Quando necessário, mesmo com esta realidade, e obviando a estratégia de "outsourcing" definida, o CCB pode recorrer aos serviços de consultores, que para além da versatilidade e operacionalidade acrescida dos mesmos os custos fixos poderão diminuir.

No seio da organização aparecem os órgãos de "staff" para áreas muito específicas do Mundo do espectáculo e da música, respectivamente para a ópera,

³⁸³ V. M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Abr. 94

³⁸⁴ In revista "Visão" 11 Nov. 94, p. 22

música erudita, teatro e bailado, sob a coordenação da Direcção de Espectáculos. A consultadoria terá a ver com o planeamento dos espectáculos no seu aspecto científico, assim como, na realização dos vários eventos na área do Centro Educacional e de Animação e na do Centro de Documentação. Aspecto que nos leva a pensar na possível inclusão da interfuncionalidade entre as chefias.

O problema das *élites* intermédias³⁸⁵, poder-se-á esbater, quando o mesmo argumento se consubstancia no Centro Educacional e de Animação e no Centro de Documentação, já que estas áreas podem recorrer a vários Directores sectoriais, como os do Centro de Espectáculos³⁸⁷ ou de Exposições, para além da Coordenadora dos Espaços Culturais. Nesta linha de pensamento prevê-se que ocorra múltiplas vezes uma dependência, dos funcionários, das duas Direcções simultaneamente, garantindo uma uniformização do trabalho pela Direcção coordenadora.

A definição de perfis e funções de carácter operacional, ou seja, destinadas à concepção de espectáculos, exposições e à actividade comercial é a que segue o organograma da FD definido pelos topo hierárquico, tendo depois os vários directores dos Centros que coordenam as estruturam que lhes estão encarregues.

O CCB, desde a sua inauguração ao público, no dia 21 de Março de 1993, tem registado uma taxa de ocupação que se aproxima dos 100%. O L94 veio constituir uma percentagem significativa no conjunto global das actividades desenvolvidas em 1994, pensando-se na exploração de diversos domínios da cultura e das artes³⁸⁸. No que respeita às exposições, 25% das iniciativas ali realizadas integraram-se no programa da Capital da Cultura. Esta percentagem sobe para 30% no que respeita ao total das actividades desenvolvidas no Centro de Espectáculos do CCB com a chancela da L94.

No CCB, para além dos dois auditórios, que no ano de 1994 tiveram uma taxa de ocupação de 80 e 50 por cento, para o grande auditório e pequeno auditório

³⁸⁵ In Estrutura Organizacional - Fundação das Descobertas - Política de pessoal - descrição de funções (listagem de pessoal)

³⁸⁶ Que podem ser sociais e não intelectuais, que saídas "de certas camadas da sociedade" se vão progressivamente imbuindo noutras, pertença de outros grupos societais. Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 156

³⁸⁷ O presidente da Tóbis, Miguel Leal Coelho [amigo pessoal do secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes], após o pedido de demissão, substituiu Manuel Falcão na direcção do Centro de Espectáculos do CCB. In jornal "Público" 20 Set. 93, p. últ.

³⁸⁸ Numa articulação com o comissariado L94, onde se pretendeu "polarizar o interesse de uma faixa alargada de público, deselitizando a oferta", [numa] orientação a longo prazo da política de programação do Centro" M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, "Balanço e Perspectivas", Catálogo/CCB de Jan. 94.

respectivamente, um com a capacidade de 1500 pessoas e o outro de 400, encontramos diversas salas de espectáculos e diversos espaços culturais como o Bar Terraço onde decorrem diariamente os concertos das sete às nove. Só nos primeiros oito meses de funcionamento, até Dezembro de 1993, foram vendidos 500 mil bilhetes para as actividades culturais. Diga-se que a situação tinha paralelo com uma corrente que se fazia também sentir pela Europa, os gastos das famílias com a cultura subiam³⁸⁹. Só primeiro no dia de abertura do CCB passaram por aquele espaço 30 mil pessoas, como garantiram fontes da instituição.³⁹⁰

O CCB considera-se dentro do restrito espaço de Lisboa a alternativa a outras instituições como a FCG e Culturgest, pela sua programação diversificada e multifacetada em relação a estes espaços que normalmente apresentam o mesmo tipo de programação. "É uma rotina em muito semelhante à que conheceríamos antes, apenas completada por esse desencanto que tem circulado aqui como palavra-sinal-de-alerta."³⁹¹

Culturalmente o CCB encontra-se mais perto do popular do que de qualquer *élite*, procurando proporcionar uma multiplicidade de ofertas em termos de equipamento cultural, que vai das exposições, aos espectáculos, passando pelos divertimentos e acabando nos serviços de apoio e lazer. É expressamente um centro plural e democrático, no aspecto organizativo e funcional, não tanto pela dimensão, mas pela política empregue na área administrativa.

389

Perante estes resultados e o estudo da Eurostat, os europeus estão a mudar os seus hábitos, as actividades culturais e recreativas começam a ter maior peso nos orçamentos das famílias da UE. Logo, os portugueses não fogem à regra. (...) entre 1985/89 (...) Portugal é considerado o país membro que registou a segunda variação mais significativa. Em 92, os portugueses destinaram 7,1 por cento dos seus rendimentos às actividades recreativas contra 5,9 por cento entre 85/89, a par de uma quebra de 0,6 por cento nos gastos domésticos. Cit. Revista "Expresso" 10 Dez. 94, p. 4

390

Apesar de "as estimativas conhecidas [apontarem], para valores não inferiores a dois milhões de contos por ano para manutenção e funcionamento" In jornal "Público" n.º 858, 10 Jul.92, p. 1 verificou-se que "até, finais de 1993: Total de visitantes: no Centro de Exposições: mais de 200 000; no Centro de Espectáculos: 30 000. Total de eventos no Centro de Reuniões: 180. Total de assistentes aos programas de animação: mais de meio milhão;

Estes valores confirmam a nossa convicção de que o Centro Cultural de Belém se tornou, em escassos meses, o pólo de atracção cultural que constitui a sua razão de ser. Mais do que isso, o êxito deste período inicial permite-nos projectar o ano de 1994 em termos de sedimentação da política cultural e de continuidade de projectos. Nesse aspecto, continuaremos a apostar numa alteração do discurso mais usual da cultura. Se se mantém válida a aposta em espectáculos e exposições assentes numa perspectiva mais clássica e tradicionalista, o Centro Cultural de Belém vai continuar a apresentar uma programação diversificada, prosseguindo-se, a par de uma elevada qualidade, a dinamização da curiosidade cultural e o fomento da apetência por parte do público. Isto procura-se, igualmente, por meio da animação cultural e das actividades de extensão pedagógica levadas a efeito no âmbito dos espectáculos e das exposições." M.ª José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, "Balanço e Perspectivas", Catálogo/CCB de Jan. 94

391

M.ª de Lurdes PINTASSILGO, *Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de Abril*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Editorial Estampa, Lisboa, 1986, pp. 65-66

2.5 Santana Lopes e outros dados como ideólogos no Poder

“A cultura ao serviço do Estado em vez do Estado ao serviço cultura, eis a fórmula que melhor pode caracterizar a essência da política cultural dos governos do PSD.”

ANTÓNIO REIS, FINISTERRA 1995

Uma das assinatura que marcou a matriz do poder expresso durante o período em análise (1986-1995) foi a constante instrumentalização da cultura. Variante que nos conduziu por si a uma política, do elitismo, baseada no populismo «autopropagandístico» cercado pela «pseudodescentralização»³⁹². Face a estes pressupostos conjunturais pode-se constatar que a retórica se veio a instrumentalizar em obras de fachada. “A cultura portuguesas; entre o mercantilismo de matriz neoliberal e o dirigismo burocrático-clientelar³⁹³ na relação com os criadores”³⁹⁴, que por vezes se vieram a impor como fontes constantes de criação, tanto para os jovens como para os velhos, sendo casos disso, a variância entre as grandes exposições dos Velhos criadores portugueses e dos Novos³⁹⁵. Mas, as grandes exposições é

³⁹² O «autopropagandismo» e a «pseudodescentralização» são dois termos, de António Reis, que reflexivamente correspondem a um conjunto de atitudes que serviam para este período como para o primeiro em análise, tal é a visibilidade que os vários protagonistas políticos desejam dar à obra cultural. Mesmo que na revista “Expresso” 09 Jul. 94, p. 7 Santana Lopes se considerasse como palavra de ordem da SEC a descentralização (só ao nível das infra-estruturas).

³⁹³ Parte pelo qual também Santana Lopes ficará talvez mais lembrado e pela anarquia que, por vezes, criou no campo da Cultura. As medidas tomadas foram muito mais burocráticas que reais. “Ao fim de poucos meses à frente de SEC, eram vários já os presidentes de institutos e directores-gerais despedidos” e mudados por outros. Cit. Raul Vaz e Torcato Sepulveda no artigo sob o título “*Santana Lopes demitiu-se*” In jornal “Público” 21 Dez. 94, p. 44 Também os subsecretários de Estado foram mudados durante o seu mandato, foram os casos de Natália Correia Guedes, Sousa Laura e M.ª José Nogueira Pinto.

³⁹⁴ António REIS, *Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo*, FINISTERRA - revista de reflexão e crítica, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19 - 1995

³⁹⁵ É possível descortinar tal valência se se fizer uma análise ao conjunto de catálogos, mensais, do CCB, até 1995. “O nosso conceito de programação fica assim marcada: associar a descoberta [...] à divulgação, os consagrados aos novos valores, conquistar novos públicos, fomentar produções nacionais.” V. M.ª José STOCK, Directora das Actividades Culturais, “A Ideia do Centro”, Catálogo/CCB de Out. 93; como que “numa política de continuidade” surge o discurso como

uma tendência que se vai construindo, pelo próprio mercado cultural. Os grandes equipamentos que surgem (França é sempre um exemplo) por uma desproporção de escalas e a invenção da figura do comissário, como organizador de exposições é um produto característico de uma extensão dos mercados culturais, das lógicas das co-produções, do internacionalismo e dos intercâmbios. As grandes exposições antes do Centro já existiam e estavam para serem compradas. Estando preparada a antecâmara, "o Centro quando surge, já não é novidade."³⁹⁶

O alheamento do Primeiro-ministro³⁹⁷ face a uma política cultural, ficou expressa pela omissão em dez anos de governo, em que nunca deixou qualquer referência [como uma das prioridades principais] à cultura, em Portugal, tendo por referência as treze reformas que atravessaram a sua governação - não ter existido uma linha que deixasse transparecer nestas reformas, implementadas, uma política, ainda que global para a cultura.³⁹⁸

Visto isto, outras personalidades vieram a marcar a acção política, neste campo³⁹⁹ de acção/reacção levada a efeito pelos vários elementos governativos. Segundo o conceito de *campo*⁴⁰⁰ introduzido por Bourdieu, este não é mais que um instrumento e modo de pensamento que se inscreve numa vasta teoria científica

reforço decisivo de "uma política cultural para atrair novos públicos para este espaço, incentivando jovens talentos a mostrar o seu trabalho." "o Centro Cultural de Belém na rota dos acontecimentos destinados ao grande público" M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Out. 94

³⁹⁶ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

³⁹⁷ Um economista que via a sua acção governativa face à visibilidade estatística, e na acalmia dos números. O progresso social, como causa do progresso económico. A solidez institucional, face à agremiação de um associativismo, colectivo e individual, solidário e bajulatório.

³⁹⁸ Alguns dos exemplos prementes, foram o descrédito dado à formação artística, a realização de uma política de educação que incrementasse o aparecimento de novos valores, no campo artístico; o afastamento dos grandes valores do património cultural e a sua preservação; o abandono de uma política de incremento dos novos valores e o crédito face às novas realidades sócio-culturais; todavia com a criação do CCB, e através da política, expressa pela sua administração (via FD) outros valores se aproximaram, mormente, através do mercado galerístico Português como referiu M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, "Balanço e Perspectivas", Catálogo/CCB de Jan. 94 ao assumir que "A pedra de toque que explorámos em 1993 continuar a estar presente nos nossos projectos para 94, com o objectivo primordial de tornar o Centro Cultural de Belém num espaço lúdico para novos públicos", para no ano seguinte continuar a apostar nesta ideia".

³⁹⁹ Para Bourdieu *campo* define-se como um espaço estruturado, de acções desenvolvidas pelos agentes e a estrutura desse espaço, tendo em conta o seu funcionamento das várias posições em inter-actividade. A definição de campo, deve-se aplicação do conceito de campo, nos diversos universos sociais, principalmente ao universo artístico entre outros, o qual é atravessado pelas duas linhas de explicação anteriormente referidas que tendem a consagrar como objecto de análise a produção individualizada que aí se produz: as produções de arte tomadas em duplo sentido, umas vezes como obra, outras como obras. Cf. Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 281-286

⁴⁰⁰ Pierre BOURDIEU, *Questions de Sociologie*, Paris, Ed. de Minuit, 1980, pp. 113-120; *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Ed. de Minuit, 1979; *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

(também aqui incorporada pelo conceito mais vasto de estrutura social, entre o governo e as instituições corporativas ou governamentais⁴⁰¹) e o modo como se autonomizam, face à acção/estrutura e reacção/sociedade. Este autor vai mais longe, fazendo crer que o pressuposto, atrás expresso, só se realiza se existir a articulação entre as “condições de existência e as formas de acção, percepção e apreciação dos indivíduos e dos grupos”⁴⁰². Ora, o que preocupa Bourdieu é a redução dos actores sociais ao mero papel de executantes da estratégia social (exterior a estes actores), que são imputadas mormente pelos mecanismos que os «aparelhos político-partidários» constróem e aplicam.

Seguido Bourdieu, na sua linha de pensamento, tivemos, como relevantes dos factos dois comportamentos completamente distintos: primeiro porque se assumem com personalidades diferentes; e, segundo porque eram politicamente distantes (ainda que do mesmo partido, com ideias contrárias, filosofias e proximidades ideológicas diferentes).

Para se poder fazer a partir deste quadro (da página seguinte) uma apreciação mais global, é necessário fazer o respectivo enquadramento dos pontos fortes e fracos das políticas aplicadas por cada um dos executantes governativos.

Ambos passaram aproximadamente cinco anos à frente da SEC, tendo demonstrado que a definição de uma política cultural global nunca foi levada à prática, ficando a questão, inoperância, afastamento conceptual de conceitos e ligações ao meio, estratégia política, consolidação das acções pelo exercício do poder?

A resposta pode bem estar no que foi a política global do governo, pois nunca se vislumbrou a articulação entre os diferentes Ministérios a que a SEC estava ligada, da Educação, das Obras Públicas, do Planeamento e Administração do Território. Se este enquadramento, era preciso, o que transpirou foi precisamente essa falta, com as sucessivas decisões adiadas, mormente a questão do CCB, pois

⁴⁰¹ “Mas, pelo menos no campo da política cultural. tal diversidade de orientações nunca conseguiu ultrapassar as fronteiras de uma prática dirigiste burocrático-clientelar e de uma visão marcadamente elitista e neoliberal, que remetia para último plano das suas preocupações o alargamento da participação dos cidadãos na vida cultural, por via nomeadamente do desenvolvimento do ensino artístico, da descentralização dos pólos de criação e difusão cultural, do apoio ao associativismo local como rede de mediação entre as obras e os seus fruidores e da estruturação de um verdadeiro serviço público de televisão.” António REIS, *Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo*, FINISTERRA - revista de reflexão e crítica, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19, 1995

⁴⁰² Augusto Santos SILVA, - *Entre a Razão e o Sentido. Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, 1988, p. 175.

encontrava-se num quadro nacional mais vasto, e era preciso para a primeira Presidência Portuguesa da CEE, em Lisboa, para além de ser construído com fundos

POLÍTICA CULTURAL DUAS FIGURAS no ESTADO DEMOCRÁTICO

PERSONLIDADES	
Teresa Patrício Gouveia (1985-1989)	Pedro Santana Lopes ⁴⁰³ (1990-1995)
mais discreta	espectacular e mediático
ornamental e decorativo	deliberadamente populista
preocupações governativas:	preocupações governativas:
<ul style="list-style-type: none"> • funcionamento das instituições culturais do Estado • centradas nas questões do património 	<ul style="list-style-type: none"> • autopropagandístico • instrumentalizador dos actores culturais
Áreas preferenciais:	Áreas preferenciais:
<ul style="list-style-type: none"> • acção cultural (rede de leitura pública)⁴⁰⁴ 	<ul style="list-style-type: none"> • teatro comercial e independente⁴⁰⁵ • domínio da recuperação de grandes museus nacionais
Áreas desprovidas:	Áreas desprovidas:
<ul style="list-style-type: none"> • sectores artísticos (teatro) 	<ul style="list-style-type: none"> • recuando na política do livro⁴⁰⁶
Agremiações:	Agremiações:
<ul style="list-style-type: none"> • agregou facilmente colaborações artísticas de qualidade de personalidades ideologicamente adversas 	<ul style="list-style-type: none"> • subverteu por completo as estruturas da intervenção do Estado no domínio cultural • apoios oportunistas e violentas contestações
<p>AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i>, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996</p> <p>Fonte: António REIS, <i>Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo</i>, FINISTERRA - revista de reflexão e crítica, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19, 1995</p>	

comunitários,⁴⁰⁷ e "havia a preocupação de enobrecer aquele local que se ligava à época dos Descobrimentos"⁴⁰⁸ Portugueses (comemorações), mas estes "são [puros]

⁴⁰³ V. Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, p. 398, no capítulo Valores e Mobilização Política, numa ligação às políticas de Juventude, onde a identificação do jovens com as personalidades mais relevantes da política nacional e internacional, dá o mote, de como Santana Lopes se encaixa perfeitamente nestes dados estatísticos, com a maioria a preferir a nível nacional Sá Carneiro, e internacional Kennedy. Santana Lopes, ainda que tenha contado com a influência directa de Sá Carneiro, pois chegou ao PSD, pela sua mão, não deixa de corporizar esta referência.

⁴⁰⁴ «Esqueceu-se» de a articular com uma rede de bibliotecas escolares a estruturar sob a responsabilidade do Ministério da Educação essa mesma rede, face às suas preferências.

⁴⁰⁵ Descaracterizava e paralisava o Teatro Nacional Maria II.

⁴⁰⁶ Falhou depois na área do cinema e do audiovisual, com a política assumida e as nomeações feitas para o IPACA que mais tarde veio inclusive a ser separado. À frente do IPACA este Zita Seabra, uma ex-PCP, e ex-deputada deste partido, que foi convidada por Cavaco Silva, para liderar o Instituto, tendo tomado posse em Maio de 1993.

dados pretextuais para colocar o CCB naquele local ou para fazer estas obras públicas.⁴⁰⁹ Para este caso, segundo Hasse Ferreira do PS, “poderia ter sido definida uma estrutura que controlasse o processo à partida, as obras são inter-ministriais, porque não foi muito clarificada a estrutura a princípio, as regras de contratação não foram claras, o acompanhamento da obra foi deficiente”⁴¹⁰

Se ambos, Santana Lopes e Teresa Patrício Gouveia, padeceram, por não se empregarem a fundos, nesta política global de cultura, face às correntes artísticas de criação, de valorização do sector público, também ambos deixaram, todavia, como suas, as referências ao grande património, ao grande espectáculo, às grandes criações. Alguns exemplos, disso, foram: Serralves, o Museu de Arte Antiga⁴¹¹ (recuperação) e o L94 (que foi criticada pela falta de um guia de equipamentos [arquitectónicos] culturais e educativos na sua programação)⁴¹², o Palácio da Ajuda⁴¹³, o CCB⁴¹⁴, entre muito outros⁴¹⁵, no fundo a grande obra da SEC de

⁴⁰⁷ Estes últimos dados, levaram à realização de um inquérito Parlamentar por parte das várias bancadas da oposição, que tentaram, via desnorreamento, entre os diversos Ministérios tirar os dividendos políticos necessários. Sendo um dos maiores impulsionadores do inquérito o deputado António Barreto [e seu primeiro subscritor - jornal “DN” 19 Abr. 91, p. 3] e o deputado Almeida Santos. Primeiro por questões financeiras: em redor da obra de construção depois pela criação da FD com fundos vindos exclusivamente do OGE. Os jornais quase todos os dias dedicavam, entre 1991 e 1994, um espaço ao tão grande imóvel implantado na Praça do Império. António Barreto foi mais longe com “a sua obsessão” - jornal “Semanário” 13 Abr. 91, p. 19 - a que chamou “«mamarracho», o «escândalo», o «inconcebível» Centro Cultural de Belém” conforme 07 Jun. 91, V Legislatura, 4ª Sessão Legislativa (1990-1991), reunião plenária de 6 de Junho de 1991

⁴⁰⁸ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁴⁰⁹ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁴¹⁰ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁴¹¹ Museu que já tinha sido reconstruído, na década de 30-40, a quando da EMP, numa política global de estruturas cultural, não deixou no reinado destes dois secretários de estado de estar presente outra reconstrução interior, ou adaptação a novos requisitos.

⁴¹² No GAL-94 estariam obrigatoriamente duas obras: o CCB, de Gregotti, e a Escola Superior de Comunicação Social, de João Luís Carrilho da Graça. E três outras: a Faculdade de Psicologia da UL, de Tainha, o Instituto de Investigação do ISCTE (INDEG), de Hestnes Ferreira, ambos na Cidade Universitária, e o convento, igreja e centro cultural dominicano, ao Alto dos Moinhos, de Paulo Providência e José Fernandes Gonçalves. Cit. Revista “Expresso” 07 Mar. 94, p. 80

⁴¹³ Integrado na área do Plano de Pormenor da Envolvente do Palácio Nacional da Ajuda, no mandato de Santana Lopes foi mandado fazer um projecto para recuperação do edifício sede da SEC. “Feitas as contas, a preços de 1992, os custos da obra não deverão andar longe dos dez milhões de contos, ou seja, mais ou menos um terço do que se gastou na construção do Centro Cultural de Belém (à data da sua inauguração). Apesar de o investimento necessário para o fecho do palácio ser substancialmente mais baixo que o do CCB, o avanço do processo tem sido lento e há quem receie que a realização da Expo’98 venha novamente relegar para plano secundário a conclusão da obra.” In jornal “DN” 27 Dez. 93, p. 34.

⁴¹⁴ A grande obra da administração de Cavaco Silva que “só a vontade política justifica que um único empreendimento possa custar ao erário público 40 milhões de contos. Dos 258 milhões de contos previstos no PIDDAC para 1991, cerca de 4 por cento [foram] aplicados apenas nesta obra - montante controverso” Cit. Jornal “Público” n.º 346, 13 Fev. 91

Santana Lopes ligava-se às infra-estruturas⁴¹⁶. Digamos que, por excepção, tirando da rede estes equipamentos, outras vicissitudes ficaram por fazer, como as redes de acção cultural de ligação do país entre as infra-estruturas entre os vários agentes e áreas da acção cultural⁴¹⁷.

Outras realizações deixaram a determinado ponto antever a abertura necessária do modo como decorria a política seguida pelos precursores da nova ligação cultural entre os vários agentes e estruturas institucionais.

As implicações, políticas foram sendo retiradas, pelos próprios, como os primeiros agentes do significado estratégico, de cada uma das políticas de ruptura, impostas, pelo passado. As estruturas, recém criadas, vieram, assim, dar razão à falta de mão de obra qualificante, já que as redes não eram intercomunicacionais, mas livres e dispersas, sem corrente sinérgica. A análise sistémica, foi em campos estritos pouco ponderada, logo, inviabilizada. Sociologicamente, a malha dessa rede foi ficando cada vez mais apertada, face ao grupos de partilha, *elites corporativas*⁴¹⁸ que se foram auto-sustentando até ruírem ou fragmentarem-se.

A política cultural não assumiu a biunivocidade entre a arte e o sociedade⁴¹⁹, mas serviu-se, isso sim, de um duplo critério sustentado pelo conjunto disperso do «crer» e do «fazer», mesmo que com todos os riscos inerentes a estes. A isto Braga

⁴¹⁵ A resposta a factos, ainda que condicionados pela cedência política, após alguns desentendimentos entre o actual e o ex-secretário de Estado da Cultura, foi o depoimento de Santana Lopes, na inauguração do Museu do Chiado, em Lisboa, onde disse "que este novo espaço cultural não se deve apenas à sua equipa e ao impulso do L94, mas ainda aos esforços de anteriores responsáveis como António Lamas, antigo presidente do extinto IPPC, e de Teresa Patrício Gouveia, sua antecessora." In jornal "Público" 13 Jul. 94, p. últ.

⁴¹⁶ Manuel Frexes, subsecretário de Estado da Cultura foi quem disse "que a política deste Governo aponta a criação de infra-estruturas que solidifiquem projectos locais de produção e que é papel prioritário do Estado apoiar «os chamados grandes projectos nacionais»." In revista "Expresso" 09 Jul. 94, p. 7

⁴¹⁷ O secretário de Estado, Santana Lopes, considerou que «a persistência é fundamental para alcançar o sucesso na área da cultura» pois «este Governo ficará na história como um marco no fomento das infra-estruturas nacionais» e "deverão passar décadas para que as pessoas se apercebam do que realmente se está a passar na área da cultura em Portugal» In jornal "Comércio do Porto" de 28 Out. 93, p. 30

⁴¹⁸ O termo é nosso, todavia julgamos que é pertinente julgá-lo por esta forma. Elites, pois os grupos dentro da rede ficaram restringidos a eles mesmo, com o avançar dos tempo, o que levou à ruptura; Corporativas, já que o grémio dos grupo funcionava em ligação paralela e associativa, caso exemplos de grupos (*"Marchand"*, os artistas plásticos, os compradores de arte, os jornalistas, em suma, a máquina parcial desgastou-se a si mesma, já que as correntes sociais fizeram com que os "inputs" do sistema dificilmente satisfizeram o conjunto das «massas», visando os "outputs" como o único canal de saída do sistema.

⁴¹⁹ Santana Lopes raramente mostrou o "estofa de Malraux, o mesmo estilo de Jack Lang, o mesmo exemplo de Semprun" já que carregava consigo "outras ambições", porque "as suas origens ideológicas ensinaram-lhe que é possível assumir um poder contundente, neutralizando zonas de protesto com o apoio dissuasoramente oferecido a outras corporações profissionais." In jornal "Público" 02 Nov. 94, p. 16 Pois em entrevista ao "Expresso-Revista" 29 Out. 94, Santana "reconhece o desgaste de Cavaco" que viria a deixar o governo em Outubro de 1995.

da Cruz chamou massificação e estandardização no domínio cultural⁴²⁰. A relação estabelecida entre o conjunto, ainda que não harmonioso, produziu, internamente, algumas vantagens políticas, pois a visibilidade das obras passaram a ser consideradas de regime⁴²¹ e de todo governo⁴²² [do Professor Cavaco Silva essencialmente], ficando a SEC, com a pequena fatia das actividades. Esta a razão para o pouco protagonismo, ao nível das actividades, mas o acentuar desse mesmo protagonismo ao nível das figuras. No caso presente de Santana Lopes, que explorou até aos limites esse protagonismo pessoal, o que lhe valeu a saída do

⁴²⁰ Ao domínio económico confere que após 1974 se está na «terciarização» para no domínio sócio-político nos encontrarmos numa fase de «transnacionalização» no pós modernismo. Cf. Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, p. 398

⁴²¹ Com todas as polémicas de «uma política cultural de regime», [no caso escolhido do CCB] pelo projecto de Gregotti/Salgado. "Argumentos críticos punham em relevo a contradição de uma valorização do património nacional graças à "criatividade" estrangeira. Foi, de qualquer modo, o tempo da discussão pública dos propósitos culturais que "o regime" destinava ao Centro de Belém." Cit. Jornal "Público" n.º 346, 13 Fev. 91, p. 4

⁴²² "Raspada a superfície do discurso habitual de Santana Lopes, há um tema que emerge constantemente: ideológica e politicamente, deseja um centro de autoridade (de regime), e o parêntesis é nosso, que nos afaste da consciência de que nós é que somos ou que fazemos a nossa própria história. Sobretudo a nossa história cultural." Cit. jornal "Público" 02 Nov. 94, p. 16

governo⁴²³, bem antes deste cessar funções políticas à frente da SEC, em Outubro 95 o que não veio a acontecer⁴²⁴.

Quanto à política cultural externa, executada pela SEC, pertence definir as fronteiras institucionais, até entre as várias pastas governativas. Existindo dois caminhos possíveis, o incrementado pela própria Secretaria de Estado e a dos respectivos Ministérios da Educação e dos Estrangeiros. Vamos pelo primeiro. Sabendo-se que em muitas áreas compete aos três a definição dessa política, deixámos as áreas mais polémicas, para servir a área expressamente cultural ou artística. Mesmo aqui, a política do Estado Cavaquista⁴²⁵, demonstrou que existiu sempre uma ampla correspondência entre o demissionismo e a ausência de meios, materiais e financeiros.

423

Santana Lopes receava nesta altura que Cavaco persistisse mantê-lo à "frente da Cultura." In jornal "Público" 20 Set. 93, pp.19-últ, factor que o deve ter levado a sair do governo antes de terminar a legislatura, dando lugar a Manuel Frexes seu subsecretário de Estado [Antes de ser subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes foi presidente do Conselho de Administração do Teatro de S. Carlos].

Na origem da sua demissão esteve ainda:

POSIÇÕES		Razões
Cavaco Silva	Santana Lopes	
	<ul style="list-style-type: none"> nunca se sentiu bem no papel de secretário de Estado 	<ul style="list-style-type: none"> porque quando Portugal foi capital da Cultura, tinha um secretário de Estado (em reuniões com outros parceiros, ele como presidente era o único que não era ministro)
<ul style="list-style-type: none"> Nunca quis fazer dele ministro 		<ul style="list-style-type: none"> não tinha a confiança suficiente nele
	<ul style="list-style-type: none"> saiu quando já era visível o fim do cavaquismo 	<ul style="list-style-type: none"> razões de natureza política/partidária rotura com o cavaquismo críticas mais ou menos abertas a Cavaco e ao Governo no seu conjunto
<ul style="list-style-type: none"> estava esgota o seu ciclo na SEC Quis marcar com a sua saída uma discordância. Santana Lopes pensou que saindo Cavaco Silva da política ele tinha uma palavra a dizer, como uma alternativa. Alternativa com um fundo ideológico diferente do Cavaquismo. Reconstituição ou criação de uma nova AD (sem esvaziar o PP) ou um partido que saísse da fusão desses dois partidos. E não um PSD esmagador que torna-se completamente minoritário quase marginal um partido à sua direita. O Cavaquismo queria tomar o partido à sua direita (partido inexistente) um campo político do centro/direita portuguesa. 		

424

In jornal "Expresso" 29 Out. 94, p. 1, todavia viria a deixar a SEC antes do final de 1994, devido a conflitos internos com o Primeiro-ministro, a pressão externa e por causa do "relatório do TC sobre os gastos do Fundo de Fomento Cultural em 1991 e 92 e Santana Lopes escreveu agora a Sousa Franco, presidente do Tribunal, pedindo a verificação de todas as contas do Fundo até 1986 e «daquelas que esse Venerando Tribunal se dispensou de 1987 a 1990», altura em que a sua antecessora Teresa Patrício Gouveia estava à frente da SEC.

425

Retórica nacionalista do programa o governo de 1991, mas que O regime cavaquista quis deixar uma marca das suas realizações materiais, da transformação que ele entende ter deixado no país, querendo "deixar uma mensagem política" Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996, do ponto de vista pessoal, "Cavaco Silva não quis marcar o ponto na História, mas do ponto de vista sobre as ideias que tinha sobre Portugal" Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

425

Do que se fez externamente, para representar o país foi, nesta área, a exposição de Bruxelas - "Europália" - que teve o empenho de vários Ministérios, onde a SEC apareceu como o parente pobre, pois a sua contribuição modesta revelou-se insuficiente e pouco estimulante para um auto-propagandismo, da parte do secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes. A condição tecnocrata dos governos cavaquistas (três)⁴²⁶, fez com que a parte do OGE destinado à SEC, fosse sempre reduzido facto que inclusive chegou a ser criticado publicamente pelo próprio secretário de Estado, logo a visão Europeísta de Cavaco nesta área, ficava muito aquém do desejado, apesar do discurso artificialista que fazia internamente.

O rosto de todo o simbolismo (no "labirinto" do poder) encapotado foi, inicialmente a CNCDP, perspectivando a nossa tradição Universalista, para confortar e preservar a nossa história, a nossa memória. Perante tal realidade, "lá bem no fundo, a alma cavaquista nunca acreditou na «rendibilidade» de uma afirmação cultural extra-europeia, habituada que está a tudo pautar pelo critério do económico, que não deixa lugar a ilusões no que toca à dimensão e peso do mercado lusófono."⁴²⁷ Na base de toda a utopia, esteve um idealismo propagandístico, virado para o interior, sem a necessária abertura, da mesma Europa que rebocou os consensos económicos, de política externa - e que poderiam ser pensadas para a área cultural - mas que genericamente não são iguais. Julgando tais atitudes, vislumbra-se a ruptura, potencialmente desintegradora dessa identidade cultural, com a ideia de abertura de Portugal a todos os Continente, via Europa. Esta identidade cultural teve, ainda, como pontos fracos a suspensão da participação cultural pela falta de um reforço para a cidadania social dentro deste campo restrito que deve ser protagonizado por um associativismo para a participação política⁴²⁸.

Para concluir este capítulo resta apenas dizer que tudo se podia resumir, em duas frases:

Primeira - O que se passou na SEC, no que se refere à política cultural, em acção, na vertente externa, teve visibilidade na FD - via administração para a área financeira - com o confronto entre pelouros.

Segunda - A capacidade financeira da SEC não era suficiente para o funcionamento de qualquer política do tipo externo, sem se socorrer do Ministério dos

⁴²⁶ V. quadro 3 em anexo, no final do documento.

⁴²⁷ António REIS, *Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo*, FINISTERRA - revista de reflexão e crítica, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19, 1995

⁴²⁸ Cf. Manuel Braga da CRUZ, *A Participação Política da Juventude em Portugal*, Análise Social, XXI, 1985, pp. 1067-1088

Estrangeiros e Educação - o mesmo se passou com o CCB, que não conseguiu viver sem as sucessivas injeções financeiras do Poder Central e dos mecenas⁴²⁹.

Para que o Estado Português não continue a gastar com a política cultural externa, excluindo o ensino da língua, o mesmo que gasta anualmente com o funcionamento do CCB!...

"Romper o círculo vicioso de «um tempo em que o Estado dita a Cultura, por encomenda, e a Cultura se mordomiza ao Estado, por avença»⁴³⁰ ainda que um pressuposto, devia por si perspectivar uma correspondente adequação orçamental e orgânica, e não sustentar, com base na cultura o elitismo, o paternalismo, o clientelismo por ser um Estado-Mecenas. Devia acreditar, da forma da cultura sustentada no social, pela afirmação e produção artística, como um dos direitos de cidadania e identidade nacional.

2.6 A Arte como Suporte Político

"A política, em Portugal, tem estado sempre divorciada da Arte"

ANTÓNIO FERRO 1986

Os políticos eram dados como inimigos dos artistas. Havia algumas excepções, todavia, a classe política evitava falar dos intelectuais no campo das Artes, não viesse por isso a falar-se de tais pessoas na comunicação social, especialmente nos jornais, em algumas colunas dedicadas a espaços que inicialmente não lhe pertenciam por "direito".

⁴²⁹ CCB - Conselho de Mecenas: Presidente, Banco Comercial Português; Vice-presidente, Lisnave; Membros: CGD, Banco Totta e Açores, Tabaqueira, TLP, TAP Air Portugal, Crédito Predial Português, Companhia de Seguros Mundial Confiança, PETROGAL e Siderurgia Nacional. In Decreto-lei n.º 362/91, de 03 de Outubro. Conselho composto no essencial por entidades públicas ou capitais maioritariamente públicos, foi mais uma das demonstrações por parte da acção legislativa - já que foi criada uma lei propositadamente para o CCB [conjuntamente com o L94, mais uma forma viabilizar este equipamento] - mas que apesar do conjunto dos benefícios fiscais, nunca significou mais que dez por cento, em média, do capital investido por exposição. E, por vezes, a sua contribuição, cingia-se a um apoio logístico por parte da entidade patrocinadora. Este mesmo conselho, raramente reunia, mesmo que os estatuto o mandassem fazer.

⁴³⁰ Pedro Rosa MENDES, In "Público", 9 Mar. 95; António REIS, *Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo*, FINISTERRA - revista de reflexão e crítica, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19, 1995

Ferro, neste campo, foi o homem que deu o mote, vendo que a política portuguesa estava com falta de beleza, porque as encenações não tinha cenário, figuras decorativas e atitudes em baixo relevo, tal como se pinta um bom quadro.

O ideólogo do poder, como lhe chamo, e em grande parte da cultura e política do «Estado Novo», julgava os políticos pelas suas facetas pouco culturais, chegando ao ponto de atacar o próprio parlamento, inclusive algumas das suas figuras parlamentares, de onde se destaca o Dr. José Gomes da Costa.

Ferro num pequeno texto escreve que "os artistas novos não têm uma voz no parlamento. Os consagrados, uma vez por outra, ainda têm quem os defenda, novos, nunca. E são eles que mais precisam de ser estimulados. Está uma obra toda por fazer nesse sentido."⁴³¹ Deste apontamento pode-se concluir imediatamente duas coisas. Ferro, o político, queria que os intelectuais "políticos" pensassem seriamente na cultura e olhassem para o erro que se estava cometendo, podendo tornar-se irreparável, se se fizesse vingar todos os argumentos vindos do século anterior. Uma arte baseada no naturalismo e realismo profundo.

Para Ferro, o ideólogo cultural do regime, era urgente reformar-se o Teatro Nacional, arejá-lo, varrê-lo, de forma a ter uma nova postura perante a sociedade. A SNBA, o «retiro dos Pacatos», como lhe chamava, necessitava de abrir as portas aos novos. Afinal, Ferro o homem culto da cultura portuguesa, profundamente convicto que tudo quanto era preciso fazer, deixava cair o pano, e aproximava-se do seu próprio espírito íntimo.

Esta atitude para com a SNBA arrastou-se durante algum tempo, levando o líder do SPN a fazer as suas próprias exposições no Palácio Foz, dando lugar aos novos fazendo destes os percursos do modernismo Português.

Era preciso modernizar Portugal.

Nada melhor que olhar o modernismo, dar-lhe a pincelada final, com uma abertura, não radical, às Artes.

Sabendo-se que Ferro era um fascista afirmado, um seguidor atento do fascismo italiano, de Mussolini, nunca deixou de ter pelos artistas, menos defensores de tais regras, um carinho muito especial. Ele que viveu entre estes intelectuais, talvez não pudesse ter outra atitude, mais que não fosse pelas várias marcas do passado.

De qualquer das formas deu corpo ao salazarismo prescrito numa arte "salazarista", pelo grande chefe, num total nacionalismo exacerbado, inculcado pela

cultura portuguesa. Tal facto foi a ideia da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal", sendo a primeira de entre duas, aquela que ainda hoje tem essa mais valia cultural, Monsanto, na Beira. Outra das suas ideias de estado foi a criação da típica casa portuguesa, rural, de família, religiosa, com um bom chefe de família. Era a cultura dos livros e a propaganda que Ferro tão bem soube fazer.

Mas, "o salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária. Era também duvidoso que a sociedade portuguesa do pós-guerra possuísse as características estruturais que presidiam à emergência do fascismo - industrialização rápida, massificação da vida política, crise económica e mobilidade social descendente - e estiveram na base da sua capacidade de atracção junto de grupos sociais até aí eleitores tradicionais dos partidos democráticos e mesmo socialistas. Por outro lado, quer a Alemanha quer a Itália tinham um importante factor em comum: uma unificação política extremamente recente. Portugal, pelo contrário, era uma velha nação sem problemas nesse domínio e o «Estado Novo» tendia a ser comparado com regimes como o de Dolfuss, na Áustria, ou com uma ditadura de Europa de Leste. O desenvolvimento da investigação sobre os regimes ditatoriais extra-europeus, a partir dos anos 60, conduziu à elaboração e consolidação de um tipo ideal de «regime autoritário» que faria escola na ciência política e influenciaria também os historiadores do fascismo, quando se entrava no problema das «classificações» e das «tipologias». Portugal, Espanha e os regimes atrás referidos tendiam, pois, a ser integrados nesta categoria."⁴³²

A rotura ainda não era clara porém a demarcação por parte de Salazar de uma política estritamente apoiada num virtuosismo filosófico, no espectro cultural de Ferro, começava a deixar de ter toda a influência conseguida até 1940. Onde se tem por referência a EMP e que "é muito do António Ferro nos seus domínios essenciais"⁴³³. Com o culminar da EMP, a fase mais rica do «Estado Novo» no aspecto cultural e artístico, dá-se o esvaziamento prolongado, mesmo com todas as tentativas que houve para que a arte continuasse a ser o garante de uma imagem extrínica do poder. É "evidente `que o Portugal de Salazar não pertence à

⁴³¹ António FERRO, *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista*, Verbo, Lisboa, 1987, p. 330

⁴³² António Costa PINTO, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992. P. 20

categoria': O 'Estado Novo' do ditador Português, pelo seu carácter estreitamente clerical, pela sua política tipicamente reaccionária, estava mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reaccionários do século XIX do que da Itália mussoliniana"⁴³⁴

O esvaziamento ideológico e cultural do «Estado Novo» começa a acentuar-se, a partir de 1945 com a "deportação" de António Ferro. Ferro torna-se embaixador de Portugal no estrangeiro, como já frisei no capítulo anterior. A saída do país de Ferro, com um discurso no aeroporto de Lisboa, carregado de emoção, apoio político e cultural para o futuro, traduziu de certa forma uma perda demasiado elevada para as próprias aspirações do então Presidente do Conselho. A perda cultural internamente leva uma volta considerável, pois os novos artistas vêem as portas fechadas pelo regime, e os vários movimentos modernistas começam a fazer uma pura propaganda revolucionária, através da arte com a realização de exposições "políticas", contra o regime. A estes juntam-se os consagrados, que de alguma forma sempre foram apoiados por Ferro, mesmo contra a vontade, na maioria das vezes, de Salazar, que nunca encontrou uma atitude política que pudesse aliviar tais pressupostos, que primeiramente pareciam atravessar um longo deserto.

Uma das facetas que mais evidenciam o estado de coisas, que já se arrastava desde 1938, é a falta do "apoio popular e o potencial partido único. Originalmente, este também faltava no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o «Estado Novo» é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não têm origem independente nem vontade própria."⁴³⁵ Nunca Salazar pensou nisto, todavia, sentiu o desmoronar cultural e o peso de uma atitude, que mesmo premeditada, como o afastamento de Ferro, lhe custou a estabilidade ideológica. Os ideólogos intelectuais oposicionistas começaram de despertar para uma argumentação mais forte, sempre radicada na cultura expressa pelo Mundo artístico, que serviu mais tarde de muleta a um descontentamento mais lato do próprio país, chegando às classes proletárias.

⁴³³ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁴³⁴ Réne RÉMOND, *Les Droites en France*, 4ª Ed., Paris, 1982, p. 202 também enquanto regime é definido como «clerical-corporativo» Estado Novo, que entre 1931 e 1933 teve a forma clássica de sistema autoritário, Douglas WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, p. 61 Cf. Charles F. Delzell, *Mediterranean Fascism, 1919-1945*, Nova Iorque, 1970

⁴³⁵ Renzo FELICE, *Mussolini. Il rivoluzionario*, Torino, 1965

É a partir da década de 60 que se começa a denotar um vazio crescente, nas várias estruturas culturais portuguesas, suportadas pelo poder ideológico sustentado pelo regime do «Estado Novo». Isto vem a verificar-se mais implicitamente, com a "queda" de Salazar do poder, provocando uma total inflexão cultural, mas que mesmo assim tardou a chegar⁴³⁶.

É ainda na década de sessenta que começa a guerra Colonial e se dá último impacto simbólico/cultural para Salazar, que foi a inauguração da Ponte sobre o Tejo, em 1966, então denominada Ponte "Salazar", vindo a cair o mesmo nome com a queda do regime vigente em Abril de 74, passando depois a chamar-se "25 de Abril", data que fixou o abolir do regime unipolítico para se ter uma democracia sustentada por um sistema pluralista. Deu-se então a transformação ideológica, com a revolução dos "cravos", que marcou determinantemente a sociedade portuguesa, desde os sistemas até à atitude nacional, fundamentada, na passagem da "ditadura" para a "democracia" participativa.

Chegava-se a 25 de Abril de 1974, dava-se a revolução com a queda de um regime velho, camuflado, autoritário e sem capacidade de gestão, depois de duas tentativas abortadas. Durante os últimos anos, a sustentação morfológica da ditadura já não dava resposta às várias correntes existentes, e falamos, aqui, na cultura e nas artes.

Alicerçavam-se modelos fertilizados pelo poder revolucionário que exercia o seu protagonismo nunca visto até então. Começava aquilo a que se chamou, a arte abrilista⁴³⁷, a revolução dos murais⁴³⁸, muitas vezes, pintados pelos mestres outrora "encavernados", e que exprimiam agora a angústia do descontentamento, pulverizado no passado pela clausura maniatada pelo vício que se fazia jorrar, agora, em prol da inovação e progressismo artístico.

Pincelavam-se os grandes murais, dava-se alegrias à imaginação, só que suportada pela fúria ideológica, contudo pouco duradoura no tempo.

⁴³⁶ Para além destes factos outros se tornam relevantes, e hostis ao sistema, como os movimentos estudantis já citados. São estes movimentos desorganizados no seu todo combatem o corporativismo dado pelas velhas gerações que não permitia aos jovens a participação ao nível institucional, o acesso ao poder político.

⁴³⁷ "Com as pinchagem de murais começou a nova cultura artística abrilina um período pobretão e insignificante da criatividade hodierna. Em vinte anos pouco ou nada se fez. Tendo por arnês o esquerdeirismo mais leviano, alguns pincelistas e uns quantos garimpeiros das fortunas alheias impuseram uma chã ditadura intelectual, ocupando as academias, avassalando galerias e apossando-se dos prémios. O regime carece de produção. Não fosse a Torre do Tombo ou o mal-afortunado Centro Comercial de Belém, dir-se-ia ter Portugal passado por uma catalepsia imbecilizante." Miguel Castelo-Branco, In jornal "O Dia" 13 Jun. 94.

Vivia-se um ambiente, propício à causa, só que em movimento estava a criação dos grandes espaços de difusão da arte. Deixava-se a rua, para se entrar no ciclo do mercado da arte.

A arquitectura começava, pois, a desabrochar de uma fase despertativa mas alicerçada naquilo que esteve em ebulição durante anos. O clímax chegava rapidamente com as grandes obras, na transformação de uma cidade quase amorfa, digamos sem alterações estéticas, mas mesmo assim, sempre baseadas em teses expansionistas.

"Homens e mulheres do nosso tempo, não podemos ignorar que os aparentes desvios do novo são os inevitáveis saltos quânticos necessários para uma maior energia."⁴³⁹

Surgem os grandes centros de decisão, ao mesmo tempo que os grandes espaços culturais, numa linha vanguardista de cultura, para uma cidade que estava a "mudar"⁴⁴⁰. O CCB é então um desses espaços, vocacionado para apresentação dos grandes eventos culturais, como "sua vocação de pólo formador de novos produtos culturais, ultrapassando a mera função de montra estática"⁴⁴¹ à imagem da sociedade contemporânea ocidental. Lisboa como capital europeia tinha esta necessidade, como afirma o Arq. Manuel Salgado. Ideia reforçada por M.^a José Stock dizendo o CCB para além de cumprir a sua vocação de verdadeiro "pólo dinamizador de um vasto espaço de índole cultural, relacionando-se estreitamente com as estruturas envolventes; [recusou-se] a viver como instituição confinada às fronteiras físicas de um espaço que, por si só, se impôs na cidade."⁴⁴²

"Este sentido de evolução funciona, assim, como revelador de potencialidades novas em articular a cultura científica com o sistema simbólico mais global e mais partilhado, e por aí contribuir para a capacidade de escolha colectiva informada."⁴⁴³ Todavia, não podemos alhear-nos de dois pontos fundamentais para esclarecer estes dois momentos da história política Portuguesa neste século. Por um lado as

⁴³⁸ Pinturas sobre uma parede, quer directamente sobre uma superfície, como num fresco, quer numa exposição permanente; tipo de ornamentação arquitectónica que pode explorar o carácter plano de uma parede ou criar o efeito de uma nova área de espaço. (Dicionário das Artes)

⁴³⁹ M.^a de Lurdes PINTASSILGO, *Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de Abril*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Editorial Estampa, Lisboa, 1986, pp. 65-66

⁴⁴⁰ Para jornal "Sete" de 10 Fev. 94, p. 20, o CCB e a CGD "foram os grandes pólos inaugurais de uma rede que, pouco a pouco, vai criando alternativas ao eterno recurso que é a Gulbenkien."

⁴⁴¹ M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Set. 94

⁴⁴² M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Ago. 94

figuras que revelaram um profundo sentido de estado que foram no primeiro caso António Ferro, e no segundo, os dois membros da SEC, a Teresa Patrício Gouveia e Pedro Santana Lopes. Naturalmente que outros factos externos tiveram influência, na tomada de decisões, se para o primeiro a política cultural fascista no exterior, para os segundos a importância cada vez maior das capitais europeias e a sua ligação à cultura. E, Portugal precisava de um espaço polivalente para assegurar Lisboa como Capital da Cultura⁴⁴⁴, em 1994, mesmo para servir de teste.

Aqui as relações entre o poder político e a cultura (artes) são biunívocas, já que ambas geradoras na esfera social de dinâmicas próprias. Temos depois a dialéctica do poder, e aqui o que funciona basicamente é o estado como produtor de legitimidades e a sua capacidade de mediação, numa sociedade em evolução, como a Portuguesa. Será bom frisar que o poder exercido pelos grupos de pressão é importantíssimo, já que só com os dois pólos se tem uma visão global das várias reacções ao poder sustentado pelo aparelho de estado. E a ilustração mais fiel foram as palavras de Santana Lopes e Jorge Sampaio, na alocução sobre o lançamento do L94⁴⁴⁵ e reflectidas nas práticas do CCB⁴⁴⁶.

No que diz respeito à arte, é necessário dizer que ela se encontra entre dois pólos, definidos pelo centro e periferia, ou seja a semi-periferia, que vou enquadrar

⁴⁴³ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 75

⁴⁴⁴ A ideia de criar uma manifestação anual designada Capital Europeia da Cultura partiu de Melina Mercouri, antiga Ministra da Cultura da Grécia, e foi adoptada em 1985 pelo Conselho de Ministros da Cultura da Comunidade Europeia. O objectivo principal de cada uma das cidades designadas deverá ser expressão de uma cultura europeia, que possua elementos comuns a outras nações, e, em simultâneo, uma riqueza nascida da diversidade. A manifestação tem por fim contribuir para uma maior aproximação entre os povos dos diferentes estados membros. Entre 1985 e 1996 as doze cidades escolhidas representam cada um desses Estados, pela seguinte ordem: Atenas (1985), Florença (1986), Amsterdão (1987), Berlim (1988), Paris (1989), Glasgow (1990), Dublin (1991), Madrid (1992), Antuérpia (1993), Lisboa (1994), Luxemburgo (1995) e Copenhaga (1996). Em 1997, a cidade grega de Tessalónica iniciará o "segundo ciclo". A partir de então, cidades de países não membros da CE poderão igualmente candidatar-se ao título de Capital Europeia da Cultura. Cit. Jornal "Independente" 4 Mar. 94.

⁴⁴⁵ O secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, na sua alocução, desejou "recuperar a capital perdida da Cultura", que Lisboa já foi, "quando imperava o espírito da aventura e ousadia", e Jorge Sampaio, Presidente da CML, disse estar-se perante "um desafio decisivo para Portugal, nas artes e na afirmação da identidade nacional, no quadro da construção Europeia". (...) "indício da abertura de espírito face ao futuro". In jornal "O Dia" de 13 Mai. 93, p. 8 No ano seguinte e em forma de balanço Luís Miguel Cintra (Actor e encenador) que era conhecido pelas suas discordâncias com o secretário de Estado da Cultura., mantinha-se na «expectativa» quanto à guerra entre a SEC e CML, que achou fazerem parte de jogos de poder entre «Governo e Autarquia», "Luís Miguel Cintra - Sempre protestei contra as medidas tomadas pelo secretário de Estado e continuo a não concordar com a política do secretário de Estado. Normalmente espero o pior da SEC." In jornal "Público" 22 Out. 94, p. 28

⁴⁴⁶ "No seu papel de pólo difusor de valores culturais, o Centro Cultural de Belém assumiu, a par de outras instituições um lugar de destaque na concretização do programa de actividades de Lisboa 94" M.ª José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Fev. 94

na mesma teoria de Boaventura de Sousa Santos⁴⁴⁷, ainda que este o faça dentro do campo do fenómeno social. Esta semi-periferia, como a define, estando para além dos aspectos da arte, todavia é normalmente utilizada pela sociologia política para analisar o trânsito da arte e não só nos circuitos da contemporaneidade, mesmo que existam artistas, galerias e agentes que consigam transpor para os circuitos internacionais de arte contemporânea os trabalhos.

Um dos pontos que pode ressaltar desta fundamentação é a insuficiência e limitação que advém do meio artístico pela falta de uma atitude política para solucionar tal problema.

Alexandre Melo, jovem crítico de Arte, no seu livro "O Que É a Arte", dá-nos a noção de como a classe política actual ignora e desvaloriza a ideia de cultura. "Qualquer prática política esclarecida, actualmente, deve ser enformada por uma ideia de cultura. Ora a total ausência de valores culturais por detrás dos comportamentos e das atitudes da classe política portuguesa é talvez a causa mais profunda da pobreza, da inconsistência da imagem que os políticos projectam do país quer para o exterior, quer para Portugal"⁴⁴⁸.

Os problemas do meio suburbano derivam fundamentalmente de uma perspectiva que é o inevitável crescimento das cidades. A sua ampliação tem como condicionalismo o envelhecimento dos centros históricos em oposição aos grandes centros dormitórios que os envolvem. A necessidade de requalificar toda a metodologia não é apanágio da diversidade cultural que pode ir do ponto de fuga marcado pelas extremidades entre a periferia e o centro da actividade artística.

Para um arquitecto, a questão do património é sempre para ser levada a sério. Quer a questão do património do passado, quer o património do presente. Assim classificou Carlos Brandão, no seu texto de opinião no jornal "Público" 25 Abr. 94, a arte como um memorial jubilado pelo arremesso político mediático.

Uma das grandes verdades, como incontornável, é o direito à posse em jeito de laço com o poder. Parecendo que são duas realidades diferentes, Arte e política⁴⁴⁹, contaminam-se de forma recíproca num conjunto de interrogações que são fruto da criação do homem.

⁴⁴⁷ V. Boaventura de Sousa SANTOS, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, Porto, 1990

⁴⁴⁸ Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994

⁴⁴⁹ In jornal "Público" 01 Abr. 94, p. 3 na coluna de referências tiradas de outros jornais. "O estado das artes em Portugal vai de feição com o estado das ideologias. Cavaquismo ou socialismo mais ou menos republicano, venha o diabo e escolha."; "Permanece objectivamente por explicar o desinteresse da Secretaria de Estado da Cultura em definir uma política de estado para as artes
Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referencias Culturais)

O homo politicus é homo aestheticus porque num juízo político existe um espírito estético implícito, bem como na produção artística se encontra uma resma de consciência política algumas vezes mais evidente que outras. Para Sartre tal atitude era definida pelo conceito de Arte Politicamente comprometida⁴⁵⁰.

No século XX é quando a Arte da Ideologia se escraviza num embaciamento da realidade de um Realismo Socialista⁴⁵¹, ou idanovismo na arquitectura, pintura e escultura torna mais evidentes o esforço pela força da mão de obra que pelo intelecto que infamemente se tomava insustentável pela memória dos homens, face ao Estado Socialista.

A arte como obra do Estado nunca foi uma realidade nova. Aconteceu com o Estado Grego, Romano e mais recentemente com as Monarquias. As grandes obras monumentais eram, "afirmações do próprio poder"⁴⁵², bajuladas pelo Rei e apoiadas pelos estatutos de estado reflectiam a emancipação das grandes linhas ideológicas, face aos argumentos artísticos apresentados pelos movimentos ligados à Arte. Em Portugal, temos alguns casos dignos de relevo, os Jerónimos ou o Convento de Mafra, com marcas profundas do poder decisório e político, como obras de encomenda.

O CCB e toda a tipologia da grande EMP, verdadeiramente simbólicos, são obras que estão no enfiamento da ideologia vinculativa do Estado e omnipresente socialmente na estrutura da sociedade, em cada uma das época para o qual se ergueu cada um dos imóveis, enquanto obras de arte assinaláveis. A relevância de cada um dos projectos, "uma forma de poder simbólico no séc. XX em Portugal"⁴⁵³, torna-se, tanto mais significativo quanto se inculca um sentido de Estado, numa obra com as dimensões sociais que estas tiveram. Tanto pelo seu impacto, positivo ou negativo, na sua parte inicial, como pelo sentido amplificador das teses expressas pela obra e pelo Estado poder.

A conjugação entre as várias instituições actuantes, directa ou indirectamente, podem reflectir, sempre um aspecto mais profundo, nos vários sintomas de contestação, que andam em redor da arte, como actividade estética/plástico, no

plásticas." Jornal "Independente", 25 Mar. 94 - com a assinatura de Sarah Adamopoulos e Pedro Maria Santos.

⁴⁵⁰ Renato di FUSCO, História da Arte no século XX, Verbo, Lisboa, 1990

⁴⁵¹ O Realismo Socialista pronuncia-se como um dogma para todos os artistas soviéticos a partir de 1934. Visava uma arte, de produção compreensível às massas, com um sentido expresso na dignidade do trabalhador e ao mesmo tempo construtora do comunismo. Era como que um «engenho de almas» segundo Estaline.

⁴⁵² Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁴⁵³ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

envolvimento sectorial de mobilidade social e dirigido às massas num apoio fidedigno a uma ligação política dos órgãos próprio do poder.

O recurso ao poder da propriedade pode extravasar-se, tirando partido do poder da personalidade, para um crescente feudalismo político numa envolvência estratégica dos vários padrão sociológicos expressos pela Arte. Não só no campo da arquitectura, mas também, na pintura, escultura e *design* numa comunicação social de massas onde os agentes são por vezes fruto de um total bajulamento político, curvado a um carisma personificado numa só figura, mesmo que o padrão desta seja feito pela imagem de outros. Salazar serviu-se de Ferro, como Cavaco de Santana Lopes. Duas figuras que apontadas como menos relevantes, Ferro e Santana Lopes, protagonizam através dos seus Secretariados uma nova forma de encarar a cultura, dando-lhe um rosto diferente, expressando de forma irreverente mas sustentada por discursos acalorados um movimento que encabeçaram desde o primeiro momento.

A Cultura/Arte deixou de ser uma simples atitude, para passar a definir uma nova postura.

A dimensão deixou de ser micro-social para passar a um sistema macro. Foi ganhar os artistas para conquistar culturalmente um povo.

Santana Lopes e António Ferro foram cosmopolitas, só que em sentidos diferentes. O primeiro de dentro para fora com o CCB, o segundo com a EMP de fora para dentro. Explicando melhor, temos que após os três primeiros anos de funcionamento o CCB, este tem como objectivo alcançar os mercados estrangeiros, a EMP foi o encerrar de uma década de ouro do «Estado Novo» que se iniciou em Paris, com o Pavilhão de Portugal junto ao Sena.

A arquitectura serviu como suporte político, num sistema sustentado pelo poder.

ESTILOS ARQUITECTÓNICOS	
Exposição do Mundo Português (EMP)	Centro Cultural de Belém (CCB)
TEMPO DE PERMANÊNCIA	
• Limitado (um ano)	• Ilimitado (vários anos)
LOCAL	
• Junto ao Tejo, frente ao Mosteiro dos Jerónimos, na zona da Praça do Império.	
ÁREA	
• 450 mil m2. • 560 mil m2, contando com o pano de fundo dos Jerónimos.	• (+/-) 120 mil m2. • (+/-) 300 mil m2, contando com o pano de fundo dos Jerónimos.
INAUGURAÇÃO:	
• Lisboa. • Praça do Império, 23 de Junho de 1940. • Presidiu a esta inauguração o Presidente da República, General Carmona. * Terminou a 2 de Dezembro de 1940	• Lisboa. • Praça do Império, 01 de Janeiro de 1992 ⁴⁵⁴ . • Presidiu a esta inauguração o Presidente da República, Mário Soares ⁴⁵⁵ . • Abertura ao público: 21 Mar. 93
PRESSUPOSTO:	
• Peça culminante das Comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração.	• Presidência Portuguesa das Comunidades Económicas Europeias (CEE); comemorações dos Descobrimientos Portugueses. • Como equipamento cultural - com programação própria e em parceria, nas várias áreas das expressões artísticas ⁴⁵⁶ .
TEMPO DE EXECUÇÃO DA OBRA:	
• 14 meses	• Julho de 1987, começa-se a pensar na ideia de Lisboa ser dotado de um centro cultural amplo. • Agosto de 1989, início da construção. • 4 anos incluindo projecto e execução da obra (módulos 1, 3 e parte do 2, faltando os módulos 4 e 5).
TRABALHADORES:	

⁴⁵⁴ Como sede da Presidência Portuguesa da CEE como equipamento cultural só abriu em 21 de Março de 1993. "Terminado em tempo recorde o essencial de uma obra tão grande como polémica - 18,5 milhões de contos gastos até ao momento." Cit. Jornal "Público" 01 Jan. 92, p. 24 porque o mesmo montante viria a aproximar-se dos 40 milhões de contos.

⁴⁵⁵ Mário Soares, "cidadão que tem feito o seu papel com aquele instinto político [que lhe é e foi reconhecido, tendo prestado] um grande serviço a todos nós durante este período difícil de transformação da sociedade. Toda a contra-revolução feita nos últimos anos, muito mais drástica do que a generosidade com que foi feita a revolução de Abril". Entrevista de Ana Sousa Dias "A arte das coisas comuns Daciano Costa homem e o mito", Revista "Público Magazine" n.º 248, 4 Dez 94. Falta salientar que se por um lado o governo, do bloco central, liderado por Mário Soares, teve como grande intenção a entrada na CEE, Cavaco Silva deu maior ênfase à visibilidade governativa, via CCB (presidência da CEE).

⁴⁵⁶ A programação própria do CCB, teve na sua fase inicial maior expressão, em virtude do próprio arranque do Centro, vindo progressivamente, até 1995, final da fase do estudo em questão, a fazer protocolos com instituições privadas e estatais, como descrito neste trabalho na morfologia do Centro.

<ul style="list-style-type: none"> • Operários 5000 • Arquitectos 17⁴⁵⁷ • Engenheiros 15 • Pintores-decoradores 43 • Escultores 24⁴⁵⁸ • Design não existente neste período • Auxiliares 129 • Modeladores-estocadores 1000 	<ul style="list-style-type: none"> • Operários n.º n/ especificado • Arquitectos 2 • Engenheiros n.º n/ especificado • Pintores-decoradores n.º n/ especificado • Design 3 • Auxiliares n.º n/ especificado • Modeladores-estocadores n.º n/ especific. <p>n.º n/ especificado - elementos não quantificados talvez pela questão das empreitadas e subempreitadas existentes</p>
ORÇAMENTO:	
<ul style="list-style-type: none"> • Não explicitamente quantificado em qualquer documento 	<ul style="list-style-type: none"> • Inicial de 6,5 milhões de contos. • Final (+/-) 40 milhões de contos
COMISSÃO ORGANIZADORA:	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Presidente da Comissão Executiva:</i> Júlio Dantas⁴⁵⁹ • <i>Comissário-geral:</i> Augusto Castro • <i>Comissário-adjunto:</i> Eng. Sá e Melo • <i>Arquitecto-chefe:</i> Cottinelli Telmo • <i>Secretário-geral das Comemorações Centenárias:</i> António Ferro 	<p>Durante a Pres. Port. da CEE-92 (seis meses)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Fragata (SGII) • Dr. Fernando Neves (MNE) • Prof. Dra. M.^a José Stock (GIEC.-CCB)
GESTÃO:	
<ul style="list-style-type: none"> • Feita pelo comissariado 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação da Descobertas⁴⁶⁰: entidade sem fins lucrativos, criada pelo conselho de Ministros (governo presidido pelo Prof. Cavaco Silva). <p>Órgãos da Fundação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presidente <ul style="list-style-type: none"> ⇒ designado pelo Primeiro-ministro, após parecer do conselho de mecenas (mandato de cinco anos) Artigo 13º • Conselho Directivo <ul style="list-style-type: none"> ⇒ nomeou por sugestão do C. de Administração M.^a José Stock para Administradora e Directora Coordenadora das Actividades Culturais. Artigo 22º • Conselho de Administração • Conselho de Mecenas • Conselho Fiscal

457

A arquitectura e a escultura eram fundamentalmente representadas pelos novos valores, nos circuitos nacionais, que haviam resolvido a famosa polémica despoletada pelo coronel caricaturista Arnaldo Ressano Garcia, porta-voz dos académicos desejosos de participarem na exposição de Belém, porque esperavam que a projecção deste certame os lançasse para o primeiro plano da arquitectura nacional.

458

Leopoldo de Almeida, Maximiano Alves, Numídico Bessone, Martins Correia, António da Costa, António Duarte, Barata Feyo, João Fragoso, Francisco Franco (que, ocupado com o D. João IV equestre, só se apresentou com o já conhecido Salazar da Exposição Internacional de Paris), Rui Gameiro, Irene Lapa, Rui Leal, Canto da Maia, Armando Mesquita, Henrique Moreira, Manuel de Oliveira, João Rocha, Hein Semke, João de Sousa, Júlio de Sousa, Pedro Anjos Teixeira, Celestino Tocha, Euclides Vaz e Raul Xavier.

459

Natural de Lagos (1876-1962). Escritor, diplomata, político e académico, teve variadíssimas actividades ligadas ao Estado, foi também um dos escritores contemporâneos portugueses mais conhecidos no estrangeiro In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO, (Dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, p. 251

460

V. quadro 6 em anexo, no final do documento.

V. nota de rodapé ⁴⁶¹	
ORGÃOS DE APOIO	
<ul style="list-style-type: none"> Os que se ligavam ao comissariado. 	<ul style="list-style-type: none"> Direcção Coordenadora das Actividades Culturais (Dep. Actividades Culturais) Direcção de Actividades Comerciais Direcção de Marketing Comunicação e Imagem Direcção Coordenadora de Espaços (Dep. de Recursos Humanos) Direcção Administrativa e Financeira
OBJECTIVOS:	
<p>Primeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> A projecção sobre o passado, como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial, do Império. <p>Segundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> A afirmação das forças morais, políticas e criadoras do Presente. <p>Terceiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> Um acto de fé no futuro. Três objectivos que se resumem em testemunho e apoteose da Consciência Nacional. 	<p>Primeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> A apetência à integração nos circuitos internacionais. <p>Segundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Potenciar a dimensão portuguesa no plano cultural. <p>Terceiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> Um acto de fé no futuro. Três objectivos que se resumem na conquista de novos públicos.⁴⁶²
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:	
<ul style="list-style-type: none"> Dar ao povo Português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evolução de oito séculos da sua História. Pela pressão do (reduzido) tempo e pelo entusiasmo criador levar os serviços Públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal Servir as comemorações como a grande festa de família, para além da capital, todo o Império e também o estrangeiro. Inaugurar a estátua ao Infante D. Henrique, à volta do qual se [andava] há anos, não pudesse ser inaugurado nessa época e que não fosse possível assistir «ao espectáculo maravilhoso que seria desfilar em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos dos tempos modernos, luzidas representações de todas as marinhas do Mundo 	<ul style="list-style-type: none"> Acentuar a vertente cultural do projecto. Apresentar um projecto mobilizador, captando públicos tão vastos quanto possível e salvaguardando sempre excessivas preocupações com os níveis de popularidade. Apresentar uma oferta alargada de acontecimentos. Acolher as mais diversas linguagens no campo dos espectáculos exposições, conferências, debates. Garantir a dinamização das diversas vertentes do CCB, facilitando o acesso a produtores independentes, nas múltiplas alternativas que, tendo subjacente a qualidade, se oferecem neste domínio. Conciliar a componente de divulgação, clássica vertente das nossas manifestações culturais, com as componentes lúdica-pedagógica, formativa e criativa. Promover uma estratégia de articulação diversificada ao nível institucional.
OS PAVILHÕES/MÓDULOS	
<ul style="list-style-type: none"> Cottinelli Telmo: «Pavilhão dos Portugueses no Mundo», «Padrão dos Descobrimientos», Arquitecto-chefe Director 	V. unidade de Conjunto na foto 11 e quadro 7 em anexo no final do documento

461

Decreto-lei 362/91 de 03 de Outubro, DR 1ª Série, n.º 228, 5133-5138, Cria a FD

462

Documentos FD: Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD; O Centro Cultural de Belém - enquanto equipamento cultural e os vectores base da estratégia respectiva.

<p>e Autor do Plano Geral de Decorações. Esculturas de Leopoldo de Almeida⁴⁶³</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Pardal Monteiro: «Pavilhão dos Descobrimentos» tipo planetário, para onde se entra sob uma gigantesca âncora encordoada. ■ Raul Rodrigues: «Pavilhão da Fundação de Portugal», «Pavilhão da Formação e Conquista», «Pavilhão da Independência». ■ Raul Lino: «Pavilhão do Brasil». ■ Carlos Ramos: «Pavilhão da Colonização», com uma distribuição pouco clara no que respeita aos seus volumes. ■ Cristino da Silva: «Pavilhão de Lisboa». ■ Jorge Segurado: «Centro Segurado» (SPN) colaboração de D. Tomaz de Melo (Tom). ■ Veloso Reis e João Simões: «Secção da Vida Popular» decoração de interiores de Fred Kradolfer, D. Tomaz de Melo (Tom), Bernardo Marques, Carlos Botelho, Emmérico Nunes, José Rocha, Estrela Faria, Paulo Ferreira e Eduardo Anahory. ■ Leitão de Barros: «Nau Portugal» plano e direcção de Leitão de Barros, com projecto do Comandante Quirino da Fonseca e de Martins Barata. ■ arqs. Gonçalo de Mello Breyner, Vasco Palmeiro (Regaleira) e António Lino: «Secção Colonial» decoração de Roberto de Araújo. ■ António Lino: «Jardim dos Poetas», «Espelho de água». ■ eng. Mendes Leal e arqs. Raul do Amaral e António Lino: «Parque das atracções». 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Módulo 1: Centro de Reuniões <ul style="list-style-type: none"> . zona de lojas . galerias de Arte . recepção . conduz ao módulo 2 pelo caminho pedonal⁴⁶⁴ ■ Módulo 2: Centro de Reuniões/Espectáculos; <ul style="list-style-type: none"> . auditório 1: grande auditório . auditório 2: pequena auditório . termina no prolongamento da Rua de D. Lourenço de Almeida ■ Módulo 3: Centro de Exposições <ul style="list-style-type: none"> . Centro de exposições temporárias . Museu de arte contemporânea⁴⁶⁵ . Praça do Museu . Livraria Bertrand . Lojas . Rua Bartolomeu Dias ■ Módulo 4: Instalação de um equipamento Hoteleiro⁴⁶⁶ ■ Módulo 5: Instalação de equipamento complementar⁴⁶⁷
<p>AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i>, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996</p>	

⁴⁶³ Natural de Lisboa (1898-1975). Discípulo de Luciano Freire e Simões de Almeida (sobrinho) na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Bolseiro de Estado na década de 20, em Paris e Roma.

"Foi a figura mais peremptória do sonho de A. Ferro, ao pretender identificar os anos 40 com a «idade de ouro» para a escultura portuguesa". In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO, (Dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, p. 38

⁴⁶⁴ V. Quadro 7, em anexo

⁴⁶⁵ "O «Diário da República» publicou recentemente [...] a constituição dum grupo de trabalho para a elaboração do projecto de instalação do museu [chamar-se-ia Museu das Descobertas] permanente do Centro Cultural de Belém." Cit. Jornal "Dia" 17 Dez. 94, p. 25, O espaços museológico chegou ater um projecto que foi apresentado ao Primeiro-ministro que não foi adoptado. Tendo vindo a FD a desligar-se do processo. Relatório da Subcomissão de Cultura (AR) Reunião com o Conselho de Administração da FD, em 14 de Junho de 1995.

⁴⁶⁶ Indefinição, existe apenas projecto. Todavia "O projecto de unidades hoteleiras também está para ser cumprido. Os dois módulos que faltam construir, dos cinco inicialmente previstos, «vão contemplar oportunidades comerciais e hoteleiras», de acordo com o presidente da Fundação das Descobertas." Porque "nem só de arte vive o CCB." In jornal "O Diabo" 15 Jun. 93

⁴⁶⁷ Indefinição, existe apenas projecto.

2.7 FENÓMENO ARTÍSTICO: AS SUAS RELAÇÕES COM O SOCIAL

Francastel propõe, como primeiro passo, analisar as relações da arte com os produtores e os consumidores de arte; em segundo lugar, fazer uma sociologia dos objectos artísticos tendo por base uma análise descritiva e exaustiva destes por um lado, e proceder a uma análise de conteúdo dos objectos que dê conta das disposições que o levaram a ser criado, por outro; numa terceira fase, realizar uma análise dos mecanismos e instrumentos figurativos que contribuíram para a criação da obra; num quarto momento, analisar as formas de divulgação da produção artística e a sua relação com o corpo social; e por último, comparar formas, símbolos e imaginário contido nas obras com outras linguagens, realizando previamente uma delimitação dos estilos artísticos.

Assistimos já em Francastel a um esforço interpretativo do fenómeno artístico como objecto da reflexão sociológica para o qual o autor convoca uma série de unidades de análise a ter em conta no estudo da arte. Todavia, R. Bastide vai mais longe ao enunciar um conjunto de indicadores idênticos aos de Francastel, mas introduzindo um factor novo. A saber, a análise sobre o conjunto de valores e representações que a sociedade produz, colectivamente, sobre o criador. Sendo uma linguagem social com todas as suas complexas estruturas de sintaxe e morfologia, a arte reenvia-nos para um campo de produção onde se geram e gerem tensões e lutas estratégicas dos agentes intervenientes, etc. Deste modo, o autor define como objecto da sociologia da arte o estudo "do problema das correlações entre as formas artísticas e as formas sociais"⁴⁶⁸ que "se liga, de um lado, ao estudo da função conservadora, inovadora dos grupos sociais sobre a arte, e, do outro, ao estudo da estetização das relações sociais e da consciência colectiva."⁴⁶⁹

Apesar de Bastide ter introduzido na sua proposta teórica um elemento novo - o conjunto dos valores e representações que o todo social produz sobre o criador - e assim ter colocado o enfoque da sua análise na estetização do processo criador, é Bourdieu que vem interrogar: "O que é que faz de um artista, em oposição a um

⁴⁶⁸ Robert BASTIDE, "Problemas da Sociologia da Arte"; FRANCASTEL, op. cit., pág. 50
⁴⁶⁹ Idem, Ibidem, pág. 50

artífice ou a um pintor de domingo?"⁴⁷⁰, ou ainda, "por outras palavras, quem criou o 'criador' como produtor reconhecido de feitiço?"⁴⁷¹ Bourdieu propõe que se devem recusar toda e qualquer interpretação de carácter fenomenológico da obra de arte ou análise estética, bem como, o discurso dos próprios produtores e críticos de arte porque, fazendo parte do campo artístico, tendem a criar "a atitude estética sem a qual o campo não poderia funcionar. Em especial, por meio sobretudo da concorrência que opõe todos os agentes investidos no jogo, ele reproduz incessantemente o interesse pelo jogo, a crença no valor daquilo que está em jogo."⁴⁷² De facto, a análise da questão do sentido e do valor das obras de arte tem de contemplar uma história social do campo artístico aliada a uma dupla reflexão sociológica sobre a necessidade de constituição de uma atitude estética que o campo impõe em determinados momentos da sua evolução. Atitude que é, aliás, passível de ser transformada, reformada, ou rejeitada em absoluto, conforme o jogo de tensões que se geram no campo e que tendem a impor, como dominante, a sua matriz de apreciações estéticas. Quer isto dizer que o valor da obra de arte é, antes de mais, um produto das condições sociais que possibilitaram o surgimento do criador que ao criar e ao ser reconhecido como criador vê-se depositário de uma crença que o próprio campo artístico produz. Mas, tudo isto surge num espaço localizado e bem delimitado, "num lugar em que se produz e reproduz incessantemente a crença no valor da arte e no poder da criação do valor que é próprio do artista."⁴⁷³ Campo de produção que é, também, constituído pelas instituições directamente ligadas à divulgação artística (galerias, museus, salas de exposições, etc.), de consagração (Escolas Superiores de Belas-Artes, Academias, etc.), de reprodução de criadores (Escolas de Pintura, Escultura, Arquitectura, etc.), bem como sujeitos com actuação social no campo: Jornalistas, Críticos, Historiadores, Coleccionadores, etc. É o conjunto destes actores sociais que constróem o valor, físico e simbólico, específico do criador e da sua obra ao imporem um conjunto de características de apreciação estética capazes de influenciar, porque facilmente assimiláveis, ao público. Por outras palavras, os actores sociais atrás identificados usam da sua influência social construída em torno do seu *habitus* e da sua posição estratégica no campo artístico para construírem uma matriz de

⁴⁷⁰ Pierre BOURDIEU, "Génese Histórica de uma Estética Pura"; Poder Simbólico, Difel, Lisboa 1989, p. 287

⁴⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 287

⁴⁷² Idem, *Ibidem*, p. 286

⁴⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 289

significações estéticas, assimiláveis pelo circuito de consumo, e possível de ser aceite como dominante. Em suma, constróem um saber social cujo domínio se restringe aos membros do campo, e que é reconhecido como saber específico.

O que podemos dizer é que o discurso ideológico não concorre para o enriquecimento ou empobrecimento da obra de arte, em geral. Agora o valor da manifestação artística é que pode ser conferido pelo artista, e exportado para os social. Dito de outra forma, o discurso ideológico, nunca diminui, pode, isso sim, estimulá-lo. Logo, algumas das áreas artísticas são excelentes discursos ideológicos, porque a sua linguagem cruza o campo social e político através das linhas estéticas que referenciam as obras. O que vêm, através das manifestações artística, neste plano, é uma contaminação ideológica.

PARTE II

ESTILOS

ESTÉTICA

UMA VISÃO À SUA VOLTA

Ao longo deste capítulo iremos apresentar e articular alguns fundamentos estéticos tendo em perspectiva o campo social, numa circunscrição a várias correntes e teóricos segundo uma abordagem sociológica,⁴⁷⁴.

Temos por isso um ponto de encontro entre a linguagem utilizada, e a procura imediata de um raciocínio lógico para responder a esta contraposição entre a sociologia da arte e a análise da estética.

"Quando se julga saber em que consiste a essência da matéria, põmo-nos logo à procura da pedra filosofal."⁴⁷⁵

Se é certo que a Arte tem sofrido, ao longo dos tempos, uma evolução das formas puramente artísticas, mas também da imaginária que lhe está associada, também não é menos verdade que as formas de ver a Arte se modificaram. Ou seja, a análise da produção artística, como objecto de análise sociológica enquanto elemento constitutivo do "campo simbólico", i. é, o lugar onde valores e representações se articulam num "conjunto multifacetado de dimensões ideológicas, de traços simbólico-culturais, que funciona como fundo comum e heterógeneo de recursos socialmente disponíveis."⁴⁷⁶ Sendo uma das forma de pensar o social, a

⁴⁷⁴ Este é reencontrável numa perspectiva da sociologia da arte, enquanto ponto de reflexão específico de entre o objecto e todos os que funcionam em redor do mesmo.

⁴⁷⁵ Émile DURKEIM, *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença, Lisboa 1984, p. 43

⁴⁷⁶ In J. Ferreira de ALMEIDA, - *Valores e Representações sociais*, (Coleções Portugal - Os próximos 20 anos VIII vol.), FCG, Lisboa 1990, p. 1

análise da arte não está isenta de sofismas e de apreciações genéricas, reducionistas ou de mera especulação retórica. Por isso, interessa ver se faz sentido falar numa sociologia da arte *versus* análise estética. Porém, o objecto de estudo que está presente (por abordagem) é a arte⁴⁷⁷, numa perspectiva da relação política. Adorno, afirma mesmo que "tudo o que diz respeito à arte deixou de ser evidente, tanto em si mesma como na sua relação ao todo."

Na sua designação inicial, a estética pretendia afirmar a faculdade interior de conhecer. Mas, só no séc. XIX adquiriu o estatuto de doutrina, significando a ciência do belo⁴⁷⁸, que vem contraposição ao que viria a dizer Fritz Heinemann, longe do ideal clássico, porque "não tem sentido querer fundamentar numa ciência a natureza do belo, pois não há belo."⁴⁷⁹ Herbert Read define esta procura do belo como algo em si, e não relacional a qualquer outra, como a "teoria da forma pura"⁴⁸⁰, em que o belo seria uma espécie de virtuosismo intrínseco ao próprio objecto. Assim, "cada obra de arte é então uma lei para si própria."⁴⁸¹

A pertinência do belo confina-se apenas como categoria analítica de certa estética que continua a insistir na fundamentação da essência das obras de arte, aliada ao sentimento generalizado, em tudo devedor do senso comum, que "a arte é uma capacidade. Há uma capacidade natural. Muitas das crianças [...] receberam o dom das formas do movimento e do ritmo [...]. Também os grandes [artistas] nascem assim e não o fazem."⁴⁸² De facto, Heinemann recusa a essência do belo e, na sua fundamentação científica, embora nos reenvie para a metafísica quando tem de explicar as faculdades artísticas dos criadores. Ou seja, o autor recusa a essência do belo, tal como Abel Salazar⁴⁸³, porque o relativiza, se seguir o mesmo tipo de análise quando tem de explicar a génese dos criadores, acabando por estetizar a produção artística. Heinemann deixa-se enredar nessa teia, que aliás o próprio bem identifica,

⁴⁷⁷ T. W. ADORNO, "Teoria Estética", Edições 70, Lisboa 1982, p. 11

⁴⁷⁸ Disciplina científica que se definia na teorização e fundamentação da essência do belo e da sua natureza, ao sentimento puro e à intropatia.

⁴⁷⁹ Fritz HEINEMANN, "Estética", HEINEMANN, Fritz (org.) - "A Filosofia no Século XX", FCG, Lisboa 1983, pág. 449

⁴⁸⁰ Teoria que o autor definiu e que corresponde aquilo que Adorno, no seu livro "teoria Estética", identifica como sendo o "carácter monológico" das obras de arte, como veremos mais adiante, que certa análise tende a privilegiar.

⁴⁸¹ Herbert READ, - "A Caminho da Abstracção. A teoria da Forma Pura". H. READ; P. FRANCASTEL; Bertolt BRECHT, - Sociologia da Arte III, Zahar Editores, Rio de Janeiro 1967, pág. 14

⁴⁸² Idem, *Ibidem*, p. 454

⁴⁸³ «O artista não procura nem o Belo, nem o Sublime, nem o Real, nem sequer outra finalidade estética [porque] uma obra de arte é um acto vital.» Abel SALAZAR, *Que É a Arte?*, Col. Studium, Arménio Amado Editor, Coimbra, 1953, p. 85

da crença estética, esse tipo de comportamento que, e através da aproximação ao objecto, toma "por verdadeiro, imediato, intuitivo, não primariamente racional, ou melhor, tomar por belo."⁴⁸⁴ Esta atitude que o autor identifica, não se verifica só nos elementos constitutivos do campo artístico, sendo também apropriada pelo admirador de arte que se sujeita à crença, exactamente, porque assimila essa verdade artística através do conjunto de sugestões que lhe estão associadas. Por outro lado, como se viu, a recusa da fundamentação do belo não é a negação da estética. Porque não "se pode confundir valor estético com outros valores" como demonstrou Sócrates⁴⁸⁵. Esta patenteia-se no âmbito de outras análises, nomeadamente, a da génese dos criadores que por ser mais complexa e intrincada devolve-se para um espaço socialmente inapropriável, o que, sem dúvida, constitui um círculo vicioso. Portanto, é lícito afirmarmos que o jogo estético, ou melhor, o jogo da análise estética está longe de ter terminado e, se dessacralizou a essência do belo, não o fez para o circuito específico da produção artística.

Do mesmo modo, a teoria estética, tal como a define Adorno, não se preocupa com o nascimento da obra enquanto artefacto, pretende só sublimar esse tipo de produção. De outra forma, Adorno não eleva a obra de arte, "é como um objecto produzido no âmbito da orgânica social"⁴⁸⁶, a qualquer coisa de extraordinário, que conhecendo, ou não, regras não exclui um estilo natural e simples - o sublime. "Totalmente feita pelos homens, a obra de arte contrapõe-se pela sua aparência ao não-fabricado, à natureza."⁴⁸⁷ Para Adorno, "a obra de arte é em si mesma um comportamento"⁴⁸⁸, "expectáveis de grupos ou classes sociais"⁴⁸⁹, como forma de agir do próprio objecto inerte. Adorno não esquece que a obra só adquire significado enquanto produto dotado de sentido social, e socialmente estruturado, recusa qualquer abordagem que tenda, só, para a interpretação do objecto artístico como algo em si próprio, cristalizado, e impossível de extrapolar para fora do seu conteúdo estético. Contudo, reconhece que o "carácter monadológico das obras é

⁴⁸⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 456-457

⁴⁸⁵ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 119

⁴⁸⁶ In João José CACHOFEL, *Iniciação Estética*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 29

⁴⁸⁷ T. W. ADORNO, "Teoria Estética", Edições 70, Lisboa 1982, p. 77

⁴⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 203 Comportamento que depende de uma inculcação da mão do criador, mas que resulta da inserção da obra no espaço social, tendo em conta a leitura que esta pode provocar pela sua aparição.

⁴⁸⁹ Cit. M.^a Teresa CRUZ, *Arte e Experiências Estéticas*, In Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCB, Acarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 53

tão verdadeiro como problemático"⁴⁹⁰, sendo o estilo⁴⁹¹ - o conjunto dos elementos que são comuns a determinada produção artística - o momento em que a obra de arte adquire um poder comunicativo, uma linguagem na "diversidade dos sinais", capaz de tornar coerente a percepção estética, do posicionamento ideológico do actor criador no espaço social de produção, e para quem os destina, mas despendentes "de factores ambientes, económico-sociais"⁴⁹².

Contrariamente a Heinemann, Adorno não sublima o criador, defendendo mesmo que "as forças investidas na obra de arte, aparentemente algo de subjectivo apenas, é a presença potencial do colectivo na obra, em proporção com as forças produtivas disponíveis."⁴⁹³ Estamos assim em presença de um esforço interpretativo da arte como produção social, e socialmente explicável - o primeiro passo para uma sociologia da arte. Interessa ver agora de que modo algumas interpretações no âmbito da sociologia da arte têm sido produzidas.

Para Arnold Hauser, a questão fundamental que atravessa a sociologia da arte tem a ver com o próprio processo criador, ou seja, "se considera la creación como algo esencial espontáneo, autónomo y autógeno"⁴⁹⁴, ou se pelo contrário, a arte é "un acontecimiento que a lo sumo es parcialmente autónomo pero que, por lo demás, está condicionado por las relaciones humanas."⁴⁹⁵ É possível encontrar na reflexão de Hauser duas ordens de ideias. Primeiro, que a sociologia da arte não é possível se se tiver por base o carácter individual e particularista do acto de criar, já que este escapa a toda e qualquer influência do meio social; segundo, que é possível uma sociologia do fenómeno artístico que, apesar de alguma autonomia da criação, está condicionado pelo espaço social de origem.

Para os idealistas e românticos, o acto de criar é, ainda segundo Hauser, algo que reproduz uma emanção da alma, acto sublime de quase criação divina, não sendo por isso possível de analisar por conexão com as condições sociais de produção. Seria como interromper o circuito mágico e enigmático que é o contacto do artista com a obra. Mas, a expressão artística, enquanto forma de comunicação, necessita de uma gramática, de uma linguagem que lhe permita o acesso a

⁴⁹⁰ T. W. ADORNO, "Teoria Estética", Edições 70, Lisboa 1982, p. 204

⁴⁹¹ O estilo identifica a obra, por vezes, como entrave à sua particularização, por outro lado, dada a simetria do estilo formado, conhecido pela contribuição particular das obras face a uma dupla identificação: de autor e do estilo adoptado por este.

⁴⁹² In João José CACHOFEL, *Iniciação Estética*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 55

⁴⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 58

⁴⁹⁴ A. HAUSER, - "Fundamentos de la Sociología del Arte", Guadarama/Punto Omega, Barcelona 1982, Tomo 1, p. 31

⁴⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 31

comunicar ideias e concepções pouco usuais, ou até mesmo, a criar os próprios conceitos da sua comunicação. Esta comunicação ou correspondência entre a criação artística e o social, não determina socialmente o produto final. Hauser argumenta que as obras não são "consecuencias de la situación social"⁴⁹⁶, mas "una expresión de una concepción del mundo condicionada socialmente."⁴⁹⁷ Apesar de defender uma comunicação entre actor/criador e o mundo social, Hauser defende que a posição ocupada pelo sujeito no fluxo comunicacional permite-lhe fazer uma filtragem das concepções sociais, políticas e económicas do espaço em que se insere. Por outras palavras, o impulso artístico é definido em termos de inspiração, e o lugar do criador não é senão o produto das vivências e experiências sociais do indivíduo.

O CCB COMO INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO

Uma instituições de mediação⁴⁹⁸, como o CCB, cumpre uma função de divulgação que não pode alhear-se da mensagem que as obras divulgam.

Nesta linha Hauser e Adorno defendem a influência social no processo de criação artística. Porém, o acto de criar continua a ser, essencialmente, um acto de inspiração e de investimento do talento do criador, valorizado pelas instâncias de mediação entre o criador e o público. É certo que a função do museu assume para Hauser uma recriação da atmosfera social da produção da obra, tendendo a valorizá-la. Contudo, o autor reenvia-nos para o talento criador dos artistas quando argumenta que à sociologia não é possível analisar as obras clássicas existentes, exactamente, porque não é possível captar o talento criador que as motivou.

De maneira diferente argumenta Pierre Francastel defendendo que a arte é produzida num duplo sentido, ora como forma de recriação das estruturas sociais, ora como forma de as pôr em causa, o que já evidencia algum determinismo social. A arte não é só condicionada pelo social, mas dispõe-se a agir socialmente sobre a sociedade, assumindo um cunho de intervenção política. "Conforme o caso, a arte é um elemento de coesão social ou de dissociação."⁴⁹⁹ A arte capitaliza os seus

⁴⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 37

⁴⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 37

⁴⁹⁸ Que podem ser museus, galerias, salas de exposições, etc.,

⁴⁹⁹ Pierre FRANCASTEL, - "Problemas da Sociologia da Arte", FRANCASTEL, Pierre et al - Sociologia da Arte II; Zahar Ed., Rio de Janeiro 1967, p. 29

valores plásticos e simbólicos para as práticas e representações do corpo social estruturado, ou para novas formas de pensar a sociedade, num duplo processo: "um modo de compreensão e um modo acção que informa a totalidade da experiência."⁵⁰⁰ Só que, para Francastel a "arte é instrumento, não agente de expressão de um grupo."⁵⁰¹ Colocando a tónica da sua análise na capacidade interventora ao nível do social e do político, Francastel propõe um programa para a sociologia da arte, em cinco pontos que tende a privilegiar, a relação do objecto com o espaço da criação. Temos, nas sociedades modernas e capitalistas, uma Arte como "um produto de consumo", como estas sociedades, mas problematizadas pelo razão de se encontrarem públicos ou não específicos. Razão que radica na própria noção de consumo, que não se caracteriza pela transversalidade das práticas de consumo, mas numa banalização deste campo de dificulta a compreender o fenómeno em si⁵⁰². O que importa referir é uma "nova doxa intelectual" assente em valores de distribuição⁵⁰³, como Bourdieu os definiu usando os paradigmas da "distinção" dos mercados nas hierarquias da legitimidade dos bens e mecanismos simbólicos, sociais e estéticos⁵⁰⁴, por diferenciação homóloga dos públicos e clivagem dos gostos⁵⁰⁵. Valores que radicam na especificidade do fenómeno da osmose de culturas, cultivada, de massas e popular, vindo a sobressair do interior do campo cultural um conjunto de lógicas que emergem dos circuitos do mercado⁵⁰⁶, factores que vêm implicar directamente com os públicos e as premissas de apreciação estética. Com "um estado democrático [existe] uma grande polarização, [pode-se dizer que] não há padrões estéticos e ideológicos impostos"⁵⁰⁷ Outros tipos de cultura do indivíduo poderiam ser dadas como relevantes, mas apenas apontaremos,

⁵⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 20

⁵⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 20

⁵⁰² Cf. Jean BRAUDILLARD, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981

⁵⁰³ Cf. João Ferreira de ALMEIDA, *Valores e Representações sociais*, (Coleções Portugal - Os próximos 20 anos VIII vol.), FCG, Lisboa, 1990 In Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCG, Aarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 150

⁵⁰⁴ Cit. M.^a Teresa CRUZ, *Arte e Experiências Estéticas*, In Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCB, Aarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 53

⁵⁰⁵ Cf. Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCG, Aarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 150

⁵⁰⁶ Cf. M.^a de Lourdes Lima dos SANTOS, 1988 *Questionamento à Volta de 3 Noções*, Revista de Análise Social ICS-UL, n.º 101-102 e "Reprodutividade/raridade: o jogo de contrários na produção cultural" In *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1990

⁵⁰⁷ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

aquela que já Bourdieu distinguiu que foi a "cultura da dominação", face a uma polaridade da cultura dominante/Cultura dominada⁵⁰⁸.

Numa referencia ao CCB, como instituição multifuncional, podemos dizer que tanto pode assumir a captação de "clientelas habituais", como ganhar públicos estratégicos face a diversas iniciativas específicas, como a música das sete às nove, num dos Bares do CCB, mas também outros tipos de públicos, num conjunto mais amplo e difuso, virados para outras especificidades, mas que são comandados pelo «"carisma", e capital "simbólico" da instituição», a que chamaremos «efeito CCB»⁵⁰⁹, tal como definiu Nathalie Heinich no seu estudo sobre o "Centro Pompidou" em 1986⁵¹⁰. Na realidade define um "território artístico" que funciona como repositório de «experiências culturais», que passam ou não a ser para os observantes novas estéticas do ponto de vista filosófico. Estas experiências podem mudar as perspectivas estéticas-comunicacionais⁵¹¹ se reconvocadas pelo número de frequências/visitas a uma instituição do tipo cultural. Diga-se que este efeito passa em parte por aquilo que Ministro da Cultura Francês, Jacque Lang, disse, «o Poder para se afirmar tem de ter gestos simbólicos fortes», que com Estados fortes⁵¹² como apelidou o cavaquismo Pacheco Pereira, que fazendo as «grandes obras»⁵¹³ e criando nas cidades mais pequenas uma pequena galeria, o que se tentou foi descentralizar, tentando os "equilíbrios, não comprometendo uma política de micro escala, que dissemine ao longo do país, uma série de infraestruturas fundamentais"⁵¹⁴. Nesse sentido é trabalhar para a sempre inacabada

⁵⁰⁸ Cf. C. GRIGNON; e, PASSERON, *Le Savant et le Poupolaire - misérabilisme et populisme en sociologie et le littérature*, Paris, Gallimard, 1989

⁵⁰⁹ Numa definição de Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCG, Acarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 150, na mesma linha de um «efeito ACARTE» contido pelo mesmo efeito da FCB, e agora o do CCB, porque a população segue com muito mais atenção a própria instituição, aderindo à sua oferta de programação, cultural

⁵¹⁰ *La Sociologie et les Publics de l'Art*, In Raymond Moulin (Dir.), *Sociologie de l'Art*, Paris, La Documentation Française, 1986

⁵¹¹ Cf. M.^a Teresa CRUZ, *A estética da Recepção e a "crítica da razão impura"*, *Comunicação e Linguagens*, n.º 3, 1986 e, *Experiências Estéticas e Esteticização da Experiência*, *Comunicação e Linguagens*, n.º 12 e 13, 1991

⁵¹² Os Estados centralizados ou fortes, são estados que se desenvolvem segundo grandes aparelhos burocráticos (públicos ou privados) V. Boaventura de Sousa SANTOS, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, Porto, 1990, p. 88

⁵¹³ «vamos ter de pôr mãos à obra com determinação», disse [...], o ministro do Planeamento e administração do Território, Valente de Oliveira, [...], no CCB, sobre « Os grandes projectos até ao fim do século», [...] com a presença do ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral; Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral; da Saúde, Arlindo de Cunha; e do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Patrício Gouveia." In jornais "A Capital" 08 Nov. 93, p. 56; e, "Correio da Manhã" 07 Nov. 93, p. 16

⁵¹⁴ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

"democratização cultural"⁵¹⁵. Democratização cultural que estimula a descentralização do poder, dos espaços culturais, das políticas artísticas, dos fenómenos social e artísticos, segundo campos mais restritos, mas que acarretam maior despesa pública, conjugada com uma maior carga administrativa.

É precisamente a partir dos anos 80, e devido às mutações nas linguagens artísticas nesta década, que os diferentes públicos, primeiramente *elitistas* dentro de um "ascetismo modernista", influem na abertura de uma nova comunicabilidade entre quem cria e quem procura essa criação⁵¹⁶.

Mas diga-se para finalizar este capítulo que até finais da década de 80 o que havia de equipamentos culturais estava na FCG e nas mega estruturas e na SEC, estruturas onde o pessoal, os funcionários e os directores envelhecem com as suas gerações de artistas, com as suas referências estéticas e culturais. Estas estruturas tinham sido ocupadas por *intelligencie suadivance*, de esquerda, que vinha do 25 de Abril. Os discursos mais violentos dos novos, dos *staliscement*, não tinham espaço não tinham lugar, mas tinham uma conjuntura favorável do mercado internacional, tal como define "Alexandre Melo, na sua Tese de Doutoramento, Portugal já não é bem nem centro nem periferia"⁵¹⁷. Esta conjuntura internacional do mercado das artes, atravessa Portugal. Porque as galerias começam a construir um circuito quase auto sustentado, fora dos circuitos oficiais, e quando há mercado as instituições fazem pouca falta. Ou seja, foi possível pôr em prática, as feiras internacionais, para vender as suas obras, quando o mercado começa a acusar alguma recessão, nas artes ou arte contemporânea, não é por acaso, que começam a tornar-se mais vitais as encomendas institucionais e quem garanta os mercados institucionais, nomeadamente o mercado de exposições e de encomendas são os equipamentos tipo CCB.

A ARTE E O ARTÍSTA

Repare-se que o valor de um artista não é construído através do cálculo entre os custos (materiais plásticos usados na produção) e o tempo de trabalho que o

⁵¹⁵ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵¹⁶ Cf. Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCG, Acarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 150

⁵¹⁷ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

criador dispensa para o produzir, mas “numa espécie de reprodução de si próprio que é a obra de arte”⁵¹⁸. O valor do artista é atribuído em função da linguagem artística que se utiliza, o que quer dizer, do estilo ou das funcionalidades estéticas que o campo adoptou como sendo suas, aliadas ao modo como o seu reconhecimento social é produzido. Isto é, “uma maneira de nomear [um artista], de falar dele, da natureza do seu trabalho e do modo de remuneração desse trabalho [...] e também, pela mesma lógica, uma maneira de falar da própria [obra], com palavras apropriadas, [...] e até mesmo o cunho próprio”⁵¹⁹.

Todavia, o conjunto dos agentes envolvidos neste triplo processo de constituição do valor da arte e do artista que estrutura o campo artístico, não se limita a imporem uma determinada orientação dominante no campo. Eles produzem toda uma propaganda sobre a arte, porque “a arte é uma manifestação individual num quadro social e, portanto, ideológica”⁵²⁰, consubstanciada por uma visão, à qual não é estranho a imposição de categorias que vão do belo ao natural, que por fazerem parte da linguagem comum são facilmente apropriáveis pelo lado do consumo. “Desta forma, as categorias utilizadas para receber e apreciar a obra de arte estão duplamente ligadas ao contexto histórico: associadas a um universo social situado e datado, elas são objectos de usos também eles marcados socialmente pela posição social dos utilizadores que envolvem, nas opções estéticas por elas permitidas, as atitudes constitutivas do seu habitus.”⁵²¹ A atitude estética contribui para uma visão do mundo segundo a qual o campo artístico é um lugar de eleição entre dotados e não dotados que, no limite, se devem a aptidões e dons naturais. A crença alimentada por esta ideologia só fortalece o poder discricionário de tal atitude que é apropriada por cada espectador do mundo da arte e não só. “Nem pode ocorrer qualquer materialização da ideologia que não constitua, ao mesmo tempo, uma expressão estética”⁵²². Este olhar puro sobre a obra de arte é, sem dúvida, um dos factores que explica a própria automatização do campo artístico. A autonomia do produtor é o correlato da autonomia do campo que, após vagas sucessivas de rupturas com os estilos dominantes, criou o olhar puro sobre - a obra de arte. Por outras

⁵¹⁸ Cit. João José CACHOFEL, *Iniciação Estética*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 26 In Hegel *Esthétique*, Paris, Editions Montaigne, 1944, vol I, p. 56

⁵¹⁹ In Pierre FRANCASTEL, - “Problemas da Sociologia da Arte”, FRANCASTEL, Pierre et al - *Sociologia da Arte II*; Zahar Ed., Rio de Janeiro 1967, pp. 289-290

⁵²⁰ In jornal “DN” 09 Mar. 96, p. 10, num artigo de opinião de Maximiano Gonçalves

⁵²¹ In Pierre FRANCASTEL, - “Problemas da Sociologia da Arte”, FRANCASTEL, Pierre et al - *Sociologia da Arte II*; Zahar Ed., Rio de Janeiro 1967, pp. 292-293

⁵²² In João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 49

palavras, a mestria do criador que se situa num duplo processo: ao nível da dominação técnica sobre a forma dos materiais - a produção propriamente artística; mas também sobre aquilo que constitui o seu próprio saber técnico ou profissional. A mestria resulta, em suma, na imposição da sua onipotência sobre a obra de arte e sobre o olhar amador. Resulta daqui, uma vertente de dominação simbólica encarada enquanto poder de visão e de di-visão da produção artística.

Noutro campo, mas que perspectiva o anterior "são os mercados e as fisionomias dos mercados da arte, e depois há o mercado das obras, como escoamento normal das galerias, pela recessão do mercado normal das galerias que há necessidade destas se aproximarem das instituições e entrarem em co-produções, porque os artistas precisam não só do prestígio institucional, mas já não vendem nas galerias como vendiam"⁵²³ no passado.

Também Chamboredon acompanha, muito de perto, esta linha de argumentação. Para ele a produção não procura apenas criar as obras, mas visa criar as condições necessárias para que as obras sejam apropriadas, física e simbolicamente, pelo espectador. Criam-se categorias de percepção estética que permitem aos receptores o reconhecimento da linguagem utilizada nas obras, bem como, o reconhecimento do criador - através da assinatura -, da sua originalidade e singularidade. Este processo "de décomposition ou de démultiplication de la création [...] et d'un processus de spécialisation des fonctions [...], ces fonctions pouvant être assurées par des agents différents ou par les mêmes agents."⁵²⁴ Para o autor, a inovação estética não resulta só da confrontação entre a produção e o consumo, mas de um efeito de singularidade que permite criar algo de novo, que embora seguindo um estilo não se repete e que não pode ser rotulado como cópia.

Outra das razões que Bourdieu avança sobre o olhar introspectivo da obra de arte e do seu campo de produção tem a ver com o fechamento do campo. Ao fechar-se, o campo institui uma doxa, ou seja, um conhecimento especulativo e acumulativo de todas as experiências passadas que institui uma escala de valores que é aplicada aos estilos, às variedades, formas estéticas, imaginário, etc. A doxa do campo enquanto dominação simbólica assume um traço distintivo e de autonomia em relação aos outros campos de saberes sociais instituídos. Por outro lado o campo é cumulativo agrupando todas as experiências passadas, conferindo-lhes um carácter

⁵²³ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵²⁴ J.-C. CHAMBOREDON, - "Production Symbolique et Formes Sociales de la Sociologie de la Culture"; Revue Française de Sociologie, XXVII, p. 513

de irreversibilidade. As obras do passado são codificadas por um corpo de profissionais do campo (Jornalistas, Historiadores e Críticos) e que é suposto que os outros artistas tenham conhecimento prévio e antecipado dessas produções classificadas. O passado torna-se omnipresente sobre a forma de conhecimento específico, sendo certo que a criação e a inovação do presente se autonomiza em relação à do passado porque, precisamente, dela pretende ser diferente. As experiências passadas funcionam como "Background" do criador, mas também como fonte de inspiração, na medida em que delimitam o espaço das impossibilidades criativas. O campo das possibilidades, a definir pelo criador e pelo campo de produção, pode prever algum retorno às formas do passado, mas nunca em total sintonia com estas.

OS CAMPOS E A HISTÓRIA SOCIAL (os estilos)

A história do campo e das tensões que nele se geram, as rupturas com os estilos dominantes ou a imposição de novos estilos, os desvios impostos ou ocultados, tudo isto faz parte da história social do campo que Bourdieu propõe como unidade de análise.

É um passo qualitativamente maior do que as outras abordagens da sociologia da arte, preocupadas em identificar a parte do social na arte, mas pouco interessadas em analisar a arte como produção social. Bourdieu leva a análise sociológica até onde ela não chegou, ao acto de criar, a esse intercâmbio entre o actor criador e a obra criada, para em seguida, interrogar o próprio conceito de arte e todas as valorizações que lhe estão associadas. No entanto, a interpretação do acto criador enquanto tal só é possível de encontrar na fundamentação social criada sobre ele. Para isso, Bourdieu ao mesmo tempo que interroga o puro acto de criar, está de facto, a interrogar a génese do olhar puro e o seu poder de di-visão sobre o real.

Concluindo pode-se afirmar que a ruptura como paradigma da fundamentação da análise estética operada pela sociologia, e em especial pela sociologia da arte, permitiu que o fascínio que a arte socialmente provoca através do carácter discursivo da sua linguagem rica em símbolos e imagens, como Vieira de Almeida disse «A estética não é essencialmente normativa, porque não só lógica, mas cronologicamente, a obra de arte precede qualquer norma estética formulada, e

portanto qualquer doutrina estética»⁵²⁵, produzida em função do tecido social da obra. Mesmo admitindo, como argumenta Calabrese, que a primeira sociologia da arte se produziu mais como uma semiótica das obras⁵²⁶, i. é, enquanto maneira de inferir qual o sentido social transcrito nas formas artísticas das obras para se apreender a intenção subjectiva do criador e as influências e pressões que a sua situação social exerceram sobre a sua obra, a sociologia da arte não se reduz a uma sociologia da obra. Para tal, foi decisivo escolher como unidade de análise o campo artístico que possibilitou ver como o social produz o seu próprio conhecimento sobre a arte. Ao utilizar este nível de análise foi possível analisar a convicção generalizada da sublimação da obra de arte e, por conseguinte, como se institui uma doxa, ou olhar puro, como defendia Bastide. Porque é este facto singular, a institucionalização da doxa, que cria o sublime e que o alimenta agindo como um poder discricionário sobre a produção artística e sobre o olhar amador. Poder simbólico também, que selecciona e classifica, que institui e estrutura, que aprova e rejeita, o olhar puro que sobre a obra de arte se reflecte, tão só, o olhar da dominação física e simbólica.

IDENTIDADE NACIONAL

Em torno da problemática da identidade nacional, vamos, tanto quanto possível, dar resposta às várias hipóteses lançadas ao longo deste trabalho. Para Baczko esta identidade revela-se pela projecção de um passado "através dos seus imaginários sociais"⁵²⁷, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom

⁵²⁵ Vieira ALMEIDA, *Filosofia da Arte*, Col. Studium, Arménio Amado Editor, Coimbra, 1942, p. 47

⁵²⁶ Omar CALABRESE, - *A Linguagem da Arte*, Ed. Presença, Lisboa 1986, p. 45 e segs.

⁵²⁷ O que o autor refere é o que a sociedade tem, o desempenho do actor social, numa relação, que apresentaremos entre o presente e o passado, como Bourdieu na divisão do mundo social (no quadro simbólico). Compreender a legitimação desse imaginário não é, talvez, diferente de compreender o problema da legitimação do poder. Aqui o que vou salientar é o imaginário social, para o caso Português.

comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súbdito', o 'guerreiro corajoso', etc"⁵²⁸.

Importa saber o que está entre a integração do actor social (que pode passar pelo processo de identificação) e a diferenciação ou autonomia (fixadas socialmente através de fronteiras, de uma dada identidade em redor do poder simbólico de um determinado grupo). A todo o processo, simplesmente complexo, o sentido que advém do próprio como aqueles que os cercam José Madureira Pinto chama Identização⁵²⁹.

Na dialéctica dos processos de Identificação e identificação é que reside a problemática da identidade da relação entre o centro e o que está na periferia social, que Luís Cunha considerou o **mesmo e os outros**⁵³⁰ como forma de identidade de referência. O que cada um quer como a sua própria imagem vinda da recusa da relação do eu⁵³¹.

A problematização do conjunto vem evocar a Identidade Nacional, fruto da acção dada às multidimensões como produto dos factos tornados transversais, por partes dos agentes influentes da comunidade.

Identidade Nacional, aqui, é entendida como que a nação a entender-se na sua construção e no seu sentido restrito (interior da mesma), num lugar de disputa do "poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer"⁵³².

A identidade nacional configurar-se-á como a que o grupo superior determinar ou impuser como legítimo, sob a construção simbólica pertença da base de sustentação de que mundo deixar conservar, numa pura reprodução das estruturas simbólicas do grupo.

⁵²⁸ In Bronislaw BACZKO, "imaginação social" In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, INCM, vol.5, 1985, p. 309.

⁵²⁹ cf. Pinto, 1991, p.218, o processo de identificação - É nesta relação entre identidade e diferenciação que a estrutura simbólica do grupo se cria e afirma. O indivíduo interpreta então essa estrutura "como a ordenação da sua própria vida. E é a consistência simbólica dos projectos de vida individuais e colectivos que assegura a reprodução do grupo" Martins, 1990, p. 99, cf. Luís Cunha, *A NAÇÃO E O IMPÉRIO: A (Re)Invenção do Lugar de Portugal no Mundo*, Cadernos do Noroeste, vol. 4 (6-7), 1991, 211-227

⁵³⁰ O sublinhado é nosso, todavia "C'est toujours l'autre qui, par le biais des differences qu'il exhibe par rapport à moi, me permet de me faire une image de moi-même" (Gomes da Silva, 1983, p.70).

⁵³¹ Onde se encontra o eu é precisamente na complexa estruturação do processo que caracteriza o mesmo e os outros que suportam a realidade objectiva como se tratasse de um jogo - social - de espelhos. A identidade referencia começa a entrar na realidade que tem por referencia a estrutura simbólica do grupo que integra, questionando as partes que vêm servir o conjunto construído pelo grupo. A Nação, a Pátria, a família, a sociedade e o indivíduo são o culminar deste processo social.

⁵³² Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 174

O que transparece é um reconhecimento da História, na partilha de valores em que o estado Português assentou as ideias chave de uma identidade levada aos extremos da reprodução simbólica política e social. Factores que vieram na persecução de todo um conjunto de pensamentos assentes na funcionalidade conjuntural da legitimação de uma di/visão⁵³³ no mundo face às diferentes modificações políticas, sociais, jurídicas, económicas e estratégicas (de ordem militar - face às alterações do quadro global que opunha as potências - com a "guerra fria"⁵³⁴ entre os blocos Ocidental e de Leste).

Neste cenário corporizado, que apresentamos, para Eduardo Lourenço, o transparece é uma Identidade Nacional fora de todas as crises, sendo "difícil encontrar um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal"⁵³⁵. Ao mesmo tempo esta afirmação conduz a uma discussão em redor do problema que é a sua própria identidade. Assim, o nacionalismo identidactico, conduz-nos a uma "hiperidentidade, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto de outros povos, nações e culturas"⁵³⁶. O conflito geracional deixa de ter apenas um transporte interno, mas também todos os factores de contingência externos, numa problemática que só a história identifica face a todos os desequilíbrios sociais e de organização política. O teor das relações estão nas convulsões do que satisfaz o real consigo mesmo e depois com a criação da imagem externa ideal de si mesma que predomina. A problematização dos dados é dado pela mediana afirmação do real no exterior, face ao centralismo conceptual do estado.

As várias variantes a um discurso envolto na Identidade Nacional deixa transparecer no seu espectro geral apenas o campo da compreensão como sustentou em dois pontos, relativamente à 'genética', Magalhães Godinho. O que se

⁵³³ Cf. Luís CUNHA perspectiva tendo em conta os factores sociais da história, já que o Estado sempre dividiu em vez de unir as partes integrantes do seu próprio território geográfico, linguístico ou político/administrativo. Também concordo com esta tese pois define as arquitecturas expostas pelos vários sectores políticos, antes e depois de 1974, data da mudança do regime - Totalitarismo versus Democracia

⁵³⁴ A "guerra fria" foi um acto positivo para península Ibérica de Salazar e Franco, pois com a sua luta ao comunismo, vieram a ganhar o apoio das Democracias ocidentais. V. Mário Soares, resposta no Livro de Maria João AVILLES, Soares - Ditadura e Revolução, Lisboa, Círculo de Leitores, Fev. 1996, p. 93

⁵³⁵ In Eduardo LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM, 1990, p. 10

⁵³⁶ Idem, *Ibidem*

passa é que o Portugal rompe com o homogéneo⁵³⁷ para se tornar heterogéneo, definido como o Portugal Mediterrâneo⁵³⁸.

A Identidade Nacional afirma-se pela abertura ao mundo, numa articulação das várias características abordadas até aqui. Outro dos pólos que accionam tais pressupostos, de expansão, são as relações culturais com as culturas luso-tropicais. Todavia, nunca se pensou numa fusão com outros, pois manter a especificidade era assegurar o determinismo do nós e dos outros. Segundo Eduardo Lourenço, a plenitude de tais factos é fornecido pela história, onde se enquadram os Descobrimentos Portugueses⁵³⁹, face a uma hiper-identidade⁵⁴⁰.

Historicamente todas as construções do presente atravessam o passado, fora da objectividade, por forma a servir e legitimar o discurso do real. A produção científica poderia mostrar-se instrumentalizada, pelo contrário, se se entender o que Lévi-Strauss disse há já muito tempo, "não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função [...] assegurar com alto grau de certeza - a certeza completa é obviamente impossível -, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado"⁵⁴¹.

Os historiadores devido às percepções do presente, enfrentam dificuldades⁵⁴², tal como os antropólogos, pois transportam consigo um conjunto de valores e princípios, que se impõem nas aproximações do *diferente* pelo reconhecido⁵⁴³. Face à compreensão da sociedade - em tempos diferentes - sente-se o mediatizar de uma sociedade específica pelo tempo presente.

Para Portugal, no caso em estudo, a Identidade Nacional desenvolve-se em torno da valorização dos actos culturais - através dos equipamentos - sustentados pelo poder simbólico, em redor dos actos históricos feitos de um passado/presente

⁵³⁷ O Norte fundido com a Galiza e com reinos cristãos a Leste.

⁵³⁸ Portugal foi assim feito por um retalho da Galiza, como disse Oliveira Martins, um retalho de Leão, outro da Espanha sarracena, e soube integrar esses dois mundos' (Godinho, 1985, p.276). V. quadro n.º 5

⁵³⁹ Os Descobrimentos Portugueses que são a demonstração cabal de uma vocação de grandeza e uma das razões principais da valorização constante do passado.

⁵⁴⁰ Em torno da valorização da história, Eduardo Lourenço traça uma analogia entre Portugal e o povo judeu, nos termos, da qual, a diferença estaria em que "Portugal não espera o Messias, o Messias é o seu próprio passado, convertido na mais consistente e obsessiva referência do seu presente" (Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM, 1990, p.10).

⁵⁴¹ cf. Claude LÉVI-STRAUSS, *Mito o Significado*, Lisboa, Edições 70, 1985, p.63.

⁵⁴² Assim, o entendimento que o historiador faz do passado dificilmente se desliga dos apelos do presente, podendo mesmo dizer-se que o rumo da contemporaneidade ajuda a definir o sentido do passado: "Para cada nação (...) a História (como discurso sobre o seu percurso) é, antes de mais, a necessária e voluntária ficção de uma identidade 'a posteriori', processo de sublimação do seu caótico, imprevisível, precário ou aleatório viver real", Eduardo LOURENÇO, 1983, p.16

numa projecção do futuro⁵⁴⁴. Factores que pesam na definição dos mesmos valores, no conjunto dos comportamentos, que conduzem a uma chamada de identidade colectiva (*Alma do povo ou Ópio do Povo*).

Interessa, ver quais as forças que designam esta mesma Identidade Nacional que se prende com as linhas de continuidade e ruptura do passado/presente procurando o futuro face a estilos e sentidos estéticos - políticos e culturais, para o caso presente - dados aos equipamentos que têm que confluír para o mesmo eixo dimensionado pela periferia cultural do Estado político Português. O peso destas atitudes pode ser descrito pelo circunscrição aos discursos políticos - nas modificações temporais desta identidade, face à conjuntura política - proferidos em redor dos eixos que se interceptam a mediatrix do processo conjugado entre o meio social e o dos media (comunicação social escrita - para nós uma das fonte privilegiadas).

Os valores e princípios não se encerram, no tempo e no espaço, na mesma natureza. O que importa salientar é que a reflexão sobre o passado se torna evidente, nos princípios e nos fins, partindo do sentido de Estado Nação e valorização do seu povo. As comemorações⁵⁴⁵ jogam aqui com os factores do passado, apesar de se perspectivarem o futuro⁵⁴⁶ nas ideias avançadas no(s) discurso(s) oficial(ais).

A Identidade Nacional, ainda que separada cinquenta anos, define-se na mesma linha de pensamento passa a distinguir os mesmos objectivos definidos para a EMP e a CNCDP⁵⁴⁷. Relativamente à EMP, temos como referência os discursos proferidos pelo Alto Comissário para essa exposição, Augusto Castro, e para a comemoração dos Descobrimentos Portugueses recorri à revista *Oceanos*, criada pela CNCDP.

⁵⁴³ Um interessante desenvolvimento desta questão surge-nos em Rowland, Robert, *Antropologia, História e Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.

⁵⁴⁴ Para Angela GUIMARÃES *O labirinto dos mito* In: VVAA, *O Estado Novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos 1987 na perspectiva de que "Portugal apaga os povos não europeus e dá-lhes uma nova existência através de si próprio, apresentando-se aos olhos do mundo ocidental como ele próprio e os outros, integrando em si a vastidão africana e asiática".

⁵⁴⁵ Em 1940 com a EMP e as CDCIP e mais recentemente com a criação da CNCDP.

⁵⁴⁶ O nosso quotidiano nestes anos 90 torna evidente que a forma de comemorar não é uniforme. Bastaria observar, por exemplo, o caso espanhol onde se comemora mais a modernidade que o passado (cf. Eduardo LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM 1990, pp.79-85). Relativamente ao caso português, um projecto diferente para as comemorações foi avançado por Vitorino Magalhães GODINHO em artigo publicado no jornal "Expresso" 12 Dez. 87.

⁵⁴⁷ O cunho da legitimidade da comparação entende-se se os objectivos da EMP eram "dar ao povo português um tónico de alegria e de confiança em si próprio" (Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, In: Pedreirinho, 1990, p.6), para a comemoração dos Descobrimentos, através da CNCDP diz que para os portugueses, hoje, o importante é extrair 'valiosos ensinamentos sobre os valores e determinação que permitiram alcançar tão vastos e grandiosos objectivos" (Decreto-lei 391/86, que cria a CNCDP).

Estilos Arquitectónicos

«Vistes, no exterior deste pavilhão [Pavilhão da Exposição de Paris] as estátuas [na realidade baixos-relevos] dos grandes homens da nossa História, sob a égide dos quais queremos construir o nosso futuro. Vistes, à entrada, a estátua do Sr. Dr. Oliveira Salazar em traje de professor da Universidade de Coimbra. Tendes diante de vós a estátua do general Carmona, Presidente da República. O Chefe do Estado, um militar Ilustre; o Chefe do Governo (homem de Estado genial, um professor de Direito. Essa associação é um símbolo - porque, se é excelente, e mesmo ainda indispensável, ter uma espada afiada e pronta para servir se for preciso, não é menos excelente e indispensável, para a saúde moral de um povo, ter razão».

ANTÓNIO FERRO, 1937

«Julgamos que o nosso pavilhão, propositadamente ingénuo e lírico, não ficará deslocado nesta maravilhosa exposição [Exposição de Nova Iorque] onde cada nação veio fazer o balanço das suas possibilidades, da sua força. Nós não fugimos à regra. Nós também viemos fazer a nossa demonstração de força. Simplesmente a nossa força - e com ela esperamos vencer todas as dificuldades da hora presente - é, acima de tudo, espiritual».

ANTÓNIO FERRO, 1939

«A Exposição de 1940, realizada entre os Jerónimos e o Tejo, tendo Por limites quase simbólicos, dum lado, a estátua de Afonso de Albuquerque, do outro, a Torre de Belém, terá uma grande porta marítima, sobre o rio, donde se avistará a figura colossal do Infante D. Henrique. A estátua do grande Infante projectará sobre o céu um imenso facho luminoso com duas palavras somente "Mundo Português" lidas no espaço, como a nossa própria História.»

AUGUSTO DE CASTRO, 1939

«Pela primeira vez na História de Portugal se regista um facto verdadeiramente extraordinário: os Portugueses estão todos de acordo relativamente à Exposição do Mundo Português... já é ... »

Sempre Fixe, 1940

1. GRANDES EXPOSIÇÕES

No final da terceira década do século XX estavam “na moda as exposições universais, destinadas a afirmar universalmente os grandes poderes”⁵⁴⁸ que concorriam na disputa do mundo (vésperas da II Guerra Mundial).

1.1 EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS QUE ANTECEDERAM A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA.

EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS			
ANO	DESIGNAÇÃO Comissário	LOCAL	PAÍS
1929	<i>Ibero-americana</i>	<i>Sevilha</i>	<i>Espanha</i>
1931	<i>Internacional e Colonial</i>	<i>Paris</i>	<i>França</i>
1934	<i>de Arte Colonial</i> António Ferro	<i>Nápoles</i>	<i>Itália</i>
1937	<i>Internacional</i> António Ferro	<i>Paris</i>	<i>França</i>
1939	<i>Internacional a)</i> António Ferro	<i>Nova Iorque</i> ⁵⁴⁹	<i>Estados Unidos</i>
1939	<i>Internacional</i>	<i>São Francisco</i> ⁵⁵⁰	<i>Estados Unidos</i>
<p>a) Nota imprensa: Distribuída no início de junho de 1938 «O Mundo de amanhã, visionado na nossa representação, longe de ser a apoteose da máquina, será, pois, a glorificação da vida simples e pura, baseada no Estado Corporativo e nos seus esteios fundamentais: o espírito cristão, o amor da Pátria e do trabalho, a construção da Família e o respeito do próximo e de si mesmo» «o regresso à simplicidade de vida, à pureza dos costumes, à doçura dos sentimentos e ao equilíbrio das relações sociais»⁵⁵¹</p>			
<p>AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i>, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996 FONTE: Joaquim SAIAL, <i>Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)</i>, Bertrand Editora, Lisboa, 1991</p>			

548

Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

549

A participação portuguesa na Exposição de Nova Iorque custou ao erário público a quantia de 6000 contos.

550

Em São Francisco metade das despesas foram comportadas pela colónia residente, o resto saiu do erário público. É ainda de considerar como relevante o facto de Portugal ter ocupado no evento a parte que cabia à Alemanha. Bem se sabe que as hostilidades, que dariam a Segunda guerra estavam a surgir, todavia não deixa de ser uma referência significativa, quanto aquilo que havia de ser a política nacional, na cena internacional.

551

“DN”, 1 Jun. 38, p. 1

1.1.1 Exposição ibero-americana de Sevilha

A Exposição em Sevilha tornou-se desde muito cedo polémica, pois foi visada por inúmeras críticas de diversas correntes de opinião, que deixaram marcas temporais, vindo a “lume” pela imprensa de então. As alterações passavam por uma aproximação fundamentada nas formas de expressão contemporâneas, que desligavam os acontecimentos das nossas “Ninfas do Tejo” como referiu Manuel de Figueiredo⁵⁵² na revista «Ilustração Moderna»⁵⁵³.

Portugal levou pelo menos dezasseis meses a pensar sobre o que iria fazer a Sevilha, pois até janeiro de 1928, o pronúncio foi o mesmo pelo nada feito⁵⁵⁴, levando Botelho a criticar nessa altura o atraso díspar de argumentos aprestados até pelos nosso país em «relação aos países sul-americanos»⁵⁵⁵.

A implantação do novo regime tinha apenas três anos, longe de tudo o que podia supor, todavia o estado representava-se com uma notável representação alegórica e rica no sentido político, firmado a ideologia por referência à arte e prisioneira da estética (no sentido modelar do termo), mais tarde tentada mudar pela lógica do discurso e ensinamentos de três personagens fundamentais: Ferro, Cottinelli e Duarte Pacheco⁵⁵⁶.

Este certame⁵⁵⁷ contou com duas gerações, as denominadas de “novas” e as “velhas”, sendo as últimas ainda a salvaguarda daquilo que se ia fazendo na década de vinte. Os primeiros, iam pelo primado de Ferro, mentor e entusiasta de um modernismo, sustentado pelo aparelho - Estado - na sua mais pura organização corporativista.

⁵⁵² Afirmando que deveríamos estar longe de uma apresentação de «palácios manuelinos de duvidoso gosto».

⁵⁵³ «Ilustração Moderna» n.º 7, Nov. 26, p. 172

⁵⁵⁴ In jornal “DN”, 8 Ago. 27, p. 1

⁵⁵⁵ «Sempre Fixe», 19 Jan. 29, p.2

⁵⁵⁶ O primeiro no SPN, o segundo na parceria com Duarte Pacheco na área da Arquitectura, e o último como Ministro das Obras Públicas. Todos eles, os pólos, que serviram a «política de espírito» imposta pela doutrina, religiosa, académica, cultural e artística vinculada pelo Salazarismo. Certamente acompanhados, mas também, por aqueles que lhe pareciam, próximos, intelectuais e politicamente, no discurso das artes e do “pensamento progressista moderno”.

⁵⁵⁷ A exposição foi inaugurada em 9 Maio 1929

1.1.2 Exposição Internacional e Colonial de Paris

Ferro vai para Paris para mostrar e mostrar-se, na sua faceta ideal que era apresentar um novo discurso, de ideias fundadas no modernismo Europeu, ainda que se tenha cingido ao naturalmente imposto pelos que estavam já dentro da lógica sistémica, ou seja da correlação de forças expressivas vigentes. Sendo assim Ferro, que levou algo do seu agrado, teve que reflectir e expressar a singela presença de Portugal em Paris, através dos seus depoimentos ao "DN".

Mesmo assim os novos lançavam-se, tendo em vista a África que tinha sido exposta como uma das área de influência a explorar, nas questões da arte e da cultura, numa procura constante de subsidiar a influência e a presença de Portugal nesta zona do globo.

A partir deste momento, o circuito interno de artistas/intelectuais começa a ficar fechado pela perseverança "imposta" em detrimento do sugerido equilíbrio funcional e organizacional do sistema imposto. A farsa dos concursos publicados, conjuntamente com as disfunções jornalísticas, violavam o sistema, por forma a garantir a oportunidade das ideias individualmente impostas, ao invés, do garantidamente expresso pela apreciação das obras e artistas que deveriam estar em representação de Portugal, em Paris. Diga-se que o sistema começava a funcionar por grupos, mais tarde, já considerados, de "pressão"⁵⁵⁸, e em nossa análise, *lobbies* flutuantes, porque agiam em conformidade com os interesses decisórios colectivos, mas circunstanciados no tempo e no espaço, como veio a acontecer nos certames que se procederam.

1.1.3 Exposição de Arte Colonial de Nápoles

Muito pouco se sabe desta exposição. O único elementos é a fotografia publicada no "DN" de António Ferro⁵⁵⁹, como elemento de propaganda do próprio, segundo a nossa leitura, tal a fraca presença do nosso país em Itália.

558

Política, intelectual e governativa, tendo Por referência o corporativismo institucional.

559

In jornal "DN" em 18 Out. 34, na foto aparece ainda Fernanda de Castro, esposa de Ferro.

1.1.4 Exposição Internacional de Paris

“Se a Exposição de Nápoles já é, de algum modo, uma obra de António Ferro, a de Paris, em 1937, tem, decididamente, a sua marca. Rodeado de uma vasta equipa de cerca de trinta artistas, o comissário Português podia agora dar largas à sua fantasia”. Neste parágrafo Joaquim Sayal mostra quanto era determinante e subsidiária do sistema, segundo o eixo da «política do espirito»⁵⁶⁰, o contrato que Ferro tinha com o “mercado” externo, pois importava carregar agora novas mercadoria, como forma de mostrar que a semi-periferia portuguesa queria integrar o pelotão artístico e estético que vertia na Europa.

Só somos levados a pensar desta forma, porque Ferro no acto inaugural diz que «- Se nos apresentamos modestamente em Paris, depois de ter concorrido às exposições de Sevilha e Colonial de Vincennes, é porque tínhamos alguma coisa a dizer, alguma coisa a mostrar. E pergunto se a arte de bem governar um povo não se enquadrara com propriedade no programa vasto, infinito, desta exposição. O Estado Novo Português, harmonioso no seu equilíbrio, não é uma obra de arte contemporânea?».

Salazar e Carmona continuavam inseparáveis. A sua presença era sempre reforçada pela estatuária ou pelos actos inaugurais presenciais de ambos, longe dos pólos estático, já que era inculcido o dinamismo necessário para a apreciação simbólica do regime sustentado em personalidades não bilaterais. Por isso, levar para o mesmo certame não era apanágio de ligação institucional entre órgãos, pois mantinham-se separados, como aconteceu em Paris. Forma abrupta de Ferro (ou via Salazar) de mostrar a separação de poderes.

As personalidades vivas, davam lugar às mortas, nas exposições, mesmo na importância e no número. As razões foram evidentes pela entrevista que cedeu “DN”, em Paris onde dizia: «A participação portuguesa não terá carácter comercial. Só haverá um expositor: o Estado Corporativo Português. Mostrar-se-á aos visitantes o balanço da vida e das realizações do Estado Português durante os últimos dez anos. A exposição versa a arte técnica da vida moderna: Portugal não

⁵⁶⁰

«Imagem do Estado Novo Português», sob a égide da legenda «Le Chef», numa referência a Salazar era mais uma vez mostrada num certame, numa exposição bajulatória de referência ao Estado-político, chamado «Estado Novo». Como documenta em nota de foto, “Pirâmide Corporativa. Peça ilustrativa da filosofia do regime constante do Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional

sai dos moldes deste programa - apresenta uma demonstração de técnica e de arte: - arte de governar o povo, técnica complexa de governação»⁵⁶¹. Nada de mais claro. Portugal quando na Exposição de Paris e depois em Nova Iorque participou com pavilhões de "propaganda política do regime, em que a economia conta pouco, reduzida a termos folclóricos como dirá o eng. Ferreira Dias. Depois de visitar a exposição de Paris, que lamenta que a representação em Paris seja em termo dos barros, lãs, Etc.." ⁵⁶²

1.1.5 Exposição Internacional de Nova Iorque

Sendo António Ferro o comissário para esta exposição, numa das suas célebres entrevistas ao "DN" do dia 3 de Junho, perspectivava os factos alegóricos como cenários visionados pela história. A visão: do "Passado" igual ao Infante D. Henrique; do "Presente" igual a Salazar; e a do "Futuro" «será dada por uma grande concepção alegórica que deverá dar a ideia do que - dentro dos princípios do Estado Novo Português possa vir a ser o "Mundo de amanhã"» ⁵⁶³.

Para esta Exposição viajaram os artistas mais novos, tal como, o comissário tinha idealizado, deixando já entender a grande corrente que se suponha mostrar para consumo interno. Nunca deixando de mostrar o sentido alegórico do grande "chefe" com a aparência do devoto político imprimida pelo bucolismo do comissário. Numa nota à imprensa ⁵⁶⁴, referenciava-se que «o mundo de amanhã, visionado na nossa representação, longe de ser a apoteose da máquina, será, pois, a glorificação da vida simples e pura, baseada no Estado Corporativo e nos seus esteios fundamentais: o espírito cristão, o amor da Pátria e do trabalho, a construção da Família e o respeito do próximo e de si mesmo». Procurando «o regresso à simplicidade de vida, à pureza dos costumes, à doçura dos sentimentos e ao equilíbrio das relações sociais» ⁵⁶⁵

de Paris" In Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 1996, p. 701.

⁵⁶¹ In jornal "DN", 10 Abr. 37, p. 5

⁵⁶² Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵⁶³ In jornal "DN", 3 Jun. 38, p. 1

⁵⁶⁴ No início de junho de 1938

⁵⁶⁵ In jornal "DN", 1 Jun. 38, p. 1

Mais uma vez os “dois guerreiros”, Salazar e Carmona, era mostrados em conjunto, ainda que separados, tanto na forma como no aspecto, o que faz de certo modo sentido, Salazar o Presente, Carmona o Passado, o que se pode antever pela palavras de Ferro. Porque do pouco que se conhece Ferro, sabe-se que estava mais próximo de Salazar do que de Carmona.

1.1.6 Exposição Internacional de São Francisco

A informação à cerca deste certame são algo escassas, não sendo por isso significativo para a abordagem a fazer.

1.2 EXPOSIÇÕES NACIONAIS QUE ANTECEDERAM A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA.

EXPOSIÇÕES NACIONAIS			
ANO	DESIGNAÇÃO LOCAL DIRECTOR	CIDADE	Cruzamento c/ as internacionais
			1929 - <i>Sevilha - Espanha</i>
			1931 - <i>Paris - França</i>
1932	<i>Industrial Portuguesa</i> (Parque Eduardo VII)	<i>Lisboa</i>	
1934	<i>Colonial Portuguesa</i> (jardins do Palácio de Cristal) tem. Henrique Galvão ^{a)}	<i>Porto</i>	1934 - <i>Nápoles - Itália</i> (c/ a mesma designação)
1936	<i>Ano X da Revolução Nacional</i> ^{b)} (pavilhão Parque Eduardo VII) org. do certame, Paulino Montês ⁵⁶⁶	<i>Lisboa</i>	
1937	<i>Histórica da Ocupação no Século XIX</i> ^{c)} (pavilhão do Parque Eduardo VII) ⁵⁶⁷ iniciativa do ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado	<i>Lisboa</i>	1937- <i>Paris - França</i>
			1939 - <i>Nova Iorque e São Francisco - Estados Unidos</i>

⁵⁶⁶ In jornal “DN” 29 Maio 1936, p. 5; o arq. Luís Alexandre da Cunha foi o director geral de todos os trabalhos de construção, dentro e fora do edifício: jornal “DN”, 28 Maio 1936, p. 13

⁵⁶⁷ Inaugurada em 19 Junho 1937

^{a)} Com trinta anos apenas, era já apontada, por alguns como personalidade da mais «estricta confiança do regime».

Objectivos do certame:

Entrevistado para a revista «Civilização»⁵⁶⁸ pelo pintor Octávio Sérgio, artista participante nos trabalhos, Henrique Galvão explicava os objectivos fundamentais do certame: tornar conhecidas e amadas as colónias pela população portuguesa e dar aos estrangeiros que nos visitassem a «prova clara e exuberante das falsidades» que a respeito de Portugal eram propaladas, segundo ele, no exterior. (Ver e alterar)

Estiveram muitos artistas presentes da qual gostaríamos de destacar: Almada e Raul Lino⁵⁶⁹

Para esse efeito,

^{b)} Em 1936, dez anos passados sobre o golpe militar de Maio, o regime festejava a efeméride com mais uma exposição.

^{c)} **Objectivos do certame:**

«Terá o fim de mostrar os trabalhos e acção dos Portugueses para assimilação dos indigenas e para defesa do ultramar Português, durante o século XIX até às campanhas da Grande Guerra.» - O decreto de Novembro de 1936 que a regulamentava⁵⁷⁰, era vago.

«o esforço militar, do explorador, do missionário e dos demais agentes da expansão portuguesa no ultramar» - O decreto de Dezembro⁵⁷¹,

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

FONTE: Joaquim SAIAL, *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991

1.2.1 Exposição Industrial Portuguesa

Não se pode considerar esta exposição como a introdução de uma corrente estética, de um regime, de uma filosofia plástica, de uma política, de discurso artístico, apoiada numa personalidade, mas foi de certeza a que perspectivou o início de todas as campanhas de propaganda política, cultural e estética, de um movimento de personalidades que se posicionavam para tal.

Esta Exposição não trouxe, mais do que a apresentação da esperança de um crescimento económico, baseado na força das corporações, dos *lobbies* económicos, ainda que de espectro ruralista, e tradicional da economia nacional.

⁵⁶⁸ «Civilização», n.º 66, Mar. 34, p. 56

⁵⁶⁹ Para além dos já destacados de outros desconhecidos, Galvão rodeou-se de um conjunto de artistas de qualidade desigual e interesses e estéticas bem diferentes: Mergulhão, Roberto Santos e Mário Reis, entre muitos outros, sobretudo decoradores. Escultores estavam presentes Américo Gomes, Costa Mora e Sousa Caldas. De Américo Gomes era um enérgico «Homem do Leme». De Costa Mora sabe-se que foi apresentada... a máscara mortuária de Mouzinho de Albuquerque. V. Joaquim SAIAL, *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991

⁵⁷⁰ Decreto-lei 27 269, 24 Novembro 1936

⁵⁷¹ Decreto-lei 27 346, 18 Dezembro 1936

1.2.2 Exposição Colonial Portuguesa

Esta Exposição reflecte é um sinal interno, para o que viria a ser a política externa Portuguesa. Poder-se-á pensar pela coincidência que o factor França tenha pesado na decisão, deste invento, todavia, julgamos que foi uma pressão político/regionalista que se impôs, já que ten. Henrique Galvão, era um homem próximo do regime, mas era também próximo das ideias vindas do norte. Razão que veio a pesar para que a exposição de deslocasse para o Porto.

A Exposição reflecte o pensamento político da época, pelas obras apresentadas. Aparece com toda a carga ideológica, vinda já da plebiscitação da Constituição, e perfilava-se já com grande significado o SPN, na liderança de António Ferro, para as “batalhas” que se aproximavam e que não eram tão poucas quanto tal.

A força da Nação, expressa pelas musculações das estátuas mostradas, em dedicação ao esforço do nosso ser colonizador passando às características italianas ou mussolinianas apresentadas tudo nos faz querer que o Director do SPN já deu uma mão nesta exposição.

1.2.3 Exposição do Ano X da Revolução Nacional

Para além do equipamento que era o pavilhão de exposição, será positivo destacar os elementos de *marketing*, constituintes da exposição, os factos de propaganda ao vigente regime imposto à dez anos. Outro dos factos, relevantes, foi a reunião de artistas de duas gerações, os novos e os velhos, não acrescentando nada de novo à expressão artística⁵⁷², quanto ao sentido estético, na arte portuguesa. “A medalha comemorativa já deixava adivinhar o teor das representações que iriam ser patenteadas ao público: da autoria do escultor e medalhista Norte de Almeida, apresentava no anverso as realizações dos dez anos do «Estado Novo», por meio de uma figura alada, empunhando o facho da Pátria e no reverso dois jovens de braço estendido, prestando juramento de fidelidade ao Estado Corporativo. Em fundo, as quinas e a frase «A Revolução Continua».

572

Alexandre da Silva, Barata Foyo, Henrique Bettencourt, Raul Xavier e Rogério de Andrade.
Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referencias Culturais)

Mas a «Revolução» não era apenas apresentada na legenda da medalha oficial da exposição. Ela surgia também, bem destacada, sob a forma de estátua. Porém, à «Revolução»⁵⁷³ de Maximiano Alves bem melhor assentaria o nome de «Constituição», já que na mão esquerda segurava uma palma e na direita erguia bem alto a Lei Fundamental de 1933. A figura revelava uma certa movimentação de panejamentos, mas à parte esse pormenor, pouco usual no escultor, não se lhe podiam apontar outros motivos de interesse, nada acrescentando, por exemplo, às estátuas que o próprio artista e outros tinham feito, anos antes para o interior do edifício da Assembleia Nacional⁵⁷⁴, tal como refere Joaquim SAIAL no seu livro sobre a estatuária⁵⁷⁵.

1.2.4 Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX

Esta exposição teve como facto mais importante, a relação com a Exposição de Paris, pois a em 10 de Junho⁵⁷⁶ era inaugurada e a 20 a de Lisboa.

As peças do vestíbulo, por exemplo, eram todas conhecidas⁵⁷⁷. “Curiosamente, o escultor, homem de grande religiosidade e anti-belicista e antiracista convicto, não retractava nenhum branco, pois que a figura que aparentemente o significava, o soldado que segura uma bandeira portuguesa, tinha nem mais nem menos que o rosto de Almada Negreiros (?), um mestiço, como é sabido⁵⁷⁸.”

⁵⁷³ In jornal “DN”, 28 Mai. 36, p. 1

⁵⁷⁴ «Diplomacia», de Maximiano Alves, na sala de sessões; inaugurada em 3 Janeiro 1903

⁵⁷⁵ Joaquim SAIAL, Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940), Bertrand Editora, Lisboa, 1991

⁵⁷⁶ Hoje considerado dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

⁵⁷⁷ Casos do busto de Carmona (Maximiano Alves), o D. Henrique (Franco) e o Afonso de Albuquerque (Diogo de Macedo). Para outras salas, Bettencourt, Feyo, Armando Mesquita e Manuel de Oliveira marcaram presença através de peças de baixo-relevo.

“De Semke podiam ver-se, na Sala da Fé, as estátuas de São Francisco Xavier e Santo António de Lisboa, realizadas dentro do gosto primitivo e algo inacabado que sempre caracterizou as suas figuras. Mas onde se revelavam de novo as qualidades já evidenciadas no grupo do templo de Palhavã, era no conjunto intitulado «O Drama Colonial», existente na Sala do Drama da Ocupação. Semke, dando-lhe grande sentido de monumentalidade, procurou transmitir, tal como fizera no monumento da Igreja Alemã, não o aspecto bélico das guerras africanas, mas o sacrifício de todos os que nelas haviam perdido a vida, tanto europeus como indígenas.” V. Joaquim SAIAL, Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940), Bertrand Editora, Lisboa, 1991

⁵⁷⁸ Segundo Joaquim SAYAL, op. Cit. é muito provável que o modelo para a estátua tenha sido o irmão de Almada.

Salazar⁵⁷⁹, marcava a sua presença em Lisboa e Paris ao mesmo tempo, através da estatuária, com o original (França) e cópia (Portugal), facto que vinha de um apuro propagandístico obstinado, em favor do chefe, contudo é importante não perder a importância de Carmona, mesmo que pareça estar fora de cena.

Júlio Cayola⁵⁸⁰ é o homem que veio reivindicar a Exposição colonial do Porto. Reivindicação satisfeita então pelo director da propaganda colonial, julga-se por apontamento da Carmona, e com toda a dignidade e majestuosidade que o regime explorava, por forma a dar visibilidade interna e externa, com enfoque, para o melhoramento gradualista da economia Portuguesa.

Em síntese, de 1929 a 1940, pelo menos onze exposições, seis no exterior e cinco em Portugal, que apenas expressaram um acumular de experiências misturada entre «antigos» e «modernos», tendo os primeiros dado lugar aos segundos, mesmo que não se possam considerar assim, pois defendiam teses estéticas que barravam com o modernismo de oitocentos. Factores longe do passado, confinados ao natural hábito da história, num conservadorismo moderno, até mesmo no discurso de Arquitecturas do poder - político e cultural.

⁵⁷⁹ Na sala do Acto Colonial lá estava a estátua togada que se aponta como sendo uma cópia em gesso.

⁵⁸⁰ O agente-geral das colónias.

2. EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

2.1 IDENTIDADE NACIONAL E A GRANDE EXPOSIÇÃO DE LISBOA

A EMP pelo seu acto comemorativo deu-lhe a temporalidade necessária na relação de passado/presente⁵⁸¹ visto no rumo ao futuro, afirmando-se uma continuidade em todo o projecto político que traduzia o "espírito nacional". A ideia corporizada para 1940, teve contemporaneamente como estratégia a que Portugal levou para a Expo92 com a alusão ao passado, "feito de pioneirismo transcivilizacional e de vanguardismo técnico", acentuando o presente, "feito de paz, estabilidade democrática e de tolerância e integração política, económica, social e cultural", e anunciando o futuro, "intérprete e uma ponte preferencial para os diálogos e contactos de toda a ordem entre a Europa e o Sul"⁵⁸². Augusto de Castro enunciou estes mesmos objectivos para EMP: projecção sobre o passado; afirmação do presente; acto de fé no futuro⁵⁸³. A EMP mostrou quanto estávamos virados para a leitura do passado que o «Estado Novo» retoma, ao contrário de muitas exposições universais que muitos aspectos, eram exposições positivas e materiais. "Esta exposição é ao contrário do positivismo, pura afirmação de ideologia, imagens e palavras de ordem, pura propaganda numa função mobilizadora, ilustrando a política

581 O presente define o seu sentido na exaltação da passado rumo ao futuro.

582 In: *Oceanos*, n.º I, p. II

583 cf. Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p. 65

colonial, nacional. Tem o regime como consagração desse destino, é das exposições mais puras, em termos ideológicos”⁵⁸⁴

Toda a transversalidade temporal reforça aquilo que já definimos como Identidade Nacional através de comemorações e estádios sociais criados em redor dos equipamentos. Ou seja, a reconciliação do povo consigo mesmo face ao passado⁵⁸⁵, pois o presente sem incertezas num futuro da confirmação do passado aclamado.

O sentido do discurso oficial passa a fazer sentido como *output* do sistema, sentindo-se a importância, relevante, da realidade histórica estabelecida nos meandros da conjectura institucional para o caso da EMP, num Estado Corporativo, fosse de saída única, pois a “árvore” política do sistema era de ramo único.

Faz, por isso, mais sentido o estado de conservação da ideia de Nação virado para o destino de um povo, em virtude de tal determinação (im)posta pelo poder centralizador de um Estado numa só “imagem”⁵⁸⁶ simbólica. Acreditar nos símbolos e na *Alma do povo - Estado* que acreditou na modificação dos contornos políticos tendo por referencial o mais dos imutáveis percursos estabelecidos pelo poder: “Após breve hesitação, de povo colonizador por excelência, multi-espacial e racial, passámos a nação criadora de nações. Assim, a mitologia salazarista de nós mesmos, desmentido na prática, triunfou no plano simbólico. Pudemos continuar os mesmos sendo já outros”⁵⁸⁷. Com esta estratégia as modificações apenas se fizeram para tornar mais eficaz o sentido da continuidade: produzindo sentido a uma “política do espírito” justificada em toda a sua acção.

A identidade nacional aparece então numa relação do **mesmo** com o **outro** dentro do eu, pelas dialécticas constantes e provocadas pelo ajustamento⁵⁸⁸ do discurso e reconhecimento do natural relacionamento deste eu, Portugal, com os outros⁵⁸⁹.

⁵⁸⁴ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵⁸⁵ Contemplativo, já oferecido e dado como um sentimento seguro.

⁵⁸⁶ A imagem de Salazar, todo poderoso, que em muito ou em tudo se confunde com o Estado Novo, ou com o Estado Corporativo e doutrinário do Salazarismo.

⁵⁸⁷ In Eduardo LOURENÇO, *Crise de identidade ou ressaca 'imperial'?* In: *Prelo*, Lisboa, INCM, nº1, Out./Dez. 1983, p.20

⁵⁸⁸ Definido como a forma de “Apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder” (Bourdieu, 89:143 nota).

⁵⁸⁹ O que importa referir é que, Portugal, valorizando a sua especificidade periférica sobre a Europa, não deixou de se relacionar com o exterior, que também valorizou. Magalhães GODINHO, 1985, p. 283, apontando o carácter histórico dessa incapacidade de Portugal se fixar no *eu*, dirá que “este País que não se define internamente está sempre a definir-se sem o conseguir, a buscar fora de si a definição” com o mesmo sentido Lourenço, 1983, diz que é com o exterior que nos

Os discursos que conduziram à EMP, em 1940, diziam que a nossa função histórica "é muito mais universal que nacional. O nosso génio é um génio de irradiação. Daí provém o nosso cosmopolitismo criador e, por ventura, os nossos defeitos domésticos. Fomos sempre muito maiores fora de casa do que dentro de casa"⁵⁹⁰. Porém EMP veio, na tradição de a utilizar como forma de afirmação política, tendo a particularidade de não ser uma exposição universal, mas nacional, em que o espírito universalista está completamente ausente, é uma "exposição nacionalista em que se tenta ilustrar pela corrente ideológica"⁵⁹¹ a seguinte ideia, o «Estado Novo» é simultaneamente o reencontro de Portugal com uma certa tradição, que o liberalismo tinha interrompido, sendo reatado com a recuperação do passado. "O «Estado Novo» é a expressão institucional do é o destino da Nação"⁵⁹², não é mais um regime, não é mais um sistema político, é a expressão política do destino nacional, tem carácter ontológico. "A Nação tem um devir, absurdamente interrompido por contingência da história, o «Estado Novo» teve a missão de retomar a tradição, traduzindo institucionalmente esse devir."⁵⁹³

Na nossa memória reside a ideia de uma reprodução constante, só que com uma perspectiva europeia, num espírito de evocação do nosso espaço. Numa expressa evocação aos descobrimentos (como a criada CNCDP, durante o governo de Cavaco Silva) onde se lembra à "Europa, a que pertencemos não só geográfica como culturalmente, e ao resto do Mundo a importância dos Descobrimentos Portugueses para o conhecimento real e científico da dimensão planetária e para o estreitamente das relações entre os povos"⁵⁹⁴. Esta mesma demonstração, não se torna de todo recente, já que investigador Martim de Albuquerque, afirma que já Camões⁵⁹⁵ foi "Uma ponte de Portugal para a Europa. De Portugal para o Mundo que os Portugueses criaram. De nós para os outros. Da pequena casa lusitana para a

complementamos, ou então, o que não é diferente, é o exterior que corrige a hiper-identidade de que sofremos. Luís CUNHA, *A NAÇÃO E O IMPÉRIO: A (Re)Invenção do Lugar de Portugal no Mundo*, Cadernos do Noroeste, vol. 4 (6-7), 1991, 211-227 referencia que "a percepção desse exterior a que nos ligamos se vá modificando, permanece o essencial dessa relação umbilical que parece legitimarmos como nação. O nosso particular contributo para a formação do 'mundo moderno' universaliza a nossa história e coloca-nos num lugar privilegiado entre os outros países".

⁵⁹⁰ In Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p.19

⁵⁹¹ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁵⁹² Idem

⁵⁹³ Idem

⁵⁹⁴ In revista *Oceanos*, n°4, p.13

⁵⁹⁵ Camões que não expressa mais do que o sentido na vocação universalista do portugueses, povo com um relacionamento intercultural.

Humanidade"⁵⁹⁶ Ou seja, uma ponte entre dois discursos: o luso-tropicalista⁵⁹⁷ e o luso-Europeu. O primeiro que evoca a superioridade do nosso povo colonizador, para o regime legitimar o Império, "ao mesmo tempo que reforça o lugar único de Portugal no mundo"⁵⁹⁸. Para o segundo caso, na década de noventa, a "vocação portuguesa para o diálogo pacífico e mutuamente enriquecedor entre povos e culturas diferentes"⁵⁹⁹, corrigem o ideário dum relacionamento cultural desequilibrado feito na década de quarenta. Todavia, não vemos "como um país particularmente vocacionado para interlocutor e intérprete desse Diálogo Civilizacional que será sem dúvida a grande tarefa planetária dos homens do século XXI"⁶⁰⁰.

2.2 MORFOLOGIA DO ESPAÇO DA EXPOSIÇÃO

"Há aqui dentro um Portugal Novo, que se encontra, reconciliado e aproximado, numa aspiração ideal, com o Portugal Velho. Dessa reconciliação de alma deriva, pode dizer-se, o próprio espírito plástico da Exposição: fusão de motivos modernos e de hierática presença da tradição histórica e arquitectónica do Passado."

"DN" 24 DE JUNHO DE 1940

⁵⁹⁶ In revista *Oceanos*, nº4, p.22

⁵⁹⁷ Este tipo de discurso luso-tropicalista não será mais que uma constante afirmação de uma vocação particular do relacionamento cultural (mas sempre distante de uma distribuição igualitária - dar e receber em partes iguais).

⁵⁹⁸ V. Luís CUNHA, *A NAÇÃO E O IMPÉRIO: A (Re)Invenção do Lugar de Portugal no Mundo*, Cadernos do Noroeste, vol. 4 (6-7), 1991, 211-227 onde diz que "a utilidade do luso-tropicalismo para o discurso colonial português é explanada por Gerald Bender em Angola sob o domínio português - Mito e realidade, Lisboa, Sá da Costa, 1980, pp.21 -90. Para uma visão diferente, talvez mais equilibrada, cf. Braga de Macedo "O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freire - Metodologia, Prática e Resultados", In: *Revista ICALP*, Março 1989, n.º 15, onde "o génio português não desvendou apenas mundos - o que seria já imenso: formou-os, moldou-os, educou-os [e] Soube exercer até ao fim a sua missão paternal". Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, pp. 106-107

⁵⁹⁹ In revista *Oceanos*, nº7, p.9

⁶⁰⁰ In revista *Oceanos*, n.º 1, p. II

Como já foi dito no primeiro capítulo a EMP⁶⁰¹ foi obra de Salazar⁶⁰², num apontamento ideológico formal⁶⁰³, apegada a uma política global do governo.

Os objectivos gerais da Exposição foram lançados por Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, num documento publicado no primeiro número da Revista das Comemorações, em 1939⁶⁰⁴.

Salazar era um homem pragmático, com prerrogativas definidas num *timing*, por vezes curto, que servia perfeitamente as suas aspirações⁶⁰⁵. Num fascismo singular expresso pela atitude pessoal, caseirista nos fundamentos apregoados pelas teses governamentais, face à declarada fidelidade à pátria e à família. Nada fazia sentido se não fosse escalpelizado tal conteúdo para uma organização deste tipo. Só seria previsível revelar um apontamento esporádico de tal situação se não fosse oportuno tirar as devidas ilações dum facto cultural desta dimensão, e se o enquadramento simbólico estivesse para além da mensagem elaborada pelo regime.

Regime, consistente, pouco extemporâneo, contemplativo e apologista de uma ordem cultural expressa pelos meios que dispunha ao seu alcance. A sua intervenção em certames como a exposição de Paris (pela voz de Ferro, e a crónica de Boaventura⁶⁰⁶ demonstra como as coisas se passavam), onde o pavilhão de Portugal ficou paredes meias com o da Itália e o da Alemanha, ocupando na Exposição de Paris um lugar proeminente - ao lado do Pavilhão da Alemanha, mas

⁶⁰¹ A nota oficiosa da Presidência do Conselho, onde todas as obras eram referidas, fazia a sugestão de uma Grande Exposição Histórica do Mundo Português, nos «terrenos vagos da Junqueira até Belém», que teria como finalidade «apresentar uma síntese da nossa acção na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, todas as pegadas e vestígios de Portugal no Globo». Naturalmente não tão vagos quanto isso, porque se teve que proceder a diversas demolições e alterações arquitectónicas e urbanísticas para a realização de todas as infra-estruturas de apoio ao equipamento que foi a EMP.

⁶⁰² Para sermos mais preciso, tudo começou Salazar lavrou a célebre nota de imprensa (desenvolvido em treze parágrafos) que foi publica em 27 de Março de 1938, nota emanada da Presidência do Conselho.

⁶⁰³ O longo texto da nota de imprensa (referida na nota de rodapé anterior) era apresentadas as bases do que deveriam ser as celebrações do oitavo centenário da fundação de Portugal e o terceiro da recuperação da independência. V. quadro referente a Estilos Arquitectónicos

⁶⁰⁴ «Salazar chorava assim, com certo cinismo, sobre o leite que ele próprio ajudara a derramar». V. Joaquim SAIAL, *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991 e quadro referente aos Estilos Arquitectónicos, onde o Presidente do Conselho deixa cair a sua insatisfação por não dar a complementaridade devida a esta iniciativa tal como a homenagem ao Infante, suspensa para Sagres, mas realizada Por Cottinelli através o padrão dos Descobrimentos frente aos Jerónimos, em Lisboa. Outra proposta era o monumento a D. João IV, para Vila Viçosa. Para Lisboa ficaria ainda a «reconstituição do Castelo de São Jorge mesmo sem se levantar estátua». Salazar desistia de mais uma promessa com cerca de seis anos antes.

⁶⁰⁵ Logo a 11 de Abril reunia-se, pela primeira vez, a vasta comissão de que já demos conta quando referimos os corpos constituintes da comissão, de vinte e seis elementos que ira levar por diante as várias ideias de Salazar, destinada a concretizar a ideia do chefe do Governo.

⁶⁰⁶ Segundo as crónicas de Armando Boaventura, vindas de Paris, *Arte de governar e arte «artística»* davam-se a manifestação da «política do Espírito» de Ferro.

junto ao Sena, passagem obrigatória dos que visitaram a exposição ao longo do famoso rio parisiense -, trazendo alguma carga simbólica e estímulo para se encontrar um argumento suficientemente forte para a promoção dum certame cultural com as dimensões do de Lisboa.

A relação de Portugal com o rio, até em Paris foi um facto bem sucedido. O mesmo veio a acontecer em Lisboa, bem junto ao Tejo, numa zona carregada de história e de um conteúdo simbólico-geográfico relevante para o país.

"António Ferro, a cujo esforço inteligente e patriótico é mister prestar justiça - trabalhador incansável e dedicado - propõe-se ainda publicar, durante a Exposição um boletim acerca do Pavilhão de Portugal - uma espécie de documentário gráfico, redigido em francês, da representação de Portugal no grande certame internacional de Paris."⁶⁰⁷

Tal como aconteceu em Paris, no rio Sena, junto ao Pavilhão de Portugal, esteve um Barco Rebelo promovendo o vinho do Porto e os produtos portugueses, no espelho de água, em Lisboa, onde se encontra hoje o padrão aos Descobrimentos esteve uma réplica de uma Nau Portuguesa, alusiva aos descobrimentos.

Servindo a EMP para comemorar a Independência de Portugal, durante oito séculos, não foram esquecidos os Descobrimentos Portugueses, ainda houve um espaço dedicado às colónias portuguesas e o Pavilhão do Brasil⁶⁰⁸.

"Integrada no quadro de serviços da nossa secção de Propaganda, em que brilhantemente superintende o Sr. António Ferro, na sua dupla qualidade de secretário geral da Comissão e de director do Secretariado da Propaganda Nacional, a «Revista dos Centenários» será o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao País o estado dos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuição do nosso esforço para a realização do alto pensamento de Sua Ex.a o Presidente do Conselho."⁶⁰⁹

Foi através de um comunicado nesta revista que o Presidente do Conselho lançou as directivas para a EMP, através de uma nota oficiosa que, no ponto dois, diz "seria, primeiro, dar ao povo Português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram

⁶⁰⁷ In jornal "DN" 13 Abr. 37

⁶⁰⁸ Ao Brasil é devida uma referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil. (Revista dos Centenários 1937)

⁶⁰⁹ Revista dos Centenários 1939; n°1

simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência".

Júlio Dantas, neste número da revista escrevia que «não nos limitaremos a contribuir para o êxito oficial das comemorações de 1940; vamos procurar, quanto em nós caiba, assegurar a unidade da sua expressão nacional»⁶¹⁰. Para reforçar tal ideia importa passar pelo gérmen do *presente* e *futuro* actualizando o *passado*. Se, a EMP o faz (já que reflecte o momento da Fundação da nacionalidade passando pela Restauração) actualmente, não se perdeu essa premissa com a criação da CNCDP e o CCB, que nos tem servido de pressuposto comparativo. Mas para o «Estado Novo». Eduardo Lourenço escreveu que "Exposições, centenários, actividade cultural officiosa se encarregariam ao longo dos anos de nos restaurar nesse eterno presente de nós mesmos cujo modelo é um século XVI convenientemente idealizado"⁶¹¹. Mesmo que possa visar outros tempos, é aqui que o presente, se afirma pelo passado, numa pura valorização do país face ao exterior. No conjunto, o protagonismo do passado não foi "decisivo para a modernidade, o conhecimento de toda a terra e o relacionamento entre homens de todos os continentes"⁶¹², nem suficiente definir o campo de acção futura - a "Transcontinentalidade, Tropicalidade, Universalismo dos Valores Portugueses, Diálogo Civilizacional, Solidariedade Norte-Sul"⁶¹³.

A Exposição da História de Portugal como a apelidou o Augusto de Castro⁶¹⁴ não se podia afastar da visão do Tejo, estrada universal, caminho histórico da imortalidade, centro geográfico da civilização latina e atlântica. Esta forma torna a cidade como o centro do poder, como nas cidades aristocráticas⁶¹⁵. Exposição que veio mostrar quanto estávamos virados para a leitura do passado que o «Estado Novo» retomou, longe das exposições universais, exposições positivas e materiais. "Esta exposição é ao contrário do positivismo, pura afirmação de ideologia, imagens

⁶¹⁰ Idem, *Ibidem*

⁶¹¹ Cit. Eduardo LOURENÇO, *Crise de identidade ou ressaca 'imperial'?* In: *Prelo*, Lisboa, INCM, nº1, Out./Dez. 1983, p.20

⁶¹² Cit. extraída de um dos quadros da exposição *As viagens portuguesas e o encontro das civilizações da CNCDP*.

⁶¹³ In: *Oceanos*, n.º 1, p.11

⁶¹⁴ Paulo Martins na sua tese de Mestrado deixa em nota de rodapé um apontamento biográfico de Augusto de Castro, que revela, a mobilidade, do cidadão "político" ou da sua área de influências. Augusto de Castro - Jornalista, escritor e Diplomata; dirigiu o diário "A Província" e o "Diário da Noite", foi redactor chefe do "Jornal do Comércio" e faz parte da redacção de "O Século" até assumir a direcção do "Diário de Notícias" em 1919. Foi embaixador de Portugal em várias capitais entre 1924 e 1938, reassumindo a direcção do "Diário de Notícias" em Maio de 1939.

⁶¹⁵ Cf. William McCLUNG, *Projectar Utopia*, In Lima FREITAS; e, Kace YVETTE, (Coord.) *A Simbólica do Espaço - Cidades, Ilhas, Jardins*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 93

e palavras de ordem, pura propaganda numa função mobilizadora, ilustrando a política colonial, nacional. Tem o regime como consagração desse destino, é das exposições mais puras, em termos ideológicos”⁶¹⁶

Existiriam duas soluções para esboçar tais argumentos, sendo escolhido o espaço deserto junto aos Jerónimos que oferecia magníficas e acessíveis condições panorâmicas. Numa primeira fase a parte contemplada era a posterior ao Jerónimos que era dada como a mais resolvida, todavia, o factor tempo e a impossibilidade de urbanização em tão curto espaço de tempo inviabilizou tal argumento. Tais razões levaram a Comissão para a organização das comemorações a escolher o espaço frontal aos Jerónimos, junto à margem direita do Tejo. Decisão política que define o centro urbano, para a área Belém/ajuda, como centro urbano e político, durante o ano de 1940.

Nas faixas laterais foi necessário preceder-se à demolição de várias habitações, previstas no plano de urbanização do espaço fronteiriço aos Jerónimos, onde iriam decorrer as Comemorações de 1940.

A decisão foi tomada pelo Presidente do Conselho, conjuntamente com o Ministro das Obras Públicas e o Presidente da CML que desta forma venceram as dificuldades iniciais.

O casario em frente aos Jerónimos desapareceu dando lugar a uma ampla Praça, do Império, de visão ampla e aberta a toda a fachada do Majestoso Mosteiro dos Jerónimos, voltando este a olhar o Tejo, seu espelho e complemento, sem embaraços. A Torre de Belém foi também libertada das casas que a envolviam.

A Exposição estender-se-ia ao longo do Tejo entre a Torre de Belém e o espaço hoje definido pela FIL⁶¹⁷. “É nessa maravilhosa e evocativa paisagem - entrada de Lisboa, [...] que, em Maio de 1940, a verdadeira cidade da História de Portugal, surgiu a Exposição do Mundo Português - entre a grande Nau do séc. XVII ancorada na doca da Exposição⁶¹⁸, [...] sua antecâmara, o seu primeiro Pavilhão, e o monumento imortal do Mosteiro Manuelino que reviverá, na luz dos grandes projectores, a glória das suas pedras e a voz do passado”⁶¹⁹.

⁶¹⁶ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶¹⁷ A sua localização teve inicialmente dois pontos para a sua localização tendo-se vindo a optar, segundo o comissário-geral, pelo “terreno livre em frente da Igreja e do Mosteiro até ao rio, que poderia ir, em largura, desde a Praça Afonso Albuquerque até à Torre de Belém”, em detrimento do primeiro espaço avançado que ficaria por detrás do Mosteiro do Jerónimos. V. nota no “DN” “Nota Oficiosa da Presidência do Conselho” 27 Mar 38.

⁶¹⁸ V. foto 4 em anexo, no final do documento.

⁶¹⁹ In jornal “DN” 3 Fev. 39

A este propósito, mesmo com todas as alterações urbanísticas, como na zona Ajuda/Belém, feita na cidade de Lisboa, e um pouco por todo o país, Salazar acha que no plano político “as consequências políticas do urbanismo patenteiam-se na divulgação do espírito das reivindicações sociais e na crescente participação das classes proletárias na vida social»⁶²⁰. Nesta década de quarenta, procurando-se no operariado um novo estofo para o regime, através da políticas de planeamento urbanístico.

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas conjuntamente, com Cottinelli Telmo, o arquitecto Chefe da Exposição, foram os grandes ideólogos da manifestação urbanística da Praça do Império, sob a égide de Salazar. Diga-se que a cidade passava a dispor de mais um momento simbólico⁶²¹, com a arte e a cultura, no espaço construído que levou Duarte Pacheco num dos seus discursos afirmava que «para a honra de Portugal e de todos os portugueses, tudo o que Salazar anunciou há-de cumprir-se. «Pomos nisso a nossa fé e a nossa vontade, pois está em jogo o nosso orgulho. A projecção do programa elaborado não se limita a incidir sobre Portugal, pois abrange todo o Mundo.»

Na apresentação da maqueta da exposição em que esteve todo o “staff” das comemorações tendo foi Cottinelli Telmo a tomar da palavra como chefe do projecto de arquitectura. Fez a apresentação à comunicação social, que no dia seguinte a deu a conhecer a todo o país. Altura em que pode ver que na EMP a “arquitectura marca uma inflexão no sentido da recuperação das linhas arquitectónicas neo-seiscentistas”⁶²²

Será bom não esquecer que a comunicação social diariamente dedicava páginas inteiras nos seus jornais a este acontecimento mediático. A razão era simples, sucediam-se as conferências, os comunicados da Comissão, do Presidente do Conselho, em catadupa, fazendo do acontecimento um acto nacional. Como tal motivo de notícia/reportagem.

Nas primeiras páginas saíam inúmeras vezes os “notáveis discursos de Ferro”, as fotografias do Presidente do Conselho em mais um acto ligado à

⁶²⁰ In Diogo Freitas do AMARAL, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 53, Cf. Alberto MENANO, *Economia Política. Apontamentos coligidos das preleções do Ex.mo Senhor Doutor Oliveira Salazar*, Coimbra, “tip. Da Gráfica Conimbricense, limitada”, 1927. Conforme os planos urbanísticos apresentados REVISTA Catálogo, Arte Portuguesa Anos Quarenta, FCG, I e II, 1982

⁶²¹ Cf. Kacem BASFAO, *Arquitectura e Civilização Tradição e Modernidade no Magrebe* In Lima FREITAS; e, Kace YVETTE, (Coord.) *A Simbólica do Espaço - Cidades, Ilhas, Jardins*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 217

⁶²² Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

Exposição, ou imagens de membros da Comissão em fluentes discursos sobre a matéria.

O espaço da Exposição foi dividido em temáticas que abordaram desde a parte colonial até às aldeias portuguesas, passando, como já se disse, pelo Pavilhão do Brasil que ficou paredes meias com o de Portugal de 1940, em frente do mesmo lugar onde se situa hoje a CCB.

Na área que hoje é definida pelo CCB foi construído para além do Majestoso Pavilhão de Portugal (independência) e do Brasil, com a fachada virada para a Praça do Império, o Pavilhão da Imprensa, nas suas traseiras. Na mesma linha para o lado da Torre de Belém ficou a zona dedicada às Aldeias Portuguesas. Na EMP, do núcleo das aldeias portuguesas se dizia ser "a síntese deliciosa de toda a paisagem portuguesa cheia de ternura e de idealismo, de pitoresco e de unidade de espírito"⁶²³.

Em frente ao Pavilhão de Portugal, construiu-se a Praça do Império, com a fonte luminosa ao centro e rodeada dos brasões heráldicos distritais conjuntamente com a síntese da Exposição. Em frente, no lado oposto ao Pavilhão de Portugal, tinha-se o Pavilhão de Festas, a Arquitectura de Lisboa do Futuro - com um tipo de arquitectura onde podemos ainda ver alguns exemplares - e perto de si os pavilhões da Secção Histórica e a Lisboa Seiscentista.

No Jardim Colonial⁶²⁴ - que ainda hoje existe como Jardim Botânico e onde podem ser observados alguns vestígios da Exposição com exemplos temáticos africanos ou luso-tropicalismo - era onde também estava a parte Etnográfica.

Junto ao espelho de água ficavam os restaurantes⁶²⁵, etc.

V. Foto do Plano Geral da Exposição, em anexo, no final do Documento.

A exposição vinha na continuidade dos anos 30, com todo o entusiasmo modernista e geométrico, que soprava da Europa, acrescentava o gosto historicista académico e monumentalista. A justificação para esta dinâmica só se deveu a uma tendência corporizada numa acção de política voluntarista e ideologizada, com perfil autoritário. A acompanhar tais finalidades basta fazer uma orientação para o norte da cidade onde se determina toda a acção das obras pública.

⁶²³ cit. J. M., PEDREIRINHO, *Exposição Histórica do Mundo Português, a Metáfora da Cidade* In: *História*, Lisboa, n.º 132, Setembro 1990. p.7

⁶²⁴ A Exposição de 1940 que pôde evocar sem vergonha a nossa lusitanização do indígena num fecundo paternalismo, abrindo-se externamente ao mundo onde " não flutua apenas a nossa bandeira, mas vive o nosso espírito e germina o nosso sangue" In Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, pp. 106-107.

⁶²⁵ V. Planta da EMP que se encontra no final do Documento.

A maioria dos pavilhões foram construídos de forma provisório com argamassas finas - amplas estruturas em madeira, ferro e gessos - os únicos que resistiram ao tempo, chegando aos nossos dias, foram os construídos de raiz e que hoje na sua grande maioria são espaços de atelier de artistas plásticos portugueses.

Apenas se conseguia construir em tempo *record* tão amplo espaço com este tipo de construção que mais tarde fosse de fácil demolição e a um baixo custo. Por outro lado estava a não aceitação por parte do regime político de algumas teses modernistas expostas no certame, logo, com a possível demolição mais facilmente poderiam cair no esquecimento dos menos atentos a tais questões ideológico-políticas.

O "*design*" (decoradores) de interiores esteve a cargo de artistas plásticos portugueses como por exemplo Almada Negreiros, com decorações feitas no próprio espaço, numa sentida dedicação fiel ao regime. Os oposicionistas, Por seu lado, recusavam-se a integrar o evento, promovendo as suas exposições em paralelo à do Mundo Português.

Um dos dados curiosos é que todos os dias se inaugurava um pavilhão ou uma pequena parte do certame de forma a não ser um produto mediático, mas que se prolongasse no tempo, ainda que curto.

Os figurantes para a parte colonial vieram das colónias, para dar um maior colorido à Exposição, permanecendo em Lisboa cerca de seis meses, assim como as Aldeias de Portugal tiveram os seus figurantes vindos da Província.

A Exposição foi inaugurada pelo Presidente da República, estando a seu lado o Presidente do Conselho e o Cardeal Cerejeira⁶²⁶, que apoiava o regime, ao contrário daquilo que fazia a Igreja em regimes do mesmo tipo na Europa. Juntando imenso público no primeiro dia para assistir às cerimónias de abertura. As paradas militares e a legião portuguesa marcaram presença Por forma a demonstrar a vitalidade do regime feito Estado num puro patriotismo nacional. Ao público só abriu no dia seguinte.

A Exposição tinha um parque privado para automóveis, mas havia transportes públicos que levavam o público até ao parque da Exposição, sendo montado para tal um sistema de segurança interno a fim de manter a segurança dos cidadãos.

Como se previa a Exposição não conseguiu atrair tanto público quanto o desejado, porque a Europa estava em Guerra. Era a II Guerra Mundial que

626

O Cardeal Cerejeira, como é dado a reconhecer em inúmeros documentos e na biografia, foi colega e amigo de Oliveira Salazar, em Coimbra. Este um dos factores que pesou na proposta, do nome de Cerejeira, para Cardeal, à Santa Sé. Proposta que veio a ter a concórdia do Vaticano.

inviabilizava a deslocação de cidadãos estrangeiros a Portugal. Mas nem por isso se deixaram de criar as infra-estruturas viárias e rodoviárias de acesso a este espaço.

Foi montada a linha ferroviária de ligação entre o Cais do Sodré e Cascais, com ligação aos Estoris, e a marginal com ligação ao Estado Nacional⁶²⁷ dos Desportos em mais um dos projectos que foi a criação de um complexo Desportivo, obra de Salazar. O aeroporto de Lisboa aparece nesta década como a linha aérea de suporte à exposição como ligação de Portugal com o exterior.

Os monumentos nacionais como o Museu de Arte Antiga sofre obras de melhoramento e Lisboa aparece de cara lavada.

Lisboa promove-se externamente, levantando-se a questão, onde está o resto do País.

Salazar não esquecendo esta questão promove no mesmo dia da inauguração da EPM, através dos Governadores Cívicos Distritais um conjunto de actividades comemorativas subordinadas ao tema a Independência de Portugal.

A Exposição fechou as suas portas a 31 de Dezembro de 1940. A partir daí já nada foi como dantes, apesar da economia estar bem de saúde, como Salazar gostava de salientar nos seus discursos. Atravessava-se uma época difícil devido à guerra, pois a vizinha Espanha estava envolvida nesta.

A II Guerra Mundial trouxe inclusive problemas à governação⁶²⁸ de Salazar e ao Mundo artístico Português, porque muitos dos artistas portugueses que se encontravam no estrangeiro foram apanhados pela situação impedindo-os de estarem presentes em Lisboa para tal certame. O problema dos governante e de Salazar era a ligação de Portugal com alguns países em guerra.

Apesar de não estar presente em Portugal quando da inauguração nenhuma personalidade estrangeira europeia presente, aconteceu apenas por factos que já se apontaram. A Exposição que veio a arrancar com a deflagração da guerra permite vincar a originalidade portuguesa: enquanto a Europa se enfraquece com lutas

627

Pode-se dar como referência abreviada EN, todavia, a mesma sigla pode causar alguns embaraços de designação, já que com ela podemos referenciar, o «Estado Novo», ou tão simplesmente a Emissora Nacional. Certamente que não foi por simples paralelismo que tal foi estipulado pelos políticos, porque o facto pode ser determinante para a projecção temporal, psicológica e sociológica, numa interpretação analítica dos sistemas de reprodução propagandística do regime. Mais, não é de recusar o sentido conjuntural e sequencial da estrutura política que assentava apenas na visibilidade da unicidade e não no pluralismo.

628

Portugal vendia urânio à Alemanha ainda que não houvesse um pacto declarado entre ambos os países. O peso de tal acordo, só mais tarde é que viria a demonstrar como é que Portugal se movimentava no quadro Europeu, pois tinha como aliado principal a Inglaterra, todavia, tentava, encontrar o equilíbrio na cena dos Estados em guerra, para não ser afectada por ela.

materiais, pode Portugal afirmar uma supremacia de espírito; enquanto as fronteiras se fragmentam, impõe-se a realidade de uma Pátria imutável através dos séculos⁶²⁹.

De qualquer das formas a EMP acabou por ser um êxito cultural⁶³⁰.

2.3 OS SUPORTADOS E VINCULADOS PELO REGIME («ESTADO NOVO»)

A arquitectura Portuguesa nos últimos anos do século XIX, tal como no resto da Europa, especialmente em Paris e Madrid, tinha um eclectismo assente em pontos fundamentais, como o tradicionalismo, neoromântismo e ainda o neomanuelismo, que era marcado pela «casa portuguesa». Dois arquitectos eram incontestavelmente os obreiros deste fundamentalismo ecléctico. São eles J. L. Monteiro e Silva Marques⁶³¹, contudo outros arquitectos acrescentariam um certo sentido ecológico a um urbanismo citadino, como é o caso específico de Lisboa em fase de crescimento.

Estaria para breve um novo discurso, com base numa estilização modernizante, aparecendo diversas obras que dariam mais ênfase ao novo estilo. Os arquitectos começam então a revolucionar o sentido da cidade, estendendo-a para além das colinas, manifestado com os projectos do Capitólio (ainda entre colinas), IST e o pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia.

Pardal Monteiro faz então a sua grande aparição, homem que viria a ser um dos obreiros do regime.

Cristino da Silva em 1930 expõe no salão dos «Independentes» um projecto com o prolongamento da Avenida da Liberdade, depois de inserir no Parque Mayer a cervejaria «Capitólio», reveladora dos idealismos urbanísticos para a cidade. Isto leva-o à docência em 1933, na ESBAL. Este arquitecto acabou por influir na

⁶²⁹ Cf. Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p.36, Ramos do Ó demonstra a originalidade lusitana: 'Numa altura em que os exércitos rompiam as fronteiras da Europa, o regime que Salazar personificava encenava o grandioso espectáculo da nacionalidade lusitana' Jorge RAMOS DO Ó, *Modernidade e tradição - Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português* In: VVAA, *O Estado novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp.177-185. p.182.

⁶³⁰ Muito por causa do quadro político, fixado no conjunto das personalidades que constituíram a Comissão organizativa da EMP.

⁶³¹ O primeiro Professor na ESBAL e o segundo na ESBAP,

evolução dos estilos assinalados até então. Racionaliza a arquitectura, mas com uma invenção formal notável e adaptável a um rigor técnico de desenho excepcional.

Contudo Pardal Monteiro (1897-1957), não sendo detentor dos mesmos atributos, sem convicções estéticas acentuadas, mas guiado pelos critérios funcionais, começa a delinear um conjunto de projectos, que se apontam como obras de estado. Algo que demonstra este apontamento é a igreja de N.º Sr.ª de Fátima, em Lisboa, obra que conta com o apoio do Patriarcado.

Pardal era um arquitecto de trabalho prático e despachado, "capaz de programações mais funcionais que monumentais"⁶³², revelando-se ao mesmo tempo um servidor oficial do modernismo numa base dinâmica mas profundamente ideológica.

A partir dos anos trinta Cristino e Pardal tornam-se "oficialmente" arquitectos do «Estado Novo» dando aos seus projectos um estatuto de interesse nacional. Todavia, "não [se podem considerar como] arquitectos de regime"⁶³³. O suporte e garante para toda esta estrutura, era sem dúvida, o da imagem de Salazar coadjuvada por António Ferro, o interlocutor privilegiado do ditador.

É o conjunto destas figuras que altera, em parte, a geometria arquitectónica da cidade de Lisboa e parcialmente do país. Para Salazar o resto do país estava noutra plano. Pois não via o território nacional como um todo harmónico no que se refere às Artes.

O discurso do Chefe de estado excluía grande parte dos modernistas, já que os via como opositores "políticos" do regime. Pelo contrário, Ferro, amigo de à longa data destes, olhava-os como uma das mais fortes fontes de expressão nacional.

O estado salazarista mostrava-se no campo das artes dividido em dois segmentos artísticos, pautados pelo feudalismo de um homem, pouco aberto, tanto no discurso como nas ideias. A EMP vê-se, por causa disso, sujeita a uma manifestação de descontentamento por grande parte dos artistas, ainda que em muitos casos, Ferro, tenha tido atitudes para que se pudesse passar o contrário. Fomentava os salões e atribuía prémios a alguns artistas que estavam, para breve, em rotura com o sistema político. A partir de quarenta, com a EMP o «Estado Novo» atingia-se o auge no campo cultural. Daí para a frente nunca mais se conseguiu encontrar argumentos suficientemente fortes para se dizer o contrário, vindo

⁶³² Cit. José Augusto FRANÇA, *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 2ª Edição, Vol. 28, Lisboa, 1983, p. 64

⁶³³ Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

sucessivamente a encontrar-se dificuldades de transposição para as classes intelectuais de um discurso fluente e aceite pela comunidade portuguesa.

3. O CENTRO CULTURAL DE BELÉM

3.1 IDENTIDADE NACIONAL E O PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Seguindo esta linha de pensamento focado no ponto 2.1 da parte II desta dissertação, temos uma Europa mas não um Império que apenas nos deixa a contextualização comemorativista do final do século e princípios de outro. Processo que está longe do que marcou a EMP, mas que ao nível do discurso marca uma linha de continuidade em ambas épocas. A EMP enquadrou-se na acção do «Estado Novo» que "centrava todo o seu programa em torno da 'causa nacional', proclamando a necessidade de restaurar a 'alma da Pátria, após o longo e dissolvente interregno de uma política cavernosa"⁶³⁴. Lógica assente num reencontro da nação consigo. Cavaco Silva utilizou idênticos princípios quando afirmou que "ao comemorar a gesta heróica dos Descobrimentos recordamos também a capacidade, que ontem tivemos e hoje havemos de ter, para dobrar os cabos das tormentas, transformando-os em Cabos da Boa Esperança"⁶³⁵.

A promessa dos novos tempos, não é demais insistir, cumprir-se-á com o reencontro da nação consigo própria. O acto de comemorar, porque reaviva a glória passada, permite unir gerações diferentes mas participantes de uma identidade comum. Trata-se, de resto, de uma ideia claramente assumida, pois, "As comemorações dos Descobrimentos Portugueses servem [...] de pretexto para evocar determinadas tradições locais e chamar assim a atenção das camadas mais

⁶³⁴

Cit. Luís Reis TORRAL, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989. p.173 frente ao colonialismo como legitimação do afirmação poder dentro do Império, na política internacional. Sendo esse "facto sem precedentes na história do ideal humano" Augusto CASTRO, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p. 107, que hoje se transfere para um diálogo entre o Norte/Sul.

jovens para a História do seu país, proporcionando também o nascimento ou fortalecimento de um sentimento de orgulho por pertencer a uma nação que na época dos Descobrimentos soube demonstrar a sua coragem e audácia⁶³⁶. Envolvida no orgulho que assim se fomenta, pode a nação caminhar em busca do seu destino, de um futuro que é já um "presente feito de paz, de estabilidade democrática e de tolerância e integração política, económica, social, cultural que fazem de Portugal um lugar privilegiado para se viver, visitar, criar e fruir cultura, ou comerciar, bem como um intérprete e uma ponte preferencial para os diálogos e contactos de toda a ordem entre a Europa e o Sul"⁶³⁷. Definição em que falta o conceito ruralista expresso no período salazarista, que transformava este pequeno país numa grande aldeia⁶³⁸.

Nesta última década do nosso século encontra-se uma natural evocação do 'diálogo civilizacional', residindo a terrível questão, se o que apresento não possa ser um fundir com o *outro*, numa perca do *mesmo* em relação ao *eu*, já matrializado (num exemplo como o CCB). A ser verdade, vamos ver se "a sede de saber, o sentido de aventura, o *desejo de se fundir no Outro*, são marcas inconfundíveis da vocação universalista dos portugueses"⁶³⁹. O outro que fará parte da "descoberta civilizacional", de um povo que ainda não ultrapassou as características de colonizador, na linha do outro validada pelo interlocutor sentido para o mesmo. O perigo não será, então, o de perder a identidade, mas o "de confundir a particularidade dela com a universalidade, o não ser capaz, senão à superfície, de se abrir e dialogar com o outro, o de nos imaginarmos narcisicamente o centro do mundo"⁶⁴⁰.

Não chegará imbuir o Portugal no espírito moderno, porque a crença tem que obrigar a descobrir a nossa vocação sem se recorrer aquilo a que os outros estão vedados.

Para o passado recente, podemos sentir como desvio ou interregno o destino que nos definiu como Nação. Para o «Estado Novo»⁶⁴¹ tornou-se uma ideia clarificada e permanente com o vínculo ao passado. Presentemente, esta ideia tenta-

⁶³⁵ cf. jornal "DN" 15 Abr. 92, Suplemento "Descobrimentos", p.17.

⁶³⁶ In revista *Oceanos*, n.º 4, p.13

⁶³⁷ In revista *Oceanos*, n.º 1, p.11

⁶³⁸ V. anterior nota sobre aldeia mais portuguesa cf. Pais de BRITO, *O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, In: *O fascismo em Portugal*, Actas da Faculdade de Letras, Março 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 511-532.

⁶³⁹ Cit. Mega Ferreira, In: *Oceanos*, n.º 7, p.3 - o sublinhado é meu

⁶⁴⁰ In. Eduardo LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM, 1990, p. 14

⁶⁴¹ cf. Luís Reis TORRAL, 1989, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 173

se recuperar com outro rosto no sentido da contemporaneidade. O sentido é dado pelo discurso político, com um pragmatismo mais forte e um diálogo realizado pela conjectura europeia, dependente de uma Europa com um novo tipo de organização política, e um novo rosto na política cultural, a qual Portugal, não fugindo à regra, pela expressão simbólica dos grandes equipamentos, como o CCB e a futura EXPO/98, em Lisboa. É a marca de um novo poder, do «eu», relativamente ao mesmo, tendo por condição o outro. O argumento, no Portugal Democrático, cinge-se a uma prática fundamentada na razão do acompanhamento de uma promoção internacional, assente no diálogo da lusofonia com o resto do mundo. A introdução de tais pressupostos estiveram na relação de acompanhamento entre a identidade de uma política cultural nacional e os as finalidades garantidas por uma afirmação política reforçada pelos factores sociais sustentados pela classe política e acompanhada pela sociedade civil.

“Os discursos sobre a especificidade portuguesa passam, de forma evidente, por esta relação particular com o exterior. Neles, como se viu, o papel histórico essencial desempenhado por Portugal; o universalismo da sua cultura ou a peculiar apetência pelo relacionamento cultural, surgem como ideias recorrentes. A sua tradução imediata é a profunda singularidade portuguesa, que vem a par com uma grandiosidade que o viver quotidiano parece desmentir.”⁶⁴² A valorização desta dimensão reside, naturalmente, num sentido real dessa “*existência imaginária*, com o seu lado já delirante expresso nos *Lusíadas*, que mais do que tudo nos explica que o Portugal moderno e em particular o do pós 25 de Abril tenha vivido a sua mais que modesta existência e mesmo a sua factual mutilação sem traumatismo histórico e cultural notório”⁶⁴³.

A ideia de fazer um grande Centro Cultural, não nasce do zero, da cabeça de Cavaco Silva, da Teresa Patrício Gouveia (mulher muito bem informada e que circulava muito pela Europa), na altura havia por toda a Europa um discurso de abertura, reflexão e de implementação sobre o que pode ser a relação possível, “os anos 80, que são os anos da economia e da cultura”⁶⁴⁴, que está na génese dos grandes Centros, de que os mecenas vão existir, de que os grandes equipamentos culturais vão potenciar uma sinergia entre cultura e economia, vão até, contribuir para o desenvolvimento cultural dos países. Ou seja, “os sectores mais ricos da

⁶⁴² In Luís CUNHA, *A NAÇÃO E O IMPÉRIO: A (Re)Invenção do Lugar de Portugal no Mundo*, Cadernos do Noroeste, vol. 4 (6-7), 1991, 211-227

⁶⁴³ Eduardo LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM, 1990, p.11

⁶⁴⁴ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

economia devem apoiar as actividades culturais"⁶⁴⁵. O CCB aparece no culminar deste "processo de profunda reconversão, como processo do lugar da contemporaneidade"⁶⁴⁶, por volta dos anos de 80. Nada disto aparece, como «embrulho», "fugindo à expressão do plano ideológico, [pois] é conjuntural e característico dos anos 80. Estamos no pós-modernismo que coincide com uma visão crítica, os discursos fundadores da modernidade, o pós-modernismo e a sua fertilidade."⁶⁴⁷, do ponto de vista da sob-produção artística, a espectacularidade das exposições, no debate público nos *media*, Etc. que coincide com um período economicamente significativo. É o período do mercado e se compra tudo no campo artístico. O Centro aparece nos finais dos anos 80 início de 90, quando haveria algum património adquirido, destas ideias que existiam pela Europa fora, não esquecendo, que estávamos, o PSD em particular para o governo, com grande vontade de se aproximarem das "grandes lógicas institucionais Europeias"⁶⁴⁸, os anos do discurso internacionalista, dum certo mimetismo tendente, a que Portugal tem tendência a importar.

3.2 Exposições Nacionais que antecederam o grande Centro Cultural em Lisboa.

3.2.1 A EUROPÁLIA E A CIRCA

EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS			
ANO	DESIGNAÇÃO Comissário	LOCAL	PAÍS
1991	<i>Europália</i> Rui Vilar	<i>Bruxelas</i>	<i>Bélgica</i>
1990	<i>Circa</i>	<i>Nova Iorque</i>	<i>Estados Unidos</i>

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

⁶⁴⁵ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁴⁶ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁴⁷ Idem. Digamos que o conceito está na base de Braga da Cruz, que sente o período pós-modernista, na área cultural, como um processo de consumo «estandardizado» que contraria a relação entre a procura da qualidade («transnacional») e a procura cada vez maior da identidade e especificidade que só a cultura pode oferecer. Cf. Manuel Braga da CRUZ, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, p. 398

⁶⁴⁸ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

A Europália é uma Feira Internacional que se realiza anualmente e que no ano de 1991, foi dedicada a Portugal. Esta iniciativa que contou com o levantamento do património artístico nacional, e que viajou até à Bélgica, teve como uma das principais mentoras Simonetta Luz Afonso que estava à frente do INM. O Comissário Nacional para a exposição foi Rui Vilar, presidente da CGD.

Exposição que viria a abrir o ciclo de todas as exposições no CCB, com o Triunfo do Barroco⁶⁴⁹, das quatro temáticas que viriam a estar expostas em bruxelas, que fazia parte do conjunto que integrou a Europália.

Esta exposição teve como ponto essencial, a «navegação à vista» para a comunicação entre os comissariados, criados para exposições internacionais e os europeus existentes, mas trouxe ainda a possibilidade, para além da integração neste tipo de certames, concretizar algumas encomendas (de grandes exposições) para o Portugal Novo, como definiu Pacheco Pereira, em entrevista para este nosso trabalho. Mais “a Europália trouxe a esta *intelligencie*, comissariados, elites gestionárias (administradores culturais) uma oportunidade de trabalhar a esse nível com organizações de mega acontecimentos”⁶⁵⁰, como poderem beneficiar de uma carteira de contactos e ideias e podem trazer para Portugal. Não é por acaso que depois da Europália também há um rastilho de acontecimentos que se vão suceder, e aqui há uma figura central que é a Simonetta Luz Afonso.

Depois da Europália e do movimento de refluxo sobreviveram um pouco, houve “uma certa inflexão cultural, mas sem sincronismo com as artes plásticas, porque estas anteciparam muitos dos fenómenos característicos dos anos 80.”⁶⁵¹

Relativamente ao CCB, temos que ver que ele é atravessado por dinâmicas de vários campos que se definem entre si mas onde há que contar “mesmo, com o gigantismo do equipamento, não havia completamente falta de espaços. A coexistência de vários espaços e a sua programação, gera a concorrência entre vários espaços.”⁶⁵²

A Circa tendo-se baseou-se nos mesmo parâmetro que a Európalia, só que decorreu nos EUA, sendo uma exposição com uma restrospectiva mais pobre do nosso património, cultural e artístico

649 Que teve exposto em Bruxelas no Palais des beaux Arts.

650 Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

651 Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

652 Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

CENTRO CULTURAL DE BELÉM	
ANO	REFERÊNCIAS
Jul. 87	<ul style="list-style-type: none"> hipótese/ideia⁶⁵³ de dotar Lisboa de um centro cultural <ul style="list-style-type: none"> ⇒ fosse capaz de acolher as grandes exposições internacionais itinerantes e se diferenciassse dos museus existentes
Ago. 89	<ul style="list-style-type: none"> Começa a ser construído <ul style="list-style-type: none"> ⇒ no meio de uma violenta polémica ⇒ projecto que se colocava entre o rio e o Mosteiro dos Jerónimos ⇒ Objecto arquitectónico discutível ⇒ custos finais elevados
Jan. 92	<ul style="list-style-type: none"> Abre para a Presidência Portuguesa da CEE <ul style="list-style-type: none"> ⇒ no segundo semestre fecha para obras de adaptação a Centro Cultural
Mar. 93	<ul style="list-style-type: none"> Abre o CCB - como centro cultural <ul style="list-style-type: none"> ⇒ com três dos cinco módulos projectados ⇒ Gerido pela FD (criada em Conselho de Ministros)
	<i>Opinião:</i> os Portugueses frequentam e gostam do CCB
	<i>Interpretações:</i> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ um gesto de novo-riquismo ⇒ um génio nacional e simbólico ⇒ uma relação com a história (Descobertas)
	AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i> , tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

3.3 MORFOLOGIA DO ESPAÇO

O CCB é composto por três espaços que se complementam. "Les dimensions massives de l'ensemble sont atténuées par la luminosité intérieure, le jeu de couleur des pierres et le plaisir de parcourir un débale de jardins et de terrasses donnant sur le Tage."

LE MONDE - BEAUX-ARTS 1994 N°123

Temos o Centro de Reuniões⁶⁵⁴ e Congressos, o Centro de Espectáculos [que teve como primeiro director Vieira Néry que viria a demitir-se antes deste Centro abrir em definitivo ao público⁶⁵⁵] e o Centro de Exposições⁶⁵⁶. Todavia, a

⁶⁵³ "A ideia do projecto saiu da SEC, em conversas com o Ministério do Planeamento, mas a proposta saiu da SEC" Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶⁵⁴ "O Centro de Reuniões, uma parte fundamental do CCB. Equipado com as mais modernas tecnologias no capítulo dos [audiovisuais e em sistemas de tradução simultânea]" Texto "O Centro e as Reuniões", Catálogo/CCB de Out. 93

⁶⁵⁵ Alegando que "Não lhe deram condições, dinheiro e autonomia para fazer o trabalho como deve ser. Com ele, fica[ram] de fora do CCB a equipa de 12 pessoas que ia realizar o programa" do

complementaridade da funcionalidade dos espaços, prefigura-se nas condições existentes (físicas) que decorrem da maximização das sinergias integradas numa interactividade (dos módulos) multifuncional, em termos de actividades culturais/comerciais⁶⁵⁷.

A complementaridade de funções entre os módulos, de forma interactiva, no CCB, pode-se associar a uma política que assenta numa lógica de estratégia delineada pela FD.

O estudo da organização da Fundação⁶⁵⁸ criada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201º da Constituição⁶⁵⁹ deixa antever que gerir o futuro é um desafio!⁶⁶⁰ «Ter uma visão de futuro e capacidade de transformar em acção é hoje o único pressuposto propiciador de vantagens»⁶⁶¹. Como referi a FD tem os seus próprios estatutos, publicados no DR, em 3 de Outubro de 1991, onde se encontram estabelecidos os vários órgãos da Fundação⁶⁶² e por sua vez do CCB. Todavia, gerir o futuro, gerir em ambiente turbulento (factor de discórdia pela forma como foi iniciada a criação da Fundação)⁶⁶³ e complexo, exige flexibilidade, visão e acção.

CCB In jornal "Independente" 19 Jun. 92, p. 56 deixando "bastante nervosa a estrutura dirigente do CCB." In jornal "Público" n.º 858, 10 Jul. 92, p. 1 Tendo Santana Lopes optado por substituir Néry pelo antigo jornalista, ex-presidente do IPC [e ex-chefe de gabinete do Secretário de Estado da Cultura], Manuel Falcão, que disse «aceitei pelas razões do costume, porque [gostava] de pôr as coisas a mexer»." In jornal "Expresso" 01 Out. 92, p. 1

⁶⁵⁶ Inaugurado só no "dia 9 de Junho de 1993 - para convidados -, e no dia seguinte para o público, com 5 exposições diferentes. Fazem parte do programa a exposição "O Triunfo do Barroco", representação em Portugal da Europália-91 que estará presente na Galeria das descobertas." In jornal "Público" 30 Mai. 93, p. 40

⁶⁵⁷ In Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD

⁶⁵⁸ António Pinto Leite [foi] o autor da proposta de fundação para gerir o CCB [mas da iniciativa de Santana Lopes] para o qual o "Estado [havia de] lider[ar] o Capital" ficando para as entidades privadas uma pequena cota que "sem grandes incentivos, mostram-se retraídos" ao mesmo tempo que M.ª José Stock ficaria à frente do CCB. In jornal "Independente" 22 Mar. 91, p. 48

⁶⁵⁹ Este decreto designa-a como instituição de direito privado e utilidade pública, confere-lhe personalidade jurídica, sendo estatutariamente definida pelos seus moldes orgânicos de administração bem como o património abrangido pelo disposto no art. 5º, que determina o direito de superfície perpétuo e gratuito.

⁶⁶⁰ R. TUCKER, *Gerir o Futuro, Lisboa*, Difusão Cultural, 1992 pois "um equipamento deste tipo (CCB) ou quem o vai gerir, uma das condições para uma política algo liberta dos *lobbies* imediatos é a gestão de uma neutralidade possível que nunca pode ser completa, que é justamente não se deixar armadilhar por alguns dos pólos do campo artístico" Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁶¹ B. TREGOE, *Vision In Action*, Simon and Schuster, 1989

⁶⁶² O Presidente; O Conselho Directivo; O Conselho de Administração; O Conselho de Mecenias; e, O Conselho Fiscal.

⁶⁶³ "A gestão [V. nota 658] do maior edifício público construído para fins culturais promete novas discórdias, [...] foi entregue na SEC, a Pedro Santana Lopes, para ser elaborado um estudo sobre as formas possíveis de gestão do CCB. "Este projecto de Fundação [viria a ser criado por despacho de Santana Lopes] e articulado, pelo CIEC, [...] criado por despacho, em Fevereiro [...] presidido por M.ª José Stock. Esta coordenação justifica-se na medida em que o CIEC terá de «apoiar os membros

Para o PCP, a perspectiva era outra, a criação FD tinha a ver com o Estado se vir a desresponsabilizar progressivamente dela, através desta entidade que devia criar e gerir as suas próprias receitas." Pois "o problema não é o Estado intervir, em termos de financiamento" porque este "deve apoiar e encontrar forma de rentabilizar os investimentos" sem se "investir na cultura de uma forma concentrada", numa "ideia de que a nível cultural, o Estado, deve de uma forma efectiva gerir o que cria" sem se "investir na cultura de uma forma concentrada"⁶⁶⁴ Por seu lado o PS, na oposição achava que "para o governo do PSD o gerir bem culturais poderia passar pelas Fundações, [que o PS não discorda, já que] poderia mobilizar alguns aspectos de apoio ligados ao mecenato com uma gestão mais flexível com uma capacidade maior de intervenção no campo cultural"⁶⁶⁵.

Um dos objectivos vectoriais definidos pela implantação do CCB, prefigurou-se num aproveitamento das condições inertes a um espaço com tais dimensões, numa simples maximização sinérgica que delas decorreram: interactividade e multifuncionalidade dos módulos⁶⁶⁶, necessária complementaridade na actividade cultural e comercial, num desvio que não indiciasse prejuízos aos objectivos traçados para cada um dos espaços autónomos. Por detrás de tais obrigações que o CCB tem para com a sociedade "cultural" portuguesa, está o empenho, consubstanciado, numa programação de qualidade que passa pela diversidade de eventos que em cada temporada a FD tem posto à disposição do público.

O cativar do público para uma adesão maciça tem vindo a ser feita pelo Centro de Pedagogia e Animação⁶⁶⁷ - virado para os jovens no geral e em particular para as escolas e autarquias - numa ligação muito próxima com o Centro de Exposições e o Centro de Espectáculos, que leva a efeito actividades de carácter pedagógico-didáctico para cada iniciativa no CCB.

do governo responsáveis pela Cultura e os serviços da SEC nas decisões tomadas sobre a programação dos projectos culturais», bem como acompanhar a fase final da construção do CCB (acabamentos e equipamentos)." In jornal "Independente" 22 Mar. 91, p. 48. Ainda, com Manuel Frexes, à frente da SEC, ainda houve "um estudo prévio para alteração dos estatutos da FD que devido ao calendário curto não foi possível executar." In Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶⁶⁴ Entrevista ao Deputado António Filipe do PCP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁶⁵ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁶⁶ Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD, p. 4

⁶⁶⁷ "O esforço efectuado no plano pedagógico [a fim de criar sinergias com outros sectores da sociedade - Editorial do catálogo/CCB de Fev. 95], com a organização de actividades destinadas a grupos do ensino primário e secundário, colheu os seus frutos." M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Jul. 94

O CCB tem por objectivo "ser uma montra por onde a sociedade pode ver o que de melhor e mais dinâmico se faz no campo das artes"⁶⁶⁸, perspectivando a criação, devendo ser apontado como que o laboratório de teste a uma aceitação por parte do público dos vários eventos que vão sendo levados à prática. Para que seja possível a sociedade civil e o mercado actue livremente no campo das artes é necessário que se estudem e testem as reacções desse mercado aos diversos eventos culturais e artísticos. Que se cativem públicos, que depois se poderão expandir. Sendo esta uma das missões do CCB, não deixará de ser pertinente afirmar-se que algumas dificuldades vieram ser apanágio de comentários na comunicação social. Talvez, porque nem sempre os objectivos delineados anteriormente, nas várias programações, tivessem sido cumpridos. Mesmo que seja verdade, será bom não esquecer que este equipamento, é destinado, como se disse anteriormente, a testes para estudar as várias reacções, visando o alargamento de conhecimentos no espectro cultural, numa confrontação entre a produção e o público a que se destina, perspectivando outros cenários culturais. Um público *elitista* no início, mas que ao longo dos tempos se tem vindo a esbater, numa diluição fecunda, pois a sua adesão às iniciativas culturais (música, exposições, etc.) tem vindo a crescer conforme os dados fornecidos pelos serviços do CCB⁶⁶⁹. Sendo "um edifício para a cultura, sempre se pensou que a utilização que haveria de ser dada ao Centro, pela gestão da FD, justificou que se tivesse apontado para grandes massas. "Porque se tem dado espectáculos numa sala que devia ser tão formal quanto a sala do S. Carlos"⁶⁷⁰

"O efeito de familiarização quer com o objecto, quer até com alguns instrumentos, tenderá assim a traduzir-se em admitir que as Ciências Sociais são

⁶⁶⁸

In Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD, p. 1. Tendo por exemplo o campo da arte, a integração de todas as experiências passadas pela criação artística, o campo produz uma simbiose entre o património físico e simbólico que aí foi produzido, convertendo-o numa história rectificadora do campo. O novo artista que integra este universo social de sólidas competências técnicas, mas também sociais, é *obrigado* a conhecer essas experiências como principal competência do seu *métier*. Com efeito, o campo da criação apela a que aquilo que hoje é produzido não possa ser igual, copiado, daquilo que foi produzido ontem. E esta regra é tanto mais praticada quanto melhor for o desempenho social e técnico do criador que contrapõe o seu trabalho através da negação da imitação dos trabalhos anteriores.

⁶⁶⁹

V. tabela 3 em anexo e referente a Exposições no CCB, onde se pode verificar a diversidade de actividades ligadas ao campo das artes, todavia, ainda que não conste nesta tabela, foi possível ver que o CCB, pôs à disposição do público, ainda que apenas exista o número de ocupação de lugares para o Grande e Pequeno Auditório do CCB. Resta apenas salientar que progressivamente o número de visitantes veio a aumentar, sendo os meses fora da época de Verão os que trazem mais público aos vários eventos no CCB.

⁶⁷⁰

Entrevista ao Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996



reflexões sobre a sociedade para as quais basta inteligência, formação cultural básica, interesse e tempo. Ou seja, para esses sectores poderá surgir como menos clara a ideia de que, como nos outros campos científicos, o processo cumulativo de conhecimento só pode resultar de actividade de pesquisa praticadas, treino suficiente e condições para as desenvolver de modo sistemático, consistente, continuado."⁶⁷¹

Será por ventura pela qualidade que se tem vindo a criar no plano cultural, o produto do sucesso que tem vindo a crescer? Logicamente que sim. Mas a gestão na área cultural também foi eficiente, e mais, os grandes eventos culturais trazidos a Portugal, através dum planeamento definido a longo prazo (um ano) deu os seus frutos. Ou seja, a FD teve uma estratégia que passou por um tomar de consciência do peso cultural do Centro, no âmbito nacional, a fim de atingir o objectivo principal, numa política de programação cultural articulada com um *marketing* estratégico e "agressivo" dos seus produtos.

As campanhas de *marketing* não se esgotam numa iniciativa, elas ampliam-se em cada momento, numa programação alinhada pelos *media* e virada para a juventude⁶⁷², num duplo sentido - promover a cultura dando dimensão do CCB - numa perspectiva cibernética. De uma forma genérica é a capacidade persuasiva do centro em relação ao público que é posta à prova. A motivação pode ser avançada por este tipo de sequências que o centro adopta conforme a necessidade vital da sociedade.

Seguindo a ideia e tomando em linha de conta as últimas palavras, a abertura do centro a novos espaços com os mesmos fins - galerias de arte⁶⁷³ - foi a forma de o CCB se apresentar não como um conjunto de interesses elitistas, mas como, um espaço aberto ao diálogo com os novos artistas e à criação da arte contemporânea. Em complemento a este discurso aparece o Centro Documental especializado no campo das artes - Livraria de Arte Bertrand⁶⁷⁴ - que constitui uma das mais valias para o Centro de Exposições, mesmo que explorado pela iniciativa privada.

⁶⁷¹ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 76

⁶⁷² Vertente da política de programação do CCB que foi consolidada pela "captação de novos públicos, com espectáculos especialmente pensados para a juventude." M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Abr. 94

⁶⁷³ "Uma livraria especializada, uma loja de discos, uma galeria de arte, uma loja de decoração, bancos, entre outras lojas" referia o jornal "Público" 24 Abr. 94, p. 40 que iam abrir, pois os contratos de cessão de exploração estavam elaborados para as lojas abrirem, no mês seguinte. O mesmo jornal dizia que "um estudo sobre a viabilidade da criação de uma marca "CCB" está a ser realizado."

⁶⁷⁴ É um espaço amplo, para uma livraria especializada em arte. Nas suas prateleiras é possível encontrar documentação ligada à arquitectura, arte, design, pintura, escultura. Esta conta com uma base de dados onde se poderá escolher os livros das melhores editoras mundiais.

O centro procura alcançar um desiderato que era preencher uma lacuna no aspecto das "infra-estruturas, [culturais ao nível do país,] para poderem receber grandes exposições e grandes manifestações culturais que circulam normalmente nos países europeus e EUA"⁶⁷⁵. Sabendo-se que a FCG tinha vindo a preencher tal brecha no aspecto cultural a crise económica internacional, derivada do abaixamento do petróleo que se fez transparecer na instituição, assim como a prolongada doença do seu Presidente, o Dr. Azeredo Perdigão, já falecido, facilitou a "abertura" do CCB a um público que por capital acumulado frequentava a FCG. Por outro lado a Culturgest-CGD não veio trazer nada de novo ao panorama nacional no aspecto cultural. Segundo palavras do Dr. José Monterroso Teixeira⁶⁷⁶, Director do Centro de Exposições do CCB, a Culturgest "é uma cópia de projectos dimensionados para outros mercados, como o espanhol, mesmo que empreendidos por empresas de grandes dimensões como a Car ou Telefónica, em Espanha. Empresas que têm as suas galerias para promoverem as suas exposições e colecções particulares, num jogo real, de mais valias para as empresas". Mas tanto a Culturgest como CCB "nascem de um período de crescimento económico e de progresso material, entre 1985 e 1995"⁶⁷⁷

As características do CCB estão delineadas de forma a permitir através dele potenciar a dimensão portuguesa no plano cultural e oferecer na área das Artes algo que se extravase para além dos cânones tradicionalmente consagrados.

Por outro lado a apetência à integração nos circuitos internacionais, de forma a apresentar, em Portugal, numa ligação a outras instituições estrangeiras de crédito, grandes eventos tem sido objectivo da política adoptada pelo centro que rasga as fronteiras culturais numa promoção recíproca entre partes que estão no mesmo tabuleiro cultural.

O CCB para "potenciar a dimensão portuguesa no plano cultural"⁶⁷⁸ era necessário trazer a Portugal grandes eventos através da adopção de uma política

Os objectivos desta livraria é levar as pessoas a pensar se querem um livro de Arte têm que ir ao CCB.

⁶⁷⁵ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶⁷⁶ Antes de ser director do Centro de Exposições do CCB foi conservador do Palácio de Vila Viçosa e autor da exposição internacional Europália (O Triunfo do Barroco - que veio depois a estar patente ao público no CCB). José Teixeira era dado como um homem protegido pelo poder político, mas sempre, como gostava de afirmar, imune aos actuais *lobbies* da arte portuguesa.

⁶⁷⁷ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶⁷⁸ Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD, p. 3.

que passasse pela promoção externa⁶⁷⁹, através do protocolos estabelecidos entre instituições internacionais⁶⁸⁰ e o próprio centro.

Um dos exemplos fecundos foram as relações com o Brasil, através de Fundações congéneres governamentais e não governamentais⁶⁸¹, servindo de elo de ligação entre os dois "povos irmãos" e que obedece a uma política que visa as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, inseridas num programa iniciado pela CNCDP que iniciou um projecto que culminará com a EXPO'98.

A relação com os PALOP's tem vindo a ser mais difícil por duas razões fundamentais. A primeira deve-se à instabilidade política nalguns países, em virtude da guerra, a segunda por falta de organização cultural nestes países.

Esta preocupação, e a estratégia de divulgação internacional da Fundação - com uma "diversidade a favor de uma oferta cultural de âmbito internacional, uma prioridade na programação"⁶⁸², fundamental para que se tome conhecida nos circuitos e potencie o carácter de placa giratória para mostras de diversas culturas no CCB - tenha obrigação de colocar imediatamente a questão da eventual intervenção da Fundação no espaço exterior ao CCB. Ou seja, na realização e promoção de actividades no estrangeiro, nomeadamente nos países lusófonos, através da deslocação de algumas exposições e espectáculos que estejam mais ligados à história comum e, ainda, à concessão de apoios a artistas oriundos desses países.

Para o segundo semestre de 95, a FD, elaborou um programa que foi dedicado a Espanha, todavia não deixa de apontar a continuidade em relação à América Latina e Países lusófonos.

⁶⁷⁹ A partir de Janeiro de 1993 os executivos estrangeiros começaram a ouvir falar das várias condições e potencialidades que o CCB dispõe para a realização de eventos internacionais. A Direcção de Actividades Comerciais do CCB encomendou a três empresas especializadas em Publicidade: Lintas, FCB e EPG um esboço para a campanha. Os alvos principais da campanha são os congressos e as agências europeias, privilegiando a imprensa económica internacional, porque o dinheiro não é muito, segundo palavras de Teresa Leal Coelho, responsável pelas Actividades Comerciais do CCB. O orçamento par tal campanha rondará os 60 mil contos. Os países de destina são a Espanha, França, Itália e Reino Unido numa primeira fase, seguindo-se a Bélgica e Alemanha, e «logo que seja possível vamos desencadear uma acção específica para os países nórdicos, onde se localizam uma percentagem muito significativa das agências organizadoras de congressos» In jornal "Expresso" 20 Ago. 94.

Ao nível interno a campanha começou em Setembro de 1994, com um orçamento de 25 mil contos, nos mesmos moldes da campanha internacional. Para justificar tal campanha está o facto «de o nosso centro de reuniões ainda não ser conhecido em todo o país e existir uma ideia deturpada sobre o tipo de produto que temos para vender», segundo Teresa Coelho.

⁶⁸⁰ Museu de Arte Moderna de Valência; Centro Nacional de Exposiciones de España; etc.

⁶⁸¹ Exemplo do que se passou como período dedicado à "latinidade", em que a Exposição "Brasil dos Viagantes" passou Por um acordo entre: Museu de Arte de São Paulo; Bienal de São Paulo; assim como personalidades particulares brasileiras ligadas à inventariação, investigação e realização de exposições.

⁶⁸² V. M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB/CCB de Out. 95

Uma das lacunas do centro é certamente a falta de uma política que integre a co-produção⁶⁸³ em espectáculos de nível cultural, já que era uma das necessidades a curto prazo. Em 1995 apresenta-se uma diluição neste ponto, segundo o programa apresentado à comunicação social, prevendo-se durante todo o ano uma programação que contemple correntes estéticas afins de origens diferentes, a par de outras filiações diferentes, num claro apoio aos novos valores artísticos⁶⁸⁴, mantendo-se a participação de festivais - FIT e de Marionetes - os protocolos⁶⁸⁵ com entidades nacionais e estrangeiras, as co-produções com as instituições nacionais públicas de teatro e ópera e a programação para os produtores independentes em espaços específicos do centro, dando "projecção [aos] valores nacionais."⁶⁸⁶

Alguns protocolos a nível nacional foram fecundo a nível cultural com maior relevo para L94 numa colaboração estreita entre a comissão promotora desta iniciativa e a FD⁶⁸⁷. Faltarão outros acordos, que podem levar a um melhoramento nacional, pois o centro não se resumirá a uma actuação que se cinge à cidade de Lisboa, embora este seja o seu espaço físico.

Dever-se-á, igualmente, garantir a dinamização das diversas vertentes do CCB, facilitando o acesso a produtores independentes, nas múltiplas alternativas que, tendo subjacente a qualidade, se oferecem neste domínio e compatibilizar esta abertura com a produção própria e a apresentação de eventos cedidos ou adquiridos a terceiros; procurando, também, conciliar a componente divulgação, clássica vertente das manifestações culturais levadas a efeito pelo CCB, com a componente lúdico-pedagógica, formativa e criativa; captando e gerando sinergias decorrentes da confluência de esforços e promovendo a ligação com o sistema educacional.

M.^a José Stock, administradora da FD e Directora Coordenadora para a área cultural, apresentou um programa de qualidade e o mais diversificado possível, tendo em conta os tipos de público. O projecto megalómano, mesmo para a área cultural,

⁶⁸³ Que segundo M.^a José Stock assentaram em três factores: "o início da programação de Lisboa [L94], que multiplicou as co-produções com a [FD]; o incremento da programação própria da Fundação; e uma cada vez maior solicitação por parte de produtores independentes para a utilização dos auditórios" do CCB. M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Mai 94

⁶⁸⁴ Idem, Nov. 94

⁶⁸⁵ Ao nível nacional com a AIP "um protocolo com o objectivo de viabilizar a realização de congressos e exposições no Centro em articulação com a Feira Internacional de Lisboa (FIL)." Jornal "Público" 08 Jul. 93, p. 35

⁶⁸⁶ V. M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Jun. 94

⁶⁸⁷ Paralelamente mantiveram-se "protocolos com outras entidades, nomeadamente com a Fundação do Teatro Nacional de S. Carlos para a temporada sinfónica e com a Orquestra

veio sucessivamente a ser considerado menos elitista, precisamente pela política cultural adoptada que visava a captação de diferentes públicos. A sua diversidade tornou-se cada vez mais abrangente, e indiscutivelmente precursora na forma de transferir para o grande público os vários estilos artísticos.

Por outro lado, procurou-se fazer um «discurso não irracionalista da cultura»⁶⁸⁸ numa libertação das várias reservas criativas, mesmo que seja ponto de inflexão a rentabilização dos espaços que sempre privilegiou o factor surpresa para suprimir de forma saudável dinamismos políticos, em sentido contrário. Em suma, o atrevimento e a «imagem de inovação»⁶⁸⁹, segundo M.^a José Stock, foi o grande trunfo do CCB para a captação de público de vários sectores sociais. Esta é uma das razões apontadas pela administração da FD para uma total diluição do factor *elitista* do espaço, tornando-se quase perverso que assim seja quando se vendem cerca de 500 mil bilhetes para espectáculos num ano.

Em 1995, na sequência da opção por ciclos temáticos orientados em torno de várias formas de expressão artística, o eixo fulcral da programação foi a *Latinidade*⁶⁹⁰ que se prendeu com a vocação universalista dos portugueses, tónica normal da programação de uma FD, retomando-se um rumo inflectido em 1994 dada a especificidade da «co-participação activa» na programação do L94⁶⁹¹, onde se concretizou, com especial enfoque, a criação contemporânea⁶⁹². “O L94 insere-se neste modelo, aproveitando das instituições culturais já existentes no país [...] por isso, o CCB ter co-participado na feitura deste grande festival”⁶⁹³. É que “para o L94 [sido] um êxito, [teve-se que] rentabilizar as instituições já existentes nomeadamente a FD”⁶⁹⁴

Metropolitana de Lisboa” M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Mar 94

⁶⁸⁸ In Jornal “DN” 15 Dez. 94, p. 35

⁶⁸⁹ Idem, *Ibidem*

⁶⁹⁰ O ciclo da latinidade iniciou-se com o Brasil, seguindo-se a Espanha terminando com a América latina - Argentina, Peru, Cuba e concluiu-se com o México. “Para 1995, foi decidida a opção por ciclos temáticos em torno de várias formas de expressão artísticas; assim o eixo fulcral será a latinidade, opção que se prende com a vocação universalista dos portugueses” e da programação FD. M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Jan. 94

⁶⁹¹ Em Maio de 1993 Vitor Constâncio, [responsável pela L94] revelava a vontade de ter como parceiros as grandes instituições com intervenção no domínio cultural, na capital, a FCG, CCB e a Culturgest, porque L94 queria “ser um catalizador de agentes e entidades que têm intervenção no domínio cultural” como veio a demonstrar face ao CCB. In jornal “Correio da Manhã” 13 Mai. 93, p. 30

⁶⁹² Documento CCB, programação cultural para 1994

⁶⁹³ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁹⁴ Idem

No que concerne aos orçamentos, segundo o relatório de 1994, a FD teve no ano de 1993 “uma variação patrimonial negativa de 394 milhares de contos”, mesmo que 2/3 dos custos fossem suportados pelo OGE e o restante pelas receitas próprias (patrocinadores, bilheteira de espectáculos e exposições, aluguer de salas e cedência de espaços) o défice subiu para 1 730 mil contos, prevendo-se na altura para o ano seguinte uma subida de 210 mil contos em relação ao último número. Para a Subcomissão parlamentar de inquérito, verificou-se que existia a necessidade ser criado um Fundo Permanente de Investimento.⁶⁹⁵ M.^a José Stock, foi ouvida nesta subcomissão e como era previsível, salientou que os montantes para a organização de qualquer evento passava pelo acordo momentâneo entre o conselho de administração e por vezes os mecenas, para uma razoável aplicação de um total das verbas. Algo se compreende, para que assim seja como foi salientado pela administração, só que a facturação que advém da rentabilização dos espaços, patrocínios e do mecenato a nível pontual, era escassa.⁶⁹⁶ De qualquer das formas era impossível apresentar qualidade e quantidade num projecto de viabilidade cultural e com tais dimensões, sem os custos para o tipo de eventos apresentados.

3.4 ESTILO/MODELO DE "ARQUITECTURA" EMPREGUE

"Emblema do regime laranja, poço sem fundo de dinheiro, biombo dos Jerónimos"
PÚBLICO MAGAZINE 1993

O projecto foi “sancionado pela secretária de Estado da Cultura e pelo Primeiro-ministro não [tendo havido] intervenção política na escolha do projecto do

⁶⁹⁵ Relatório das Actividades de 1994 - FD; Subcomissão de Cultura (AR) Reunião com o Conselho de Administração da FD, em 14 de Junho de 1995. Porque “o problema é que o Centro quando foi projectado, não foi projectada a sustentabilidade do centro depois de estar construído em termos de produção cultural, de rentabilização para amortizar os custos de investimento” Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁶⁹⁶ Porque a “interligação entre os promotores de eventos culturais e instituições” tinham que “pôr de lado conceitos ultrapassados de mecenato [ou seja] compreender que o princípio que norteia [...] a ligação do sector empresarial ao cultural assenta neste facto: do investimento cultural nascem novos incentivos, que salientam a publicidade e marketing das empresas. [...] que cada vez mais exige uma componente cultural forte.” M.^a José Stock, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Ago. 94

CCB⁶⁹⁷. Tendo Teresa Patrício Gouveia afirmado que “o Primeiro-ministro que tinha a tutela da SEC acompanhou todo este desenvolvimento”⁶⁹⁸ sentindo sempre que Cavaco Silva teve “um grande empenho e um grande incentivo para tudo aquilo que era o trabalho da SEC, uma grande cobertura política para todas estas iniciativas”⁶⁹⁹.

Para Vittorio Gregotti⁷⁰⁰ uma das suas preferências para o que havia de ser o CCB foi a necessidade de falar com a cidade e o que ela transmitia em voz baixa.

A relação de Gregotti com Manuel Salgado, os dois projectistas do CCB, aparece esporadicamente em 1975 através de Nuno Portas⁷⁰¹.

Para Gregotti o lugar de implantação do projecto apresentava-se difícil, porque tinha como pano de fundo a monumentalidade dos Jerónimos, a Praça do Império⁷⁰² e o Padrão dos Descobrimentos de Cottinelli Telmo⁷⁰³, que o arquitecto Gregotti não gostava. Mas, a Praça do Império só tinha fundo e não limites laterais, o CCB ao vir dar forma à Praça veio fechá-la do lado poente, “construiu um espaço que deu mais razão de ser ao Mosteiro dos Jerónimos”⁷⁰⁴. De qualquer das formas CCB, como obra de “arquitectura é interessante”, quanto à localização é um “edifício com referências históricas muito evidentes”⁷⁰⁵, e muito mais evidentes que o de uma “localização cultural”⁷⁰⁶, pois podia estar em Madrid ou Paris, embora seja um “edifício do sul, que poderia estar na Itália ou na Grécia, que aproveita a luz e o sol”⁷⁰⁷.

⁶⁹⁷ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ Idem.

⁷⁰⁰ Italiano de 68 anos, mestre consagrado no Mundo da arquitectura e professor na Faculdade de Arquitectura de Veneza.

⁷⁰¹ Nuno Portas era Secretário de Estado de um dos governos provisórios do pós 25 de Abril, quando Gregotti é solicitado a fazer um projecto para um bairro em Setúbal, que nunca se veio a concretizar pela falta de dinheiro. A partir desta data Gregotti e Manuel Salgado encontram-se variadíssimas vezes em congressos e colóquios sobre arquitectura, até que surgiu o concurso para o CCB. Salgado telefona a Gregotti e começa a estudar o espaço onde vai ser desenvolvido o projecto.

⁷⁰² A realização desta obra mais uma vez era justificada, segundo o governo, com «a necessidade de arranjo da Praça do Império, a conveniência de dispor de novas superfícies museológicas na zona (...) que possam servir de apoio às Comemorações do 5º Centenário dos Descobrimentos Portugueses», Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/88 de 12 de Janeiro, que vieram reforçar a ideia adiantada Por Salazar em 37 para a Comemoração da Independência em 1940.

⁷⁰³ V. jornal “Jornal” 12 Abr. 91, p. 9 Não estando em causa o projecto, o dever de Portugal de construir um Centro com tal grandeza arquitectónica, tendo por referencia todo o passado e o conjunto monumental, todavia vozes se levantaram frisando que “não deve é fazê-lo precisamente às cavalitas do mais importante monumento nacional”

⁷⁰⁴ Entrevista ao Director do Jornal “Expresso” José António Saraiva, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁰⁵ Entrevista ao Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁰⁶ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁰⁷ Idem.

A relação com o Tejo era fantástica, só que sentia-se um certo distanciamento ou divórcio que se acentuava de forma radical, pela divisória criada entre os dois espaços pela rede viária. Todavia “enquadrando este projecto com outros projectos que foram feitos ao longo do tempo, em Lisboa, verificar-se-á que o alinhamento do CCB respeita o alinhamento que estava previsto na altura em que aquela praça foi desenhada na EMP. Foi aí, procurar linhas de referência para o alinhamento do projecto, pois há uma lógica naquela Praça”⁷⁰⁸ Um “Projectos desta qualidade, uma criação arquitectónica como a do CCB de grande qualidade, que hoje ninguém contesta, pode perfeitamente coexistir com edifícios de igual ou maior qualidade”⁷⁰⁹, Só que “toda aquela zona urbana é de baixíssima qualidade. As vistas que enquadram os Jerónimos são do pior que há do ponto de vista arquitectónico e urbanístico”⁷¹⁰ vindo o CCB a superar essa lacuna até então existente.

Para Manuel Salgado a relação do projecto com a Torre de Belém, o Bairro do Bom Sucesso e o Convento era importantíssimo e inevitável. A estrutura da cidade era vital para uma boa ideia. Segundo Gregotti, Lisboa “é uma cidade com uma geometria extraordinária, muito complexa, com pequenas ruas que são sempre ortogonais em relação ao Tejo. Há sempre um momento em que se vê o Tejo ao fundo da rua. Foi uma coisa que nos impressionou muito.”⁷¹¹ Diga-se que a simbólica da forma estava encontrada, pela definição geométrica da estrutura, segundo a noção clássica do Cubo, aqui com amplos espaços abertos, como arruamentos amplos e abertos, a uma harmonia de representação do imaginário. O enquadramento estético e arquitectónico do CCB passou a definir um conjunto de locais no local multifuncional que o equipamento *per si* articula com o ordenamento da zona envolvente⁷¹².

A decisão teórica surgiu a partir da ideia de fazer uma pequena cidade naquele espaço que apresentava como lugar de “sucata”⁷¹³ e “lixo”⁷¹⁴. Não sendo as

⁷⁰⁸ V. Foto 10 em anexo, no final do documento. Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁰⁹ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷¹⁰ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷¹¹ In “Público magazine” 11 Jul. 93

⁷¹² Cf. Kacem BASFAO, *Arquitectura e Civilização Tradição e Modernidade no Magrebe* In Lima FREITAS; e, Kace YVETTE, (Coord.) *A Simbólica do Espaço - Cidades, Ilhas, Jardins*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 217-221

⁷¹³ Quando foi lançada a ideia para o CCB, o que se pretendia por parte da SEC através do IPPC era retirar daquele espaço o lixo da JAE e criar ali um espaço museológico. O estado viria a ser contemplado no Plano de Salvaguarda e Valorização do Património Cultural encomendado pela SEC. Cf. jornal “Correio da Manhã” 21 Jan. 92

relações entre a modernidade e a história prefiguravam-se esteticamente complicadas. Por isso "o novo complexo de Belém teve duas ideias arquitectónicas fundamentais de origem."⁷¹⁵ Por um lado os terraços em redor do edifício, como espaços sociais "intimistas", e os percursos centrais no interior do Centro.

Se a relação entre os vários elementos que envolviam o futuro CCB não se apresentava fácil, havia a necessidade de os interligar "garantindo a unidade entre o projecto de interior e de exterior"⁷¹⁶. O projecto dá a ideia de um atravessamento paralelo ao Tejo que vai da Praça do Império até ao bairro popular, utilizando um número de praças internas até se atingir o outro lado, indo do monumental ao íntimo. A monumentalidade ficou vincada no CCB pela aplicação de uma pedra do mesmo tipo da dos Jerónimos, mas "a escolha da pedra de revestimento até à própria condução das volumetrias, tem mais a ver com a capela-mor do Torralva, do que com a arquitectura manuelina"⁷¹⁷

"Portanto, antes de fazer desenhos já havia três ou quatro elementos que eram muito claros: não fazer um edifício mas um sistema urbano, ter uma relação com a geografia e com o Tejo, utilizar a pedra e fazer essa sequência, de um lado mais monumental do outro mais íntimo."⁷¹⁸

Outra das questões levantadas foi a rede viária e o estacionamento que foi desenvolvido por uma plataforma tipo base de papel, já que o solo contém bastante água. Os barulhos vindos da rede viária foram anulados por uma parede que serve ao mesmo tempo de corte entre a estrada e caminho-de-ferro e o CCB.

Quando, em 1988, com o "risco"⁷¹⁹ começou o projecto do CCB, o computador ainda não era ali usado, mas veio mais tarde a desempenhar um papel fundamental na distribuição de condutas e cabos. O espaço entre o tecto e o betão é uma floresta de tubagem, sendo necessário recorrer a "uma grande componente [informática] e tecnológica"⁷²⁰ para que tudo funcionasse condignamente.

Os esboços foram feitos em três dias, com um sistema simples no exterior, mas muito complexo no interior.

⁷¹⁴ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷¹⁵ Cit. Jornal "Público" n.º 346, 13 Fev. 91, p. 5

⁷¹⁶ Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷¹⁷ Idem.

⁷¹⁸ Cit. Jornal "Público" n.º 346, 13 Fev. 91, p. 5

⁷¹⁹ Desenho que serve de esboço para definição de uma ideia para o projecto definitivo. In jornal "Público" 06 Jun. 94, p. 14

"Houve um aspecto muito importante. Foi a sistematização do programa que nos permitiu conceber este sistema de módulos, um pouco por fatias sucessivas que são organizadas. O programa não era muito claro, não tinha cinco módulos. Este esforço de fazer uma síntese do programa e de organizá-lo em fatias que são somadas no espaço acrescentou muito ao conceito arquitectónico e é o resultado da interpretação"⁷²¹ feita pelos dois arquitectos projectistas do CCB.

O que levou os arquitectos a tomar a ideia de fazer o projecto em fatias foi a escassez de tempo que separava a construção do "edifício" e a Presidência Portuguesa da CEE. Mais tarde "os factores económicos"⁷²² vieram a ser significativos, quanto a esta decisão, bem como os de adaptação a Centro Cultural⁷²³.

No primeiro dia de 1992 o CCB era inaugurado com os módulos 1 e 3 prontos, ficando o 2 por acabar, inclusive veio a sofrer alterações, em relação ao projecto inicial, devido ao grande auditório, pois teve que ser elevada uma torre Por causa dos grandes cenários e sistemas mecânicos que um palco de grandes dimensões precisa. Segundo o Dr. José Monterroso Teixeira⁷²⁴ "o diálogo entre a Torre e o Centro foi conseguida, devido a dois factos importantes, porque serve uma linha visual que vai deste a Torre de Belém até ao Palácio da Presidência da República, em Belém, perspectivando uma harmonia não falaciosa com os próprios Jerónimos e as torres da Basílica"⁷²⁵.

⁷²⁰ Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷²¹ In "Público magazine" 11 Jul. 93

⁷²² Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷²³ "o tempo de evolução dos edifícios, é natural, mas no caso do CCB foi muito rápida (teve alterações imediatas com a passagem da estrutura para albergar a presidência Portuguesa da CEE, para a funcionalidade de Centro Cultural)" Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷²⁴ Viria a ser convidado para comissário da Bienal de Veneza, pelo secretário de Estado da Cultura, e tal como referiu na entrevista, António Cerveira Pinto, ao jornal "Independente" 15 Jul. 94, p. III-28, "o meu comissariado na perspectiva de levar a representação portuguesa a ter, de facto, uma lógica interna ligada ao pulsar da criação contemporânea. Estes são os meus únicos desígnios, profissionais. (...) se o secretário de Estado, ao convidar-me, pretendeu, (...) reforçar a presença do Estado numa manifestação cultural e cosmopolita como é esta bienal" tendo como ponto forte a expressão máxima da nossa arquitectura. A arquitectura passava, aqui, a ser mais uma das fontes do desígnio nacional com projecção internacional - seguindo a lógica do Estado face ao que se pretendia com o CCB. Arquitectura com visibilidade no exterior, como aconteceu com a EMP e o conjunto de exposições que a antecederam.

⁷²⁵ Entrevista feita ao Dr. José Teixeira, Director do Centro de Exposições.

Para os arquitectos, o que levou o Júri do concurso para o CCB a optar pelo seu projecto, foi a ideia dos módulos⁷²⁶, dada por Manuel Salgado.

Segundo o Dr. José Teixeira a escolha do projecto que deu origem ao CCB, foi a relação entre os vários estilos arquitectónicos existentes, tanto os históricos como os físicos, a Torre de Belém e Jerónimos, e os que foram implantados à cinquenta anos, durante a EMP⁷²⁷. Relação que não fica por aqui, já que existe um paralelismo concertado entre estruturas e concepções estilísticas/estéticas de ordem geral nas várias construções, para o mesmo espaço físico. A primeira advém do tipo de pedra e a segunda, da vertente histórica-geográfica. Esta identifica-se certamente com as construções monolíticas numa referência às - fortalezas defensivas - junto ao atlântico na costa africana, em parte pela geometria e em estilo "mesquitiano" de fortaleza⁷²⁸. A relação defensiva, como padrão da cultura pode ser encarado pelo relação com o padrão dos Descobrimentos, tudo numa "arquitectura moderna"⁷²⁹.

A originalidade deste projecto é que depois dos rascunhos exteriores, o projecto foi desenvolvido de dentro para fora, nascendo as fachadas de uma forma global, segundo os arquitectos projectistas.

"Mesmo no interior o sistema tem uma estrutura urbana, os módulos 1 e 2 estão ligados a dois níveis como um anel. [...] numa sequência de espaços ao nível dos dois andares com uma ponte de cada lado. E há também um sistema de ruas interiores que atravessa o conjunto com grandes escadarias, a partir do qual temos a organização dos diferentes espaços. Há um sistema de distribuição que não tem propriamente corredores mas ruas, praças, uma estrutura urbana no espaço interior."⁷³⁰ No que respeita, "à organização interna do espaço [...] há ali aspecto bastante positivos"⁷³¹ Ou seja, o discurso de Gregotti, para o CCB é uma

⁷²⁶ Porque, para Manuel Salgado, pode-se abrir ou fechar uma porta num módulo, fazendo a ligação com o seguinte pela mesma forma, logo, as fases de construção podem ser feitas e previstas com algum tempo.

⁷²⁷ Entrevista ao Dr. José Teixeira, Director do Centro de Exposições.

⁷²⁸ O efeito de fortaleza, segundo Manuel Salgado, é [apenas] contrariado pelo percurso interior que se constrói dentro do complexo de Belém." [...] "Propomos um pequeno passeio público, cruzado por ruelas no sentido da encosta, que descem em direcção ao rio." [...] "As grandes portas da fortaleza não se fecham, mas apenas o acesso a todas as dependências do novo "palácio cor-de-rosa" do Estado Português." Cit. Jornal "Público" n.º 346, 13 Fev. 91, p. 5, Este foi mais longe quando associou todo monolitismo, a uma forma "intencional, [...] numa referência [...] à partida para as Descobertas, à difusão da Cultura dos portugueses pelo Mundo" Cit. Jornal "Correio da Manhã" 21 Jan. 92

⁷²⁹ Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷³⁰ Cit. Jornal "Público" n.º 346, 13 Fev. 91, p. 5

⁷³¹ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

“arquitectura para o contexto como arquitectura do solo, é num sentido e noutra que se deve encarar o arquitectónico/ideológico”⁷³²

O maior problema era o limite de tempo e o dinheiro, como tinha acontecido para a EMP. Tendo Gregotti sentindo “algum nervosismo, em relação à obra, devido aos prazos apertados”⁷³³.

Daciano Costa⁷³⁴, “define a sua intervenção mais personalizada no CCB «o edifício é, ele próprio, um exercício de arquitectura”⁷³⁵. Os interiores são dentro do de fora”. Pelo que não considerou ser desejável uma intervenção personalizada: «Não havia lugar para intervenções marcantes nos ambientes interiores”⁷³⁶ onde prevaleceram os grandes gestos arquitectónicos que estruturaram a sua imagem. [Integrando-se] no projecto geral de arquitectura.»⁷³⁷ Uma maneira desdramatizada de referir a complexidade de um trabalho que exigiu, sobretudo no que se refere aos equipamentos cénicos, um «know-how» de grande especialização, porque assim determinava o projecto dos arquitectos Vittorio Gregotti e Manuel Salgado. Daciano Costa, em relação ao seu trabalho chegou a afirmar que «se estivesse a falar como músico, diria que não [foi] um compositor mas um intérprete de uma partitura difícil e apaixonante»⁷³⁸ Pois como *design* acha que se incorporou no projecto como mais uma peça da vasta equipa que neste equipamento trabalhou.

⁷³² Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷³³ Idem.

⁷³⁴ Professor na Faculdade de Arquitectura da UL e um dos designers mais conceituados em Portugal. Daciano Costa, foi o responsável pelo mobiliário e equipamento hoteleiro e cénico do CCB “Chamam-lhe o papa do “design” Português mas ele afasta qualquer arrumação nas prateleiras do passado” Entrevista de Ana Sousa Dias “A arte das coisas comuns Daciano Costa homem e o mito”, Revista “Público Magazine” n.º 248, de 4 Dez 94. Sendo o *Design* para Daciano Costa é “Utilizado, sobretudo, como argumento de venda, o design passou a ter uma função desvirtuada. Tornou-se moda elitista. Conta já com os seus objectos clássicos e identificáveis.” Pois “«Em Portugal, estamos limitados entre os protagonistas de um design ‘artístico’ vanguardista e as manhas de um design ‘comercial’ tecnocrático e cinzento» o que não foi o caso. In Revista “Expresso” 15 Jan. 94, p. 92

⁷³⁵ Cartoon por SERER sobre o CCB e a sua localização. In jornal “Diário Popular” de 13 Abr. 91, p. 7 deixara como espaço humorístico esta frase “É um post-modernismo requintado, com uma típica influência neo-bárbara, sem ofensa para o nosso faraó...”, que pode expressar a grandeza de tal equipamento - com influências do norte africano, fortalezas militares deixadas pelos Portugueses naquele continente, num estilo e sentido estético pós-moderno - In o jornal “O Dia” de 20 Out. 93, p. 13, artigo de Carlos Delfim, e “que tanta polémica tem suscitado” pelos seus custos iniciais e práticos da sua gestão.

⁷³⁶ “Um projecto de interiores deve ser complementar do projecto de arquitectura. [Disse Daciano Costa que tendo] trabalhado com alguns arquitectos em diversos edificios e o objectivo foi sempre esse. Acentuar ou ajudar a revelar os grandes gestos da arquitectura. Nalguns casos, trata-se de não protagonizar em excesso certas situações, [...] em que as funções mais específicas exigem maior desenvolvimento do projecto de interiores.” Entrevista de Ana Sousa Dias “A arte das coisas comuns Daciano Costa homem e o mito”, Revista “Público Magazine” n.º 248, 4 Dez 94

⁷³⁷ In revista “Expresso” 15 Jan. 94, p. 92

⁷³⁸ Idem, Ibidem

Gregotti disse "quando [ia] a qualquer lado na Europa, digo sempre que foi um caso extraordinário. Porque toda a Europa considera Portugal um pouco como um país secundário, um pouco no limite da geografia europeia. E Portugal foi capaz de terminar uma obra tão complexa em quatro anos, desde o projecto à execução. Falei nisto na Alemanha [...] disseram-me - isso não é possível, em Portugal."⁷³⁹

Uma das limitações na fase de construção, para além dos defeitos encontrados na execução da obra, revelados por alguns órgãos de comunicação social, foram as contradições existentes pela falta de um só cliente, para um projecto desta envergadura. Como foi amplamente divulgado esta obra dependia de duas entidades, uma do projecto outra da obra⁷⁴⁰. "Foi uma experiência mais acidentada que qualquer outra [...], porque ao longo da obra se mudou de Ministro de secretário de Estado, presidente do IPPC, mudanças que tiveram influência nas orientações que foram sendo dadas. Um projecto afligido por estas circunstância, mas essencialmente pelos pressão do prazo de realização da obra."⁷⁴¹

Em virtude dos factos, sentindo os arquitectos que foi um dos aspectos que jogou a seu favor, tornou-se uma responsabilidade pesada para eles, segundo as suas palavras. Não havia um programa. As decisões tinham que ser tomadas pelos dois, em vez do(s) cliente(s).

Um dos problemas levantados ao nível dos espaços arquitectónicos foi a área para o Museu de Arte Contemporânea, que se pretendia com doze mil metros quadrados. A interrogação que se pôs é que nem sequer havia obras de arte, logo, como é que se poderia pedir um espaço com tais dimensões, sem o projectista ter uma ideia de qual o tipo de obras que viriam a ser expostas nesse espaço⁷⁴². Para colmatar tal lacuna, a solução apontada foram as salas amplas e altas prevenindo qualquer eventualidade, no respeitante às dimensões de alguma obra a expor. É considerado segundo Directores de outros Museus da Europa, como o de Veneza, um dos melhores espaços de arte e para a Arte visto para a arte contemporânea.

⁷³⁹ In revista "Público magazine" 11 Jul. 93

⁷⁴⁰ O Ministério das Obras Públicas e o ex-IPPC/Cultura, hoje denominado IPPAR. Mormente, "a SEC não fez o acompanhamento da obra, porque se pensou que o Ministério da Obras Públicas teria uma maior funcionalidade e capacidade de gerir uma obra com tanta complexidade. A SEC fez apenas um acompanhamento no sentido de verificar que o projecto viesse a ser fielmente construído" Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁴¹ Entrevista ao Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁴² Razão pela qual a CML "sugeriu [...] que o futuro Museu de Pesos e Medidas - uma proposta do PSD aprovada por unanimidade dos vereadores - venha localizar-se preferencialmente no CCB" entre outros locais possíveis. In jornal "Público" 11 Fev. 94, p. 12

Outro problema nunca ponderado foi o número de trabalhadores que iriam trabalhar no CCB, não sabendo os arquitectos quantos vestiários seriam necessários fazer e para quantas pessoas. Todavia, o seu número viria a rondar entre os 137 e os 152 segundo⁷⁴³ dados da FD-CCB.

Os prazos para limite da construção foram sempre moderados pelos arquitectos o que levou à existência de problemas de ordem puramente técnica, chegando-se ao ponto, segundo Manuel Salgado, de se ter que decidir qual era o tipo de máquina de café apropriada para este ou aquele bar. Problemas que levaram o Primeiro-ministro a culpabilizar, na imprensa diária, os arquitectos pelos grandes erros orçamentais, para além das questões ligadas aos projecto desta "obra de regime", [referência cultural do cavaquismo]⁷⁴⁴. Com este tipo de "relações e crispações constantes, apesar de tudo houve por parte dos arquitectos uma forma de exercerem o seu poder"⁷⁴⁵ e como "obra de regime, simbólica desse momento, ela marca um período optimista da vida política Portuguesa [período de crescimento económico]."⁷⁴⁶ Diga-se, o cavaquismo vem "sintonizar-se com valores de pragmatismo, de espectacularidade e de alguma forma napoliónicas"⁷⁴⁷

A obra ainda não está concluída, faltam os módulos 4 e 5, aqueles que fazem a ligação entre o centro histórico de Belém e a parte Este. Aqueles que terão uma maior relação com o bairro e a Torre de Belém, esperando-se a sua execução, como tal a conclusão da obra, para se fazer uma avaliação precisa de todo o projecto.

Pedro Brandão, arquitecto, escrevia no Público, em Abril de 94, num dos seus artigos de opinião que "hoje são poucos os organismos do Estado com a preocupação de dar o exemplo nos procedimentos em relação à arquitectura e de investir numa arquitectura de qualidade, ou seja, no património de hoje. Terei pois de realçar que o concurso para a escolha do projecto (...) foi realizado numa época em que se promoveu e produziu excelente arquitectura contemporânea em Portugal sob o impulso da SEC".

⁷⁴³ V. o quadro 6 em anexo no final do documento

⁷⁴⁴ O Primeiro-ministro nunca esboçou uma defesa sobre criticas como: "a localização, o projecto arquitectónico, os custos e a utilidade. Pelo contrário, confessa que «os arquitectos nunca conseguiram dar uma estimativa de custos credível»; que as pessoas acham que aquilo «por fora não parece, mas é muito bonito por dentro», e finalmente, que «mais difícil, depois, é pô-lo a funcionar» e evitar que «venha a exigir todos os anos milhões de contos». Cit. Jornal "Semanário" 27 Jan. 92, p. 17

⁷⁴⁵ Entrevista ao Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁴⁶ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁴⁷ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

Este conjunto (CCB) é um símbolo⁷⁴⁸ do cavaquismo, porque o “cavaquismo é o símbolo de uma conjuntura histórica que se move nas coordenadas económicas e desideológicas. Onde a cultura entrou no regime”⁷⁴⁹, pela sacralização inédita, tornando-se a cultura uma indústria. E, “estes equipamentos funcionam como catedrais contemporâneas. Como se a cultura tivesse ocupado um lugar como uma religião das artes e da cultura.”⁷⁵⁰

Diga-se que Cavaco Silva imitou um pouco o que Mitterand fez em França, deixando uma série de “obras de arquitectura e escultura à escala portuguesa” e “do ponto de vista político ter um edifício condigno”⁷⁵¹.

No decorrer do ano de 1995 será lançado um concurso público para preenchimento dos restantes módulos, que deverão ficar preenchidos com restaurantes, cinemas, etc.; quanto à implantação de um Hotel tudo ainda estará por discutir, sendo um caso a ver-se.

Os dois arquitectos gostam do Centro, mas se pudessem tinham feito alterações, como aconteceu ao longo do processo, mas por imperativos como a ópera⁷⁵², todavia chamando a atenção para aspectos que no todo poderiam ser considerados menores. Gregotti tirava-lhe 60 centímetros na altura, Salgado punha as paredes ao nível das janelas mais baixas para terem outra relação com o exterior. O módulo 2 se o fizessem de novo era mais largo que o 3. E, a entrada era desenhada de forma diferente.

A luz é o que de mais importante se retira do amplo espaço que é o CCB, apesar de parecer um “*bunker*” ou nada tenha a ver com a “arquitectura Portuguesa”⁷⁵³, “a obra é feita por arquitectos estrangeiros que no seu estilo não é

⁷⁴⁸ Caminho na afirmação de Manuel Salgado em que aquele lugar já era um “símbolo da relação do País e da cidade com o oceano e com o Mundo” Cit. Jornal “Correio da Manhã” 21 Jan. 92, logo integrado noutra símbolo personificado, Cavaco Silva, e nas suas políticas. Políticas que viriam a pensar na relação simbólica de Portugal com as Descobertas, dos oceanos com a EXPO98 que não poderemos deixar de associar a este simbolismo prático. Do ponto de vista político “foi alguém da sua antourage que congeminou que era preciso deixar a marca não, querendo comparar Marx com Cavaco, Marx uma vez disse se havia alguém que não era marxista era ele, Cavaco não era cavaquista” Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁴⁹ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁵⁰ Idem.

⁷⁵¹ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁵² Para Manuel Salgado o conjunto de todas as alterações conduziu a um problema de alargamento dos prazos, como o levantamento da Torre do grande auditório para espectáculos de Ópera. Todavia disse que “os atrasos não são graves e «não [existiam] motivo algum para se dizer que a obra não está pronta a tempo»” V. Nuno Henrique Luz no jornal “Semanário” 20 Abr. 91, p. 19

⁷⁵³ In revista “Visão” 09 Jun. 94, p. 68, sob o título “Espírito de rebanho”.

especificamente portuguesa”⁷⁵⁴ A luminosidade impressiona, pelo impacto ao longo do dia, entrando tanto por pequenas frestas como por amplos óculos que quase se confundem entre um e outro tipo de orifícios. Qual deles fornece mais luz ao interior?

Enquanto Salgado considera a "luz portuguesa" dura ao contrário da mediterrânea, Gregotti considera-a longa, com sombras densas. Por isso a espessura entre paredes e janelas é ínfima.

Entre outras coisas que não resultam é a relação do exterior norte com o Museu da Marinha e Jerónimos, mas a culpa segundos os arquitectos projectistas foi dos engenheiros da CML, que não deixaram "apagar" da vista os amplos prédios cor-de-rosa que ficam por detrás do centro.

Contudo outros erros foram cometidos, para que o centro abrisse para a Presidência das Comunidades, foi o chão junto à zona dos mastros, assim como os próprios mastros e suas plataformas, que foram completamente adulteradas.

Temos a análise das partes faltam as últimas fatias, como diz Manuel Salgado.

Para os arquitectos Manuel Salgado e Vittorio Gregotti a saída do último operários foi uma nostalgia, só que a afluência de público a um espaço destas dimensões compensa. Os projectistas do CCB ainda que não considerem uma obra de arte, por agora, tudo indica que ela o será num futuro muito breve. Para Gregotti a "arte é algo que transforma a vida das pessoas", nesse sentido, se o CCB modificar o tipo de relação das pessoas com a cultura certamente que é uma obra de arte pela humildade que existiu em falar com a cidade em voz baixa, em vez de um grito assustador. Todavia, este edifício veio a ser premiado num concurso internacional de edifícios de pedra mármore⁷⁵⁵.

Gregotti afirma que as ideias que tem hoje sobre a arquitectura estão consolidadas, porque são o resultado de 30 anos de teoria ajudada pela prática para «fundamento da arquitectura». "Estamos num momento tão difícil, tão ambíguo, cheio de ideias diferentes que mudam, com a moda sempre presente, aos gritos."⁷⁵⁶ Falta fazer uma reflexão teórica sobre este tipo de atitudes quando se está a trabalhar.

754

Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

755

O prémio de "Arquitectura de Pedra" foi promovido pela Feira de Verona, no âmbito da Feira de Intermarmomach 1993, (ano em que o CCB entra em plena actividade) premiou para além do CCB, de Gregotti e Salgado, mais dois projectos: o Centro de Congressos de Salamanca, de Juan Navarro Baldeweg e o Museu de Arte de Seattle (EUA) de Robert Venturi e Denise Scott Brown. In jornal "Público" 08 Jun. 93, p. 26

756

In revista "Público Magazine" 11 Jul. 93

Porque é que toda a gente fala deste lugar? Talvez pelos seus custos, em que M.^a José Stock, responsável pela cultura do CCB, dizia numa conferência de imprensa que nos primeiros tempos quando qualquer pessoa ia ao centro que dava a sensação que cada um tinha lá uma pedra pelos impostos que pagava. Outras falam do lugar, da sua história e do seu contexto, só que as coisas podem-se desta forma tornar comuns.

O mais importante é que a arquitectura nos últimos vinte anos mudou muito, na Europa, tendo Portugal acompanhado o ritmo, com obras de grande execução técnica e artística. Há uma consciência de mudança, não se sabendo se no estilo, se no valor acrescentado que é a obra de arte. Gregotti até neste ponto se sente moderadamente feliz, porque acha que deu o seu contributo para o que seja novo. Porque "à um conceito historicista na concepção geral dos gestos conceptuais do edifício que se devem aos Arquitectos Gregotti como Manuel Salgado"⁷⁵⁷

3.4.1 AS OBRAS E A GESTÃO DA SGII/CCB

A SGII foi a tentativa de ultrapassar a "burocracia do Estado"⁷⁵⁸ procurando soluções mais leves do ponto de vista burocrático, com vantagens, mas com desvantagens porque acabou por ser geridas de um forma distinta. É a "vontade de eficácia."⁷⁵⁹ Eficácia que o governo e Teresa Patrício Gouveia pretenderam através de um modelo de gestão que devia ser suficientemente flexível para que a obra pudesse ser executada com alguma rapidez. "E nesse ponto pensou-se numa solução operativa da gestão que pudesse conduzir aquela obra, segundo o modelo proposto. Houve concordância desse ponto de vista, [para que] houvesse uma empresa gestora que pudesse flexibilizar a condução dos trabalhos, tendo sido o modelo proposto pelo Ministro das Finanças"⁷⁶⁰, Miguel Cadilhe, um dos Ministro, que levantou alguma polémica no primeiro governo de maioria absoluta, de Cavaco Silva, pelas reformas impostas pelo seu Ministério.

⁷⁵⁷ Entrevista à Arquitecto/projectista do mobiliário de interiores do CCD, Daciano Costa, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁵⁸ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁵⁹ Idem

⁷⁶⁰ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

Os grandes problemas que se levantaram na prática tinham que ver, com os aspectos formais, da SGII, “quando na prática não era uma entidade gestora de investimentos imobiliários”⁷⁶¹. Realmente, o que se pretendeu “foi criar uma entidade que estivesse isenta de uma fiscalização mais regular por parte do Estado, para ter toda a maleabilidade para fazer a obra nos termos em que ela foi feita”⁷⁶² factos que vieram a pesar em algumas irregularidades segundo o TC, presidido por Sousa Franco. “Sobre as eventuais irregularidades na actividade da SGII(CCB), o presidente do TC limitou-se a dizer que não tinha comentários a fazer.”⁷⁶³ Depois de uma auditoria financeira que se realizou em virtude da forma de como foram conduzidas as obras, constatou-se que as irregularidades davam conta da existência de concursos públicos e empreitadas públicas, onde a SGII não respeitou a legislação vigente⁷⁶⁴. E existirá uma relação pouco transparente entre o governo e a empresa. “Ou seja, a Direcção Geral de Finanças (DGF), organismo que financia o projecto, é por sua vez o único accionista da SGII, facto que coloca algumas dúvidas quanto à circulação da verbas”⁷⁶⁵

“A SGII não apresentava contas ao parlamento, porque havia muitas maneiras de verbas participadas pelo estado não serem controladas pelo parlamento”⁷⁶⁶

Todos estes factos vieram a pesar na decisão final, do parlamento, através dos grupos parlamentares da oposição terem criado uma Comissão de inquérito para apurar os factos. Todavia, devido à maioria da bancada do PSD, não foi possível passar a proposta de inquérito, sem antes se terem que agrupar num documento as 200 assinaturas para esta comissão ser criada. Um dos seus primeiros subscritores foi António Barreto e o actual presidente a AR, Almeida Santos.

Depois de um debate aceso sobre a SGII, foi finalmente criada a comissão que veio a ser presidida pelo deputado do PCP, António Filipe.

A comissão acabou por chegar à conclusão de que houve algumas irregularidades, mas o contexto político e a necessidade de abertura do Centro deixaram a comissão apenas pela fiscalização e apuramento de factos. Segundo António Filipe, o problema veio à tona porque o TC verificou a contabilidade da

⁷⁶¹ Entrevista ao Deputado António Filipe do PCP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ In jornal “Público” 20 Abr. 91, p. 1

⁷⁶⁴ Decreto-lei 320/90 de 15 de Outubro, DR 1ª Série, n.º 238, pp. 4201-4283; Decreto-lei 62/90 de 21 de Dezembro, DR 1ª Série, n.º 293, p. 5202; e Decreto-lei 235/86 de 18 de Agosto, DR 1ª Série, n.º 188, pp. 2035-2074

⁷⁶⁵ In jornal “Público” 20 Abr. 91, p. 1

Sociedade. Contudo, o relatório final da comissão tornou-se inconclusivo, já que a maioria do PSD, não aceitou o relatório final proposto pelo presidente da comissão, ficando a na redacção que a "complexidade das questões que constituíram objecto de averiguações"⁷⁶⁷ e pelo pouco tempo disponível nesta Legislatura (VI de 1991-1992) que se apurassem todos os factos.

A conclusão das obras do CCB, viriam todavia a ficar pelos primeiro três módulos, dos cinco inicialmente projectados, e a SGII extinguiu-se depois de abrir ao público o CCB, pela mão da FD. A fórmula inicial de custos de 6 milhões veio a fixar-se, para esta obra do regime, em aproximadamente 40 milhões de contos, já que os números não são precisos quanto aos seus custos.

O poder político do governo, de Cavaco Silva, deixou, mesmo assim, a sua marca simbólica desta forma junto à antiga praia do Restelo, no final deste século.

3.5 AS DECISÕES POLÍTICAS TOMADAS PELA SEC

A política cultural da SEC, quando liderada por Santana Lopes pautou-se pelos mesmos objectivos que prosseguia o segundo governo de maioria absoluta de Cavaco Silva, mais Estado com menos Estado. Quer dizer, com a descentralização de poderes o Estado suporta melhor todos os seus encargos.

A política cultural utilizou os mesmos argumentos, descentralizando a política nacional de cultura, criando delegações em diversos pontos do país, para fazer face a uma política regional de cultura, apostando na dinamização das potencialidades da cultura local e regional, facilitando o acesso à cultura por parte da população. Santana Lopes classificou, tal facto, como uma medida "inovadora" a decisão de retirar aos centros de decisão da política cultural de Lisboa e do Porto todo o peso que tinham até então⁷⁶⁸. O secretário de Estado via «a grande divisão que existia e a revolta que há décadas subsiste em muitas parcelas do território» como uma das consequências para as queixas que o interior apresentava em relação ao litoral.

⁷⁶⁶ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁶⁷ Diário da Assembleia da República, 22 Nov. 91, VI Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (1991-1992)

⁷⁶⁸ O jornal "O Dia" de 23 Mar. 94

Santana Lopes⁷⁶⁹ ao longo do seu mandato teve sempre uma postura agressiva em relação à cultura, sendo polémico, agraciado, politicamente "desobediente" em relação a políticas tradicionalistas do pós-revolução, trazendo algumas novidades para a área da cultura. Muitas vezes sentiu que «a loucura que falta aos políticos», abria o diálogo entre políticos e artistas, num humor arrebatado pelo sentimento.

É dado como um político de futuro numa linha que há muito defende, a de Sá Carneiro. Considerado, por muitos, um homem de excessos. Parte que se reflecte na sua postura política e pessoal.

Santana Lopes, em Maio de 1994, disse que quando Cavaco Silva lhe pediu para fazer parte do governo, que era bom que ele tentasse concertar no Governo a política Cultural externa. Cavaco Silva nunca arriscou promovê-lo a ministro. Receio do seu impulso? Retracção em relação a uma vida privada em que Deus é importante, a Pátria também, mas a Família anda aos solavancos?

Santana Lopes, «sem papas na língua», chegou à política, e foi assim que esteve à frente da cultura⁷⁷⁰.

Todavia, de uma forma clara o responsável pela SEC afirma que «as capelinhas [eram] mais que muitas», querendo dizer que muitos dos organismos de estado ligados à cultura não dependiam da Secretaria de Estado que chefiava, no caso estava o Instituto Camões que dependia do Ministério dos Negócios Estrangeiros, liderado por Durão Barroso que muito tinham feito para a promoção externa da cultura Portuguesa.

Outra das apostas de Santana Lopes foi a ligação Escola/cultura. A SEC conjuntamente com o Ministério da Educação via Secretaria de Estado dos Recursos Educativos prepararam um projecto pioneiro de coordenação objectiva entre gabinetes. Com efeito a SEC preparou um despacho conjunto em que pela primeira vez, demonstra vontade política em resolver, quase de raiz, os problemas dos hábitos culturais dos portugueses. A ideia é consciencializar desde a infância a apetência pela cultura, estimulando a visita a museus, palácios, arquivos - para o ensino da história de forma viva sedimentando os hábitos de leitura -, bibliotecas,

⁷⁶⁹ «Há sectores da cultura que me interessam muito pouco. Sei os que me interessam mais e dedico-lhes mais tempo.» A medo. Santana Lopes revela as suas leituras preferidas: temas de Ciência Política e o Direito Constitucional. Hoje, já não tem paciência para romances policiais, mas Agatha Christie seduziu-o durante muitos anos. Na sua mesa de cabeceira estão, agora, o romance *Afirma Pereira*, de António Tabucchi, as memórias de Margaret Thatcher e de Winston Churchill, e dois livros sobre os serviços secretos Ingleses. Ao confirmar-nos estes dados, garante que «quebra a regra», temendo por isso «uma saraivada de criticas».

⁷⁷⁰ In revista "Visão" 03 Nov. 94

concertos de música erudita e popular, teatro, cinema, bailado, em suma, uma comissão mista que faz a ligação entre os vários estabelecimentos de ensino e as infra-estruturas culturais, porque "«não [lhe] falta dinheiro para aquilo que quer fazer, sobretudo nas áreas da defesa do património e do Livro e da Leitura»"⁷⁷¹.

A sua grande aposta foi, sem margem par dúvidas, o CCB e a gestão da FD⁷⁷². Nunca elogiou a sua antecessora na SEC, Teresa Patrício Gouveia⁷⁷³, mesmo sendo a precursora do projecto para o CCB⁷⁷⁴. O mais curioso é que na fase de construção o IPPC ficou de fora no processo e a SEC apenas se encarregou da instalação dos espaços culturais, já na vigência de Santana Lopes, que com os despachos n.º 32-B/91, criando o GIEC, e o n.º 32-C/91 nomeando a Professora M.ª José Stock para a respectiva direcção⁷⁷⁵.

Santana Lopes num jantar com a maçonaria adiantou em jeito de balanço que o Estado podia ter ido muito mais além em termos de aposta na área cultural, problema que certamente advinha da integração ou não da SEC no da Educação.

O problema do CCB, que tem um orçamento de milhões de contos/ano muitas vezes gera conflitos numéricos [questão afluada pelo jornal "Público" Mai. 94], onde afirmava que o CCB tinha um buraco no seu orçamento de meio milhão de contos⁷⁷⁶, porque o orçamento para este ano era de 2,6 milhões de contos o que não chegava

⁷⁷¹ Cit. Jornal "DN" 12 Jul. 92, p. 10, com o título "Não falta dinheiro à cultura"

⁷⁷² A gestão do espaço é feita por um corpo constituído por três elementos no Conselho de Administração, sendo um designado pelo Governo e os outros terceiro pelos vários órgãos constitutivos da Fundação, para um período de três anos. Depois de ter "conselho directivo e um conselho de administração constituído e um conselho de mecenas"; e a CML. In jornal "DN" 12 Jul. 92, p. 10

⁷⁷³ Que à frente da SEC se definiu como que pertencente "a outra «família»: a daqueles que sabem que a Cultura é um património nacional" que está para além das meras «fronteiras» nacionais, que de certo serviram para medir o "estado da Nação em cada um dos seus momentos históricos. Essa família, Dr. Santana Lopes, atravessa e interliga todo o espectro partidário, de Mário Soares a Adriano Moreira, para citar apenas dois exemplos que honram e enobrecem a consciência colectiva do País." In "Jornal de Letras" 11 Nov. 94, p. 6

⁷⁷⁴ O CCB é criado pela resolução do Conselho de Ministro 3/88 de 12 de Janeiro, onde se definia já o local - entre os Jerónimos e a Torre de Belém - e o seu primeiro destino, a presidência Portuguesa da Comunidade Europeia. A ideia vinha de Teresa Patrício Gouveia, então secretária de Estado da Cultura, e António Lamas, que estava à frente do IPPC. Nos finais do mesmo ano Oliveira Martins, Ministro das Obras Públicas pega no processo e em 1 de Março de 1989 cria o SGII-CCB. In jornal Diabo 09 Abr. 91, p. 12

⁷⁷⁵ M.ª José Stock, "pessoa adorável, [com um] rigor de pensamento bem documentado na sua famosa tese [sobre os conflitos no PSD], tem desempenhado bem o seu papel naquela «orquestra» de interesses tão contraditórios." V. jornal "DN" 21 Nov. 94, p. 35 "Gasta o seu melhor tempo no CCB [...] mausuléu do cavaquismo." Porque o seu prazer era "gerir as dificuldades do CCB [em vez de] investigar as causas de tanta monotonia na vida política portuguesa." In Revista "Expresso" 30 Jul. 94, p. 15 Num trabalho que iniciou em 1991 V. quadro 8 em anexo.

⁷⁷⁶ Avaliado por uma empresa especializada [I. P. Financeira] o CCB, no primeiro ano referia que ia dar meio milhão de contos de prejuízo, mesmo sendo o imóvel avaliado em 32 milhões de contos. In jornal "Independente" 12 Abr. 91, p. 14

para cobrir todas as despesas. O governo, o grande subsidiário do CCB, teve que injectar mais capital para solucionar o problema que entretanto ocorria⁷⁷⁷.

Com a criação do Centro de Animação Pedagógica (CCB) tentou-se colmatar tais fins objectivos que se começavam a expor (faltas orçamentais), por forma a levar o público jovem ao centro, visitando-o⁷⁷⁸, cultivando o gosto pela cultura nas suas diversas formas de arte⁷⁷⁹. Mas perante a sondagem de 1992 já 62% dos portugueses gostavam do edifício do CCB, mesmo que apenas 49% é que já o conheciam invertendo o sentido aos mais críticos do CCB. É que "a opinião de Siza Vieira⁷⁸⁰ e de outros defensores do Centro fizeram esbater a maior parte das críticas", estando no interior do país os mais favoráveis (82% gostam e 7% não), sendo os de Lisboa, por oposição, os mais críticos (40% não gostam contra 51%).

OS PARTIDOS MAIS FAVORÁVEIS					
PSD	74%	PS	47%	CDU	65%
AUTORIA: Carlos GODINHO, <i>Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)</i> , tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996					
FONTE: Sondagem realizada pelo EXPRESSO/Euroexpansão					

"Quanto à localização do edifício [criticada por Mário Soares, que entende que o CCB devia estar uma centena de metros mais desviado do Mosteiro dos Jerónimos, Jorge Ferreira do PP achou que "qualquer localização que tape os Jerónimos é má"⁷⁸¹, pois], a maioria (50%) preferia «outro local» e 41 por cento pensam que «fica bem onde está»"⁷⁸². "A localização do CCB muito próximo do Mosteiro dos Jerónimos, foi muito criticada, mas foi uma boa decisão, porque no sítio exactamente

⁷⁷⁷ Dizia então o jornal "Público" 02 Mai 94, p. 1 que "O Governo vai ter que disponibilizar mais dinheiro que o previsto. As expectativas relativas à adesão dos mecenas privados não se confirmam. O Secretário de Estado da Cultura tem, entretanto, em mãos uma proposta de estratégia para a captação de meios que viabilizem a automatização do Centro face ao Estado." Essa estratégia veio a passar pelo Lisboa94, só que o futuro tudo seria uma incógnita.

⁷⁷⁸ V. Gráfico/Tabelas 1, 2, 3 e 4 em anexo, no final do documento. O Centro Cultural não garante só por si a formação democrática e cultural dos jovens, mas fornecem um melhor acesso a essa maturidade". Mas "o jovem que frequenta Centros culturais (espaços de cultura), está melhor preparado para as alternâncias estéticas" Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁷⁹ V. em anexo as Tabelas/gráficos números 1, 2, 3, 4 e 5 de Machado PAIS, e at. Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa), Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

⁷⁸⁰ Arquitecto do Porto, de prestígio mundial, e responsável pela recuperação do Chiado, após o celebre incêndio em 1986.

⁷⁸¹ Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁸² In jornal "Expresso" 25 Jan. 92, pp. A14-15 com o título "Centro de Belém elogiado" e redacção de J. A. L. - Sondagem realizada pelo EXPRESSO/Euroexpansão - com painel do início da semana -

onde existe o CCB, existia um edifício (EMP) de características volumétricas muito semelhantes”⁷⁸³

A partir de determinada altura o PR Mário Soares comportava-se como um instrumento da oposição, como havia alguma controvérsia em relação ao CCB, ele participou nessa controvérsia “não sendo condicionante nas decisões políticas que foram tomadas”⁷⁸⁴, porque “a oposição a determinada altura utilizou o CCB como instrumento da oposição”⁷⁸⁵.

Santana Lopes, secretário de Estado da Cultura, tinha assim em mãos uma nova proposta para aliviar financeiramente do Centro, que passava pelo alargamento das benesses aos mecenas e um forte apoio por parte da organização de L94, apoio este que depois de 1994 já não acontecerá.

O governante da SEC, de forma efectiva chega a afirmar que tinha “aprendido muito neste cargo e visto «maravilhas que nunca veria de outro modo». Afinal, embora haja «muitas pessoas que vêm pedir subsídios»”, porque criou com alguns agentes culturais uma convivência que não se confina só a esses interesses. Sendo “o papel da SEC, era a aprovação do relatório de actividades e do orçamento [da FD], para os anos seguintes, [e] a concessão dos meios para perseguir as políticas”⁷⁸⁶

O traço fundamental que Santana Lopes imprimiu à sua política cultural foi o de «fomento ao nível das infra-estruturas»⁷⁸⁷. Auto-estradas da Cultura? Segundo Santana Lopes, antes de ele chegar à SEC, «quase não havia uma sala de espectáculos aberta fora de Lisboa. O CCB, o Teatro de São João, o Museu de Arte Antiga, o Museu do Chiado, o Museu Soares dos Reis, o Museu Machado de Castro...» considerando, assim, como dele estas obras. Outros dos projectos que apresentou [como seus] foram remodelações de base, como: na SEC e a Lei do Mecenato - «a mais avançada da UE»⁷⁸⁸ - não parecem ter colhido grandes frutos.

⁷⁸³ Entrevista ao Director do Jornal “Expresso” José António Saraiva, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁸⁴ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁸⁵ Idem.

⁷⁸⁶ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁸⁷ Nota saliente por Manuel Frexes, subsecretário de Estado da Cultura, no encerramento do Workshop de Economia e Gestão (ISEG) foi a de considerar que «o Estado deve abster-se sempre de intervir no gosto cultural dos cidadãos, autores e criadores», na defesa de uma «verdadeira política de fomento cultural» no jornal “DN” de 09 Nov. 94, p. 32 sob o título “SEC dá prioridade a infra-estruturas”, que encara como redes nacionais os “museus, de arquivos, de leitura pública, recintos culturais e cine-teatros, a que chamou «auto-estradas da cultura».” Numa viragem dos princípios idealizados por Teresa Patrício Gouveia.

⁷⁸⁸ A SEC, ao considerar esta nova lei a mais favorável, “visando majorações até 115 por cento”, editou um amplo desdobrável a cores, (...) com o objectivo de garantir que “a cultura tem mercado”

No CCB, o insucesso na captação de mecenas foi notório: apenas onze⁷⁸⁹, um número aquém do previsto inicialmente. Levando-o a afirmar que «nesta fase em que a expansão económica não existiu, com certeza que houve alguma retracção.» A Lei do Mecenato que “tornou-se um fracasso, porque os mecenas apareceram muito menos do que se previa, na primeira prestação, e têm vindo a desaparecer.”⁷⁹⁰ Não foi o instrumento mais adequado, porque uma empresa que está disposta a gastar dinheiro na cultura, é uma empresa que o faz com o interesse de ver publicitado o seu nome, marca ou produto, “o que não é, propriamente, o que acontece com o CCB”⁷⁹¹ Por isso, a “captar apoios mecenaticos foi uma via que não teve muito êxito”⁷⁹², já que com o passar do tempo o captar dos apoios se tornava mais difícil, face aos investimentos de programação.

“Grande era o tema e muito mais momentoso do que pode parecer à primeira vista, em particular porque, como é sabido, ao Estado sempre escassearam verbas e para a Cultura nunca sobraram - e, depois de se vender o edifício da Avenida da República para se custear o Centro Cultural de Belém, bem pode um dia destes aventar-se vender o Centro Cultural de Belém para custear outra coisa qualquer.”⁷⁹³

O CCB foi alvo de muitas polémicas⁷⁹⁴ tendo sido na altura alvo de um inquérito parlamentar, devido aos seus custos, já falados, “o inquérito recaiu preferencialmente sobre a SEC, Santana Lopes e Teresa Patrício Gouveia”⁷⁹⁵.

pois qualquer donativo, em dinheiro ou espécie, é considerado custo ou abatimento em IRS, tendo como limite 15 por cento do rendimento, salvo se for para o Estado, autarquia, entidades semi-privadas ou “Lisboa-94”. Para a SEC, “não [era] mais possível dissociar o desenvolvimento económico e cultural das populações, cabendo à sociedade civil e aos agentes privados a condição de se tornarem parceiros do Estado nesta área”. Porque é “fiscalmente atractiva e processualmente fácil” a participação da sociedade civil no desenvolvimento da Cultura e da identidade nacional”. O sublinhado é meu. In jornal “Correio da Manhã”, p. 37

⁷⁸⁹ CGD; Sidurgia Nacional; Tabaqueira; Transportes Aéreos Portugueses (TAP); Telefones de Lisboa e Porto (TLP); Lisnave; Banco Comercial Português (BCP); Banco Totta e Açores; Petrogal; Crédito Predial Português; e, Mundial Confiança. Á excepção do BCP, da Lisnave e do Totta, que possuem capitais privados, as restantes empresas têm capitais maioritariamente públicos.

⁷⁹⁰ Entrevista ao Director do Jornal “Expresso” José António Saraiva, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁷⁹¹ Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁹² Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁷⁹³ In Jornal “Expresso” 15 Jan. 94, bem como referia o jornal “Correio da Manhã” de 24 Out. 93 Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP criticou o Governo por ter inscrito, no OE de 1994, uma verba para a barragem do Alqueva (1300 mil contos) “inferior à que é destinada ao CCB. (...) para as obras do CCB, “três milhões e 700 mil contos”.

⁷⁹⁴ A polémica chegou ao Parlamento onde “a construção do Centro Cultural de Belém considerado o ex-libris da secretaria de Estado da Cultura foi mais uma vez alvo das criticas da oposição e, neste caso, o deputado do PCP José Manuel Mendes fez coro com Almeida Santos. Enquanto o socialista classificava o projecto como «o mostrengo», o parlamentar comunista referiu-se ao centro como um «elefante majestático», tendo manifestado mais preocupação com as dificuldades das orquestras portuguesas, a situação no São Carlos e o «holocausto» dos

Criando-se diversas expectativas em redor do imóvel e depois da Fundação que o haveria de gerir. Instalou-se o debate político, com Santana Lopes a desdobrar-se em debates, conferências e notas informativas, para assegurar a reputação do seu objectivo número um, o de realizar uma das suas maiores obras culturais⁷⁹⁶. O mais difícil foi meter a máquina em movimento. A FD era uma forma original de gerir um novo espaço cultural, feito com uma parte muito significativa do OGE, que foi engrossado com verbas dos Fundos Comunitários, já que o imóvel destinava-se à Presidência de Portugal da Comunidade Económica Europeia.

Nomeia-se então para a presidência da administração da Fundação, Antero Ferreira⁷⁹⁷ que viria a seu coadjuvado no órgão por Manuela Ataíde Marques⁷⁹⁸ e M.^a José Stock⁷⁹⁹, por proposta do Conselho Directivo da Fundação⁸⁰⁰.

As coisas não correram bem entre os três membros do conselho de administração do Centro, e em finais do primeiro trimestre de 1994 estala a polémica, com Manuela Ataíde Marques a acusar M.^a José Stock de ser a principal responsável

arquivistas." In jornal "A Capital" 03 Abr. 91, p. 3, com o título "Centro de Belém reata polémicas no parlamento", na coluna "Arquitectura" e que viria a ser retomada a quando da discussão do inquérito parlamentar, In 07 Jun. 91, V Legislatura, 4^a Sessão Legislativa (1990-1991), reunião plenária de 6 de Junho de 1991. Mas para Manuel Salgado ela era "positiva, ajudando a arejar os espíritos" Cit. Jornal "Correio da Manhã" 21 Jan. 92

⁷⁹⁵ Entrevista ao Deputado António Filipe do PCP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996. António Filipe foi o deputado que presidiu à Comissão de Inquérito Parlamentar n.º 23/V de 1991, que os principais deputados subscreveram, já que o membros do grupo parlamentar do PSD tinham votado conta, de entre os demais estava o futuro líder do Governo António Guterres. Os partidos que votaram favoravelmente, para a criação da comissão, foram o PS, PCP, CDS, PRD, e o deputado independente Herculano Pombo.

⁷⁹⁶ Protagonismo que quando estava fora de cena, era figura central de um humor político, como foi o caso no jornal "Independente" de 14 Mai. 93, p. III-5. "Estará a tramar um «facto político» tem ido às estreias de teatro? Perdeu-se nos corredores do Centro Caricatural de Belém? Perguntas legítimas sobre o homem que anda (injustamente) arredado da cena política."

⁷⁹⁷ Todavia Cavaco Silva, apesar dos desmentidos viria ainda que «não [tenha feito um] convite oficial», chamou Roberto Carneiro [que este recusou], forneceu-lhe todos os dados sobre o Centro e pediu-lhe que aceitasse a liderança do projecto." In jornal "Independente" 03 Jan. 92, p. 56, Aparecendo em segunda opção Coelho Ribeiro nomeado Presidente da FD [nomeação que surpreendeu a classe política] "mas quando se observa a carreira pública deste proeminente advogado compreende-se melhor as razões do Governo" In jornal "Semanário" 25 Jan. 92, p. 15 Todavia, "não há dinheiro para acabar as obras e pôr o Centro Cultural de Belém a funcionar. as finanças arranjam 1,5 milhões de contos, mas ainda faltam 2,5 milhões." Ficando o ambiente na FD longe de ser o melhor. "No Centro Cultural de Belém não há qualquer previsão orçamental para 1993" "O Estado, na pessoa do primeiro-ministro (que, além do mais, tutela a Secretaria de Estado da Cultura), nunca terá garantido que essa verba seria disponibilizada. Daí a recusa de Álvaro Barreto e Roberto Carneiro aos convites que lhe foram dirigidos para presidir à Fundação das Descobertas." In jornal "Público" n.º 858, 10 Jul.92, p. 1

⁷⁹⁸ Manuela Ataíde Marques foi a primeira vogal da do Conselho de Administração da FD presidida por Coelho Ribeiro, "enquanto Francisco Veloso, Augusto Ataíde e António Pinto Leitão farão parte do conselho directivo." In jornal "DN" 19 Jun. 92, p. 1

⁷⁹⁹ In jornal "Independente" 13 Mai. 94, p. 9

⁸⁰⁰ Este Conselho Directivo é constituído por Antero Ferreira, Francisco Veloso, vice-presidente, e seis vogais, António Pinto Leite, José Carlos Megre e M.^a José Stock são alguns dos vogais

pela situação económica da Fundação⁸⁰¹. Acto que derivava segundo a acusação, de encomendas feitas pela responsável do pelouro da cultura, M.^a José Stock, e não visadas pela responsável pela área financeira da Fundação.

Nesta altura, Santana Lopes criou um braço de ferro com Cavaco Silva, pois pretendia a demissão de Ataíde Marques, já que não havia fundamento para tal polémica criada por esta administradora⁸⁰².

Depois da defesa da sua dama, Santana Lopes chegou a um consenso com o Primeiro-ministro: os outros membros do conselho de administração manter-se-iam, Antero Ferreira e M.^a José Stock, enquanto Ataíde Marques punha o seu lugar à disposição e que veio a ser ocupado por Teresa Duarte Silva. Segundo, Manuel Frexes, o que pesou na demissão "Manuela Ataíde Marques"⁸⁰³, foram questões de incompatibilidade pessoal com M.^a José Stock⁸⁰⁴. O Presidente da FD "absteve-se de fazer qualquer comentário sobre a [...] situação, agravada pela ausência de resposta de Cavaco Silva" por que se vivia "nos diversos sectores do Centro Cultural de Belém (exposições, espectáculos e reuniões) [uma] grande expectativa e de grande preocupação"⁸⁰⁵.

Este facto criou alguma instabilidade no seio da SEC e da Fundação, pois nem o presidente da Fundação nem Santana Lopes conseguiam chegar à conversa com o Primeiro-ministro, para se tratar tão badalado assunto. Todavia depois de Santana Lopes e Cavaco Silva terem estudado os *dossiers*, que pressupunham tais factos, a contenda, saiu a favor do Secretário de Estado.

A partir de então as relações entre o Primeiro-ministro e presidente do maior partido Português [o PSD, entre 1985 e Out. de 1995], Cavaco Silva, mesmo querendo este "levar todos os elementos do seu governo até ao fim"⁸⁰⁶ já nunca mais

⁸⁰¹ In jornal "Independente" 06 Mai. 94, p. 10 Em consequência dos factos o deputado Fernando Pereira Marques, do PS, fez um requerimento à AR sobre "a situação e perspectivas do (...) CCB". "Este requerimento vem no seguimento das recentes demissões de responsáveis do CCB, tanto nas áreas financeiras como artísticas." In jornal "Público" 04 Out. 94, p. 24

⁸⁰² No entanto, Cavaco Silva, apesar de ter aceite o pedido de demissão, não o admitiu publicamente. Pensou antes resolver o que fazer a Antero Ferreira e M.^a José Stock, enquanto, Manuela Ataíde Marques se mantinha em exercício das suas funções. Até o primeiro-ministro decidir o destino do Conselho de Administração da FD. Recorde-se que há mais de uma ano, Coelho Ribeiro, ex-presidente do Conselho de Administração desta Fundação, quando foi convidado a demitir-se por Cavaco Silva, aceitou. In jornal "Independente" 06 Mai. 94, p. 10

⁸⁰³ Teresa Duarte Silva veio ocupar o lugar de Manuela Ataíde Marques no Conselho de Administração da FD - decisão nomeação que foi tomada pelo Conselho de Ministros, referida nas páginas dos jornais "Público" e "Independente" de 17 Jun. 94, p. últ.

⁸⁰⁴ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁰⁵ Jornal "Semanário" de 04 Jun. 94, p. 58, com o título de "CCB: tudo na mesma"

⁸⁰⁶ Entrevista ao Director do Jornal "Expresso" José António Saraiva, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

foram as melhores, prevendo-se antecipadamente a demissão de Santana Lopes da SEC, o que veio a ocorrer já nos finais de 1994, vindo a ser substituído pelo seu subsecretário de Estado⁸⁰⁷, e por razões que não tiveram a ver com este caso, mas com a organização do seu próprio partido⁸⁰⁸. Mesmo que em Maio de 1994 Cavaco Silva tenha conseguido convencer "Dias Loureiro [Ministro da Defesa] e Pedro Santana Lopes a ficarem no governo"⁸⁰⁹

Mas o CCB não parou, nem deixou de ser condicionado pelos factos políticos.

A discussão estava aberta, desde 1993, à volta do dinheiro público e o povo opinava sobre as regras determinadas pelo Secretário de Estado.

Na televisão privada, de Pinto Balsemão, alguns meses antes da polémica, mas como que prevendo-a, "o povo telespectador opinou, empatando as respostas positivas e negativas ao facto de se saber se o Estado deve ou não financiar a produção cultural."⁸¹⁰ Mas o que ressaltou do programa de Miguel Sousa Tavares⁸¹¹, «Terça à Noite», foi que "com tanta gente cosmopolita informada na sala, a ninguém ocorreu dizer que a larga maioria da produção cinematográfica, teatral, ballética ou operática que se faz na Europa é, directa ou indirectamente, custeada pelos Estados? Ou seja, que o caso Português não é nem original nem solitário e que só é mais extremo - isto é, menos independente do Estado - porque o país é, em todos os domínios, subdesenvolvido? E que, a acabar a sustentação do Estado nesses domínios, mais valia a gente emigrar porque Portugal ficaria entregue à barbárie?"⁸¹²

As tensões e distinções culturais, passavam em Fevereiro de 94 por uma opção de estratégia, liderada pelo Primeiro-ministro Cavaco Silva. Um mês depois

⁸⁰⁷ Que "por delegação oficial de competências do primeiro-ministro, os assuntos da Secretaria de Estado da Cultura são despachados pelo subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes." Cit. jornal "Público" 24 Dez. 94, p. últ.

⁸⁰⁸ Os partidos da oposição vieram a considerar esta decisão "como sinal da crise do Governo/PSD". Para Arons de Carvalho (PS), foi "«um sintoma da grave crise que assola o Governo e o PSD»", sendo "«acusado de ser o primeiro a sair do barco quando ele se está a afundar»". Para Vitor Dias (PCP) foi "«mais um sinal de enfraquecimento» das «dificuldades» da política do Governo explicam a «laboriosa encenação sobre o destino político de Cavaco Silva» que representa uma «ofensa à inteligência dos portugueses»". Para o líder do grupo parlamentar do CDS-PP, Naranha Coissoró, "«o Governo está em decomposição». Embora considerando tratar-se de um «problema interno do Governo e do PSD», o dirigente centrista afirmou que a saída daquele governante «é uma consequência lógica» da discordância de Santana Lopes perante a estratégia do Governo manifestada no Conselho Nacional do PSD", "Por sua vez, a ex-subsecretária de Estado da Cultura, Maria José Nogueira Pinto [hoje deputada do PP], considerou que o pedido de demissão de Santana Lopes «não tem espécie de interesse, nem para o país, nem para os portugueses, nem para a cultura em Portugal»." In jornal "Correio da Manhã" 22 Dez. 94.

⁸⁰⁹ In revista "Visão" 26 Mai 94, p. 20

⁸¹⁰ Ibidem

⁸¹¹ Jornalista da estação privada de televisão SIC.

⁸¹² Ibidem.

decorrem no CBB, nas jornadas parlamentares dos sociais democratas⁸¹³. Um facto carregado de simbolismo⁸¹⁴. Este junta-se aos deputados do «seu» partido (PSD) na⁸¹⁵ «democratização» da cultura, tudo porque a Igreja e a oposição Socialista começavam a criticar o Secretário de Estado, Santana Lopes.

A oposição chegava a afirmar que «Santana Lopes [era] um mãos-largas verbalmente, depois é que é pior...»⁸¹⁶. Duarte Lima, líder da bancada parlamentar do PSD na AR, vem em defesa do Primeiro-ministro, dizendo que «o senhor Primeiro-ministro vem demonstrar que não se preocupa só com o desenvolvimento sócio-económico do País, mas também com a preservação cultural». Facto que leva a oposição vir a interrogar se "O Centro Cultural de Belém é ou não uma obra clandestina⁸¹⁷, existe ou não face à lei?"⁸¹⁸ Questão levantada pelo deputado do PS, Pereira Marques, ao subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes, que se escusou à resposta, refugiando-se nas opções de estratégia da SEC. Estratégias que passam pela preservação da Língua nacional através da defesa do património⁸¹⁹. Ou seja, as suas "prioridades, não eram os espectáculos nem a sua produção, era a defesa da língua, património e sua defesa, e foi aí que investi grande parte do orçamento que tinha"⁸²⁰

Em Março de 1994, o presidente da APOM Batista Pereira, considerou os grandes projectos como o CCB «bloqueadores da definição de uma política museológica harmonizadora e integradora», porque grandes projectos como este envolvem grandes recursos financeiros, assentando portanto tais ideias numa estratégia de «showbusiness» do que numa verdadeira dimensão patrimonial que defenda o país. Ao mesmo tempo que proferia estas palavras afirmava que «não é que não lhe reconhecamos utilidade e, a médio prazo, vantagens na criação de hábitos culturais numa população que só reconhece espectáculos de massas (...)».

⁸¹³ In jornal "Independente" 25 Mar. 94

⁸¹⁴ In jornal "Expresso" 17 Mar. 94

⁸¹⁵ In Jornal "DN" 22 Fev. 94

⁸¹⁶ Ibidem.

⁸¹⁷ Esta interrogação surgiu - V. nota rodapé seguinte - devido à publicação nos jornais da falta de alguns trâmites legais por parte do Estado, que é detentor do imóvel. Sendo da FD apenas detentora dos direitos de superfície, para Antero Ferreira cabia ao Estado solucionar o problema. Pois o CCB não se encontrava inscrito no registo predial V. Actividades de 1994 - FD, p. 7 "o que implica que os terrenos onde foi construído, e que foram expropriados pelo Estado a particulares, permaneçam em nome dos antigos proprietários, impossibilitando que os direitos de superfície do imóvel passem para nome da Fundação das Descobertas, o que deverá ser objecto de escritura pública." In jornal "Público" 03 Mar. 94, p. 29

⁸¹⁸ In Jornal "Público" 5 Fev. 94, p.29

⁸¹⁹ Manuel Frexes, em Castelo Branco, declara "ser «falso» que a política do seu departamento é de «acção passageira, efémera e de foguetório»" Cit. jornal "Correio da Manhã" 08 Dez. 94, p. 28

Mas é necessário «não dar exclusiva atenção aos grandes projectos com que infelizmente, macaqueamos os projectos do "Louvre" ou o lançamento, com mais de dez anos de atraso, da estratégia do centro "Pompidou", como acontece com o Centro Cultural de Belém, Culturgest ou até Fundação de Serralves, reedição empobrecida do projecto da Fundação Gulbenkian, que sempre funcionou num registo de equilíbrio, mas cujo modelo tem mais de 30 anos»⁸²¹.

Foi exactamente a Fundação de Serralves⁸²², criada por Teresa Patrício Gouveia, que teve no meio de uma polémica que envolveu todo o "staff" da SEC [que viriam a ser motivo de discussão interna, entre as chefias⁸²³], fundamentalmente Santana Lopes, numa problemática que envolvia tanto verbas, como condições para o exercício das funções do órgão de administração⁸²⁴. A problemática derivava das altas verbas que eram retiradas do OGE para o CCB, enquanto a Fundação não recebia tão avultada quantia. Só com a intervenção do Primeiro-ministro foi desfeita tal polémica, que se arrastava já desde o mandato de Teresa Patrício Gouveia à frente da SEC.

O diferendo entre as várias reivindicações, no que concerne à paternidade de determinados projectos de vulto, reivindicados por Santana Lopes, são ao mesmo tempo, causa de maternidade, de Teresa Patrício Gouveia, já Ministra do Ambiente. Esta começou grande parte dos projectos que vieram a ser concluídos pelo "L'enfants terrible", do PSD e do governo de Cavaco Silva. Este contencioso, chegou inclusive ao Conselho de Ministros de 3 de Junho de 1994, quando se discutia o

⁸²⁰ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸²¹ Jornal "O Dia" 23 Mar 94

⁸²² "O Estado comprou o edifício da Fundação de Serralves. Tendo o Estado comprometido em dar um subsídio de 128 mil contos para a Fundação para as despesas fixas", In Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996, vindo Teresa Patrício Gouveia a ter "o sentido de equilíbrio, com o museu de arte contemporânea para o Porto" como se podia observar a estratégia era deliberada, admito perfeitamente que sim, porque quando o CCB foi construído a ideia de fazer museus de arte contemporânea era muito comum por todo o mundo. Não sendo nada inovador, em relação a Portugal, porque aí há uma velha tensão entre Porto e Lisboa. Que entre o CCB e a Fundação de Serralves, ambas as instituições, no consulado de Teresa Patrício Gouveia, "há uma geopolítica das artes dentro de Portugal que faz com que o museu seja um eterno adiado". Cit. Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸²³ Ainda que na altura consideradas como meras hipóteses, as remodelações na SEC, Manuel Faicão [então, chefe de gabinete do secretário de Estado da Cultura], considera[ndo] "premature" falar sobre elas. Admitiu, no entanto, que havia "estudos tendentes a uma reorganização da Secretaria de Estado e dos vários organismos que dependem dela" e que o objectivo era, para Santana Lopes, racionalizar os serviços. A reestruturação, da responsabilidade do secretário de Estado e dos subsecretários adjuntos, M.^a José Nogueira Pinto (que veio a ser líder parlamentar do CDS-PP em 1997) e António Sousa Lara e pelos respectivos assessores jurídicos. Cit. Jornal "Público" 25 Fev. 92, p. 34

⁸²⁴ Por isso Teresa Gouveia veio a manter "contencioso" com Santana Lopes, In jornal "Expresso" de 04 Jun. 94, p. últ. sob o título "Teresa e Santana com visões opostas".

projecto de Decreto-lei para Serralves, onde abriu mais uma vez a polémica entre as duas partes.

O problema de "Serralves" veio mais tarde a ser solucionado com a visita do Primeiro-ministro e o secretário de Estado a Serralves, pondo fim à discussão em torno de tal emblema da cultura. O conselho de administração da instituição chegou a acordo com Santana Lopes assinando um protocolo entre as duas partes. Todavia, importa salientar que "Teresa Patrício Gouveia é uma personalidade ligada ao campo intelectual, ao contrário de Santana Lopes, que com todo o seu voluntarismo, está ligada ao mecenato, Fundação de Serralves, CCB, etc. e à sua introdução em Portugal. Outra das suas particularidades é que depolitizou ou despartidarizou a questão da cultura. Teve uma grande neutralidade no campo intelectual para um cultural

Santana Lopes, por vezes, coloca-se na posição de «perseguido» pelos media, pela opinião pública... E lança o «Porquê eu? Porquê só eu?» depois, reconhece que a atitude de secretário de Estado da Cultura difere da de qualquer outro membro do Governo. Deve estar presente em acontecimentos culturais de relevo: «tem de ter a abertura de espírito suficiente para assistir a manifestações culturais que não correspondem aos seus primeiríssimos gostos. Aprende-se a gostar de tudo.»⁸²⁵

«Nunca fui dado a ter ídolos na vida. O único foi o Dr. Sá Carneiro. Trabalhar com o nosso ídolo quando se é tão novo e depois vê-lo acabar assim! Nos meses seguintes, acordei muitas vezes de noite - não tenho vergonha de o dizer - a chorar e com pesadelos.»⁸²⁶

«E o Dr. Cavaco Silva não é um ídolo?» Porque para Santana Lopes "Cavaco Silva é o «cimento» de duas correntes que coexistem no PSD" mesmo que ele corresponda "à «refundação do partido», reconhecimento que não invalida a necessidade «de uma clarificação interna» quando Cavaco Silva se retirar."⁸²⁷ Todavia, dizia Santana Lopes que «É uma pessoa por quem tenho enorme admiração e enorme respeito. Mas confesso que um grande fascínio pessoal e intelectual só o tive pelo Dr. Sá Carneiro.» E mais afirmou que de uma forma impulsiva era capaz de «tomar uma atitude que seria imprevisível para [ele] mesmo cinco minutos antes.», por isso disse, em Maio de 1994, "Ha[via] gente do PPD-PSD

⁸²⁵ In jornal "Público" 08 Mai. 94

⁸²⁶ Idem.

⁸²⁷ Idem, p. 7

que está[va] em casa e faz falta ao partido, [como] Álvaro Barreto, Miguel Veiga, José Miguel Judas, Marcelo Rebelo de Sousa."⁸²⁸

3.6 CCB: ROMPIMENTO COM O PASSADO

Apenas poderemos responder a um virtual rompimento com o passado se for aceite como ideia base que todas as organizações no final deste século XX deixaram de ter raízes em filosofias determinadas pelos finais do século passado. Logo, as organizações, segundo Hammer, o passado deixa de ter sentido como abordagem organizacional⁸²⁹. Os modelos predominantes assentes em estruturas funcionais tendem a gerar forças contraditórias que propiciam ineficiência⁸³⁰. A «balcanização» é uma das mais acentuadas. De facto, é usual que as áreas funcionais assumam posicionamentos de autonomia relativa com manifestas dificuldades de comunicação quando não contraditórias com outras áreas, tornando-se vital criar e implementar estruturas que favoreçam práticas de gestão integradas propiciadoras de eficiência. Desta forma, procura-se, com menos recursos fazer-se mais.

Temos, por isso, que encontrar em alternativa à inflexibilidade e incapacidade das estruturas funcionais um conjunto de novos modelos que permitam reencontrar a dimensão estratégica das estruturas organizativas.

Parece-me que a FD⁸³¹ é um exemplo coerente com este novo tipo de discurso organizativo⁸³², porque tem um tipo de estrutura⁸³³ que assenta não só nos

⁸²⁸ In jornal "Público" 08 Mai. 94, p. 22, cit. Santana Lopes, Sete à Sexta, SIC, 6 Mai. 94

⁸²⁹ Michael HAMMER, (a propósito do seu livro Reengineering the Corporation) entrevistado por BLINDER, Caio, *Pense Invente, Crie, Comece*, In *Exame*, 55, ano V, Out. 1993, pp. 32-38

⁸³⁰ "A importância de uma competitividade estrutural (Boyer, 1989), a qual remete para a qualidade dos recursos humanos e, mais especificamente, dos fenómenos de aprendizagem e da cumulatividade dos saberes". (Lopes, 1990)

⁸³¹ Agora, importa privilegiar a actividade cultural e a forma como se desenvolve o processo de tomada de decisões, no seio da organização. A este processo vamos chamar racionalidade cultural organizacional, porque os eventos, produtos mediáticos, são lançados para um consumo em curto espaço de tempo, determinando algum rigor ao nível das chefias e delimitação organizacional na estrutura.

⁸³² O modelo organizacional é do tipo adhocrático, na sua configuração estrutural e funcional, onde a especialização horizontal se aproxima das diversas especialidades individual. Esta perspectiva pode virtualmente ser definida por uma estrutura matricial com mecanismos de ligação intra e inter-grupal onde a pouca formalização das ordens e a redefinição das relações de trabalho são definidas pelas necessidades circunstanciais do que pelos factores de contingência impostos.

factores de contingência mas também nos seus processos de decisão da componente administrativa.

3.6.1 A ESTRUTURA DO CCB: CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES

Toda a organização e poder tem como base de sustentação dois vectores fundamentais, numa perspectiva orgânica da organização:

- ⇒ o impacto da organização interna e externamente;
- ⇒ a forma da estrutura matricial da própria organização.

Quanto ao impacto da organização ele dependerá fundamentalmente da variante estrutural externa, alicerçada na definição da sua própria identidade. Em certa medida incorpora-se na política seguida pelos seus órgãos de Direcção que determinam o projecto em "acção", maximizando a racionalidade do produto e sintetizando uma lógica cultural⁸³⁴ adjectivada pela sociedade⁸³⁵. A forma de imposição discricionária determinada pelo mercado, passa, no caso em estudo, tendencialmente *elitista* na área cultural, sem ser predominantemente virada para as massas, por uma política tipificada pelo dimensionamento do CCB. Será, então, vantajoso conhecer o tipo de cultura na organização (racionalidade cultural e organizacional) que depende dos comportamentos determinados pelas "regras do jogo" impostas pelo factor empresarial (tratando-se de uma entidade de direito privado).

⁸³³ Segundo MINTZBERG, toda a actividade humana organizada deve responder a duas exigências fundamentais e contraditórias: a primeira fixa na divisão do trabalho entre as várias tarefas a realizar e a segunda entre a coordenação imprimida dessas tarefas para a execução efectiva do trabalho. É deste conceito que Mintzberg retoma a ideia de que «a estrutura de uma organização pode ser definida simplesmente como a soma total dos meios empregues para dividir o trabalho entre tarefas distintas para em seguida assegurar a coordenação necessária entre essas tarefas».

⁸³⁴ Que para Alexandre MELO, Arte e Mercadoria, In M.^a de Lourdes Lima dos SANTOS, *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do ICS-UL, Estudos de Investigação, 1994, p. 84, diz que esta depende dos mecanismos de articulação entre as políticas económicas dos galeristas e as lógicas dos governos e instituições. Frisa que são estes mecanismos que validam a legitimação das obras.

⁸³⁵ Para que seja objectivado em circunstância os pressupostos apontados, não sendo visualizados em concreto, procedi a uma recolha de informação que se baseou no levantamento de atitudes e valores em relação a dois momentos e eventos realizados no mesmo período, com finalidades e espaços de tempo de exposição ao público diferentes, para se poder responder a uma determinação geral que é estudar o quadro matricial da organização.

Quanto à forma organizacional, assente em dois pressupostos, é concretizada pelas "regras do jogo" - sem que os vários actores sociais intervenientes tirem benefícios do acto causal, através de uma liberdade individual - mas que possam estar entregues a uma hierarquia criteriosamente delimitada, compreendendo a verticalidade do quadro organizacional no processo de tomada de decisões (organograma) sem se deixarem de expressar através dos «quadros dirigentes do vértice estratégico da adhocracia» que «podem consagrar muito tempo à formulação das estratégias explícitas» como assinala Mintzberg, numa abordagem circunscrita ao tratamento de diferendos que surjam na escolha de estratégias.

As chefias directas integram-se no aparelho burocrático dos sistemas organizacionais, focando-se aí a qualidade do desempenho de funções como o sociólogo Gouldner⁸³⁶ analisou.

Taylor, com base no taylorismo prático, por sua vez pensa que são as chefias directas que têm um papel decisivo na ponte que racionaliza o grau de exigência entre a prática dos especialistas - numa configuração organizacional, relativa a custos e especificações técnicas - com realidades humanas que transparecem do trabalho efectivo. O retracto *robot* que se pode fazer de uma situação aparentemente similar é que o tipo de relações torna-se muito mais biunívoca do que unívoca. Noutro sentido, Touraine e Durrant⁸³⁷ julgam que o papel compensador, entre relacionamentos com uma "geometria variável", toma características muito mais informais quando existem exigências técnico organizacionais.

O processo da tomada de decisões é tão mais importante quanto mais burocratizada for a estrutura organizacional, logo, a flexibilidade não depende apenas de um sector ou equipa mas das várias equipas ou sectores o que é determinantemente impossível avaliar de forma externa e sem bases assentes em modelos.

Nos tempos modernos o mais importante face ao desenvolvimento dos modelos organizacionais, para a área económica é o modelo burocrático ou mecânico, podendo-se esgotar em caso de crise, rompendo com o modelo taylorista-fordista, em que o sustento pelo topo do modelo se desenvolvia pela grandiosidade da base. Perante pressupostos deste tipo a via normal que é tomada vai ao encontro de modelos organizacionais mais flexíveis e participativos, onde a pouca «formalidade, autoridade, comunicação e controlo de redes, descentralização das decisões e responsabilidades, maleabilidade na definição de tarefas e funções e

⁸³⁶ A. GOULDNER, *Patterns of Industrial Bureaucracy*, 1964

polivalência da autonomia dos trabalhadores»⁸³⁸ é que determinam o impacto da organização. Este tipo de teoria contingencial é determinante se o sistema for dinâmico e complexo. Situação encontrada no CCB, pela actividade centralizada pelo seu órgão de gestão. Em resumo o modelo que melhor se enquadra pela sua natural simplificação estrutural, configurando-se como o mais próximo das exigências económicas, sociais e culturais é o Adhocrático definido por Mintzberg.

É claro que a adhocracia não se vislumbra unitária e simplificadora do sistema, porque tem os topos mais estreitos, e perfeitamente burocratizados, de forma profissional e em alguns casos pontuais é do tipo burocrático-mecânico, transparecendo maior fiabilidade estrutural no seio da organização.

Para o caso em estudo, quanto à configuração da estrutura organizacional do CCB o que mais importa é a fiabilidade que a racionalidade cultural da organização estabelece com a variedade de programas que mete à disposição de todos quanto visitam o Centro, enquanto resposta casualística numa pura imediatização dos seus produtos, num processo constante na renovação de "stock`s"⁸³⁹, por forma a garantir a assiduidade de visitantes.

A própria simplificação do modelo, na sua estrutura e dimensão, (em aspectos relativos e divisionistas se nos enquadrarmos nos vários centros dentro do CCB) procura nos meios chaves de coordenação um acentuado ajustamento mútuo que só é possível orientar porque a base do sistema é definida pelas equipas de apoio que interagem de uma forma dinâmica e pluridisciplinar.

A formação é determinante na rentabilidade das equipas, necessitando de um grande investimento para cada tipo de produtos. Neste caso a FD aposta objectivamente na formação dos vários funcionários⁸⁴⁰, para que os vários eventos resultem como previsto pelas suas equipas de produção/trabalho⁸⁴¹, porque a eficácia sistémica depende em muito da racionalidade cultural da organização.

⁸³⁷ A. TOURAINE, e Durrant, cl. (1970) Sociologie du Travail

⁸³⁸ V. estudo de Ilona KOVÁCS sobre a Concepção e Implementação de Um Modelo Organizacional Flexível, na revista Organizações e Trabalho n.º 3-4, da Associação Portuguesa de Profissionais de Sociologia Industrial.

⁸³⁹ A referência vai para a variedade da programação que é levada a efeito ao longo do ano, considerando-se o CCB uma unidade pluridisciplinar e interactiva, ainda que com diferentes níveis de acção.

⁸⁴⁰ Para que a formação seja uma realidade pedagógica e didáctica, segundo as palavras da Dr. Rita Lougares, coordenadora museográfica no CCB, existe uma especialista que antes de qualquer exposição ou espectáculo ser mostrado ao público define, em coordenação com o grupo de trabalho, qual é o tipo de formação específico para cada um dos grupos que vai "actuar" em relação ao evento para a qual foram preparados.

Cultura social que não pode ser dissociada da formação académicas dos funcionários para que a inter e multidisciplinaridade sejam anexadas a um dos objectivos da administração que é a complementaridade dos vários sectores.

Neste contexto, Arminda Rodrigues no seu texto Impactos Organizacionais da Integração na CEE, alinha pelo mesmo pensamento de M. Thevenet e E. Schein que «podemos definir cultura como o conjunto de evidências e de referências desenvolvidas pela organização à medida que aprende a lidar com os problemas de adaptação ao seu meio envolvente e de integração mais interna». Concordando plenamente com este tipo de pressupostos, acrescentaria a estes factores os externos⁸⁴² que podem desenvolver a motivação do circunstancialmente melhor e mais adaptado pelas solicitações do mercado. De forma mais clara, é a definição *elitista* inicial que se procura esbater para a conquista dos potenciais mercados, que sem uma nova postura no seio da organização não era possível atingir, i. é., tão mais claro, quando se sabe que a forma de "imposição" de um Centro Cultural com estas dimensões passou por uma integração cultural em conjugação com o desenvolvimento de forma circular, a partir da adaptação a uma habituação interna.

A única forma de levar à prática tal finalidade só poderia passar por um processo caracterizado pelo sucesso da organização, assentes nas seguintes finalidades:

- 1.^a - O peso decisivo do factor humano;
- 2.^a - A descentralização das decisões, com conseqüente aumento da autonomia e responsabilização;
- 3.^a - Enquadramento na acção e nos clientes (visitantes), sabendo correr riscos (financeiros);
- 4.^a - O papel das chefias directas e de enquadramento;
- 5.^a - Desenvolvimento de valores de inovação/criatividade/participação;
- 6.^a - Correcta gestão do tempo e dos recursos humanos, financeiros, materiais, informacionais e organizacionais;

⁸⁴¹ "Finalmente, prossegue-se a produção própria do Centro Cultural de Belém, em áreas consideradas prioritárias no quadro da sua cultura própria." M.^a José, Stock, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, "Balanço e Perspectivas", Catálogo/CCB de Mar 94

⁸⁴² "Uma deslocação para uma empresa como lugar de análise da qualificação tinha-se já operado com Becker (Becker, 1964) e com os sociólogos do trabalho franceses (Naville e Friedman). As abordagens institucionalistas americanas contribuíram para este movimento com a noção de mercado interno (Doeringer, Piore, 1985), definido em grande parte por um determinado tipo de socialização e de qualificação; seguidas das correntes regulacionistas (Boyer, 1986) e societais (Maurice, Sellier, Silvestre, 1982). A empresa é cada vez mais apreendida como um lugar de integração social, a "matriz organizacional" da sociedade na medida em que nela se processam as modalidades determinantes da diferenciação e de hierarquização do assalariado". (Aglietta, Brender, 1984)

- 7.^a - Capacidade de decidir atempadamente em situações novas e de alguma complexidade;
- 8.^a - Criação de redes de relação e poder.

3.6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O sistema organizacional do CCB enquadra-se numa configuração do tipo Adhocrático partindo do modelo de análise de Ilona Kovács que garante todo o sentido nas correspondências feitas, neste percurso de investigação. Conceito que me leva a definir a estrutura como matricial, caracterizada por uma especialização horizontal, que depende dos desdobramentos das pequenas unidades para a realização dos vários eventos inseridos no programa a longo prazo, planificado pelo topo hierárquico.

O caso apontado leva a uma maior evidência no que concerne há descentralização das várias direcções dos vários Centros do CCB, factor que depende das várias equipas no seu interior, as quais estarão situadas em diversos locais do Centro e reagruparão os diferentes contributos dos quadros hierárquicos e dos especialistas operacionais.

Este sentido de inovação significa uma ruptura perante as estruturas que se evidenciavam no passado, bem como nos processos, rotineiros, de tomada de decisões. Logo, a inovação potencialmente visível não pode ser apoiada em nenhuma forma de estandarização para a coordenação das várias actividades.

As produções quase sempre partiram de uma análise feita pelos responsáveis da FD, primeiramente pela Administradora para a área Cultural - a M.^a José Stock - e os dois Directores afectos a cada um dos Centros⁸⁴³, e, posteriormente submetidas a uma segunda avaliação pelos departamentos a que iriam estar afectadas.

Resultados que no campo de especialização das tarefas o quadro de afectação de elementos estruturais tem uma ampla vertente horizontal. O planeamento e controlo é feito por equipas bastante pequenas com muitos mecanismos de ligação entre elas⁸⁴⁴. Vejamos, «um dos sentidos mais fortes das doutrinas gestionárias modernas é o lugar concedido aos recursos humanos. A

⁸⁴³ O CCB como organização subdivide-se depois em cinco Centros. O Centro de Exposições, o Centro de Espectáculos, o Centro de Reuniões, o Centro de Animação e Pedagogia e o Centro Documental.

procura de uma mais intensa mobilização destes recursos parece decorrer tanto da consciência da sua importância intrínseca como dos imperativos organizacionais».⁸⁴⁵

De salientar que a divisão das várias tarefas caracteriza-se por uma flexibilidade e adaptação com o fim de salvaguardar as sobreposições, que se esbatem no facto de cada produção ter a coordenação dos especialistas dos diversos Centros, dando origem a um produto final orientado para os objectivos e estratégias [métodos] apontados para que a mostra atinja o grau de satisfação recomendado pelo processo avaliativo. Neste aspecto o que se sente é que cada um dos membros dentro da organização funciona na base dos princípios gerais da Fundação, que se vislumbram na orientação do trabalho entre as várias equipas, visando os recursos humanos com a sua grande maleabilidade, polivalência e interdisciplinaridade.

A coordenação é feita segundo a tese da racionalidade cultural e organizacional em que os grupos departamentais seguindo as várias funções perfeitamente hierarquizadas deixam descortinar algum consenso aplicado à execução das tarefas determinadas pela autoridade funcional do projecto, caracterizado pela sua dimensão espacial e/ou temporal.

As relações inter comunicativas são predominantemente informais e directas, denotando-se por vezes a falta de uma formalização por escrito em determinadas regras que podem problematizar a coordenação das actividades dentro da organização, deixando transparecer a ideia de que tinha que reflectir a simbólica de um espaço [exterior]⁸⁴⁶, a meu ver, uma enorme sobrecarga para as direcções departamentais dos centros do CCB, numa excessiva concentração de poderes nestes elementos orgânicos/administrativos.

A grande flexibilidade organizacional que predomina não coloca grandes entraves às várias mudanças que possam acontecer, ainda que tenha como face mais visível as bases do sistema [recursos humanos]. Onde pode ser detectado este princípio é na mudança do organograma da FD com os vários reajustamentos que se têm feito, mesmo com a entrada e saída de elementos na organização, bem como a extinção e aparecimentos de novos Centros, direcções e departamentos.

⁸⁴⁴ "A programação de espectáculos do Centro Cultural de Belém obedece a uma estratégia feita de muito debate interno e de numerosas auscultações aos mais diversos agentes do meio cultural." Texto "Damos a palavra... a José, Duarte", Catálogo/CCB de Nov. 93

⁸⁴⁵ João FREIRE (Coord.); M.ª de Lurdes RODRIGUES; e, Vítor Pena FERREIRA, *A Função de Chefia Directa na Indústria*, CIES-ISCTE, IEFP, Lisboa, 1995, p. 16

⁸⁴⁶ "De acordo com M.ª José Stock, as actividades do Centro terão de reflectir internamente a sua localização, que «apela ao imaginário Português». Este trabalho só [teve] inicio na segunda metade de 1992." Cit. Jornal "Independente" 12 Abr. 91, p. 14

Sendo uma estrutura que se encaixa perfeitamente no modelo adocrático na base da pirâmide não poderia deixar de reagrupar especialistas⁸⁴⁷ para a realização de trabalhos ou tarefas de âmbito cultural e por sua vez criar mecanismos de ligação dentro e entre grupos de especialistas profissionais, desenvolvendo dentro do quadro vigente um sistema técnico avançado. Aspecto onde é possível coexistirem relações de trabalho, maleáveis e informais.

Segundo versões de diversos autores só é possível a coexistência de diversos tipo de organizações dentro da mesma organização com um crescimento burocrático da organização em si. Parecendo, primeiramente, que o CCB não goza desses problemas eles consolidam-se na complexidade funcional e estrutural do sistema.

Por outro lado, concordando com a perspectiva de Ilona Kovács onde "a possibilidade de escolha entre diversos modelos organizacionais e da introdução consciente de mudanças na organização a fim de se obter uma maior flexibilidade indispensável para enfrentar as mudanças" é que possibilita a ampla melhoria de comportamentos nos recursos humanos existentes na estrutura organizacional. O que importa referir neste campo são os comportamentos individuais⁸⁴⁸ e profissionais, por competência, coordenação de funções no grupo/equipa, tendo por base o controlo burocrático da hierarquia. As atitudes no processo de tomada de decisões passa depois pelo desempenho de funções interactivas no grupo, cabendo a cada elemento aceitar como medida inovadora a aceitação de competências formais e informais atribuídas directa ou indirectamente pelas chefias, que podem ir do topo administrativo até às direcções departamentais ou sectoriais.

"Nesta perspectiva a "empresa"⁸⁴⁹ em questão pode controlar uma certa expansão⁸⁵⁰ e diversificação da sua actividade sem ser pela burocratização" ou

⁸⁴⁷ Os diferentes especialistas incluem-se no conjunto de equipas dos Centros, mesmo que sejam externas ao CCB, criando um conjunto de agrupamentos por projecto, numa concentração de recursos que são fruto dos vários mecanismos de ligação. Dá-se a concentração sob acordo mútuo no processo organizacional.

⁸⁴⁸ «"mobilização do pessoal" (informação, motivação, participação, iniciativa, responsabilidade, resultados), onde antes se procurava um enquadramento disciplinar» V. João Freire (1995) A Função de Chefia Directa na Indústria, Lisboa, CIES-ISCTE, Instituto do Emprego e Formação Profissional na p.17

⁸⁴⁹ Fundação das Descobertas.

⁸⁵⁰ O que não deixa de ser um facto, pois o projecto contempla a divulgação nacional e internacional do CCB, através da Fundação das Descobertas, ora através de protocolos firmados com outras congéneres ou pelo intercâmbio cultural feito por itinerância de exposições ou outro tipo de actividades culturais.

"diversificação de actividades pela adhocratização, conservando sempre o carácter orgânico inicial"⁸⁵¹.

Um dos aspectos fundamentais é a estrutura funcional, que se articula com as necessidades de interligação com os projectos/produtos que se pretendem dar a conhecer através da organização/instituição, vindo-se a transformar numa estrutura matricial que transversaliza a organização, dando-lhe flexibilidade e adequando-a, em tempo real ao serviço/produto/projecto que, em cada momento, se considere estratégico desenvolver.

A interligação entre as pessoas torna-se uma realidade necessária na realização de projectos numa estrutura do tipo "linkage" ou "network". Sendo mais preciso, o que reflecte o CCB, é como define Sainsaulieu a um tipo de projecto de empresa participativa. Quer dizer que da articulação entre os vários projectos específicos definidos pelos grupos de trabalho surge o projecto de empresa, num enquadramento global.

3.6.3 O CCB UMA CULTURA ORGANIZACIONAL

A noção de direcção, de responsabilidade, de apoio e de controlo, correspondem de uma maneira bastante rigorosa às tarefas de gestão de uma organização minimamente complexa. O clássico Fayol identificava na função administrativa as seguintes tarefas: planear; organizar; comandar; coordenar; controlar. Este papel cabe aos órgãos decisores que estão no topo da hierarquia. No caso em estudo centralizado na Administração para a área Cultural é que recebe o resultado da avaliação dos projectos que mandou fazer para depois dar despacho favorável, às direcções dos Centros (Exposições e Espectáculos) que por princípio fazem reuniões periódicas intra e inter-grupais (sucessivas) até se chegar à apresentação do projecto final que passa pela elaboração de um relatório detalhado por parte dos especialistas dos Centros⁸⁵², e posteriormente adjudicados através de concurso o trabalho a empresas exteriores aos Centros (para execução dos lay-

⁸⁵¹ Ilona KOVÁCS, *Concepção e Implementação de Um Modelo Organizacional Flexível*, Revista Organizações e Trabalho n.º 3-4, da Associação Portuguesa de Profissionais de Sociologia Industrial, 1990, p. 42

⁸⁵² No caso das exposições são as técnicas museológicas que dão o seu parecer, ainda que na maioria das vezes a avaliação da exposições já esteja feita pelo director do Centro de Exposições e Administrador para a área Cultural, cabendo a estes executar o plano para apresentação

out's⁸⁵³). As várias equipas produtoras externas funcionam em paralelo com os Centros, fazendo reuniões periódicas inter-funções para acerto de datas e formulação de pré-requisitos materiais e logísticos. O que influencia este tipo de coordenação entre as equipas de trabalho externas e internas é a falta de dinheiro com que a Fundação se debate, tentando desta forma colmatar custos, baixando as despesas.

O factor tempo é outra das determinantes, bem como a escassez de meios humanos que dispõe a Fundação para fazer face às suas próprias necessidades. Esta dialéctica funciona como condicionalismo mas torna o sistema mais aberto e directo em comunicação visando a rapidez e a fiabilidade. O sistema carece por vezes de algumas formalidades na atribuição de funções (por via dos factos remete para a flexibilidade dos recursos humanos) através de informações internas escritas. A filosofia da flexibilidade baseia-se, neste estudo de caso, numa eficaz gestão dos recursos humanos e de produção. A mobilização do pessoal, por motivação, participação, iniciativa, responsabilidade e resultados, é dado como uma "regra do jogo" no seio da organização, fundindo as várias alternativas na capacidade de gestão envolta no tipo e características de cada pessoa, pelas suas habilitações académicas e profissionais. Não será descurada, ao mesmo tempo, a atenção permanente à importância e interdependência dos factores de qualidade (custos e prazos determinados por projecto), não estando em causa a quantidade mas a característica do produto. O resultado deste tipo de situações determina a incompreensão dos funcionários em relação a determinadas directrizes vindas do topo hierárquico da organização, como a liberalização dos horários que não possibilitam ou relativizam na maioria das vezes este tipo de situações, muito mais para a área das exposições do que para os espectáculos, onde as produções são quase na totalidade externas ao CCB.

Um dos factores selectivos dentro de um tipo de estrutura como o CCB, basicamente adocrática, burocratizada verticalmente, e denotando na sua matriz profissional uma horizontalidade rígida, faz com que os recursos humanos ingressem na instituição através de concurso ou por convite (pode-se incluir nesta matéria as competências profissionais e académicas já demonstradas), estando neste caso a

interdepartamental, nas reuniões das várias direcções. O mesmo acontece com o Centro de Espectáculos.

⁸⁵³

Estas equipas podem ser externas ao centro, que só depois de feitas três sondagens a empresas diferentes é que uma delas é seleccionada. Trabalho que é depois executado pelas equipas de montagem, que podem incluir elementos externos (de empresas especializadas) à FD,

maioria, segundo informação apurada, na obstante os vencimentos em comparação com outros do mesmo tipo na administração pública, ainda que não em paralelismo, estão acima da média.

Seguindo o formulário de Likert para os sistemas administrativos, o CCB é um sistema participativo com pequenas nuances, na base da racionalidade cultural e organizacional:

- o processo decisorial é totalmente delegado e descentralizado, definindo políticas que controlam os resultados;

- o sistema de comunicações não sendo o mais eficiente não faz transparecer para o exterior tal facto, todavia não deixa de ser eficaz circunscrevendo-se a facto muito concretos;

- as relações interpessoais determinam um trabalho em equipa, com a formação de grupos por tarefa e projecto. Existindo uma confiança mútua entre equipas de trabalho (externas e internas) com envolvimento grupal intenso pelo conhecimento de ambas as partes;

- no sistema de recompensas só encontrei na atribuição salarial acima da tabela (em comparação com outros funcionários públicos em circunstâncias +/- parecidas), com raras punições, pois os funcionários são na esmagadora maioria contratados.

Na obstante posso concluir que as chefias primárias e intermediárias (encarregados) na organização situam-se nos escalões medianos da hierarquia, diga-se entre o pessoal de execução e os quadros superiores. Por isso a "metodologia utilizada combina a descrição das tarefas efectivamente desenvolvidas, a descrição das formas de ocupação do tempo do trabalho, as modalidades de participação em alguns domínios de actividade e em diferentes níveis de responsabilidade técnica e organizacional, feitas pelos próprios encarregados"⁸⁵⁴.

Para os cargos de chefia superiores, o que se pode dizer é que são pessoas com experiência qualificante, pois a liderança tem-se como um facto determinado pelo rigor profissional e académico, indo muito para além do modelo empirista, porque exige rigor técnico e científico.

A realidade de funcionamento que transparece, com este tipo de sistema adhocrático, no topo estratégico é que existe uma ligação com o exterior, num equilibrado fluxo de trabalho, perante um controlo sistémico dos projectos.

mas que trabalham com o próprio pessoal do Centro e normalmente em sintonia, pois existe um conhecimento entre todos os intervenientes.

A partir dos centros operacionais coexistem as separações ou fusões administrativas para a realização destes projectos. Como factores de contingência, o CCB dispõe de quadros jovens e dinâmicos, num ambiente complexo que funcionalmente é controlado por especialistas.

A vantagens deste sistema situa-se na combinação, articulação, integração e sinergias do conhecimento e da actividade de diversos especialistas que em grupos "ad hoc" multidisciplinares demonstram através dos projectos específicos uma grande flexibilidade e adequação a novas realidades.

Tudo advém da adhocracia que incute uma grande capacidade de inovação, onde o método de implantação participativa produz sucessivos quadros novos de funcionamento. Algo que acontece pela temporalidade dos eventos, demasiado curtos ou longos, com adaptações sistemáticas nos recursos humanos, tornando-se a formação fundamental.

A Fundação das Descobertas através das políticas sucessivas de recrutamento sazonal de pessoal específico procura colmatar estas lacunas⁸⁵⁵.

Este tipo de recrutamento visa uma menor despesa com a formação bem como um ganho potencial para a instituição pelo "background" dos jovens em questão, numa matéria que dominavam.

O tipo de estrutura matricial, tendo por base um tipo de organização adhocrática, que se torna flexível e dinâmico, reflecte e revela a transversalidade da estrutura clássica e permite a gestão do processo apresentando características qualitativas importantes.

O que importa apresentar é que a estrutura encontra-se fundida numa massa, que inclui a linha hierárquica, as funções de suporte, a tecnoestrutura e o centro operacional; mesmo o topo estratégico está particularmente integrado nessa mesma massa. Afinal é o que Mintzberg classifica como os cinco elementos base de uma organização:

- O topo estratégico cuja a função é de velar pela eficácia da organização e que garanta as necessidades daqueles que controlam ou que sobre ele detêm o poder. Em correspondência temos o Conselho de Administração e o Conselho Directivo.

⁸⁵⁴ João FREIRE (Coord.); M.^a de Lurdes RODRIGUES; e, Vítor Pena FERREIRA, *A Função de Chefia Directa na Indústria*, CIES-ISCTE, IEFP, Lisboa, 1995, p. 27

⁸⁵⁵ Lacunas de advinham dos problemas orçamentais. O baixo orçamento para o CCB por parte do Estado levou a sucessivos défices e conseqüentemente a cortes em despesas como pessoal.

- A linha hierárquica é aquele que estabelece a ligação entre o topo e o centro operacional, o que corresponderá aos administradores para as várias áreas e os directores de cada um dos centros e o conjunto de assessores para cada módulo do Centro⁸⁵⁶.

- A tecnoestrutura funciona como o motor de estandarização da organização, correspondente ao conselho directivo, órgão de formação, serviços de apoio pedagógico/informativo, bem como as várias áreas departamentais dentro do CCB-FD

- As funções de ordem logístico não são mais que todo o "staff" orgânico da Fundação que desde o centro de documentação aos atelier de trabalho, dos equipamentos audiovisuais aos mais sofisticados informáticos ou simplesmente dos estúdios às áreas de lojas que servem o CCB, afinal todos os recursos humanos e não humanos existentes e disponíveis.

- O centro operacional é neste caso designado pelo corpo contingencial dos topos hierárquicos de cada centro do CCB, ou seja, as várias equipas de planificação, organização e produção que correspondem aos topos das chefias, como directores.

Importante será dizer-se que afinal a adhocracia assente numa estrutura matricial permite traduzir em termos organizacionais aquilo que J. Fortou - Presidente da Rhone-Poulenc refere: «Hoje, organizar já não é pôr em ordem, é criar vida».

Importa por isso referir que tais características qualitativas de tal modelo, apresentado pelo CCB, deixam antever a chamada «fertilização de competências»⁸⁵⁷, potenciada pela comunicação transversal, facilitando sinergias, a rentabilização das competências ocultas, aumentando os saberes colectivos, das várias equipas de trabalho de produção e a sua gestão colectiva e individual. Outra das características é que aumenta a conflitualidade e *stress* internos. Esse aumento parece ser inevitável, o que exige um aumento de competências dos gestores em áreas como a gestão de conflitos e a negociação, i. é., a adaptabilidade a um meio externo em turbulência é difícil a organizações estáticas e sem flexibilidade, o que não parece ser o caso. «A sobrevivência das organizações está dependente da sua capacidade em suscitar no seu próprio meio uma complexidade pelo menos igual à

⁸⁵⁶ Sendo para M.^a José Stock a solução "«constituir núcleos duros, para cada módulo, de consultores e assessores liderados por nomes reputados nas áreas a que são dedicados»." Cit. Jornal "Independente" 12 Abr. 91, p. 14

⁸⁵⁷ Hervé SÉRIEYX, *Le Big Bang des Organisations*, Calmann - Lévy, 1993

do seu envolvente»⁸⁵⁸, quer dizer que esta adaptabilidade ao meio externo só se optimiza se a turbulência interna tiver dimensão idêntica à da externa. Finalmente é a perda de hegemonia da linha hierárquica funcional como única via de poder pela duplicidade de poder que se estabelece. Duplicidade que só é possível se existir democraticidade societal na organização tornando-a mais eficiente pela gestão assente não apenas numa única fonte de poder.

PARTE III

CULTURA E PODER

1. CULTURA E PODER: AS SUAS RELAÇÕES

1.1 CULTURA: A FUNÇÃO SOCIAL

A cultura é sociologicamente um processo social, dado como um fenómeno baseado nas estruturas de poder. Os fenómenos culturais alicerçam-se na sociedade⁸⁵⁹, onde são rebuscadas várias funções de conservação dos factores de produção e reprodução dominantes, num acto conservador⁸⁶⁰.

Todavia, as sociedades modernas, por vezes, tem dificuldades em preencher as funções de distribuição cultural, que por força de razões sociais, políticas, económicas e patrimoniais, provocam as crises culturais. Esta noção de crise não é justificada pela falta de «criatividade e de sofisticação» da cultura industrializada, da «cultura de massa ou consumo». O problema básico é que os sistemas políticos e económicos não dão resposta às várias necessidades de distribuição de recursos ou redistribuição dos mesmos, como Dreitzel deixa transparecer na sua linha de pensamento. Habermas, vai mais longe e diz que «as crises nascem quando as estruturas de um sistema social é incapaz de resolver todos os problemas» quando os mesmo são sujeitos à mesma conservação sistema. De uma forma mais clara, pode-se dizer, que o sistema ainda que funcionando *per si* dificilmente faz prova da dependência dos factores estruturais que emergem do seu interior. São os políticos que nestes campos intervêm directamente, alinhando políticas descritivas, sistematizando o desenvolvimento face ao composto das estruturas (equipamentos), tal como vamos dar conta ao longo do nosso trabalho, baseado nos dois eventos: EMP e no CCB.

⁸⁵⁹ A cultura de uma sociedade dá aos seus membros a legitimação dos modos de produção através duma distribuição existente, pelo natural visionamento do progresso positivo.

⁸⁶⁰ O quadro social dominante, sustentado pelo poder governativo, define tacitamente os vários contextos, de uma política ideologizadas por factores de ordem estrutural, que se vão determinando em regras conjunturais, seja o regime democrático ou não, tenha padrões ocidentais ou orientais, ligados ao norte ou sul, dum estado, país, ou continente. A personificação pode ainda determinar as linhas conjunturais, que nas sociedades modernas ocidentais visam o progresso económico-social, face a um determinismo social, por si, apenas, baseado, nos grupos artisticos restritos.

1.2 A RELAÇÃO PODER/CULTURA

As ideologias difundem-se naturalmente através dos «meios» que podem ser as instituições. Se, as instituições forem postas em causa o mesmo acontecerá às ideologias. Tudo se torna mais evidente ou particularmente nítido no caso das instituições que têm a seu cargo conservar, transmitir e sancionar a aquisição de cultura.

Paralelamente à cultura que é vinculada pelo poder do estado, existe a transmitida pela família, escola, igreja, associações culturais artísticas, meios de comunicação e discurso (ideológicos) para as massas, que só por si já podem ser um meio de contracultura. Ou, de outra forma, de articulação com a representação de uma fracção que tenta atravessar determinada(s) instituição(ões) dominante(s), por forma, a garantir o equilíbrio político. Realidade que faz a separação entre o discurso oficial, do poder político, e intuído pelo poder do discurso dos intelectuais. No cruzamento dos dois eixos discursivos resulta a frequência do sinal emitido ora pelo poder político ora, por regra, pela oposição. E, é neste paradigma que reside a contracultura numa perspectiva da assimilação de outra forma de visionar os campos que cada um define.

A contracultura não é a negação da cultura, na sua forma tradicional, é pois a contestação por motivos que se prendem com o posicionamento de um determinado grupo em função dessa cultura e/ou ideologia. "Ou, dito de outra maneira, é necessário ser-se culto e possuir os meios intelectuais fornecidos pela ideologia oficial, graças à ciência e à estética, para que uma herança se possa recusar."⁸⁶¹ Neste aspecto, poderá ser posta em causa as classes sociais que não possuam tais argumentos. "É, pois, no seio da burguesia, no seio da cultura, e não numa classe e numa ideologia proletária, que o movimento de crítica da cultura aparece."⁸⁶²

Os movimentos artísticos como manifestações oposicionistas aos vários estilos impostos por uma doutrina ideológica, nacionalista como a do «Estado Novo», aparecem necessariamente como uma crítica «activa» a uma cultura dominante, em simultâneo, dão uma nova expressão suportada pela experimentação de novas formas culturais portadoras de uma mensagem, ideológica e politicamente contestatária, senão mesmo revolucionária em contraponto à das instituições. "O

⁸⁶¹ G. LAPASSADE, *Para um conhecimento da sociologia*, Assírios & Alvim, Lisboa, 1973, p. 94

⁸⁶² Idem, *ibidem*, p. 95

interesse sociológico que apresenta os fenómenos culturais supõe em primeiro lugar uma análise das relações com a estrutura do poder. A cultura de uma sociedade preenche funções típicas de conservação dos modos de produção e de reprodução dominantes.⁸⁶³

Poder-se-á falar numa ideologia da criatividade, contudo, será bom não esquecer que se pretende é alterar os instintos através da arte, numa libertação pura de convicções expressas pelo tipo de festas frequentadas, adereços pessoais e linguagem. Índices sociológicos susceptíveis de conduzir à contracultura, mas não é apenas o acrescentar de uma nova «escola» à escola artística existente no que respeita às relações sociais e respectivas normas jurídicas ou ideológicas.

A contracultura a partir do momento que se institucionaliza, deixa de ser o que é, porque a comercialização e consumo de Arte⁸⁶⁴, mesmo como produto mediático, de valor acrescentado e mais valia, meramente personalizada, num papel social genérico, mostra nos estudos de sociologia da arte que "tem existido uma «ambivalência» em relação ao «valor» do valor"⁸⁶⁵ desempenhado em função de uma classe *elitista* que deixa de ter uma posição oposicionista. O que temos é a forma como o Estado pode jogar com as regras discursivas dos artistas, ao fomentar campanhas⁸⁶⁶, que podem ser entendidas na globalidade como uma pura generalização de facto consumados. Temos o distorcer a arte como discurso estético, pelos seus «sinais ideológicos». Porque a "arte não é auto-reflexiva, mas hetero-reflexiva. O conteúdo da arte é o espectador da arte."⁸⁶⁷ O mesmo é dizer-se que a Arte "é um espelho porque afirma as expressões das práticas opostas"⁸⁶⁸.

Digamos que "uma política democrática de cultura"⁸⁶⁹, começa na sua relação com os vários círculos do poder dentro do campo artístico, garantir uma política

⁸⁶³ H. P. DREITZEL, *Sur la signification politique de la culture* In A. A., *Au-delà de la crise*, Seuil, Paris, 1976, p. 87

⁸⁶⁴ A arte é tudo o que é susceptível de uma aplicação directa da criatividade, num paralelismo linear com os formalismo estéticos e socialmente aceites, em sentido positivo ou negativo. A negação da arte pode expressar-se segundo duas hipóteses. Primeira, não expressam as teses vinculadas pelo poder dominante, como tal não é cultura. Segundo, não se rege pelo determinado socialmente.

⁸⁶⁵ In Idalina CONDE, *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VVAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994, p. 169

⁸⁶⁶ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 89 face à forma como poder institucionalizado pode reagir a uma determinada obra, o exemplo, é a forma como a oposição reagiu na sua fase inicial ao CCB, e a forma como, no poder se serve do mesmo CCB, como operação simbólica de uma imagem.

⁸⁶⁷ In João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 49

⁸⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 50

⁸⁶⁹ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

democrática pode querer dizer também, do ponto de vista da colocação de um equipamento destes (CCB) a procura de uma "simetria nas suas relações com os vários pólos no campo cultural"⁸⁷⁰. Só que, "Lisboa é centro, num duplo sentido, como capital, como centralidade do campo artístico"⁸⁷¹

Quem normalmente gere este tipo de circuitos culturais, de contracultura, torna-os cultura oficial. Parece contraditório, todavia, pouco a pouco, uma novidade pode mais tarde ser objecto de uma avaliação mais apurada lançando-se desta forma o produto no mercado como demonstração evidente de uma ideologia que pode ser vinculada pelo estado político do momento. O CCB é um destes casos. Depois de ser contestado na fase de construção pelos seus avolumados custos, não definidos na parte inicial, é hoje um equipamento relevante na cidade e na sociedade portuguesa, como imagem de um Portugal modernizado, e mais próximo do eixo cultural Europeu. Vindo o CCB a ser gerido por uma Administração própria (FD - o modelo de fundação teve duas razões: juntar os capitais privados aos públicos, no sentido de dinamizar e de criar uma maior oferta cultural podendo ser "impossível gerir aquele CCB, numa perspectiva da gestão da contabilidade pública")⁸⁷², com carácter privado, mas financeiramente dependente do poder central, razão pela qual é o centro de todas as atenções no aspecto cultural. Tal como, os exemplos franceses dos Centros Pompidou e Nacional de Arte⁸⁷³, o CCB também veio enfrentar esta mitificação da cultura face ao edifício, todavia salvaguardada pela acção cultural decorrente da programação que veio a apresentar.

A sua acção cultural estava demasiadamente dependente do orçamento de Estado para cada ano, porque as somas faraónicas para a realização das várias iniciativas culturais não eram possíveis de realizar de outra forma, mesmo com todos os benefícios que confere a Lei do Mecenato que "surge como uma tentativa de

⁸⁷⁰ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996. A FD é um órgão administrativo que tendo por objectivo a gestão do CCB, é um órgão que constituída com dinheiro do Estado, como salientou Santana Lopes, V. jornal Expresso de 30 Mar. 91, p. A20, estando Cavaco Silva "convicto que o valor dos prejuízos não é certo e poderá ser bastante encolhido pela gestão, que será privada. É, pelo menos, o que devem dizer os estatutos da Fundação das Descobertas, que vai ficar encarregue de gerir o CCB.", mesmo que a Lei do Mecenato esteja implantada. "Não foi devido à falta de recursos financeiros, o caso da FD ser uma instituição de carácter particular, embora financiada por capitais públicos, não quer dizer a administração não tivesse autonomia para a definição das políticas que considerava correctas para o desenvolvimento do CCB e a SEC nunca interferiu na definição dessas políticas, nem era nosso papel interferir com as actividades da administração. In Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁸⁷³ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 89

dinamização das instituições culturais"⁸⁷⁴. Mas o que o Estado pretendia era, para Manuel Frexes, "fomentar mais o investimento privado na instituição, tentando captar o maior número de donativos para manter a instituição"⁸⁷⁵. Mesmo sendo útil, o mecenato, mas que tenha como princípio a "melhoria da imagem das empresas"⁸⁷⁶, "não é adequado para sustentar o quotidiano cultural e artístico do CCB"⁸⁷⁷. Segundo José Teixeira, responsável pelo Centro de Exposições do CCB, o mecenato exercido pelas instituições que dependem directamente do Estado ou dos privados⁸⁷⁸ não chega para colmatar os custos de uma só iniciativa cultural⁸⁷⁹ feita por ano. A sua cota parte é como um grão de areia no deserto. Cada projecto tinha normalmente um orçamento que rondava em média uma centena de milhares de contos, o que tornava ainda mais difícil levar a bom porto as grandes iniciativas a que se propunham, segundo o plano traçado a longo prazo pelo Conselho de Administração do CCB. Para agravar a situação, desde 1993 que se sente o problema da retoma económica, em parte devido à lei das privatizações, levada a efeito por uma política governamental, por isso o pouco investimento por parte dos mecenas privados no campo cultural⁸⁸⁰, mesmo com a actual Lei do Mecenato⁸⁸¹. Esta lei pretendia que os mecenas tenham amplos benefícios fiscais, caso sejam feitos investimentos no CCB para a área cultural (positivo que o conjunto de actividades, alargado ao mecenato ou a patrocínios"⁸⁸² com mais vantagens no plano fiscal) As vantagens de um

⁸⁷⁴ Entrevista ao Dr. Manuel Frexes, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁷⁵ Idem.

⁸⁷⁶ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁷⁷ Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁸⁷⁸ Como referencia Idalina CONDE, *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCG, Acarte-ISCTE, colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE, Out. 1991, p. 147, tendo Estado e o sector privado que pesados custos com a produção da cultura, é menos importante saber "quem são os públicos, de que são e como são" já que as levedas "taxas de coberturas" dos eventos têm que (re)definir este mesmo público para ver se outros podem vir a sê-lo, para custear esta mesma produção.

⁸⁷⁹ Exposições nacionais ou internacionais, em cooperação com outras instituições (museus nacionais e estrangeiros, bancos, etc.), óperas, bailados, teatro e música.

⁸⁸⁰ Para José Atalaya, assessor para a área da música no CCB, os mecenas são aqueles que ajudando a cultura "preserva[m] as redes de pedra do património" In jornal "DN" 21 Nov. 94, p. 35

⁸⁸¹ António Pinto Ribeiro, da Culturgest referiu que "os portugueses, a continuar o estado de coisas, caminharão nos próximos vinte anos, cada vez mais, para um lugar excluído do mundo da criação, da distribuição e da gestão das coisas da cultura e da arte." Por sua vez, Artur Santos Silva, do Banco Português de Investimentos, concluiu que "em Portugal não há, praticamente, transparência fiscal" o que gera uma das principais dificuldades ao bom funcionamento da lei do mecenato cultural. Porque, "a sociedade deu, nas últimas décadas, um salto enorme no plano cultural", logo "o Estado tem de fazer muito mais e muito melhor do que tem feito para que o país possa conhecer a aceleração cultural". In jornal "Público" 24 Abr. 94, p. 43 "*Colóquio da Sedes na Casa das Artes, no Porto*". Todavia, a gestão do CCB demonstrou que o Estado e a FD sempre procuraram ultrapassar tais pressuposto.

envolvimento de pessoas singulares/colectivas se associarem a iniciativas culturais não é apenas para ganharem mais dinheiro através de uma diminuição de impostos. A revisão da Lei do Mecenato, "teve como finalidade uma demonstração do reconhecimento do Estado de encontrar parceiros nessa tarefa"⁸⁸³ e do "reconhecimento do Estado do valor que atribuí à participação privada"⁸⁸⁴ na tarefa do desenvolvimento cultural do país.

Os mecenas que investiram no CCB sendo, maioritariamente, empresa com participação do Estado, vieram a funcionar como "o mecenato do Estado é como que um circuito interno"⁸⁸⁵.

"Obra e Valor. Se pela primeira se entender um efeito de expressão a um tempo intrinsecamente pessoal e devedor de referências colectivos que todo o criador compartilha na sua circunstância estética, social e histórica, e no segundo ver um efeito de juízo de formulação situado, tanto em função de horizonte de recepção como quadro de referência, fica o alinhar possível de alguns dos parâmetros que sociologicamente contextualizam e caucionam a noção central de relevância."⁸⁸⁶

O CCB é um produto do cavaquismo⁸⁸⁷, fruto de uma política/ideologia gerada por um momento de «contracultura», já que as teses arquitectónicas, para o local onde se encontra, nunca passariam pela aceitação das massas sociais de um

⁸⁸² Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁸³ Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁸⁴ Idem.

⁸⁸⁵ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁸⁶ Idalina Conde neste seu capítulo faz uma abordagem precisa de como o criador/artista na sua pratica de ligação ao tecido social, existem sobreposições entre "obra/sociedade" ou a "teoria dos campos", como Pierre Bourdieu defendia.

Pega então em dois exemplos, o do cavalo, de Leonardo Da Vinci, e o da garrafa de Coca-Cola de Andy Warhol. Desta feita apresenta, a limitação dos campos, onde a relevância, dos conteúdos socialmente estipulados fortalecem o sentido das coisas, enquanto obra de arte, numa expressão criada à medida do tempo, numa circunstância de lugar. Se por um lado, Da Vinci numa conseguiu que o seu cavalo fosse passado à prática, enquanto obra para espaço aberto, mesmo que o tenha feito em tamanho natural, em gesso, a garrafa mesmo sem ser um mero produto de criação, ganhou esse estatuto.

Da Vinci explorou as regras de concepção em desenho, Warhol limitou-se a impor os padrões da recreação que sociologicamente, são aceites, pelo grosso dos consumidores mediáticos de arte, sem limites ou condicionalismo. Cf. In Idalina CONDE, *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994, p. 169

⁸⁸⁷ No cavaquismo o parlamento não desaparece, mas com uma maioria absoluta a anulação da fiscalização efectiva do parlamento é evidente e da opinião pública, porque a maioria absoluta funciona como uma maioria automática do poder político. Só isso é que se explica o enorme buraco nas obras do CCB. "Porque não há uma real fiscalização do poder político, das obras públicas do poder político, que cai na tentação de fazer a tais obras para a história, obras monumentais que naturalmente não se sabe como é que se podem racionalizar". In Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

edifício daquele tipo num local historicamente relevante e socialmente adverso a um tipo de edificação como o que foi empregue. Ao mesmo tempo não temos dúvidas que "se não fosse o cavaquismo também os socialistas iriam construir o CCB, porque o poder intelectual português é muito mais de matriz francesa do que anglo-saxónica"⁸⁸⁸.

"E em relação às «pontas» do movimento da contracultura que procuraram articular a sua revolta com a luta política, a questão, de nenhum modo subsidiária, aparece: como evitar as novas formas de contestação sejam integradas no cultural, na estética, no apolitismo e finalmente no conservadorismo?"⁸⁸⁹

No caso político o que interessa em particular, é como inventar uma nova acção, como se passou na fase de construção do CCB ou da EMP, vendo-se diversos movimentos não políticos a integrarem este tipo de acção num enriquecimento das teorias (recentes para o primeiro caso) de fazer política.

Independentemente da forma como "as questões são formuladas, e quaisquer que sejam as respostas fornecidas, [os factos contraculturais incomodam as políticas dos tradicionalistas]. Nesse sentido, apresenta-se como uma preparação a uma espécie de análise «selvagem» das formas de opressão, de exploração, de regulação e de controle que, na sua diversidade, constituem as instituições."⁸⁹⁰

1.3 PODER IDEOLÓGICO E A CULTURA

Um dos pontos centrais da «acção cultural»⁸⁹¹ na sociedade actual é a perpetuação de uma dominação participativa e activa na área da produção. Este tipo de problemas tem viabilidade se alinharmos o nosso pensamento pelo diapasão do plano de violência intelectual e da redução da actividade do campo da consciência. Aqui, o que mais importa, é aferir das consequências que cada uma destas atitudes pode ter. Se, as repercussões se circunscreverem a uma explosão temporária dos factos ou se todos os problemas da consciência dos indivíduos dependem da motivação aferida pelos problemas das organizações económicas, sociais ou

⁸⁸⁸ Entrevista à Dr.^a Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁸⁸⁹ LAPASSADE, *Para um conhecimento da sociologia*, Assírios & Alvim, Lisboa, 1973, p. 95

⁸⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 96

políticas, leva-os a preocuparem-se cada vez mais com problemas do consumo, para além, do estatuto social que possam prestigiar determinados sectores da sociedade. Porque a "sociedade consiste no movimento de articulação das instituições em torno de um eixo" ao invés apresenta-se como uma redução das "formas ideológicas às formas expressoras dos campos"⁸⁹². "E inversamente, todo o progresso da sociedade tecnocrática reforça a redução do campo da consciência e a diminuição da actividade desta."⁸⁹³

O centralismo no indivíduo psíquico, através da violência e opressão por parte das camadas dominantes, vislumbra-se circular num factor global, visando uma pressão esporádica colmatada pelos sectores do mesmo círculo. A acção de defesa do homem e da cultura deve ser só superada pelo êxito apresentado nas características circulares e globais de conjunto em todas as organizações.

"Pessoas e grupos dissociam o que costumava ser indissociável, compatibilizam o incompatível e com isso tornam indecisas as fronteiras, eliminam antigas previsibilidades, excluem rotulações estabelecidas. Esse novo artesanato das ideias pode assim ser lido, equivocadamente, como declínio das referências elas próprias."⁸⁹⁴

Será, em virtude dos factos, impossível então agir de uma forma isolada ou parcelar no plano do desenvolvimento da personalidade, do nível intelectual e da tradição humanista, que devem assegurados de forma consciente pelos diferentes aspectos da problemática humana, senão inseparáveis do domínio das lutas globais e ineficazes por negligência de pelo menos uma das partes.

"Mais do que nunca, a acção cultural está condenada a ficar estéril se se separar da acção económica, social e política, mas também, mais do que nunca, a acção social, económica e política não poderia terminar fora ou antes da luta pela tomada de consciência e activação desta, activação inseparável do progresso da vida cultural."⁸⁹⁵

⁸⁹¹ A acção cultural, deve ser entendida como a «acção dos decisores» que garantem o método, para atingir os públicos específicos, como afirmação cultural Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 127

⁸⁹² Cf. João BERNARDO, *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento, 1991, p. 55

⁸⁹³ L. GOLDMANN, *La création culturelle dans la société moderne. Pour une sociologie de la totalité*, Denoël, Paris, 1971, p. 44

⁸⁹⁴ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Commissariado p/ a Europália91, INMC, 1991

⁸⁹⁵ L. GOLDMANN, *La création culturelle dans la société moderne. Pour une sociologie de la totalité*, Denoël, Paris, 1971, p. 45

O pluralismo democrático e as correntes geradoras de poder alteraram-se segundo um postulado subjugado a factos novos e ultra-vivenciados. Contudo, e "ao contrário do que periodicamente se anuncia, não há nenhum fim das ideologias, e as grandes referências nesse plano parecem mesmo conservar razoável estabilidade. O que em contrapartida existe na nossa época - e aí estará uma terceira tendência - é a reivindicação de autonomia para convocar, combinar e gerir livremente elementos disponíveis nesses grandes sistemas ideológicos."⁸⁹⁶

A autonomia pressupõe dois factos reais, o edificado pelo poder condicionado, mas que politicamente é impulsor de factos, de uma forma gradativa, mesmo assim, apresentados pela variação das regras impostas pela própria sociedade. Julga-se aqui, a vertente cultural suportada ideologicamente pelo aparelho de Estado como fonte de um poder compensatório. De outra forma "o estado cultural do Estado faz o papel de caixa de ressonância daquilo que [...] não passa de um problema institucional ou constitucional"⁸⁹⁷ porque o próprio estado tem dificuldades em lidar com as suas preferências, primeiro face ao poder centralizador, segundo em virtude da burocracia institucionalizada. Originam-se as crises com estes pressupostos que a própria lei não consegue definir, e como tal, é necessário encontrar nos contornos da lei, as saídas necessárias.

Surgem os grandes centros de decisão, ao mesmo tempo que os grandes espaços culturais, numa linha vanguardista de cultura. O CCB é um espaço, vocacionado para apresentação dos grandes espectáculos musicais, concertos de música erudita, exposições de dimensão internacional, etc. contudo longe do elitismo⁸⁹⁸ cultural⁸⁹⁹, mas distante da imagem da sociedade contemporânea ocidental. São os milhões num orçamento macrocéfalo, que só podem ser suportados por uma gerência de projectos mediáticos que vinculam um programa

⁸⁹⁶ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 80

⁸⁹⁷ In Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 176

⁸⁹⁸ Alexandre MELO, *Arte e Mercadoria*, In M.^a de Lourdes Lima dos SANTOS, *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do ICS-UL, Estudos de Investigação, 1994, p. 85, faz a uma leitura da arte entre a «cultura de massas» versus «grandes cultura» e «elitismo» versus «democratização», que assenta nos princípios de M.^a Lima dos Santos, «Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)», In *Análise Social*, n.ºs 101-102, 1988, p. 689, todavia, apenas me debruçarei sobre o elitismo versus democratização baseando-me na citação que «com efeito, a penetração do capital na produção, circulação e consumo cultural faz-se segundo diferentes modalidades [...] jogando com duas lógicas contrárias - a da reprodutividade capitalista e a da raridade da obra.» Op. Cit., p. 702

⁸⁹⁹ O que melhor pode expressar a fuga ao elitismo, é a política que o CCB levou a efeito, com a ópera, pois esta nunca foi uma prioridade. In jornal "DN" 13 Out. 94, p. 59 junto de fonte do CCB, num artigo de M.^a João Alfaiate.

«simpático»⁹⁰⁰ definido pela gestão⁹⁰¹ dada a este espaço, assente em objectivos definidos desde a criação da FD⁹⁰².

"Citemos, entre os aparelhos ideológicos, as Igrejas, o sistema escolar, os partidos políticos burgueses e pequeno ou burgueses, a imprensa⁹⁰³, a rádio, a televisão, as publicações, etc. Estes aparelhos pertencem ao sistema estatal em razão da sua função objectiva de elaboração e inculcação ideológica, independentemente do facto de, do ponto vista jurídico formal, serem estatizados - públicos - ou manterem um carácter privado."⁹⁰⁴ Perante este facto temos como dado adquirido uma política que privilegiou um diálogo formal com os objectivos expressos pelo cavaquismo⁹⁰⁵. "Este sentido de evolução funciona, assim, como revelador de potencialidades novas em particular a cultura científica com o sistema simbólico mais global e mais partilhado, e por aí contribuir para a capacidade de escolha colectiva informada."⁹⁰⁶

Assim, não vamos alhear-nos de três figuras fundamentais que esclarecem os dois momentos da história política, do Estado Português, neste século. Em primeiro António Ferro, através do SPN, e em segundo, os dois responsáveis máximo da

⁹⁰⁰ In jornal "Público" 30 Jul. 94, p. 60

⁹⁰¹ Tal como se salientava no jornal Semanário de 23 Fev. 91 a gestão deste espaço cultural iria ser atribuída a uma empresa ou fundação. Os parceiros que apareciam a liderar o processo eram CGD conjuntamente com as Fundações Luso-Americana e Oriente." Hasse Ferreira, achou que "a participação da Culturgest nas actividades do CCB são receitas excedentes que se criam, num grande banco público, sendo positivo a articulação com a FD já que esta não gera receitas, é positivo, para a política cultural do Estado esta cooperação" In Entrevista ao Deputado do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁹⁰² Os objectivos desde a primeira hora da FD passam por um conjunto de pressupostos que se fundamentam num objecto mais lato que são as Comemorações dos Descobrimentos, tal como pressupunham os da EMP, ainda que estivesse na base deste último certame as CDCIP. Seguindo esta ordem de ideias tendo ambos os eventos um discurso de base diferentes, os dois tem como finalidade principal o mesmo tipo de comemorações, a relação de Portugal com o mundo, e a influência mantida entre os séculos XV e XVII.

⁹⁰³ No livro do Prof. Marcelo Caetano, publicado em 1965, «A Opinião Pública no Estado Moderno», onde, pags 27, em rodapé se menciona o seu discurso pronunciado no Congresso Internacional de Chefes de Redacção, a propósito da «imprensa diária doutrinária, formada pelos jornais dos partidos ou de grupos religiosos, políticos ou intelectuais, que perdeu em todo o mundo a posição que teve no século XIX». E que a página 29 escreveu em 1965: «sabe-se que a informação é dada através dos jornais escritos (a imprensa), ou falados (pela rádio e televisão). Em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo. Todo o cidadão deveria, pois ter livre acesso à informação para poder esclarecer-se hoje, reflectir e ajuizar». E daí esta sua afirmação: «Em nenhum Estado dos nossos dias os governantes podem dispensar-se de dar contas do que pensam, projectam ou fazem»."

⁹⁰⁴ Nicos POULANTZAS, *Teoria das Classes Sociais*, Pub. Escorpião, Porto, 1976, p. 33

⁹⁰⁵ O cavaquismo é uma referência do Estado previdência lançado pelos padrões político-ideológicos vinculados pelo Primeiro Ministro Cavaco Silva entre os anos de 1985 e 1995, e pelos 10 anos de governação com uma maioria parlamentar.

⁹⁰⁶ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 75

SEC, Teresa Patrício Gouveia e Pedro Santana Lopes. Nas suas posições, de tomada de decisão, os factores externos influenciaram, para o primeiro caso a própria propaganda no exterior, Europa e Américas, no segundo caso a importância, cada vez maior, das capitais europeias e a sua ligação há cultura.

Aqui as relações entre o poder político e a cultura são biunivocas, já que ambas geradoras na esfera social de dinâmicas próprias. Temos depois a dialéctica do poder - e aqui o que funciona basicamente é o estado como produtor de legitimidades - e a sua capacidade de mediação, numa sociedade em evolução, como a portuguesa. Será bom frisar que o poder exercido pelos grupos de pressão é importantíssimo, já que só com os dois pólos se tem uma visão global das várias reacções a este poder exercido pelo aparelho de estado.

1.4 O ESTADO COMO "PRODUTOR" DE TESES ARTÍSTICAS

Estado não sendo possuidor da legítima vontade dos "produtores" de arte, influência por vezes a forma de produzir, dando maior relevo a uns do que a outros. "Una consecuencia de esta reglas es que estamos obligados a distinguir entre contradicciones dentro de una estructura y contradicciones entre estructuras."⁹⁰⁷ Os artistas são por vezes apoiados pelas ideologias de forma indirecta. O mesmo é dizer-se que a influência do estado torna-se mais evidente quando toma por si a opção de realçar este ou aquele trabalho, expressando politicamente a vontade do estado para com o artista e a sua filosofia estética.

"Godelier sugiere que muchas de las contradicciones expuestas Por Marx (...) la estructura de las fuerzas de prucción entra enconflicto con la estructura de las relaciones de producción, conflicto que se expresa en el creciente carácter social de la producción capitalista y el permanente carácter privado del control y consumo capitalistas."⁹⁰⁸

O artista deixa "a mais fraca das objecções levantadas contra o ponto de vista sociológico", diz A. Hauser, "é que os criadores de grandes obras foram pessoas extraordinárias porque foram «grandes solitários», porque na realidade, o conceito de

⁹⁰⁷ David HARVEY, *Urbanismo y Desigualdad social*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1977, p.

306

⁹⁰⁸

Idem, *Ibidem*, p. 307

social não exclui o de isolamento [...] (m)esmo W. B. Yeats restringe inadequadamente o campo de eficiência social do homem solitário, pois cria uma oposição entre o produto social e o seu criador solitário, e que como experiência individual só pode existir numa sociedade. Certamente que se pode estar só em todas as espécies de circunstâncias, mas uma pessoa apenas se pode sentir só no mundo de que os outros de uma maneira ou de outra compartilham."⁹⁰⁹

O poder de afirmação de uma vertente estética pode ultrapassar a mera conjuntura artística que é num conjunto modelado pelo estruturalismo radical. "Una estructura debe ser definida, Por tanto, como un sistema de relaciones internas que se encuentra en proceso de estructuración a través del funcionamiento de sus propias leyes de transformación. De esto se deduce que las estructuras han de ser definidas por medio de la comprensión de las leyes de transformación. A partir de ello, podemos obtener dos modos diferentes de relacionarse unas estructuras con otras."⁹¹⁰ Esta assenta em bases que se podem personalizar, individual ou colectivamente, em virtude de apoios expressos pelo classe política dominante. "Este sentido de evolução funciona, assim, como revelador de potencialidades novas em articular a cultura científica com o sistema simbólico mais global e mais partilhado, e por aí contribuir para a capacidade de escolha colectiva informada."⁹¹¹

A cultura ocidental não fazendo por vezes transparecer de forma evidente tais informações, conjuga-as cientificamente, dando-lhe um cariz esvaziado de conteúdo, consolidado por uma forte argumentação fácil mas radicalmente oposta a um pluralismo artístico.

É normal que o sujeito se submeta à estrutura existente, para poder subsistir, a uma causa, que não consegue vencer dentro da organização. Está sujeito, então, a um conjunto de norma pelo qual se torna influenciável, adido a uma postura académica, onde rebusca parte do seu discurso. Os criadores trabalham, na produção das obras culturais, como afirma Geertz, «com signos que têm o seu lugar em sistemas de significação que se estendem para lá do seu métier»⁹¹². Vê-se por outro lado que "las estructuras pueden ser distinguidas unas de otras no significa que

⁹⁰⁹ Arnold HAUSER, *Teorias da Arte*, Presença, Lisboa, 1988, pp. 240-241

⁹¹⁰ David HARVEY, *Urbanismo y Desigualdad social*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1977, p.

306

⁹¹¹ In João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 80

⁹¹² Clifford GEERZ, *Local Knowledge*, Basic Books, 1983

evolucionen autónomamente sin influir unas en otras."⁹¹³ Dramático é quando assim não acontece. Todavia, na totalidade dos factos aceita-se que a mera experiência académica se cinja a uma parte escolar e não a uma corrente no discurso escolástico ou academicista na sua vertente artística, pela seu fundamento estética, criativa e conjuntural, das formas para as funções a que se destina determinado objecto.

Tem-se que "La totalidad trata de modelar las partes de forma que cada una de ellas sirva para preservar la existencia y la estructura general del conjunto. El capitalismo, por ejemplo, trata de modelar los elementos y las relaciones dentro de él de modo tal que el capitalismo sea reproducido como un sistema continuo."⁹¹⁴

O Estado acaba por dominar circunstancialmente determinadas teses, suportadas pelo poder económico, legislativa e burocrático. "Uma tal tomada de consciência começa por ser eficaz se se produzir ao nível das elites [...] especialistas dentro do sistema que chefiam as estruturas do Estado. É-o também se se manifestar no conjunto na Nação"⁹¹⁵.

Não se pode esquecer que o subsistema cultural se apoia nos mesmos pressupostos de Estado, numa visão global, que na generalidade conduzem a uma mera característica vinculativa do poder das organizações. E, é aqui que chegamos ao poder das *elites*, que não se reservam a uma mera mobilidade social, mas a um conjunto de reacções de poder que se expressam através de conceitos de raiz morfológica, de bases sustentáveis pela capacidade financeira e administrativa no seio das organizações que dependem dos programas em que se insere. Estas organizações que funcionam como modelos operacionais, reflectem uma capacidade, incontestável, de vinculação do poder compensatório numa perspectiva assimétrica em regime de confluência das várias sinergias determinadas pelo carácter administrativo que impõem aos seus programas. É aqui que se concentra o "poder extra da elite dominante que não consente um desenvolvimento democrático da comunidade e vaticinam o novo equilíbrio de forças que permita a cada estrato social a contribuição democrática para o desenvolvimento do país."⁹¹⁶

Seja como for o Estado não sendo o principal causador do exercício das correntes artísticas, procura sempre que possível influenciar através dos vários órgãos de poder, escolas e igreja, essas mesmas correntes. "Por fim, algumas

⁹¹³ David HARVEY, *Urbanismo y Desigualdad social*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1977, p. 307

⁹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 304

⁹¹⁵ In Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 163

⁹¹⁶ Marcella Delle DONNE, *Teorias Sobre a Cidade*, Col. Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa, 1990, p. 156

derradeiras observações sob a forma de expressão das contradições entre classes e fracções dominantes, hegemónicas, reinantes no sei do aparelho de Estado."⁹¹⁷ O Estado procura através do poder personalizado, nos programas do Sistema Educativo, marcar a sua influência ideológica de uma forma explícita, quando o sistema é ditatorial, ou implícita quando é do tipo democrático. De qualquer das formas, a força das organizações procura, pelo academismo, o discursos que sem se submeter ao julgamento directo das *elites*, no poder, expresse um efeito de causalidade no exterior.

A cultura torna-se dominada pelo sistema dominante, assente em políticas produtivas de Estado. "A cultura na sociedade é um sistema simbiótico-antagonista de múltiplas culturas, nenhuma delas homogénea"⁹¹⁸.

Os regimes revolucionários servem-se deste tipo de regras sócio-culturais para expressarem as virtudes do sistema ideológico, fazendo da realização artística a caracterização da imagem de uma sociedade, estado ou nação. Como regra de ouro deste estado, inclusive, é darem à cultura e desportos uma larga fatia do seu orçamento para que o sustento da sua imagem legitime o direito à propriedade. O mesmo é dizer-se que a Arte depende do Estado, como a produção depende do artista, dependendo este do suporte financeiro do Sistema Político.

Parece que nos sistemas pluralistas democráticos as regras são diferentes. Nada me leva a pensar assim. O que se passa é que em vez de ser o sistema político a sustentar a produção artística, são as elites do Estado que lubrificam o campo, através da injeção de dinheiro, directa ou indirectamente, que promovem os seus próprios gostos, fazendo no mercado⁹¹⁹ as suas opções de escolha. É um fenómeno omnipresente na cultura ocidental, onde, por vezes, se consegue "alcançar sem atritos a sua cultura tradicional e a cultura crítica"⁹²⁰.

Quando é dado o apoio à cultura de uma forma directa, esta é sustentada pela lei do mecenato, se o mesmo se passar de forma indirecta, neste caso, Alfred Schutz diz que "uma genealogia complexa de heranças e herdeiros, associados, contemporâneos, predecessores e sucessores. Ainda que caiba ao sujeito ser ele próprio a subjectivamente instituir essas relações em graus diferentes de intimidade e

⁹¹⁷ Nicos POULANTZAS, *Teoria das Classes Sociais*, Pub. Escorpião, Porto, 1976, p. 33

⁹¹⁸ Edgar MORIN, *De la Culturalalyse à la Politique Culturelle*, In *Communications*, nº14, 1969

⁹¹⁹ "Enquanto o público através de uma maior acesso à cultura, uma maior educação cultural, em geral não for, suficientemente forte, para criar um mercado, para sustentar essa oferta cultural, haverá sempre uma tendência para recorrer ao Estado" Entrevista à Deputada Teresa Patrício Gouveia do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹²⁰ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 191

anonimato," não aparece como imagem revelada no conteúdo das condições que impuseram o financiamento.

A cultura, linearmente, depende da estrutura financeira e do crescimento económico de uma sociedade. A história só nos deixa este exemplo, porque os grandes Impérios, Grego, Romano, Napoliónico, Português (durante a época dos Descobrimentos) etc. nos deixaram os seus testemunhos que demonstravam a sua riqueza, expresso pela grandiosidade dos monumentos, assentes em estruturas que privilegiavam o gosto pela apresentação da cultura através da Arte. No essencial, serviam-se da arquitectura sem descorar outras áreas artísticas.

Parece-me bastante fecunda a utilização dos conceitos de centro e periferia cultural, tal como fazem Castelnovo e Guinzburg. Para estes dois autores⁹²¹, um centro artístico ou cultural não é concebido apenas numa perspectiva redutoramente culturalista, ele é um centro de poder extra-artístico, e as relações centro-periferia são consideradas no respectivo complexo geográfico, político, económico e cultural. Note-se que as periferias não significam obrigatoriamente recepção passiva e atraso, mas também podem ser lugar de elaboração de propostas culturais alternativas às dos centros.

Em Portugal, temos três grandes exemplos do Estado "produtor" de teses artísticas. Sendo esclarecedor que "«é a primeira vez que se está a desenvolver uma política ambiciosa na área cultural que pensa em todo o país e não só na capital; o que faltava até agora era a preocupação com as condições de trabalho que permitam incentivar a criatividade portuguesa»,⁹²² pelas palavras de Santana Lopes. "Se é de todo necessário misturar a política com a cultura, [...] o respeito pela sintaxe, [é] portanto, o respeito pela cultura [algo] muito próprio da democracia"⁹²³

Com a mesma localização, à mesma dimensão, com fundamentos iguais, objectivos certamente diferentes. Em todos a imagem do Estado, num situacionismo político administrado por uma forte componente ideológica, sustentada pela acumulação de riqueza intelectual, física/material e estética, de discurso simples mas rico para a história.

O Império e a igreja, a pátria e a família, a cultura e o estado, desta forma ficaram os testemunhos que o tempo nos disse que de Arte fizeram História, e do passado e presente são grandes documentos vivos do poder do Estado. São eles: O

⁹²¹ CASTELNUOVO, E. e GUINZBURG, C. 1981 *Domination symbolique et géographie artistique dans la Recherche en Science Sociales*, n.º 40

⁹²² Cit. Jornal "DN" 12 Jul. 92, p. 10, com o título "Não falta dinheiro à cultura".

⁹²³ In Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 157

Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém; a EMP e a criação da Praça do Império; e, o CCB uma "cidade" para a "cidade cultural" que é Portugal.

Em todos os monumentos, plurais ou singulares, estão os valores [simbólicos] sociais, económicos e políticos da sociedade portuguesa, mesmo sem se fazer referência directa a "«valores artísticos» como «arbitrários culturais»⁹²⁴ por excelência, no entender de Jean-Claude Passeron parece possível a hipótese de um «sincretismo tranquilo» na base de «três acordos»⁹²⁵. "Podem retirar-se desta afirmação três ideias úteis: a pluralidade das culturas numa sociedade; a do entrosamento entre elas; a da conformidade em que vão engendrando - ideias a reter se não quisermos continuar a abordar a cultura em termos de juízos de valor."⁹²⁶

São documentos artísticos, que falam como livros semiabertos.

1.5 REACÇÕES DE PODER

A simetria bimodal, que assenta nas teorias *elitistas*, numa dicotomia em que as minorias (elitistas) se tentam sobrepor às maiorias, diga-se entre o poder interno e externo de uma organização, é a primeira das circunstâncias que influi na capacidade de conquistar submissão aos propósitos. As *elites* que têm sempre interesses comuns, como o direito à propriedade privada, apoiam-se na sua posição organizacional, como empresas, partidos ou igreja para exercerem o seu poder. As elites puras são recrutadas em grupos sociais especiais. "É a intensidade da sua associação com as duas outras fontes do poder e do seu acesso aos três instrumentos de imposição; e outra a diversidade ou a concentração dos seus objectivos.

Uma organização que tem acesso à propriedade e à personalidade na forma de liderança obviamente adquire poder desta associação, e se tem livre acesso a toda a gama do poder condigno, compensatório e condicionado, aumentará muito a

⁹²⁴ Que radicaram na definição que foi "Projectar os valores nacionais sem negar o esbatimento de fronteiras que os fenómenos culturais cada vez mais promovem, uma vertente das políticas prosseguidas" pela FD M.^a José STOCK, Directora Coordenadora das Actividades Culturais, no Editorial do Catálogo/CCB de Jun. 94

⁹²⁵ In Idalina CONDE, *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VVAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1994, p. 169

⁹²⁶ Fernando SANTOS, *A Teoria e a Prática*, Ed. Plátano, Lisboa, 1982

sua força. O exemplo mais claro de tal combinação das fontes do poder com os instrumentos de imposição é o governo totalitário. Ali todos os instrumentos e fontes são levadas a actuar, internamente no governo e externa à assimetria sobre o público em geral."⁹²⁷

No contexto interno, Portugal na década de 30 e 40, dispunha de um aparelho governamental liderado por uma personalidade sintética⁹²⁸, Oliveira Salazar, que foi primeiro Ministro das Finanças conduzindo o país a uma estabilidade visível no campo económico (temos assim o registo de propriedade). Ao mesmo tempo o totalitarismo governamental assentava numa burocracia eficiente e tecnicamente semelhante ao resto da Europa fascista. Estava-se perante um sistema monista⁹²⁹, mesmo que não de uma forma pura. Estes argumentos deram então origem ao «Estado Novo», já numa segunda fase com Salazar que dependeu do seu efeito sicofântico⁹³⁰ como Primeiro Ministro de Portugal. As várias fontes do poder davam origem a um tipo de punição condigna, para todos os que ameaçassem a estabilidade governativa, nos moldes em que se encontrava. Factos que conduziram, no imediato, à criação da UN, que tinha pouco de partido político, segundo os moldes tradicionais dos partidos políticos mesmo para a época que se atravessava. Faltava neste caso um líder no partido.

O poder compensatório era o que mantinha a burocracia. Ao mesmo tempo o condicionamento implícito era imposto pelos serviços de segurança de estado, para o caso a GNR, nas décadas de 30 e 40. O condicionamento explícito era assegurado pela propaganda a Salazar e às suas políticas caseiras, perfeitamente delineadas por António Ferro, mesmo que não apareça nestes termos em muitos apontamento de redacção do então Presidente do Conselho. Propaganda que se extravasava para além das fronteiras, tal como Salazar pretendia. Ferro pelo seu discurso era a personalidade indicada para fazer este trabalho. Os seus notáveis discursos, publicado no DN, e as fontes privilegiadas que este jornalista tinha, depois director do SPN e SNI, serviam para lançar as linhas de actuação e instrumentalização das massas, ao nível interno.

O "partido", com o surgimento de Ferro, tornava-se pouco relevante, para os fins a que Salazar se tinha proposto (talvez no íntimo a longa duração no poder).

⁹²⁷ John Kenneth GALBAITH, *Anatomia do Poder*, Difel, 2ª edição, 1983, p. 81

⁹²⁸ Poder exercido por uma pessoa em vez de uma organização.

⁹²⁹ Poder que se exerce em sentido descendente, do topo da pirâmide para as bases.

⁹³⁰ Tendência que este líder teve em se ladear daqueles que o bajularam.

O poder condicionado, pelo «Estado Novo» fazia-se sentir através de um monopólio explícito que era reforçado em grande parte pela propaganda de estado firmada por António Ferro, num ritual da política⁹³¹, combinada com uma obediência totalitária implícita no acesso à opinião pública, em relação a determinados eventos que ocorriam tanto no País como no estrangeiro. Neste caso, está a inclusão de Portugal em dois certames fora de portas. O primeiro em 1937 com um pavilhão na Exposição de Paris e dois anos mais tarde com outro em Nova Iorque. No primeiro está presente no acto inaugural António Ferro e a grande Estátua de Salazar. Resta dizer que Ferro e a imprensa portuguesa se deslocaram a Paris uma semana antes da inauguração oficial da Exposição para promover externamente Portugal. "Portugal parece dispor de um privilégio de partida resultante, paradoxalmente, da sua relativa marginalidade e pequenez. As áreas culturais e linguísticas de grande dimensão nem sempre escapam a algum isolamento, espontâneo ou cultivado, que a sua própria preponderância induz. Ora no caso da nossa produção científica estão naturalmente excluídas veleidades imperiais, não nos sendo também permitidas arrogâncias de fechamento."⁹³² A imprensa escrita funcionava como reflectora da ideologia, até porque os "notáveis discursos" oficiais de Ferro eram publicados no "DN" que funcionava como "órgão oficial" de comunicação para o poder político. A imprensa punha-se ao lado da política "do Estado e para o Estado", como Salazar propunha, passando a "ideologia para a mitologia"⁹³³ do poder instituído. A razão é que "a imprensa e as fortes personalidades (figuras políticas) de Estado normalmente estão num processo dialéctico"⁹³⁴ dentro da legitimação dos poderes.

O poder associava-se, no Portugal Corporativista, a um monocentrismo, numa derivação do centro para a periferia, que segundo muitos autores nunca o foi nos moldes tradicionais vinculados na Europa, casos da Alemanha ou Itália, mas ligado a uma figura carregada de simbolismo como era Oliveira Salazar.

Salazar era visto pelo seu "carisma" ditatorial, enquanto Ferro, o propagandista, dentro da complexa estrutura global se envolvia no poder político de uma forma pouco activa, isto é, como sombra do Primeiro-ministro. "O que é de facto necessário tomar em consideração é que o Estado é composto de vários aparelhos:

⁹³¹ Como efeito histriónico, que advém de uma demagogia política assente na forma de propaganda, como ovações ou funções que a comunicação, para as massas, pode Ter no receptor, perante uma estratégia que se reservava à fixação de um rumo político convencionado. Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 102

⁹³² João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 79

⁹³³ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 97

resumidamente, do aparelho repressivo e dos aparelhos ideológicos, tendo o aparelho repressivo como papel principal a repressão, e os aparelhos ideológicos a elaboração e inclusão da ideologia."⁹³⁵

A punição condigna era quase sempre usada para com os que davam apoio às oposições. A oposição era nesta altura expressa pelas ideias intelectuais, pois não havia partidos políticos que se afirmassem como oposicionistas ao regime. A UN era a única frente política, numa estrutura oligarquica, que se posicionava como movimento político ainda que nunca o tenha feito de forma explícita.

O poder compensatório foi sempre o que se apresentou como afirmação automática dos objectivos nacionais, nos primeiros anos da ditadura, essencialmente até 1942.

"Por estar tanto associado à propriedade como à personalidade e por acesso a todos os instrumentos de coerção, o governo é uma instituição peculiarmente forte, de poder excepcional, por isso é inevitavelmente encarado com termos, muitas vezes com pavor, e em todas as sociedades civilizadas concordasse que deve haver limites ao seu exercício. Pensa-se, em especial, que é preciso existirem limites ao uso do poder condigno, mas há também um forte sentimento, abertamente declarado, contra o uso indevido do condicionamento implícito como fonte do poder público, pois, como já foi dito, o político recorre muito espalhafatosamente ao patriotismo ou qualquer outra crença condicionada, é classificado demagogo."⁹³⁶

Depois de 1974, as coisas modificaram-se radicalmente, passando-se a um sistema democrático pluralista, estratárquico⁹³⁷, contudo, "a história mais recente dessa política em Portugal, se mostra alguma coisa, é que nenhuma tendência se pode ter por adquirida."⁹³⁸

Uma das questões é que a evolução da ciência e a teoria política está relacionada com o poder e autoridade. A autoridade conduz, em linhas gerais, a uma interrogação. Poder é gerador de influências? O poder depende sempre dos efeitos que este produz, numa relação que pode ser igual a uma soma zero, quando exercido, e que depende da capacidade potencial ou individual sujeito a um poder

⁹³⁴ Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹³⁵ Nicos POULANTZAS, *Teoria das Classes Sociais*, Pub. Escorpião, Porto, 1976, p. 33

⁹³⁶ John Kenneth GALBAITH, *Anatomia do Poder*, Difel, 2ª edição, 1983, p. 84

⁹³⁷ O poder é exercido de uma influência indirecta, numa dimensão estrutural, baseada no pluripartidarismo.

⁹³⁸ João Ferreira de ALMEIDA, *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INMC, 1991, p. 76

coercivo ou não. A relação de propriedade torna-se preponderante na relação do poder exercido gerado por uma dinâmica de conflitos latentes ou manifestos.

As suas características são geradoras de conflitos que se podem, em suma, atribuir a pessoas ou instituições ou grupos de classes, que se remetem a um papel especulativo dos seus actos.

O poder implica quase sempre, mais ou menos coerção, pela legitimidade do próprio ou papel condicionador que tem. Este pode variar em grau, em quantidade ou forma.

Nas sociedades modernas o poder punitivo é mais esbatido, porque funciona através dos órgãos jurídicos e judiciários. Se, o poder for condicionado, ele aparece através da publicidade/marketing. Por sua vez o poder da personalidade só por si não chega e o exemplo disso é "que Jesus Cristo, mesmo que não permaneça no tempo, há necessidade de perdurar no tempo para além do mesmo."

As relações de poder aparecem neste caso inseridas na definição de um sistema pluralista competitivo, com uma estrutura formal de autoridade, num sistema assente nas organização, visando a democraticidade da vida social e cultural de um país.

O sistema político passa a reger-se por dois níveis: o nível condicionador, onde o acesso se limita aos dirigentes partidários e os detentores do poder que está institucionalizado, expresso através dos actos eleitorais; e, o nível condicionado, onde se encontram os eleitores, que se vem pronunciar num quadro condicionado. Os eleitores o que expressam, segundo a sua vontade e dentro do sistema partidário, é uma escolha negativa ou retrospectiva, punido então aqueles fracassaram, dentro do sistema de poder e face a uma concorrência plural entre os partidos. Temos que cada partido passa a disputar uma determinada franja eleitoral (diferenciação eleitoral dentro do campo) mais à esquerda ou mais à direita, conforme o posicionamento ideológico expresso pelas estruturas dos partidos. Em Portugal, depois do 25 de Abril, e por causa dos condicionalismos revolucionários, todos os partidos se posicionavam, para o eleitorado, mais à esquerda, à excepção, do CDS, situado ao centro do sistema. O PCP e o PS, ideologicamente mais à esquerda, vieram a distinguir-se do PSD de Sá Carneiro, pois os espaços eleitorais, começavam-se a definir, por causa das eleições de que dariam assento parlamentar.

As políticas partidárias têm como consequência a tentativa de homogeneização das audiência, numa procura eleitoral de fragilizar o partido que se encontra numa oposição mais próxima. Ou seja, o PS sempre tentou captar o voto à esquerda,

passando progressivamente a tentar conquistar as audiências do PSD, mais viradas para o centro direita depois de Sá Carneiro e Mota Pinto. Em oposição o PSD, com a AD ainda liderada por Sá Carneiro conquista, conjuntamente com o CDS e o PPM um espaço eleitoral, que determina a sua maioria parlamentar após as eleições, em 1979 e 1980.

O primeiro período da Democracia tendo sido politicamente bastante conturbado, até 1978, com oscilações governativas⁹³⁹, teve a partir de 1980 uma estabilização que passou pela governação e definição estável dos grupos parlamentar. A economia começa a funcionar, depois deste período, as instituições fiscalizam-se mutuamente e o sistema funciona sem «bloqueios».

A representatividade política e partidária começa a sustentar a sua base de influência eleitoral bem como as estruturas intermédias de tomada de decisão política-partidária. Estas dinâmicas criam os conflitos internos, as disputas pelo poder, mas revitalizam a capacidade de democratizar o sistema.

A partir de 1985, com Cavaco Silva à frente do PSD e do Governo, ano em que viria a conquistar, a primeira maioria absoluta para si, é quando o sistema começa tendencialmente a caminhar para uma bi-partidarização do parlamento. Contudo, o sistema sendo semi-presidencial, garante o bom funcionamento das instituições, pela fiscalidade que é exercida entre os vários órgãos de Soberania. O poder fica bi-partido, sabendo-se que a AR fiscaliza o Governo, sendo ainda da competência do PR garantir que essa fiscalização se exerça na plena vontade de um eleitorado que definiu os grupos parlamentares.

Diga-se que a "complexidade do relacionamento entre a Assembleia da República, presidente da República e Governo, agravada, ou estimulada, por um sistema eleitoral proporcional e pela ausência de consonância entre PR e as maiorias parlamentares"⁹⁴⁰ diz bem da complexidade que é mesmo governar em maioria. Durante todos os seus mandatos de maioria absoluta, os dois governos de Cavaco Silva (1985-1995), o Primeiro-ministro teve na PR o Dr. Mário Soares, que foi líder do PS, um defensor das ideia mais à esquerda, enquanto os Governos do PSD passavam por uma política mais liberal para o regime.

⁹³⁹ V. quadro 3 em anexo, no final do documento. Inclusive governos de "iniciativa presidencialista", mostrava que as instituições não funcionavam em pleno, encontrando-se o sistema bloqueado, porque os governos tinham um limitado tempo de duração. É neste período que temos o único governo presidido por uma mulher em Portugal, Maria de Lourdes Pintassilgo.

⁹⁴⁰ Miguel Lobo ANTUNES, *A Assembleia da República VVAA Análise Social*, Revista do ICS-UL, Terceira Série, Vol. XXIV, 1º, 1988, p. 81

O processo prático das regiões de controlo das instituições fazia com que os mecanismos políticos, do regime Cavaquista, fossem mais abertos pelo eleitorado do que propriamente pela AR, mesmo sabendo-se que na maioria dos países europeus os Governos é que dominam a actividade parlamentar. Cavaco, neste caso não fugiu a esta regra. Tornou o Estado forte, determinado em não criar zonas de conflito, definindo-o como fonte legítima de uma reacção prática entre uma coordenação factual dos processos eleitorais e a governação, para uma «política de sucesso».

O crescimento económico, para o caso presente, a maior partidocracia, reforça a condição de um Estado mais eficaz, mas personificado. Esta partidocracia, como afirma Braga da Cruz, é justamente a justificação para a dificuldade que reside em definir a fronteira institucionalizante do Parlamento, face às políticas do Governo, do(s) partido(s) representado(s) neste. O sistema político, continua contudo, a viver de uma preservação de identidade, entre as instituições, dentro de um relacionamento, interdependência recíproca⁹⁴¹.

Portugal rege-se por um sistema deste tipo quando se está próximo do fim do século XX.

⁹⁴¹ Manuel Braga da CRUZ, *O Parlamento e os Partidos* VVAA *Análise Social*, Revista do ICS-UL, Terceira Série, Vol. XXIV, 1º, 1988, p. 125

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho fiz uma reflexão sobre as ideologias e as suas formas de expressão política.

O situacionismo político depende fundamentalmente de dois argumentos sendo a primeira dependente da atitude do órgão de governação e a segunda da política filosófica imposta pelo Estado, numa dependência institucional da figura que tem em si o processo de liderança.

O poder da personalidade expressando-se pelo seu carisma é sem reservas feito de apoios que partem de um outro poder não instituído. Esse «poder bajulatório» radica na qualidade de uma propaganda em volta da figura cimeira do Estado.

A Cultura ou «edifícios arquitectónicos de Poder»⁹⁴² que depende muito do Poder Estado ao nível económico, vêm ratificar as prerrogativas que se lançam com os paradigmas de um campo limitado a reacções de outro poder que são as elites emergentes dentro do campo. Todavia as expressões mediáticas de Cultura são servidas por uma cultura que não é estabelecida pelo «poder das obras» mas de uma elite que gere politicamente os destinos dessa mesma cultura⁹⁴³.

Ao apresentarmos este documento para apreciação, não pretendemos que seja dado como definitivo, porque será difícil chegar a conclusões absolutas sobre este estudo de caso, com duas referências culturais distintas, porque a investigação científica consiste numa acumulação de conhecimento derivados da compreensão da realidade humana, sendo a Cultura uma micro-dimensão nas Arquitecturas do Poder num conjunto macro que são as teses ideológicas vinculadas pelo sistema político.

Todavia, será bom lembrar que há três períodos, nos últimos 150 anos da história portuguesa, que são marcados pelo grande florescimento das obras públicas, o período do Fontismo, o período do Salazarismo designadamente quando Duarte Pacheco é Ministro das Obras Públicas e o período do Cavaquismo. “São períodos que se caracterizam quer em ditadura quer em democracia pela existência de

⁹⁴² Como eu a defini ou salientei através dos edifícios (estrutura de arquitectura) ao longo deste trabalho.

⁹⁴³ Cf. Lussato MESSADIÉ, *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel, 1988, p. 158 quando fala da influência das elites, numa referência à cultura onde diz que “enquanto se persistir [...], em escrever,

Estados fortes”⁹⁴⁴ que esteve longe de se encontrar uma “cultura de responsabilidade pública, no que diz respeito há gestão dos recursos públicos”⁹⁴⁵

Visto isto o CCB surge com o sentido simbólico de projecção externa⁹⁴⁶, e a imagem de um Portugal novo (com o mesmo sentido que nos lembra: Estado novo), porque entre a Torre de Belém e os Jerónimos estávamos num lugar simbólico dos Descobrimentos Portugueses (o aspecto mais heróico da nossa história). É evidente que toda a EMP é uma realização do mesmo tipo só que realizada por uma Ditadura num contexto nacionalista (obra de regime para comemorar o Império Português) que tinha relevo em relação à II Guerra Mundial. O que era a componente nacionalista da EMP (1940), “o revivalismo típico do Salazarismo, a que se pensava ser a história mítica portuguesa”⁹⁴⁷, não existe no edifício do CCB. É, de qualquer das formas pertinente, julgar que a geografia da proximidade do poder político e a cultura, só podia pressupor “um mega equipamento, como o CCB, num lugar como Lisboa, pela geografia urbanística e populacional da capital portuguesa”⁹⁴⁸ já que ele faz parte de uma tipografia física do poder, estando ao lado dos Jerónimos, de Belém, do monumentos às Descobertas, está no «sítio» de uma relação de Portugal com o Mundo (pelo factos da história dos séculos dos Descobrimentos). Do ponto de vista da localização geográfica e física pode haver algumas analogias, a proximidade do Tejo e do oceano, a conquista de novos espaços urbanos. Deixámos, as referências políticas e simbólicas de momento, mas também de duas personalidades Salazar, com o Salazarismo e a EMP, e Cavaco com o Cavaquismo e o CCB⁹⁴⁹. Por detrás deste Poder esteve uma enorme operação de reconversão física e requalificação do espaço, até que ponto à uma causalidade a estabelecer entre a EMP e o CCB, o que

pintar ou compor para o pequeno cenáculo dos decisores do sistema, estar-se-á condenado a só agradar ou desagradar a esses pretensos decisores.”

⁹⁴⁴ Entrevista ao Director do Jornal “Expresso” José António Saraiva, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁴⁵ Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁴⁶ Como se passou em Espanha, com a EXPO92, os Jogos Olímpicos que faziam parte da projecção externa, “foi muito condicionante para fazer do CCB uma grande obras pública que marcasse no final deste século, no Portugal Europeu”. Porque “governos com alguma estabilidade e lideranças fortes, têm tendências para deixar as suas marcas nas obras públicas”. A que não é alheio ao que aconteceu em Espanha com Filipe Gonzales, em França com Mitterand e em Portugal com Cavaco Silva. É o mesmo movimento, “no caso português, tratava-se de mudar a imagem de Portugal (um país subdesenvolvido, marginal na Europa)” Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁴⁷ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁴⁸ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁹⁴⁹ Cavaquismo, com a construção do CCB, “quis deixar uma marca monumental” mesmo que este não seja um monumento, numa obra sem racionalidade efectiva, em termos económicos ou culturais, foi uma obra “marcada pelo desejo de afirmação política e ideológica” e só possível porque

temos é uma coincidência histórica, com «efeitos esperados», pois para a primeira estiveram as exposições preparatórias, da qual destaco a internacional de Paris e Nova Iorque, Europa (1991), a presidência da CCE (1992), o L94 (1994) e que irá ser concluída com a EXPO98 (1998), existe um sincronismo histórica, num espaço de 50 anos, que é a «abertura da simbólica ao mundo», num permanente e eterno retorno, da nossa mitologia, como exacerbação de energias para a afirmação, de um país que luta na sua condição híbrida de semi-periferia como diria Boaventura de Sousa Santos⁹⁵⁰

O cavaquismo, para Vasco Polido Valente, chegou mesmo a ser uma mistura entre o “corporativismo e de neoKeynesianismo e a afirmação da Autoridade de Estado”⁹⁵¹, a que Cavaco chamou, durante os seus três mandatos «estabilidade», «governabilidade» e à oposição «a força de bloqueio», através dos vice-presidentes e grupo parlamentar do PSD que contrariava a ideia de um ESTADO Forte. Cavaco teve, uma particularidade que se liga perfeitamente, a outra figura, Salazar, que foi sempre mandar e fazer dizer pela imprensa, através das figuras mais próximas aquilo que pensava de menos positivo para a sua (pessoal) actividade política/governativa. Nunca afirmou que haviam divergências entre o Primeiro-ministro e a PR, nunca ligou, mormente, à oposição, diga-se “ignorava-a”, lidava com o parlamento só em restrita necessidade institucional (aprovação de matérias de interesse nacional, como exemplo o orçamento) de resto mandava os seus ministros liderar este campo político. Na linha de Salazar que “intransigente como sempre, recusou sempre o diálogo”⁹⁵². Outra particularidade entre os dois estadistas, para além de altos, eram professores universitários na área da economia, Salazar em Coimbra e Cavaco em Lisboa, e começaram ambos pela chefia da pasta das finanças, para numa segunda fase virem a assumir a liderança do Governo e do País. Mais, ambos, governaram o País para a estabilidade económica, convergindo para um campo interno, piscando o olho ao exterior, mas desligados da cultura. Puxaram a si, o simbolismo das obras, construídas pelos seus regimes. Definiram e deram corpo a um conjunto de infraestruturas significativas que espalharam pelo país depois de escolherem o perfil do seu Ministro das Obras. Marcaram simbolicamente a sua governação cada um

na “prática a fiscalização parlamentar estava anulada” Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁵⁰ Entrevista à Dr.ª Idalina Conde, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996. V. Boaventura de Sousa SANTOS, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, Porto, 1990, p. 107

⁹⁵¹ In revista “Público magazine” 26 Fev. 95

⁹⁵² Nota de fotografia V. Maria João AVILLEZ, *Soares - Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, Fev. 1996, p. 162

com uma obra no mesmo lugar com um afastamento entre si de pouco mais de cinquenta anos. Figuras que pouco ligavam aos seus secretariados culturais, mesmo que estes estivessem sobre a sua alçada, dado como notável coincidência este mesmo caso. Salazar tinha um SPN, Cavaco uma SEC. Apenas divergiram num aspecto. Salazar começou e acabou com Ferro, enquanto Cavaco mudou a meio do percurso, para uma figura que o incomodava, mas que considerámos como ideólogo do Poder, porque tais foram as modificações que fez, que a SEC na viragem institucional que passou a Ministério no governo seguinte.

Os estadistas com o seu discursos, a nosso ver, carregado de um sentido de Estado ideológico, premente em ideais, tentaram "cravar" na mente dos portugueses a robotização do sistema que fatalmente era corporizado pela ideia magna de que o novo se sobrepõe ao velho, mesmo que dependessem de velhos argumentos do passado. Afirme-se que saber prático e académico está em oposição, fictícia, à vida do quotidiano. Outra ideia que ressalta é a abertura que se tenta fazer ao nível dos órgãos de "estado", numa definição institucional onde funciona o academismo como porta de entrada e saída de um modelo que embora gasto tenta em si reforçar as ideias políticas, na tentativa de manter o poder político intacto, solidificando as regiões periféricas. Vai "subjugando" os cidadãos intervenientes que alarga por imposição das ideias do campo ideológico a uma trilogia Deus, Pátria, Família, à Sociedade⁹⁵³, para o «Estado Novo» onde "o poder público autoritário, uma das forma que tem de se afirmar, é através da grande monumentalidade, emblemática e eloquentes do poder"⁹⁵⁴, e para a Democracia a conceptualismo pragmático do modelo democrático. Para a Democracia com Cavaco sem levar à prática a "subjugação" conduz o cidadãos a uma defesa dos princípios do pragmatismo tecnocrático, da autoridade e da confiança, apenas no «eu». Basicamente, ambos assentaram a sua ideologia na crença, da personalidade de cada um. Todavia, "o contexto em que se vive é fundamental para o desenvolvimento das personalidades fortes (Salazar ou Cavaco) do ponto de vista político. Por isso viriam a ser pessoas contestadas por muitos, porque acabaram por se fecharem sobre si mesmos"⁹⁵⁵ Razão pelo qual os seus discursos eram feito ou na primeira pessoa do singular ou do plural. As referências deste tipo de arquitecturas não podiam deixar de ser encontradas, na "fragilidade" da EMP e "robustez" do CCB. E "salvo algumas excepções a EMP era feita de cartão e gesso, esta (CCB) como obra da democracia

953

V. esquema número 1 que se encontra em anexo no final do trabalho.

954

Entrevista ao Prof. Dr. Fernando Rosas, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

955

Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

é mais sólida⁹⁵⁶, pois “compete às elites culturais dos regimes assumirem os Centros, e pô-los ao dispor da população”⁹⁵⁷.

Obviamente que existindo o Centro, ele “tem que ser utilizado, independentemente das críticas, porque enriqueceu a cidade”⁹⁵⁸, sabendo-se que “Lisboa é uma cidade com uma manifesta falta de equipamentos culturais”⁹⁵⁹ com estas características.

Podemos concluir que “entre Cultura e poder as relações podem ser ambíguas, tensas e difíceis.”⁹⁶⁰

Por outro lado praticam-se em simultâneo no nosso país várias modalidades não coincidentes do reconhecimento público da obra dos artistas contemporâneos. Sendo estes reconhecidos, pelos seus méritos, quando passam por instituições como Serralves, a FCG ou o CCB, encontram a porta que lhes serve para olhar o mundo das Descobertas. O sistema elitista, torna-se mais aberto nesta cultura democrática, já que a presença do futuro, recria no campo a fórmula genérica que a Cultura deixa de ser periférica.

Apenas nos falta, concretizar a comparação entre Ferro e Santana Lopes. Vamos resumir-nos a duas frases:

Enquanto o cavaquismo chamou a si Santana Lopes para criar a fachada da nacionalidade, Cavaco não teve como definição a mesma «política do espírito» que Salazar pediu a Ferro, para propagandiar o regime.

O Salazarismo, teve alma nacionalista, porque Salazar fixou-se na cultura de Ferro, Cavaco longe da cultura procurou quem estivesse ao seu nível. Só por isso, o monte de gesso expressou o passado inacabado, como foi a EMP, o CCB expressou o presente por acabar. O Futuro será certamente outra exposição internacional...

Este objectivo deixará sempre uma porta aberta para novos estudos sobre este tema, daí a fazer as seguintes sugestões finais:

⁹⁵⁶ Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁵⁷ Entrevista ao Prof. Dr. Orlando Lourenço, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

⁹⁵⁸ Entrevista ao Deputado Joel Hasse Ferreira do PS, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁹⁵⁹ Entrevista ao Deputado Jorge Ferreira do CDS-PP, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996.

⁹⁶⁰ In revista “Visão” 23 Jun. 94, p. 34

SUGESTÕES FINAIS

Sabendo se que, "em Portugal, é mais difícil fazer o edifício que utilizá-lo"⁹⁶¹ deve se ter em conta que para as construções "no governo do Cavaco Silva existia a ideia de que era necessário fazer obras de porte, numa ilustração simbólica do novo Portugal, ao contrário do passado que vivia uma situação miserabilista"⁹⁶²

Como sugestão final, gostava de deixar este meu trabalho aberto a uma investigação, dentro do mesmo campo das hipóteses mas que tivesse como referência a ENPO98 que ainda em fase de obras, possa ter como termo de comparação a EMP e fiel de um sistema político, pelas determinações do poder político, o CCB.

961 Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996
962 Entrevista ao Deputado Pacheco Pereira do PSD, no âmbito do trabalho de mestrado, 1996

BIBLIOGRAFIA

- **ADORNO, T. W.**
1982 *"Teoria Estética"*, Edições 70, Lisboa
- **AGOSTI, Héctor P.**
1984 *Ideologia e Cultura*, Livros Horizonte, Lisboa
- **AGLIETTA, Michel; BRENDER, Anton**
1984 *Les Metamorphoses de la société salariale*, Paris, Calmann-Lévy
- **ALMEIDA, João Ferreira de**
1990 *Valores e Representações sociais, (Coleções Portugal - Os próximos 20 anos VIII vol.)*, FCG, Lisboa

1991 *Ciências Sociais, Síntese da Cultura Portuguesa*, Ciência em Portugal, Coordenação de José Mariano Gago, Comissariado p/ a Europália91, INCM
- **ALMEIDA, J. Ferreira de; PINTO, J. Madureira**
1976 *A investigação em ciências sociais*, Presença, Lisboa
- **ALMEIDA, Joaquim A.**
Pesquisa em Extensão Rural - Um Manual de Metodologia, cap. V e VI
- **ALMEIDA, Vieira**
1942 *Filosofia da Arte*, Col. Studium, Arménio Amado Editor, Coimbra
- **ALTHUSSER, Louis**
1965 *Pour Marx*, Paris, Maspero
- **AMARAL, Diogo Freitas do**
1995 *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores
- **AVILLEZ, Maria João**
Fev. 1996 *Soares - Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores
- **BACHELARD, Gaston**
La Formation de L'Esprit Scientifique Contribution a une Psychanalyse de la Connaissance Objective, Paris, Librairie Philosophique
- **BALANDIER, George**
1980 *Antropologia Política*, Editorial Presença
- **BARDIN, Laurence**
1977 *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70
- **BARROSO, José Durão**
1989 *O Processo de Democratização, PORTUGAL O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, ICS
- **BASTIDE, P. e al.**
1967 *L'Idée de Legitimité*, Paris
- **BECKER, Gary S.**
1984 *Human Capital*, New York, Columbia University Press

- **BECKER**, Howard S.
1988 *Outsider. Études de Sociologie de la Déviance*, Paris, Flammarion
- **BELL**, Daniel
1973 *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque
- **BELO**, F.
1977, *Notas para o Conceito de ideologia. Teoria e Prática*, Lisboa, A Regra do Jogo
- **BENDIX**, Reinhard; e, **LIPSET** Seymour
«Political Sociology», *Currente Sociology*, vol. VI, pp. 79-99
- **BÉNÉTON**, Philippe
1975 *Histoire de mots: culture et civilisation*, Paris, Presses de la Fontation Nationale des Sciences Politiques
- **BERELSON**, B.
1954 *Content Analysis*, In G. LINDZEY e E. ARONSON, *Handbook of Social Psychology*, 1ª ed., Reading, Addison-Wesley
- **BERNARDO**, João
1991 *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto, Cortez editores, Edições Afrontamento
- **BIRNBAUM**, Pierre; e, **CHAZEL**, François
1978 *Sociologie Politique*, Paris, Armond Colin
- **BOYER**, Roberts
1986 *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris, La Decouverte
- **BONIME-BLANC**, Andrea
1987 *Spain's Transition To Democracy - The politics of constitution-marking*, Westview Press
- **BOURDIEU**, Pierre
1979 *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Editions de Minuit
1989 "Génese Histórica de uma Estética Pura"; In *Poder Simbólico*, Lisboa, Difel
1989 *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel
- **BOURDIEU**, Pierre; e, **DARBEL**, Alain
1966 *L'Amour de l'Art, les Musées et leur Public*, Paris, Editions de Minuit
- **BOURDIEU**, Pierre; **PASSERON** J.-Cl.; e, **CAMBOREDON** J.-Cl.
1968 *Le Métier de Sociologie*, Paris, Mouton/Bordas
- **BOUDON**, R.
1969 *Les Méthodes en Sociologie*, PUF, Paris
- **BRAUDILLARD**, Jean
1981 *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70
- **BURDEAU**, George
1952 *Traité de Science Politique*, Paris
1992 *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América
- **BURNHAM**, James
1945 *Los Maquiavelistas*, Buenos Aires
- **CAETANO**, Marcelo
1986 *Constituição Portuguesa*, Lisboa, Verbo

- **CACHOFEL**, João José
Iniciação Estética, Lisboa, Publicações Europa-América
- **CALABRESE**, Omar
1986 *A Linguagem da Arte*, Ed. Presença, Lisboa
- **CAMPENHOUDT**, Raymond Quivy Luc Van
1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa
- **CARSTEN**, F. L.
1967 *The Rise of Fascism*, Berkeley
- **CARTWRIGHT**, D. P.
1953 *Analysis of qualitative material*, In L. FESTINGER e D. KATZ (ed.), *Research Methods In the Behavioral Sciences*, Nova Iorque, Holt.
- **CASTRO**, Augusto
1940, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- **CHAMBOREDON**, J.-C.
"Production Symbolique et Formes Sociales de la Sociologie de la Culture"; *Revue Française de Sociologie*, XXVII
- **CHANDERNAGOR**, André
1967 *Un Parlement, pour quoi faire?*, Paris
- **CHATIER**, Roger
1988 "Por uma sociologia das práticas culturais" In *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel
- **CLASTRES**, Pierre
1979 *A sociedade Contra o Estado*, Porto, Afrontamento
- **COELHO**, Mário Baptista
1989 *Portugal - O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, ICS-UL
- **CONDE**, Idalina
1994 *Obra e Valor, A questão da Relevância*, VVAA Alexandre MELO, *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa
- **CORTESÃO**, Luiza
1981 *ESCOLA SOCIEDADE: que relação?*, Edições Afrontamento
- **CRUZ**, Manuel Braga da
1980 *As Origens da Democracia-Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais
1989 "Salazar e a política" In *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote
1989 *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Editorial Presença
1995 *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora
- **DIAS**, Jorge
1957 *Antropologia Cultural*, Lisboa, Inst. Sup. de Estudos Ultramarinos
- **DOERINGER**, Peter; **PIORE**, Miche
1985 *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*, London, Sharpe Internal
- **DOGAN**, Mattei; e, **PELASSY**, Dominique
Sociologie Politique Comparative, Paris, Economica

- **DONNE**, Marcella Delle
1990 *Teorias Sobre a Cidade*, Col. Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa
- **DREITZEL**, H. P.
1976 *Sur la signification politique de la culture* In A. A., *Au-delà de la crise*, Seuil, Paris
- **DURKEIM**, Émile
1984 *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença, Lisboa
- **DUROSELLE**, Jean
1966 *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*, Paris
- **DUVERGER**, Maurice
1972 *Janus - Les Deux faces de l'Occident*, Paris
1978 *I Sistemi Politici*, Bari
1983 *Sociologia da Política*, Coimbra, Almedina
- **EASTON**, David
1978, *Catégories pour L'analyse systémique de la Politique*, In P. Birnbaum e F. Chazel, *Sociologie Politique*, Paris, A. Colin
Analyse du Système Politique
- **EVANS**, Pritchard
1978 *Antropologia Social*, Lisboa, Edições 70
- **FAURE**, Christian
1989, *Le Projet de Vichy. Folklore et révolution national, 1940-1944*, Lion
- **FELICE**, Renzo
1965 *Mussolini. Il rivoluzionario*, Torino
- **FERNANDES**, António Teixeira
1988 *Os Fenómenos Políticos - Sociologia do Poder*, Lisboa, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem
- **FERRAROTTI**, Franco
1986 *Sociologia*, Ed. Teorema, Lisboa
- **FERREIRA**, António Matos
1987 "A Acção Católica Portuguesa - questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica Portuguesa (1933-1958)" In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autocracia (1926-1956)*, Lisboa, vol. II.
- **FERRO**, António
1983 *Salazar, O Homem e a Sua Obra*, Lisboa, ed. Emp. Nacional de Publicidade
1987 *Obras de: António Ferro, I Intervenção Modernista*, Verbo, Lisboa
- **FRANÇA**, José Augusto
1980 *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 53, Lisboa
1981 *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 2ª Edição, Vol. 12, Lisboa
1983 *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 2ª Edição, Vol. 28, Lisboa

1983 *O Modernismo na Arte Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 2ª Edição, Vol. 43, Lisboa

1984 *A Arte Portuguesa no Século XX*, Lisboa, 2ª Edição

- **FRANCASTEL**, Pierre
1967 "*Problemas da Sociologia da Arte*"; *Sociologia da Arte II*; Zahar Ed., Rio de Janeiro
- **FRANCASTEL**, Pierre et al
1967 *Sociologia da Arte II*; Zahar Ed., Rio de Janeiro
- **FREITAS**, Lima; e, YVETTE, Kace (Coord.)
1991 *A Simbólica do Espaço - Cidades, Ilhas, Jardins*, Lisboa, Editorial Estampa
- **FRIEDRICH**, Carl
1970 "*Potere, Comando e Obbedienza*"; In Giovanni Sartori (ed.), *Antologia di Scienza Politica*, Bologna, Il Mulino, pp.9-139
- **GALBAITH**, John Kenneth
1967 *American Capitalism e the New Industrial State*, Nova Iorque
1983 *Anatomia do Poder*, Difel, 2ª edição
- **GASPAR**, Jorge et al.
1987 *Portugal: Os próximos 20 anos. Ocupação e Organização do Espaço - Retrospectivas e Tendências*, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa
- **GEERZ**, Clifford
1983 *Local Knowledge*, Basic Books
- **GEORGEL**, Jacques
1974 *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- **GHIGLIONE**, Rodolphe; **MADALON**, Benjamin
1992 *O inquérito, Teorias e Práticas*, Editora Celta
- **GODINHO**, Vitorino Magalhães
1985, "*Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História*" In: FERREIRA, M.ª Emília Cordeiro (org.), *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, pp.271-286.
- **GOMES**, António Luiz
1993 *Centro Cultural de Belém O Sítio - A Obra*, Centro Cultural de Belém, SGII, S. A., Lisboa
- **GOMES DA SILVA**, J. C.
1983, "*Nous-mêmes, nous autres*" In: *L'Homme*, Paris, juil.-sept., XXIII (3)
- **GONÇALVES**, A. Custódio
1992 *Questões de antropologia social e cultural*, Ed. Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa
- **GONÇALVES**, Rui Mário
1983 *Pintura e Escultura em Portugal 1940-1980*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 2ª Edição, Vol. 44, Lisboa
- **GOLDMANN**, L.
1971 *La création culturelle dans la société moderne. Pour une sociologie de la totalité*, Denoël, Paris

- **GOULDNER, A.**
1964 *Patterns of Industrial Burocracy*
- **GRIGNON, Clude; e, PASSERON, Jean-Claude**
1989 *Le Savant et le Poupolaire - misérabilisme et populisme en sociologie et le littérature*, Paris, Gallimard
- **GUIMARÃES, Ângela**
1987 *O labirinto dos mito* In: VVAA, *O Estado Novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos
- **HABERMAS, J.**
1973 *La technique et la science comme idéologie*, Paris, Denöel-Gonthier
- **HARVEY, David**
1977 *Urbanismo y Desigualdad social*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid
- **HAUSER, Arnold**
1954 *História Social da Arte e da Cultura*, Lisboa, Jornal do Foro
1982 *Fundamentos de la Sociologia del Arte*, Guadarama/Punto Omega, Barcelona, Tomo 1
1988 *Teorias da Arte*, Presença, Lisboa
- **HEINEMANN, Fritz**
1983 *"Estética"*, HEINEMANN, Fritz (org.) - *"A Filosofia no Século XX"*, FCG, Lisboa
- **HERSKOVITS, Melville**
1952, *Les Bases de l'Antropologie Culturelle*, Paris, Payot
- **HEINICH, Nathalie**
1986 *La Sociologie et les Publics de l'Art*, In Raymond Moulin (Dir.), *Sociologie de l'Art*, Paris, La Documentation Francaise
- **HOEBEL, E. A.; FROST, E.**
1981 *Antropologia Cultural e Social*
- **HUNTER, Floyd**
1953 *Community Power Structure*, Chapel Hill, University of North Carolina Presscal Knowledge, Basic Books
- **JAVEAU, Claude**
1976 *Comprendre la sociologie*, Verviers, Marabout
- **KONSTANTINOV, F.; ZAMOCHKINE, Adam S. Y.; SZCZEPANSKI,**
Jan. 1970 *Sociologia e Ideologia*, Editorial Presença, Lisboa
- **KRIPPENDORF, K.**
1980 *Content Analysis, an Introduction to its Mathodology*, Londres, Sage
- **LAPASSADE, G.**
1973 *Para um conhecimento da sociologia*, Assírios & Alvim, Lisboa
- **LAPIERRE, Jean-William**
1968 *Essai sur le Fondement du Pouvoir Politique*, Paris
- **LEAL, Ernesto Castro**
1994 *António Ferro, Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, edições Cosmos

- **LENSKI**
1966 *Power and Privilege*, MacGraw-Hill, New York
- **LINDBLOM, C. E.**
1974 *Politics by pressure*, Londres
1977 *Politics by Markets*, Nova Iorque
- **LINTON, Ralph**
1967, *Le Fundement Culturel de la Personnalité*, Paris, Dunod
- **LOMBARDO, António**
1972 *La Struttura del Potere*, Bulzoni Editore
- **LOURENÇO, Eduardo**
1983 "Crise de identidade ou ressaca 'imperial'?" In: *Prelo*, Lisboa, INCM, n.º 1, Out./Dez. 83
1990 *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM
- **MALINONOWSKI, Bronislaw**
1968, *Une Théorie Scientifique de la Culture*, Paris, Maspero
- **MARQUES, A. M. de Oliveira**
1985 *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª edição
- **MARTIN, Roderick**
1978 *Sociologia do Poder*, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- **MAURICE, Marc; SELLIER, François; SILVESTRE, Jean-Jacques**
1982 *Politique d'éducation et organization industrielle*, Paris, Puf
- **MESSADIÉ, Lussato**
1988 *O Desafio à Cultura*, Lisboa, Difel
- **MELO, Alexandre**
1994 *Arte e Dinheiro*, Assírio & Alvim, Lisboa
- **MERRIAM, Charles**
1934 *Political Power*, MacGraw-Hill, New York
- **MICHELS, Roberts**
1971 *Les Partis Politiques*, Paris, Flammarion
- **MILLS, C. Wright**
1981 *A Elite do Poder*, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- **MINTZBERG, Henry**
1995 *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- **MYRDAL, Gunnar**
1965 *Valor em Teoria Social*, trad. do Inglês, São Paulo, Livraria Editora/Editora da Universidade de São Paulo
- **MOYA, Carlos**
1970 *Sociólogos y Sociologia*, Madrid, Siglo XXI de España Edit.
- **MOORE, Jr., Barrington**
1958 *Political Power and Social Theory*, Cambridge, Harvard University Press
- **MOREIRA, Adriano**
1965 *Ideologias Políticas*, Lisboa

1978 *Os Fins do Estado*, Lisboa

1979 *Ciência Política*, Lisboa

- **MORIN**, Edgar
1969 *De la Culturalalyse à la Politique Culturelle*, In *Communications*, nº14
1969 *L'écriture de Press*, Haia, Mouton
- **MORLINO**, Leonardo
Come cambiano i regime politici-strumenti di analisi, Milão, Franco Angeli
- **MOULIN**, Reymond (dir.)
1985 *Sociologie de l'Art*, Paris, Documentation Francaise
- **NUNES**, A. Sedas
1987 *questões preliminares sobre AS CIÊNCIAS SOCIAIS*, Lisboa, Editorial Presença, 9ª Edição
- **OLIVEIRA**, D. e **VIEIRA**, M.
1975 *Poder Popular: um projecto político*, Lisboa, Slemes
- **PARETO**, Vilfredo
1978 *Compêndio di Sociologia Generale*, Torino, Einaudi
- **PANOFSKY**
1967 *Architecture gothique et pensée scolastique* Paris, Editions de Minuit
- **PARDINAS**, F.
1976 *Metodologia y técnicas de investigación en ciencias sociales*. Introducción elemental, Madrid, Siglo XXI
- **PARSONS**, Talcott
1960 *Structure and Process in Modern Societies*, Glencoe, The Free Press
- **PEREIRA**, José Esteves
1988 *História das Ideias: utilização de informação como perspectiva pluridisciplinar e transdisciplinar* In "Arquivo e Historiografia", Lisboa, INCM, pp. 277 e sg.
- **PÉCHEUX**, M.
1967 *Analyse de contenu et théorie du discours*, Bulletin du CERP, 16:191-209
- **PINTO**, António Costa
1992 *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa
- **PINTO**, José Madureira
1978 *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Porto, Ed. Presença/Gabinete de investigação em Ciências Sociais.
- **PINTO**, J. M.; e **ALMEIDA**, J. F.
1976 *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença
- **PINTO**, Roger; e **GRAVITZ**, Madeleine
1967 *Méthodes des Sciences Sociales*, Passim
- **PORTELA**, Artur
1982 *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 68, Lisboa
- **POULANTZAS**, Nicos
1976 *Teoria das Classes Sociais*, Pub. Escorpião, Porto

1979 *IL Potere Nella Società Contemporanea*, Editori Riuniti, Roma

- **PRETI, Luigi**
1983 *El Desafío entre Democracia y Totalitarismo*, Ediciones Península
- **QUADROS, António**
1963 *António Ferro*, Ed. Panorama, SNI, Lisboa, p. VII
- **RAMOS DO Ó, Jorge**
1987, "Modernidade e tradição - Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português" In: VVAA, *O Estado novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos
- **READ, Herbert**
1967 "A Caminho da Abstracção. A teoria da Forma Pura". READ, Herbert; Francastel, P.; BRECHT, Bertolt - *Sociologia da Arte III*, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- **RÉMOND, Réne**
1982 *Les Droites en France*, 4ª Ed., Paris
- **RUSSEL, Bertrand**
1938 *Power a New Social Analysis*, W. W. Norton
- **SÁ, Luís**
Teoria à Introdução do Estado, Editorial Caminho
- **SALAZAR, Abel**
1953 *Que É a Arte?*, Col. Studium, Arménio Amado Editor, Coimbra
- **SALAZAR, Oliveira**
Discursos, I
- **SALGUEIRO, Teresa Barata**
1992 *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Porto
- **SALOMON, J.-J.**
1970 *Science et Politique*, Paris, Ed. du Seuil
- **SANTOS, Boaventura de Sousa**
1990 *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, Porto
1993 *Portugal: um retrato singular*, Centro de Estudos Sociais, Edições Afrontamento, Porto
- **SANTOS, Fernando**
1982 *A Teoria e a Prática*, Ed. Plátano, Lisboa
- **SAPIR, Edward**
1967 *Antropologie*, Paris, Éditions de Munuit
- **SARTORI, Giovanni**
1962 *Democratic Theory Detroit*, Wayne State University Press
1973 *Théorie de la Démocratie*, Paris, Armand Colin
1987 *The Theory of Democracy Revisted*, Chatam, Chatam Hause Publishers
1992 *Elementos de Teoría Política*, Alianza Universidad Textos, Alianza Editorial
- **SCHAFF, Adam**
1971 *Histoire et Vérité. Essai sur l'Objectivité de la Connaissance Historique*, trad. do polaco, Paris, Anthropos

- **SÉRIEYX, Hervé**
1993 *Le Big Bang des Organisations*, Calmann - Lévy
- **SILVA, Augusto e PINTO, José M. (Org.)**
1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Cap. V, Porto
- **SOUSA, Marcelo Rebelo de Sousa**
1983 *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz
- **TEIXEIRA, Nuno Severiano**
1988 *Para uma «Nova História Política»: uma experiência de conceptualização na história contemporânea portuguesa* In "Arquivo e Historiografia", Lisboa, INCM
- **TORGAL, Luís Reis**
1989, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- **TOUCHARD, Jean**
1991 *História das Ideias Políticas - do liberalismo aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América
- **TOCQUEVILLE, Alexis de**
1986 *De la Démocratie en Amérique*; In *Obras Completas*, tr. It., Paris, Gallimard, 1961; Folio/Histoire, vol. II
1982 *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Laffont
- **TOURAINÉ, A.; e DURRANT, cl.**
1970 *Sociologie du Travail*
- **TREGOE, B.**
1989 *Vision In Action*, Simon and Schuster
- **TUCKER, R.**
1992 *Gerir o Futuro*, Difusão Cultural, Lisboa
- **WEBER, Max**
1958 *From Max Weber. Essays In Sociology*, University Press, New York, In H. H. Gerth and C. Wright Mills (eds.)
1959 *Le Savant et le Politique*, trad. do alemão, Paris, Plon
1971 *Économie et société*, tr. Fr., Paris, Plon
1973 *O Político e o Cientista*, Editorial Presença, Lisboa.
1980 *Economy and Society*, Bedminster Press, New York
Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, Zahar Editores
- **WHEELER, Douglas**
1988 *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América
- **VALA, Jorge**
1986 *Análise de Conteúdo*, VVAA Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, Metodologia das Ciências Sociais, Lisboa, Edições Afrontamento
- **VALA, J.; e, RODRIGUES, A.**
1978 *Da análise de conteúdo à textualidade*, *Análise Psicológica*, 1 (3): 5-9
- **VILELA, José Stichini**
1982 *Francisco de Holanda - Vida, Pensamento e Obra*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1ª Edição, Vol. 62, Lisboa

- OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -

- TESES DE DOUTORAMENTO OU MESTRADO -

- **ACCIAIUOLI, Margarida**
1991 *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*,
Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH, UNL, Lisboa
- **BARATA, Maria Manuela Cruzeiro**
1990 *Mito, Política e Sociedade (O caso Português) Fragmentos de um Metadiscorso
Mitológico sobre a Crise da Racionalidade Política*, Dissertação de mestrado em filosofia
política, Porto
- **MARTINS, João Paulo do Rosado**
1995 *Cottinelli Telmo (1897-1948) a obra do arquitecto*, Dissertação de mestrado em
História das Artes Contemporâneas, FCSH, UNL, Lisboa
- **STOCK, Maria José**
1989 *Elites, Facções e Conflitos Intra-partidários - O PPD/PSD e o Processo Político
Português de 1974 a 1985*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Évora,
Universidade de Évora

- ACTAS OU COMUNICAÇÕES -

- **BRITO, Pais de**
Março 1980, *O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, In: *O fascismo em
Portugal*, Actas da Faculdade de Letras, Lisboa, A Regra do Jogo
- **CONDE, Idalina (Coord.)**
Out. 1991 *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, FCB, Acarte-ISCTE,
colaboração do CIES e o Departamento de Sociologia do ISCTE
- **SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos**
1988 *Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a
cultura de massas)*, In *Análise Social*, n.ºs 101-102

1990 *"Reprodutividade/raridade: o jogo de contrários na produção cultural"* In *A Sociologia
e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol.
II, Lisboa, Fragmentos

1994 *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições
do ICS-UL, Estudos de Investigação

- DICIONÁRIOS -

- **ALMEIDA**, Pedro Vieira de,
1986 "A *Arquitectura Moderna*", História da Arte em Portugal, Lisboa, vol. XIV
- **BACZKO**, Bronislaw
1985 "imaginação social" In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. V, pp.296-332.
- **LELLO**, José e **LELLO**, Edgar (Dir.)
1981 *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Porto, Livraria Lello, 2 Volumes
- **MACHADO**, José Pedro
1977 In *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, III, Lisboa
- **MATTOSO**, José (Dir.) e **ROSAS**, Fernando (Coord.)
1994 *História de Portugal, O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, Vol. VII
- **ROSAS**, Fernando; **BRITO**, J. M. Brandão de (Dir.)
1996 *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I e II

- ENCICLOPÉDIAS -

- **Enciclopédia VERBO**
Abr. 87 *da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia; e, Ciência Política,
Verbo editores
- **SARAIVA**, José
1993 *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, Col. Biblioteca da História,
4ª edição
- **SILVA**, Augusto da
Abr. 87 *Enciclopédia VERBO, da Sociedade e do Estado*, Antropologia; Direito; Economia;
e, Ciência Política

- REVISTAS -

- **ANTUNES**, Miguel Lobo
1988 *A Assembleia da República VVAA Análise Social*, Revista do ICS-UL, Terceira Série,
Vol. XXIV, 1º

- **CUNHA, Luís**
1991, *A NAÇÃO E O IMPÉRIO: A (Re)Invenção do Lugar de Portugal no Mundo*, Cadernos do Noroeste, vol. 4 (6-7)
- **CRUZ, M.^a Teresa**
1986 *A estética da Recepção e a "crítica da razão impura"*, Comunicação e Linguagens, n.º 3
1991 *Experiências Estéticas e Esteticização da Experiência*, Comunicação e Linguagens, n.º 12 e 13
- **CRUZ, Manuel Braga da**
1985 *A Participação Política da Juventude em Portugal*, Análise Social, XXI, pp. 1067-1088
1988 *O Parlamento e os Partidos* VVAA Análise Social, Revista do ICS-UL, Terceira Série, Vol. XXIV, 1º
- **HAMMER, Michael** a propósito do seu livro *Reengineering the Corporation*) entrevistado por BLINDER
1993, *Caio, Pense Invente, Crie, Comece*, In Exame, 55, ano V, Out.,
- **FREIRE, João** (coord.); **RODRIGUES, M.^a de Lurdes**; **FERREIRA, Vitor Peña**
1995 *A Função de Chefia Directa na Indústria*, CIES-ISCTE, IEFP, Lisboa
- **KOVÁCS, Ilona**
1990 *Concepção e Implementação de Um Modelo Organizacional Flexível*, Revista Organizações e Trabalho n.º 3-4, da Associação Portuguesa de Profissionais de Sociologia Industrial.
- **LOPES, Helena**
1990 *Qualificação e Reconversão*, Revista Organizações e Trabalho n.º 3-4, da Associação Portuguesa de Profissionais de Sociologia Industrial.
- **MARTINS, Moisés de Lemos**,
1990, *"A identidade regional e cultural"* In: *Anais Universitários*, Covilhã, n.º 1, pp.95-108.
1991, *"O Discurso da Identidade e o Modo de Enunciar a Periferia"* In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.º 33, Outubro 1991, pp.203-215.
- **OCEANOS**, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, n.º 1 a 40.
- **PAIS, José Machado**
1995 *Durkheim: das Regras do Método aos métodos desregrados*, Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, n.º 131-132
1996 *Levantamento Bibliográfico de Pesquisas sobre a Juventude Portuguesa - Tradições e Mudanças (1985-1995)*, Lisboa, Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 21
- **PAIS, Machado**; **NUNES, João Sedas**; **DUARTE, M.^a Paula**; e, **MENDES, Fernando Luís**
Dez. 1994 *Práticas culturais dos Lisboetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa)*, Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL
- **PEDREIRINHA, J. M.**
Set. 1990, *"Exposição Histórica do Mundo Português, a Metáfora da Cidade"* In: *História*, Lisboa, n.º 132
- **PINTASILGO, M.^a de Lurdes**
1986 *Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de Abril*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº18-19-20, Coimbra

- **PINTO, José Maduraria**
1991 "Considerações Sobre a Produção Social de Identidade" In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.º 32, Junho 1991, pp.217-231.
- **REIS, António**
1995 "Cultura, Entre o Elitismo e o Populismo", *FINISTERRA - revista de reflexão e crítica*, Director Eduardo Lourenço, n.º 18/19
- **REVISTA** Catálogo, Arte Portuguesa Anos Quarenta, FCG, I e II, 1982
- **REVISTA** dos Centenários, ano I, n.º 1, 31 Jan. 39
- **REVISTA** de Ciências Políticas, Lisboa, IEP
- **SANTOS, Boaventura de Sousa**
1984 «A crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº14, p. 7-29
1990 «11/1992 (Onze Teses por Ocasão de Mais Uma Descoberta de Portugal)», *Oficina do CES*, nº21
1985 «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso Português», *Análise Social*, nº86/87/88/89, pp. 869-901
1988 «O social e o político na transição pós-moderna», *Oficina do CES*, 1
1987 «O Estado, a Sociedade e as políticas sociais», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº23, p. 13-74
- **SANTOS, M.ª de Lurdes Lima dos**
1988 *Questionamento à Volta de 3 Noções*, *Revista de Análise Social ICS-UL*, números 101-102
- **STOCK, Maria José**
1985 O Centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do «Bloco Central» e análise dos dois parceiros da coligação, *Análise Social*, Lisboa, ICS-UL
1986 Os Partidos no Poder Dez Anos Depois do "25 de Abril", Évora, Universidade de Évora
- **STOCK, Maria José e ANTUNES, Luís Colaço**
1984 *Sistema de Partidos o Governabilidade*, *Economia e Sociologia*, Évora, Universidade de Évora, nº37

- DIÁRIO DA REPÚBLICA -

- Decreto-lei n.º 15063, de 25 de Fevereiro de 1928
- Decreto-lei n.º 15248, de 24 de Março de 1928
- Decreto-lei n.º 15331, de 9 de Abril de 1928
- Decreto-lei n.º 12740

- Decreto-lei n.º 27 269, de 24 Novembro de 1936
- Decreto-lei n.º 27 346, de 18 Dezembro de 1936
- Decreto-lei n.º 2987
- Decreto-lei n.º 31 268 de 14 de Março de 1941, DG n.º I, 1ª Série, n.º 110, pp. 425-426.
- Decreto-lei n.º 31 502 de 8 de Setembro de 1941, DG 1ª Série, n.º 209, pp. 817-818
- Decreto-lei n.º 40 690, de 18 de Junho de 1956, criação da FCG
- Decreto-lei 235/86 de 18 de Agosto, DR 1ª Série, n.º 188, pp. 2035-2074
- Decreto-lei 391/86, que cria a CNCDP
- Decreto-lei 46/86, de 14 de Outubro, que cria a Lei de Bases do Sistema Educativo
- Decreto-lei 65/89 de 01 de Março, DR 1ª Série, n.º 50, pp. 880-881
- Decreto-lei 320/90 de 15 de Outubro, DR 1ª Série, n.º 238, pp. 4201-4283
- Decreto-lei 62/90 de 21 de Dezembro, DR 1ª Série, n.º 293, p. 5202
- Decreto-lei 135/91 de 04 de Abril, DR 1ª Série, n.º 78, pp. 1713-1716
- Decreto-lei 362/91 de 03 de Outubro, DR 1ª Série, n.º 228, 5133-5138, Cria a FD
- Decreto-lei de 3 Janeiro de 1994
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/88 de 12 de Janeiro

- DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA -

- 20 Abr. 91, V Legislatura, 4ª Sessão Legislativa (1990-1991)
- 07 Jun. 91, V Legislatura, 4ª Sessão Legislativa (1990-1991), reunião plenária de 6 de Junho de 1991
- 22 Nov. 91, VI Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (1991-1992)

- OUTROS DOCUMENTOS -

- CATÁLOGOS -

- STOCK, Maria José, (Directora Coordenadora das Actividades Culturais)
 - "A Ideia do Centro", CCB/catálogo - Out. 93
 - "Balanço e Perspectivas", CCB/catálogo - Jan. 94
 - "Editorial", CCB/catálogo - Jan. 94; - Fev. 94; - Abr. 94; - Mar. 94; - Mai. 94; - Jun. 94; - Jul. 94; - Ago. 94; - Set. 94; - Out. 94;

- Nov. 94; - Fev. 95; - Out. 95; - Nov. 95

- Texto "O Centro e as Reuniões", CCB/catálogo de Out. 93
- Texto "Damos a palavra... a José, Duarte", CCB/catálogo - Nov. 93

PLANOS

- Plano Trienal das Actividades Culturais e Comerciais - pressupostos base da política base a adoptara para as actividades culturais e comerciais da FD
- O Centro Cultural de Belém - enquanto equipamento cultural e os vectores base da estratégia respectiva.

RELATÓRIOS

- Área do Pelouro Cultural, Comercial e de marketing - Conselho de administração e da Direcção Coordenadora dos Espaços Culturais; Jun. a Dez. 92
- Área do Pelouro Cultural, Comercial e de marketing - Conselho de Administração; ano 93
- Assessoria de Imprensa - Dez. 93
- Actividades de 1994 - FD
- Subcomissão de Cultura (AR) Reunião com o Conselho de Administração da FD, em 14 de Junho de 1995.

- Programação Cultural; ano 94

- Balanço do 1º trimestre 94 - Área do Pelouro Cultural, Comercial e de marketing - Conselho de administração

- Projecto de Animação e Extensão Pedagógica no Âmbito da Direcção Coordenadora de Actividades Culturais em Colaboração com o Centro de Espectáculos e o Centro de Exposições do CCB

- Fundamentação da proposta de Estrutura Organizacional para o Pelouro Cultural e Comercial - Conselho de administração e para a Direcção Coordenadora dos Espaços Culturais

- Estrutura Organizacional - Fundação das Descobertas - Política de pessoal - descrição de funções (listagem de pessoal)

COMUNICADOS

- Partido Socialista - Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) - O CCB e os seus Mistérios, 12 Dez 90
- Partido Socialista - Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) - O Centro Cultural (?) de Belém, 19 Fev. 91
- Grupo Parlamentar do PS - Requerimento n.º VI/2ª - apresentado pelo Deputado Fernando Pereira Marques - Assunto: Situação Financeira do Centro Cultural de Belém, 23 Jun. 93
- Grupo Parlamentar do PS - Requerimento n.º VI/2ª - apresentado pelo Deputado Fernando Pereira Marques - Assunto: Situação Financeira do Centro Cultural de Belém, 2 Set. 93

IMPrensa

- JORNAIS -

• **A CAPITAL**

- ⇒ 03 Abr. 91, p. 3
- ⇒ 08 Nov. 93, pp. 11, 56

• **COMÉRCIO DO PORTO**

- ⇒ 28 Out. 93, p. 30

• **CORREIO DA MANHÃ**

- ⇒ 26 Ago. 91, p. 37
- ⇒ 21 Jan. 92
- ⇒ 21 Mar. 93, p. 24
- ⇒ 10 Jun. 93, p. 30
- ⇒ 19 Mar. 94, p. 3
- ⇒ 13 Mai. 93, p. 30
- ⇒ 24 Out. 93
- ⇒ 07 Nov. 93, p. 16
- ⇒ 27 Dez. 93
- ⇒ 13 Fev. 94, p. 2
- ⇒ 26 Abr. 94, p. 44
- ⇒ 01 Jun. 94, p. 3
- ⇒ 30 Jun. 94, p. 37
- ⇒ 08 Dez. 94, p. 28
- ⇒ 15 Dez. 94, p. 32
- ⇒ 22 Dez. 94, p. 12

• **COMÉRCIO DO PORTO**

- ⇒ 28 Out. 93, p. 30

• **O DIA**

- ⇒ 23 Mar. 94
- ⇒ 13 Mai. 93, p. 8
- ⇒ 20 Out. 93, p. 13
- ⇒ 23 Mar. 94
- ⇒ 23 Mai. 94, p. 21
- ⇒ 13 Jun. 94, p. 11
- ⇒ 17 Dez. 94, p. 25

• **O DIABO**

- ⇒ 09 Abr. 91
- ⇒ 16 Abr. 91, p. 32
- ⇒ 15 Jun. 93
- ⇒ 28 Set. 93

• **DIÁRIO**• **DIÁRIO POPULAR**

- ⇒ 13 Abr. 91, p. 7

• **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

- ⇒ 08 Ago. 27, p. 1
- ⇒ 18 Out. 34
- ⇒ 28 Mai. 36, p. 13
- ⇒ 29 Mai. 36, p. 5
- ⇒ 10 Abr. 37, p. 5
- ⇒ 13 Abr. 37
- ⇒ 27 Mar. 38
- ⇒ 01 Jun. 38, p. 1
- ⇒ 03 Jun. 38, p. 1
- ⇒ 03 Fev. 39
- ⇒ 19 Abr. 91, p. 3
- ⇒ 03 Jan. 92, p. 6
- ⇒ 19 Jun. 92, p. 1
- ⇒ 12 Jul. 92, p. 10
- ⇒ 21 Nov. 93, p. 10
- ⇒ 27 Dez. 93, pp. 34-35
- ⇒ 08 Jan. 94
- ⇒ 05 Fev. 94
- ⇒ 22 Fev. 94
- ⇒ 04 Abr. 94
- ⇒ 01 Mai. 94, p. 9
- ⇒ 05 Mai. 94, p. 75
- ⇒ 11 Mai. 94, p. 31
- ⇒ 25 Jul. 94, p. 12
- ⇒ 28 Ago. 94, p. 8
- ⇒ 17 Set. 94, p. 4
- ⇒ 10 Out. 94, p. 8
- ⇒ 13 Out. 94, p. 59
- ⇒ 21 Out. 94, p. 6
- ⇒ 06 Nov. 94, p. 10
- ⇒ 09 Nov. 94, p. 32
- ⇒ 21 Nov. 94, p. 35
- ⇒ 15 Dez. 94, p. 35
- ⇒ 22 Dez. 94, p. 35
- 09 Mar. 96, p. 10

• **EXPRESSO**

- ⇒ 30 Mar. 91
- ⇒ 04 Jan. 92, p. 1
- ⇒ 25 Jan. 92, pp. A14-15
- ⇒ 01 Out. 92, p. 1
- ⇒ 29 Mai. 93, p. A-11
- ⇒ n.º 1076 12 Jun. 93, p.1
- ⇒ 23 Out. 93
- ⇒ 15 Jan. 94
- ⇒ 22 Jan. 94, p. 11
- ⇒ 05 Mar. 94
- ⇒ 17 Mar. 94
- ⇒ 04 Jun. 94, p. últ.
- ⇒ 20 Ago. 94, p. 16
- ⇒ 29 Out. 94, p. 1

• **INDEPENDENTE**

- ⇒ 12 Abr. 91, p. 14
- ⇒ 19 Abr. 91, pp. 1, 48
- ⇒ 22 Mar. 91, p. 48
- ⇒ 03 Jan. 92, p. 56
- ⇒ 28 Fev. 92, p. 2
- ⇒ 19 Jun. 92, p. 56
- ⇒ 17 Jul. 92, p. 1
- ⇒ 21 Ago. 92, p. III-31
- ⇒ 14 Mai. 93, p. III-5
- ⇒ 18 Jun. 93, p. III-44
- ⇒ 25 Fev. 94
- ⇒ 04 Mar. 94, p. 2
- ⇒ 25 Mar. 94
- ⇒ 06 Mai. 94, p. 10
- ⇒ 13 Mai. 94, p. 9
- ⇒ 03 Jun. 94, pp. 51-52
- ⇒ 09 Jun. 94, p. 38
- ⇒ 17 Jun. 94, pp. 63-últ.
- ⇒ 24 Jun. 94, p. 61
- ⇒ 15 Jul. 94, p. III-28
- ⇒ 12 Ago. 94, p. 51
- ⇒ 23 Set. 94, p. 16
- ⇒ 21 Out. 94, p. 10
- ⇒ 04 Nov. 94, p. 60
- ⇒ 11 Nov. 94

- **JORNAL DE LETRAS**
 ⇒ 21 Set. 93
 ⇒ 11 Nov. 94, p. 6

 - **1º DE JANEIRO**
 ⇒ 11 Abr. 91

 - **O JORNAL**
 ⇒ 12 Abr. 91, pp. 4, 7, 9
 ⇒ 13 Fev. 92, p. 1

 - **JORNAL DE NOTÍCIAS**
 ⇒ 01 Jan. 92
 ⇒ 03 Jan. 92, p. 6

 - **LE MONDE**
 14 Jan. 92, p. 11

 - **PÚBLICO**
 ⇒ n.º 346, 13 Fev. 91, pp. 2-5
 ⇒ 11 Abr. 91, p. 48
 ⇒ 20 Abr. 91, pp. 1, 7
 ⇒ 01 Jan. 92, p. 24
 ⇒ 25 Jan. 92, p. 7
 ⇒ 25 Fev. 92, p. 34
 ⇒ 29 Fev. 92, p. 1
 ⇒ 15 Abr. 92, p. 32
 ⇒ 28 Mai. 92
 ⇒ n.º 858, 10 Jul. 92, p. 1
 ⇒ 11 Ago. 92, p. 48
 ⇒ 21 Set. 92, p. 28
 ⇒ 26 Set. 92, p. 6
 ⇒ 22 Out. 92, p. 26
 ⇒ 24 Out. 92, p. 36
- ⇒ 30 Mai. 93, p. 40
 - ⇒ 07 Jun. 93, p. 22
 - ⇒ 08 Jun. 93, p. 26
 - ⇒ 11 Jun. 93, p. 11
 - ⇒ 08 Jul. 93, p. 35
 - ⇒ 20 Set. 93, pp.19-últ.
 - ⇒ 20 Nov. 93, p. 30
 - ⇒ 26 Nov. 93, p. 31
 - ⇒ 01 Jan. 94, p. 06
 - ⇒ 06 Jan. 94, p. últ.
 - ⇒ 08 Jan. 94, p. 5
 - ⇒ 11 Fev. 94, pp. 3, 12
 - ⇒ 03 Mar. 94, p. 29
 - ⇒ 05 Mar. 94, p. 29
 - ⇒ 01 Abr. 94, p. 3
 - ⇒ 20 Abr. 94, p. 59
 - ⇒ 24 Abr. 94, pp. 40, 43
 - ⇒ 25 Abr. 94, p. 48
 - ⇒ 02 Mai. 94, p. 1
 - ⇒ 08 Mai. 94, pp. 7, 22
 - ⇒ 25 Mai. 94, p. 16
 - ⇒ 05 Jun. 94, p. 40
 - ⇒ 06 Jun. 94, p. 14
 - ⇒ 16 Jun. 94, p. 13
 - ⇒ 17 Jun. 94, p. últ.
 - ⇒ 24 Jun. 94, p. 3
 - ⇒ 30 Jun. 94, p. 31
 - ⇒ 13 Jul. 94, p. últ.
 - ⇒ 30 Jul. 94, p. 60
 - ⇒ 16 Set. 94, p. 13
 - ⇒ 04 Out. 94, p. 24
 - ⇒ 22 Out. 94, p. 28
 - ⇒ 29 Out. 94, p. 11
 - ⇒ 02 Nov. 94, p. 16
- ⇒ 10 Nov. 94, p. 25
 - ⇒ 15 Nov. 94, p. 19
 - ⇒ 01 Dez. 94, p. 32
 - ⇒ 21 Dez. 94, p. 44
 - ⇒ 22 Dez. 94, p. 3
 - ⇒ 24 Dez. 94, p. últ.
 - ⇒ 27 Dez. 94, p. 19
-
- **PÚBLICO-ZOOM**
 ⇒ 28 Out. 94, p. 14
-
- **PÚBLICO-MAGAZINE**
 23 Jan. 94, p. 8
-
- REPÚBLICA**
- **O SÉCULO**
 - **SÉCULO**
 - **SEMANÁRIO**
 ⇒ 23 Fev. 91
 ⇒ 13 Abr. 91, p. 19
 ⇒ 20 Abr. 91, p. 19
 ⇒ 25 Jan. 92, p. 15
 ⇒ 27 Jan. 92, p. 17
 ⇒ 26 Fev. 94, p. 8
 ⇒ 16 Abr. 94, p. 56
 ⇒ 14 Mai. 94, p. 32
 ⇒ 04 Jun. 94, p. 58
 01 Out. 94, p. 66
 - **SETE**
 ⇒ 10 Fev. 94, p. 20

ILUSTRADO

- REVISTAS DE JORNAIS -

- **CIVILIZAÇÃO**
⇒ n.º 66, Mar. 34, p. 56
- **CORREIO DA MANHÃ**
- **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**
⇒ 15 Abr. 92, Suplemento 'Descobrimentos', p.17.
- **EXPRESSO**
⇒ 29 Out. 93
⇒ 15 Jan. 94, pp. 10, 92
⇒ 26 Fev. 94, p. 82
⇒ 05 Mar. 94, p. 10
⇒ 07 Mar. 94, p. 80
⇒ 23 Abr. 94, p. 112
⇒ 09 Jul. 94, p. 7
⇒ 30 Jul. 94, p. 15
⇒ 10 Dez. 94, p. 4
⇒ 31 Dez. 94, p. 5
- **KAPA**
⇒ Abr. 91
- **OLA**
⇒ 06 Nov. 93, p. 40
⇒ 18 Dez. 93, p. várias
- ⇒ 22 Jan. 94, p. 15
⇒
- **PÚBLICA**
- **PÚBLICO Magazine**
⇒ 11 Jul. 93
⇒ n.º 248, de 4 Dez 94
⇒ 26 Fev. 95
- **SEMPRE FIXE**
⇒ 19 Jan. 29, p.2
- **VISÃO**
⇒ 17 Jun. 93, pp. 79-82
⇒ 23 Out. 93, p. 65
⇒ 31 Mar. 94, p. 22
⇒ 26 Mai. 94, p. 20
⇒ 09 Jun. 94, p. 68
⇒ 23 Jun. 94, p. 34
⇒ 03 Nov. 94, pp. 20-24
⇒ 11 Nov. 94, p. 22

- OUTRAS REVISTAS -

- **ARTES E CONSTRUÇÕES**
⇒ n.º 5 Fev. 91 pp. 4-15

ANEXOS

Notas de Rodapé da Apresentação do Modelo em Estudo

NOTA 1

A análise de conteúdo (pode ser a análise dos significados - temática - ou dos significantos - análise léxica ou dos procedimentos. Como refere Bardin, o tratamento descritivo torna-se o primeiro passo na análise. Outras disciplinas se debruçam sobre este tema, sendo mesmo descritivas: a semântica, linguística e a documentação - *gira em volta da problemática de dois possíveis tipos de análise*, a cultural - *dependentes dos diferentes modelos* - e a teórica - *inserida num tipo de sociologia compreensiva como a de Weber, Durkheim e Marx tendo por base os estudos de Bourdieu*).

Quando se procede a uma análise de conteúdo de um texto, documento, entrevista ou qualquer material de análise, fundamental fasear as várias operações pela qual deve passar:

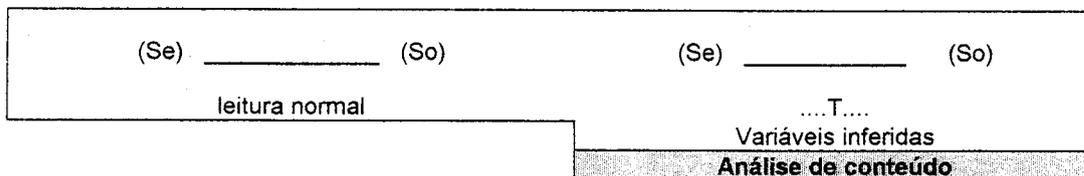
1. Delimitação dos objectivos que definem o quadro teórico orientador da pesquisa;
2. A constituição do corpus do texto;
3. Definição da categoria;
4. Definição da unidade de análise.

Hogenraad (1984) define uma categoria, elemento chave do código (sinais da linguagem), como o termo que representa uma variável onde se insere o *termo-chave* que não passa da significação central de todo o corpus que descreve o campo semântico do conceito inicial. Logo, um segmento de texto deve encontrar-se numa dada categoria porque pressupõe a detecção dos indicadores relativos a essa mesma categoria.

Para os franceses muitas vezes os factores ou condições de produção podem ser vagas para as inferências variadas: variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas ao mesmo factor de produção da mensagem. Logo, as variáveis inferidas vem depender da neutralidade e não do tipo de recepção da mensagem.

De outra forma, salienta-se que as estruturas sociológicas (condutas, ideologias e atitudes) do *corpus* reenvia-nos para um tipo de análise mais descritiva (se horizontal) ou de variáveis inferidas (se vertical).

Somos conduzidos à dedução dentro do jogo da produção/recepção e significado(So)/significante(Se) que podem ser de natureza psicológica, ideológica, política, histórica, etc. que no fundo dão origem às variáveis.



"Uma vez construída, as categorias de análise de conteúdo devem ser sujeitas a um teste de validade interna. Ou seja, o investigador deve procurar assegurar-se da sua exaustividade e exclusividade. Pretende-se assim, garantir, no primeiro caso, que todas as unidades de registo possam ser colocadas numa das categorias: e, no segundo caso, que uma mesma unidade de registo só possa caber numa categoria." (Vala 1986)

Importa referir que as unidades são três: de codificação ou registo¹, de contexto e de enumeração.

A dimensão da unidade de contexto depende muito da unidade de registo, já que, o segmento mais largo do conteúdo, todavia, toma-se o suporte de validade e fidelidade do analista. Se for muito extensa levanta dificuldades acrescidas, para se tirar facilmente a unidade de contexto ideológico/político.

Esta tem uma função virada para a quantificação (pode ser a última fase do trabalho, todavia não implica necessariamente, na análise de conteúdo, que seja feita. A análise de conteúdo quantitativa pode tomar três direcções: a análise de ocorrência, análise avaliativa e a análise estrutural, sendo esta a que nós vamos abordar no nosso trabalho no capítulo referente a esta análise), podendo ser classificada em geométrica e aritmética. Para o primeiro caso temos as típicas análises de imprensa que não se reportam ao material em questão. Para o segundo, estas podem ser muito variadas tendo ou não por base a unidade de registo. Permitem contar a frequência de uma categoria, a intensidade de uma atitude em relação ao objecto, dentro ou não do seu conteúdo.

NOTA 2

É a partir dos anos sessenta que depois do processo de convergência da linguística a atitude estrutural tem a sua invasão na análise de conteúdo, a terceira contribuição como método de análise. A análise estrutural deve estar sempre ligada a outro tipo de análise, por exemplo a temática.

A análise linguística tem um carácter formal, inventariando palavras, encontrando sinónimos e ocorrências enquanto a análise semântica, em oposição à interior, passa pela interpretação de texto, como fez Morin. Só que na condução da análise temos como crítica a tentativa da saída do texto - sentido do interprete. Partindo-se do texto tenta-se obter informações em relação à sua lógica. Existe uma tentativa de captação da racionalidade e coerência, como justificação no campo do discurso.

No fundo o que encontramos, na carta apresentada como unidade de análise, é a aplicação de modelos culturais que estão na base da produção do discurso.

Para os estruturalistas o importante, encontrar o imutável na desordem aparente, melhor dizendo o esqueleto invariável sob a heterogeneidade patente do fenómeno total ou parcial. Logo, temos que a noção de sistema pode por inerência estar na mudança de um dos elementos vindo a mudar todo o conjunto. Para a área do discurso, escrito ou oral - que em qualquer circunstância deve ser sempre passado a escrito -, qualquer que seja o seu código e a sua sintaxe, pode perfeitamente ocorrer a mesma mudança, já que os elementos constitutivos podem ter pequenas variâncias que influem o sentido da significação. Os procedimentos de comutação ou testes de diferença, utilizados na análise estrutural dizem isso mesmo.

O que se refere neste ponto, substancialmente diferente do tipo de análise de contingência, porque os itens são analisados na forma contextual, indo-se buscar as ocorrências necessárias a uma investigação de blocos - agregados a palavras, imagens, temas, etc, que servem a estruturação da mensagem a estudar, inserida na unidade lateral.

"Na análise com carácter "estrutural", não se trabalha mais ou jamais só na base da classificação dos signos ou das significações, mas debruçamo-nos sobre o arranjo dos diferentes itens, tentando descobrir as constantes significativas nas suas relações -aparentes ou latentes - que organizam estes itens entre si." (Bardin 1977:205)

"A análise aplica-se, não mais ao vocabulário, léxico ou repertório semântico ou tem tico da mensagem, mas aos princípios de organização subjacente, aos sistemas de relações, aos esquemas directores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de equivalência, aos agregados organizados por palavras ou de elementos de significação, às figuras de retórica, etc., isto é, todas as relações que estruturam os elementos (signos ou significações) de maneira invariante ou independente destes elementos." (Bardin 1977:205)

O mesmo, dizer-se que a análise estrutural se rege por princípios:

a) Da produção do sentido, nasce a oposição		
• discurso deve ter marcas para que seja possível a qualificação		• devem ser qualificáveis • orientação
b) Da associação		
• não exige a dicotomização do real (texto - concepção binal do real)	Pólo / Oposição	
	Q1	Q1
	(associação)	
c) Da totalidade		
	P - posto O - oposto	T - totalidade = espaço
+ T -		• isotopia
P O		
Q1 Q1	Pólos - valências de valor oposto	Ao longo do texto podem aparecer algumas isotopias (chamados momentos quentes), que se salientam mais na análise em virtude da intensidade do discurso.

A análise estrutural faz-se página a página e não linha a linha. Cada trecho que, o modelo deve ser esgotado na totalidade. Para Daniel Rouku depois de se ter o material há que lhe dar coerência.

Esquema de Greimas		Esquema de Procura	
		(*) Ajuvantes	
		e	
		i	(*) <u>destinador +</u>
		x	destinatário +
		o	
(*) (S)+	Acções +	d	
		o	
<hr/>			
(*) (S)-	eixo desejo Acções -	p	
		o	
		d	
		e	(*) <u>destinador -</u>
		r	destinatário +
		(*) Opositores	
			e
			i
			x
			o
			c
			o
			m
			(*) +
			<hr/>
			u
			n
			i
			c
			a
			t
			i
			v
			o
			(*) -
(*) Actuantes; (S) sujeito; + positivo; - negativo;			

- TABELAS E QUADROS -

SALAZARISMO CONSTITUIÇÃO DE 1933								
NOMES	QUIRINO DE JESUS	FEZAS VITAL	MARCELO CAETANO	JORGE MIRANDA	MÁRIO DE FIGUEIREDO	SÁ CARNEIRO	PINTO BARRIGA	REFERÊNCIAS À CONSTITUIÇÃO
BREVES APONTAMENTOS	- Um dos principais inspiradores do texto constitucional CONSTITUIÇÃO UNANIMEMENTE ECLETICA		- CONSTITUIÇÃO DOCTRINALMENTE ECLETICA	- CONSTITUIÇÃO (Institutos autoritários - Institutos liberais)			- Enquanto se discutia a CONSTITUIÇÃO (em projecto) da Ditadura	- Consagra que o Governo apenas é responsável perante o Presidente da República - Independente perante o parlamento
IDEOLOGIA	- Liberal, nacionalista e humana	- Individualismo que diviniza o individuo	- Liberal-autoritária		- Nacionalismo autotário	- Sistema liberal, oposto à trans-personalidade ou totalitarismo	- O salazarismo recusa na constituição (teoricamente) o termo governo ditatorial	- Responsabilidade do Governo para com a Nação - PR eleito por sufrágio directo, pretendendo a legitimação democrática da sua função
ESTADO	- Prevalencia a razão - Ligação entre as liberdades políticas e económicas, de forma disciplinada	- Concepção hegelianamente divinizante	- Com supressão de partidos - Apenas um Chefe de Estado		- Direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, das famílias, das autarquias e das corporações	- Direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, das famílias, das autarquias e das corporações		
PODER	- Reforço da autoridade do Estado e do Executivo		- Relação entre os vários poderes - Orgânico - Corporativo		- Corporativo - Não estatização da religião e da educação		- Condicionava as liberdades públicas e privadas - Enumera direitos que não concede (com base em legislação especial)	AUTORITARISMO HÍBRIDO
GOVERNO			- Misto - Combinação de princípios de ideologia democrática		- Interesse Nacional O executivo reforçou os poderes sem eliminar a diversidade funcional		- Controlo e moderação do executivo que fortalecia ao mesmo tempo	

Fonte: Jorge Miranda e Marcelo Caetano - documentos sobre a constituição

Tabela 1

ASSEMBLEIA NACIONAL							
ANOS	1933	1945	1959	1971	DE 1930 ATÉ 1970	DE 1970 ATÉ 1974	
DEPUTADOS							
- Eleitos p/1 legislatura c/ duração de 4 anos	30	120	130	150			
	<p>- Funciona anualmente durante quatro meses e meio, em dois períodos, com possibilidade de sessões extraordinárias. Para este caso o Presidente da República, ouvido o Conselho de Estado, pode convocar esta Assembleia para este tipo de sessões</p>				<p>- A UN aparece como uma organização não partidária, que suportava um governo</p>	<p>- A UN é substituída pela associação denominada a ANP.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Eleitos em círculos correspondentes aos distritos na metrópole, no ultramar às províncias. 						<p>sem partidos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Sufrágio directo. • O colégio eleitoral veio sucessivamente a ser alargado (pelo voto feminino, sobretudo) 						
Nas eleições gerais era possível a formação de Comissões Eleitorais, que podiam apresentar e sustentar candidaturas							

FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • FISCALIZADORA DO GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO 	<p>ATRAVÉS DAS CONTAS PÚBLICAS</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • VOTAÇÃO DE LEIS, DE INICIATIVA GOVERNAMENTAL OU DEPUTADOS 	<ul style="list-style-type: none"> • VINDO A DECAIR DE 1935 EM DIANTE, SENDO RARAS AS LEIS PROVENIENTES DA FONTE

Esquema E

Tabela 2

SALAZARISMO				
REVISÃO CONSTITUCIONAL				
	GOVERNO	ASSEMBLEIA NACIONAL	CÂMARA CORPORATIVA	DIÁRIO DO GOVERNO
1945	- Propõe a 17 de Setembro a Lei n.º 2009 que nas suas disposições altera a Lei do Acto Colonial	- 10 anos depois com poder constituintes procede à revisão constitucional		- Em 6 de Dezembro é publicado a modificação à Constituição e Acto Colonial
1951	- Apresenta algumas propostas conjuntamente com projectos da iniciativa de alguns deputados - Converte a proposta em Lei, em 11 de Junho de 1951	- Em 1950 deliberou antecipar de cinco anos a revisão ordinal da constituição - Modifica o texto constitucional e as disposições que formavam até aí o Acto Colonial - Suprime nesta revisão algumas disposições finais transitórias	- Emite alguns pareceres sobre o texto do governo e dos deputados	- Não é publicado apesar da importância da reforma operada
1959	- Apresenta propostas de alteração.	- Em Fev. 59, no decurso da legislatura, último ano do decénio da revisão ordinária (1961), delibera a revisão. - Por equívoco vota-se, em 1959, a antecipação da revisão. - Oito projectos de iniciativa de deputados - Resultou da discussão a Lei n.º 2100, de 29 de Agosto de 1959 - A Lei introduziu fundamentalmente a eleição do P.R. que deixou de ser por sufrágio universal para ser por competência (passa a ser de um Colégio restrito, à semelhança do estatuido na Constituição Francesa de 1958).	- A Câmara pronuncia-se sobre as propostas e projectos	- Não houve publicação oficial
1971	- Toma a iniciativa da revisão e apresenta em 2 Dez. 70 uma extensa proposta de alterações ao texto constitucional à Assembleia.	- Em 1969 perfaziam dez anos sobre a data da última revisão e em Out. foi eleita a AN, levando o governo a tomar a iniciativa. - Apresenta dois projectos mais restritos, da iniciativa dos deputados. - Estuda as alterações em comissão eventual. - Do plenário resulta as alterações em anexo Quadro 2	- Pronuncia-se sobre as propostas e projectos	- As profundas alterações levaram à publicação oficial da Constituição Política da República Portuguesa, na 1.ª Série, de 23 de Agosto de 1971.

Tabela 3

CENTRO CULTURAL DE BELÉM

EXPOSIÇÕES

APÓS

	Jan.	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago	Set.	Out.	Nov	Dez	93	94	95
Arquitectura - Nuno Mateus/93						8614	9318	7650	2255						
Alberto Carneiro/93						1891	2127	2071	2998						
Rui Chaves/93						1891	2127	2071	2998						
Arquitectura - Fernando Távora/93-94	7965									1688	1148	1109			
Triunfo do Barroco/93						1431	1618	1469	2947						
Almada Negreiros/93-94	1787									1943	1764	2009			
Fotografia - Jardins do Paraíso	1390	8556													
Ángelo de Sousa			2866	4100	996										
Pulsares			3423	5624	1641										
Souto-Moura			4379	6521	131										
BP-Europeus				1831	3170										
Fotografia - London-Diares						2770	4548								
Múltiplas Dimensões						5934	1053								
Pioledo								2025	2286						
Auto-Retratos						3124	5946	4869	3138	4144	5979	2858			
Depois de Amanhã/94									1835	4215	1785	2662			
Design Lisboa/94											9394	8966			
Arquitectura - Rui Othake-Lúcio Costa/95	262	3405	2889												
Pintura Maneirista		7945	6757												
Brasil dos Viajantes	1356	8555	8556												
Fotografia Brasileira	276	3755	2459												

CATÁLOGO DAS EXPOSIÇÕES

Nuno Mateus/93						34	26	56	32				57	29	4
Alberto Carneiro/93							10	14	11				22	6	2
Rui Chaves/93						11	10	5	10				10	12	1
Triunfo do Barroco/93							207	278	679				177	212	62
Almada Negreiros/93-94	474									94	477	561		216	40
Jardins do Paraíso	31	55												12	1
Ángelo de Sousa			20	38	11									5	5
Pulsares			29	28	8									3	1
Souto-Moura				44	58									45	1
BP-Europeus				30	49									23	1
London-Diares						148	105							53	6
Múltiplas Dimensões						37	31							21	12
Pioledo								35	192					36	10
Auto-Retratos						40	52	24	8	16	8	5			
Depois de Amanhã/94									43	48	35	9		4	
Design Lisboa/94											38				
Pintura Maneirista	24	230	146												
Brasil dos Viajantes	43	195	129												
Cravo Neto	1	9	4												
Colecção Pirelli		23	15												

JORNALS DAS EXPOSIÇÕES

Triunfo do Barroco/93						536	375	480	2167				47		
Ángelo de Sousa			57	140	32									20	
Pulsares			57	140	32									57	
Souto-Moura			83	285	35									116	
Múltiplas Dimensões						140	238								
Pioledo								120	129					13	
Auto-Retratos						14	179	149	80						
Depois de Amanhã/94									64	105	49	33			
Rui Othake-Lúcio Costa/95	23	66	60												
Cravo Neto	15	33	26												

OUTROS ARTIGOS DAS EXPOSIÇÕES

Roteiro - Fernando Távora/93-94	15									29	50	28		15	1
Capa-mole - Fernando Távora/93-94	11									26	83	32		46	1
Capa-dura - Fernando Távora/93-94	3									16	5	7		6	
Cassete - Triunfo do Barroco/93							17	148						15	61 29
Medalha - Almada Negreiros/93-94	10												4		27
Serigrafia - Almada Nnegreiros/93-94	12												4		15 5
T-sirt's - Múltiplas Dimensões						32	5								
Cartaz - Pintura Maneirista		9	18												
Cartaz - Brasil dos Viajantes	17	95	46												

FONTE: serviços do CCB - FD

Tabela 4

FORMA

regimes totalitários	regimes autoritários
<ul style="list-style-type: none">• vasta e intensa• mais concentrada e menos competitiva • pretendem o controlo repressivo político-social	<ul style="list-style-type: none">• a dominação é menos reduzida e intensa• menos concentrada com maior pluralismo e competitividade interna• gozando de um pragmatismo apaziguadora • diminuem a unidade e modernismo, só que suportado pela concentração passiva das massas, baseada na forma de mobilização ideológica activa.

QUADRO 1

	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta o oposicionismo político ao regime; • O "statu quo" do país estava longe de se alterar mesmo com a breve reeleição do PR.
- em 1972	<ul style="list-style-type: none"> • Reeleito para a PR o Alm. Américo Tomás
- em 1974	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução do MFA (grupo de jovens capitães das Forças Armadas); • Derrube do regime corporativo; • Instauração da República Democrática; • Intenso período de euforia e agitação social. • Em 28 Setembro foi feita a primeira tentativa de resistência, contra a subsidiária estrutura democrática e social, à maioria dos Portugueses.

Período entre 1975 até 1995

- em 1975	<ul style="list-style-type: none"> • Em 11 de Março aborta a tentativa de tomada do poder pelos militares comunistas
- em 1976	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da primeira Constituição do Portugal Democrático².
- em 1977	<ul style="list-style-type: none"> • O país atravessa uma grave crise económica devido à grande instabilidade dos governos que se iam sucedendo.
- em 1982	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão à Constituição de 1976, nas suas regras formais e materiais.
- em 1986	<ul style="list-style-type: none"> • Extingue-se a AD. • Lei de Bases do Sistema Educativo³. • Adesão de Portugal à CEE. • Mário Soares torna-se Pr.
- em 1987	<ul style="list-style-type: none"> • Ideia de projectar o CCB. • Cavaco Silva conquista a primeira maioria absoluta à frente da AD. • Primeiras eleições para o Parlamento Europeu
- em 1989	<ul style="list-style-type: none"> • Eleições para o Parlamento Europeu
- em 1991	<ul style="list-style-type: none"> • Tratado de Maastricht é assinado, pelos países membros da UE, onde se inclui Portugal, e define as linhas orientadoras para a Europa Comunitária. • Reeleição de Mário Soares para a PR, derrotando Freitas do Amaral⁴. • Realiza-se a Europália, em Bruxelas • «desesquerdização» da política portuguesa⁵.
- em 1992	<ul style="list-style-type: none"> • Presidência Portuguesa da CEE. • Abertura do CCB, para a Presidência da CEE. • Portugal participa na EXPO92.
- em 1993	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura do CCB ao público e às actividades culturais • Lançamento da EXPO98.

2 A Constituição de 1976, inscreve no seu texto como linhas fundamentais o Socialismo, para uma sociedade sem classes e as nacionalizações dos principais tecidos produtivos nacionais.

3 Decreto Lei 46/86, de 14 de Outubro, que compreende a rede pré-escolar dentro do sistema educativo e que alarga a escolaridade obrigatória primeiro para seis anos e mais tarde para nove anos.

4 Freitas do Amaral que tinha sido líder e fundador do CDS.

5 V. Manuel Braga da CRUZ. *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova - Amadora, Bertrand Editora, 1995, p. 311 onde afirma que a "sedimentação de uma cultura política de autoridade" foi "iniciada após a revolução, e continua ininterrupta".

Período do pós guerra até Abril de 74	
- em 1945	<ul style="list-style-type: none"> • A situação financeira do país começa a ficar desequilibrada;
- em 1949	<ul style="list-style-type: none"> • São convocadas supostas "eleições livres" para a PR, surgindo um candidato oposicionista que desiste antes do escrutínio
- em 1951	<ul style="list-style-type: none"> • Acontece o mesmo, sendo eleito em substituição do Gen. Carmona o Gen. Craveiro Lopes
- em 1953	<ul style="list-style-type: none"> • A União Indiana faz uma proposta a Portugal para negociar os territórios Portugueses de Diu, Damão e Goa, que Portugal recusou
- em 1955	<ul style="list-style-type: none"> • Foram cortadas relações entre os dois Estados (Portugal e a União Indiana); • Portugal torna-se membro a ONU
- em 1958	<ul style="list-style-type: none"> • É eleito o Alm. Américo de Tomas, tendo por oposicionista o Gen. Humberto Delgado, que na realidade venceu o acto eleitoral tendo que se refugiar no estrangeiro, porque o regime expulsou-o
- em 1961	<ul style="list-style-type: none"> • É tomado de assalto o Santa M.^a pelo capitão Galvão, em estreita ligação com Gen. Humberto Delgado; neste ano Salazar demite três dos seus ministros; • A União Indiana invade Goa, Damão e Diu; • Portugal perde a causa da invasão na ONU • Portugal endurece a sua atitude em relação aos movimentos independentistas nas regiões do ultramar (Angola e Moçambique), isto é, está contra a descolonização¹ • A ONU sublinha o direito à autodeterminação dos territórios, só que Portugal considerou-os províncias ultramarinas • Portugal começa a gastar cerca de metade do seu orçamento com a defesa nacional (alargamento do serviço militar).
- em 1965	<ul style="list-style-type: none"> • Realizam-se eleições presidenciais com um único candidato da UN (Alm. Américo Tomás); • Tensa atmosfera política para as eleições que se aproximavam, com a liderança oposicionista do Gen. Humberto Delgado na presidência da Frente Portuguesa de Libertação Nacional; • Renovação da AN (passagem a 130 deputados), sendo a UN a arrebatou a totalidade dos deputados.
- em 1968	<ul style="list-style-type: none"> • Salazar por motivos de doença abandona o governo; • Sucede-lhe o Prof. Marcelo Caetano; • O conflito armado ultramarino agudiza-se;

¹ Alguns historiadores durante trinta anos interrogaram-se sobre o problema da descolonização, interrogando-se sobre este fenómeno. Segundo César Oliveira Salazar não percebeu três fenómenos fundamentais: que após a II Guerra Mundial a hegemonia ocidental passou de Londres para o Washington; que a conferência de Yalta (entre Roosevelt, Churchill e Staline) definiu zonas de influência da Europa que evitavam o conflito que Salazar tinha por inevitável; que Portugal, enquanto país independente não sobreviveria à perda do Império Africano, bem como a Europa não teria a sua influência sem as colónias Africanas. M.^a Carrilho julga que também estes três colossais erros determinaram o isolamento internacional a que Salazar dotou o País. O cor. Costa Gomes nos relatórios de 1958/59 faz alusão à falta de poderio militar Português nos territórios ultramarinos, que segundo a historiadora, legitimam ainda mais a falta de estratégia de Salazar no cenário de «guerra subserviência» em que se encontrava os nossos militares.

	<ul style="list-style-type: none">• Supressão das fronteiras da Europa Comunitária.• Criação da FD.
- em 1994	<ul style="list-style-type: none">• Lisboa é designada Capital da Cultura Europeia.• Terceiras eleições para o Parlamento Europeu
- em 1995	<ul style="list-style-type: none">• Cavaco Silva deixa o Governo e candidata-se à PR.• Mário Soares presta-se para deixar a PR.• António Guterres vence as eleições legislativas.

QUADRO 2

SALAZARISMO				
REVISÃO CONSTITUCIONAL				
	GOVERNO	ASSEMBLEIA NACIONAL	CÂMARA CORPORATIVA	DIÁRIO DO GOVERNO
1945	- Propõe a 17 de Setembro a Lei n.º 2009 que nas suas disposições altera a Lei do Acto Colonial	- 10 anos depois com poder constituintes procede à revisão constitucional		- Em 6 de Dezembro é publicado a modificação à Constituição e Acto Colonial
1951	- Apresenta algumas propostas conjuntamente com projectos da Iniciativa de alguns deputados - Converte a proposta em Lei, em 11 de Junho de 1951	- Em 1950 deliberou antecipar de cinco anos a revisão ordinal da constituição - Modifica o texto constitucional e as disposições que formavam até aí o Acto Colonial - Suprime nesta revisão algumas disposições finais transitórias	- Emite alguns pareceres sobre o texto do governo e dos deputados	- Não é publicado apesar da importância da reforma operada
1959	- Apresenta propostas de alteração.	- Em Fev. 59, no decurso da legislatura, último ano do decénio da revisão ordinária (1961), delibera a revisão. - Por equívoco vota-se, em 1959, a antecipação da revisão. - Oito projectos de iniciativa de deputados - Resultou da discussão a Lei n.º 2100, de 29 de Agosto de 1959 - A Lei introduziu fundamentalmente a eleição do P.R. que deixou de ser por sufrágio universal para ser por competência (passa a ser de um Colégio restrito, à semelhança do estatuido na Constituição Francesa de 1958).	- A Câmara pronuncia-se sobre as propostas e projectos	- Não houve publicação oficial
1971	- Toma a iniciativa da revisão e apresenta em 2 Dez. 70 uma extensa proposta de alterações ao texto constitucional à Assembleia.	- Em 1969 perfaziam dez anos sobre a data da última revisão e em Out. foi eleita a AN, levando o governo a tomar a iniciativa. - Apresenta dois projectos mais restritos, da iniciativa dos deputados. - Estuda as alterações em comissão eventual. - Do plenário resulta as alterações em anexo Quadro 2	- Pronuncia-se sobre as propostas e projectos	- As profundas alterações levaram à publicação oficial da Constituição Política da República Portuguesa, na 1.ª Série, de 23 de Agosto de 1971.

Tabela 3

**- ÓRGÃOS E PROTAGONISTAS -
PODER POLÍTICO CENTRAL**

PERSONALIDADES			Salazar, António de Oliveira																																																
MINISTÉRIOS			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">PERÍODO EM ESTUDO</th> </tr> <tr> <th colspan="4">de 1935 a 1945</th> </tr> <tr> <th></th> <th>35</th> <th>40</th> <th>45</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>GUERRA</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td>MARINHA</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td>ESTRAN.</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td>FINANÇ.</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	PERÍODO EM ESTUDO				de 1935 a 1945					35	40	45	GUERRA	[shaded]			MARINHA	[shaded]			ESTRAN.	[shaded]			FINANÇ.	[shaded]																						
PERÍODO EM ESTUDO																																																			
de 1935 a 1945																																																			
	35	40		45																																															
GUERRA	[shaded]																																																		
MARINHA	[shaded]																																																		
ESTRAN.	[shaded]																																																		
FINANÇ.	[shaded]																																																		
	Nomeação	Exoneração																																																	
GUERRA	05 Jul 32 ⁶	06 Jul. 32																																																	
	11 Mai 36 ⁷	06 Set. 44																																																	
DEFESA	13 Abr. 61	04 Dez. 62																																																	
MARINHA	25 Jan. 36 ⁸	05 Fev. 36																																																	
	30 Jan. 39 ⁹	02 Fev. 39																																																	
COLONIAS	21 Jan. 30 ¹⁰	29 Jul. 30																																																	
	03 Nov 30 ¹¹	06 Nov. 30																																																	
ESTRANGEIROS	06 Nov 36 ¹²	04 Fev. 47																																																	
FINANÇAS	03 Jun. 26	19 Jun. 26																																																	
	27 Abr. 28	28 Ago. 40																																																	

PERSONALIDADES			Ferro, António																																				
SECRETARIADO			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">PERÍODO EM ESTUDO</th> </tr> <tr> <th colspan="4">de 1935 a 1945</th> </tr> <tr> <th></th> <th>35</th> <th>40</th> <th>45</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SPN</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td>SNI</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	PERÍODO EM ESTUDO				de 1935 a 1945					35	40	45	SPN	[shaded]			SNI	[shaded]																		
PERÍODO EM ESTUDO																																							
de 1935 a 1945																																							
	35	40		45																																			
SPN	[shaded]																																						
SNI	[shaded]																																						
	Nomeação	Exoneração																																					
SPN	Set. 33	Fev. 44																																					
SNI	Fev. 44	1951																																					
Jornalista																																							

PERSONALIDADES			Pacheco, Duarte																																								
MINISTÉRIOS			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">PERÍODO EM ESTUDO</th> </tr> <tr> <th colspan="4">de 1935 a 1945</th> </tr> <tr> <th></th> <th>35</th> <th>40</th> <th>45</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>OBRAS</td> <td colspan="3">[shaded]</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	PERÍODO EM ESTUDO				de 1935 a 1945					35	40	45	OBRAS	[shaded]																										
PERÍODO EM ESTUDO																																											
de 1935 a 1945																																											
	35	40		45																																							
OBRAS	[shaded]																																										
	Nomeação	Exoneração																																									
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO	05 Jul. 32	11 Abr. 33																																									
	11 Abr. 33	23 Nov. 34																																									
	23 Nov. 34	18 Jan. 36																																									
	25 Mai. 38	18 Nov 43 ¹³																																									
INSTRUÇÃO PÚBLICA	18 Abr. 28	10 Nov. 28																																									

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

FONTE: Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO, (Dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I e II, 1996.

QUADRO 4

- 6 Interinamente
- 7 Ibidem
- 8 Ibidem
- 9 Ibidem
- 10 Ibidem
- 11 Ibidem
- 12 Ibidem
- 13 Durante o seu mandato veio a falecer

PORTUGAL	
INTERIOR	EXTERIOR
<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro aspecto 	
<p>homogéneo</p> <p>⇒ Iberístico</p> <p><i>O fracasso das políticas iberistas¹⁴ levaram à exteriorização da nação, mas como forma complementar.</i></p>	<p>heterogéneo</p> <p>⇒ Mediterrânico</p> <p><i>Tendência que tem quase a idade do país.</i></p> <p><i>Aspecto central da abertura de Portugal ao mundo, como nação independente, que após séculos de manifestação, atingiu o pleno no séc. XX.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Segundo aspecto <p>É como que a continuação do primeiro e prende-se com a procura no exterior do complemento da nação.</p>	

AUTORIA: Carlos GODINHO, *Ideologias e Arquitecturas do Poder em Portugal (duas referências culturais)*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade Évora, 1996

Fonte: Vitorino Magalhães GODINHO, "Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História"

QUADRO 5

QUADRO DE PESSOAL - FUNDAÇÃO DAS DESCOBERTAS

	até 1995	1996	de 95 para 96
1. Conselho de Administração	10	10	0 (zero)
1.1 Direcção Coord. das Activ. Culturais (Dep. Actividades Culturais)	38	48	+ 10 (dez)
1.2 Direcção de Actividades Comerciais	7	8	+ 1 (um)
1.3 Direcção de Marketing Comunicação e Imagem	27	29	+ 2 (dois)
1.4 Direcção Coordenadora de Espaços	25	28	+ 3 (três)
1.5 Direcção Administrativa e Financeira	28	27	- 1 (um)
1.6 Dep. de Recursos Humanos	2	2	0 (zero)
TOTAL	137	152	+ 15 (quinze)

Fonte: "Estrutura Organizacional" Política de Pessoal - Fundação das Descobertas - Centro Cultural de Belém

QUADRO 6

Síntese da informação

Área de intervenção	- 6 hectares
Área global de construção	- 110.000 m ² (1ª fase - mód. 1, 2 e 3 - 870.000 m ²)
Estacionamento em cave	- 1030
Estacionamento no exterior (autocarros)	- 30

Módulo 1 Centro de Reuniões	Módulo 2 Centro de Espectáculos	Módulo 3 Centro de Exposições	Módulo 4 Zona Hoteleira	Módulo 5 Equipamento complementar
Entrada e Hall	Entrada Praça do Império (peq. Aud.) e Serviço de apoio	Entrada Principal	Hotel	Comércio
Foyer	Entrada Principal (Grande Auditório)	Entrada Secundário	Recupera Palacete do Séc. XVII	Escritórios/Ateliers
Zona reservada (Reuniões alta segurança)	Foyer dos Auditórios com Serviço de Apoio	Exposições Temporárias	Restaurante, Bar e Piscina	Estacionamento
Salas de Reuniões	Grande Auditório	Galeria Superior (Exposições)	Estacionamento	
Salas de Trabalho	Área de Apoio	Atelier		
Bbloco de Escritórios	Pequeno Auditório	Sala Polivalente		
Posto Médico	Área de Apoio	Cafetaria		
Zona de Segurança	Lojas	Centro de Documentação		
Secretariado CCB	Salas de Trabalho	Direcção do Centro de Exposições		
Restaurante e Bar		Serviços de Apoio		
Galeria de Lojas		Galeria Comercial		
Estacionamento		Estacionamento		

Fonte: In "Portugal vai ter em Belém o Centro cultural que merece" REVISTA: "Artes e Construções" n.º 5, Fev. 1991, pp. 4-15

QUADRO 7

OBRAS DE ARTE ADQUIRIDAS PELA SEC PARA O CCB

"Em termos de programação concreta para os novos espaços, "nada está[va] sedimentado", segundo M.^a José Stock, membro do Conselho Directivo da FD e directora do GIEC, organismo criado pela SEC para decidir os destinos do CCB."

1991		1992	
89 mil	Gastos (em contos) verbas retiradas do PIDDAC do IPPC	34 mil	
<p>"A responsável explicou que no final da presidência portuguesa das Comunidades, a partir de fins de Jul., haverá que proceder a "obras de readaptação dos espaços", obras essas que só terminarão em Out. "De Out. a Dez, teremos que montar espectáculos e exposições". O CCB só terá uma ocupação cultural, de facto, em Jan., isto com excepção dos grandes espectáculos de teatro e de ópera, que terão que esperar pela conclusão do grande auditório, em Abr.</p>	ARTISTAS (aquisições feitas)	<p>Houve casos em que as aquisições foram feitas directamente aos artistas, previamente contactados por carta da SEC, e outros em que os próprios artistas optaram por fazer obras de arte propositadamente para o local onde ficarão expostas, no CCB</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> • João Cutileiro • Alberto Carneiro • Júlio Resende • Cargaleiro • Vieira da Silva • Menez • Manuel Amado • Pedro Calapez • Rui Sanches. 		<ul style="list-style-type: none"> • Pedro Proença • Noronha da Costa • António Sena • Armando Alves • Emilia Nadal • Eduardo Batarida • Charters de Almeida • José de Guimarães • Julião Sarmento
	(projecta ainda comprar)		
<ul style="list-style-type: none"> • Paula Rego • Carlos Reis • Rui Chaves • Graça Morais 	<ul style="list-style-type: none"> • Jorge Molder • Júlio Pomar • Maluda • José Pedro Croft 		

FONTE: jornal "Público" 15 Abr. 92, p. 32, artigo com o título "Cultura em Belém só para o ano"

QUADRO 8

- PERSONALIDADES -
CARGOS PÚBLICOS E/OU POLÍTICOS (VISIBILIDADE DO ESTADO)
- EMP e CCB -

nomes

«ESTADO NOVO»

Director	Alto cargo F. Armadas	1		
	Função desconhecida	2		
	Deputado à AR	3	16-13-28	António Ferro
	Diplomata	4	04-06-28	Augusto de Castro
	Centro (CCB)	5	26-11-12	António Oliveira Salazar
	Jornal	6	29-29-28	Cottinelli Telmo
	Museu de Évora	7	30-20-11	Duarte Pacheco
	Palácio Ducal V. Viçosa	8		
	Embaixador	9		
	Escritor	10		
Gover- no	Ministro	11	01-01-25	Oscar Carmona
	Primeiro-ministro	12	29-29-28	Pardal Monteiro
	Secretariado Propaganda	13	29-28-28	Cristino da Silva
	Secretário de Estado	14	31-28-31	Almada Negreiros
	Subsecretário Estado	15		
	Jornalista	16	30-28-28	Sá e Melo
Membro	Cons. Adm. FD (CCB)	17		
	Cons. Adm. Teatro S. Carlos	18		
	Adm. SGII (CCB)	19		
Presi- dente	CML	20	26-24-12	Anibal Cavaco Silva
	Cons. Adm. FD (CCB)	21	22-24-21	Antero Ferreira
	Cons. Adm. RTP	22	24-22-21	Coelho Ribeiro
	IPPC/IPPAR	23	08-07-05	José Teixeira
	Partido	24	26-18-02	M ^{ela} Atayde Marques
	República	25	19-18-17	M. ^a José Stock
	Prof. Universitário	26	03-15-14	Manuel Frexes
	Advogado	27	03-15-27	Pedro Santana Lopes
	Comissariado	28	20-20-25	Jorge Sampaio
	Arquitecto	29	25-25-....	Mário Soares
	Engenheiro	30		
Artista Plástico	31			

DEMOCRACIA

Obs.: a sequência dos cargos

Primeiro Número	Segundo Número	Terceiro Número
antes do equipamento em estudo	durante o equipamento em estudo	última função durante o equipamento em estudo

- ÓRGÃOS E PROTAGONISTAS - PODER POLÍTICO CENTRAL

VIGÊNCIA				TITULARES DE CARGOS						NOTAS
Início	Final	Du- ra- ção me- ses	O r d e m	Base Política Partidária	Nomeação	Eleições - Vencedor	Presidente República	Primeiro - ministro	Ministro da Cultura (1) ou Secretário de Estado (2) Secretariado (3)	

I REPÚBLICA

A PARTIR DE 1910

Início	Final	Presidente	Primeiro - ministro	Ministro da Cultura (1) ou Secretário de Estado (2) Secretariado (3)	NOTAS
1910	1911	Dr. Teófilo Braga	Ministérios Dependentes do Presidente da República - com chefias Por vezes pouco legitimadas pelo próprio interesse político - que subalternizam em alguns momentos do conturbado momento político os lugares, não existindo estabilidade governativa.	Período político difícil, pela quedas sucessivas dos P.R., logo, os governos e a paz política no País era ainda liderada Por adeptos	
1911	1915	Dr. Manuel Arriaga			
1915	1915	Dr. Teófilo Braga			
1915	1917	Dr. Bernardino Machado			
1917	1918	Dr. Sidónio Pais			
1918	1919	Almirante Canto e Castro			
1919	1923	Dr. António José de Almeida			
1923	1925	Dr. Bernardino Machado			
1925	1926	Comandante Mendes Cabeçadas			
1926	1926	Marechal Gomes da Costa			

II REPÚBLICA / (continuação da I REPÚBLICA)

A PARTIR DE 1926

Início	Final	Presidente	Primeiro - ministro	Ministro da Cultura (1) ou Secretário de Estado (2) Secretariado (3)	NOTAS
1926	1951	Marechal Oscar Carmona	Cor. José Vicente de Freitas	António Ferro (3)	(Salazar: a partir de 1932) (Ferro: no SNP, a partir de 1936)
1951		Almirante Craveiro Lopes	Prof. Oliveira Salazar		
1958		Almirante Américo Tomás	Prof. Marcelo Caetano		

II REPÚBLICA / (III REPÚBLICA)

APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

GOVERNOS PROVIÓRIOS

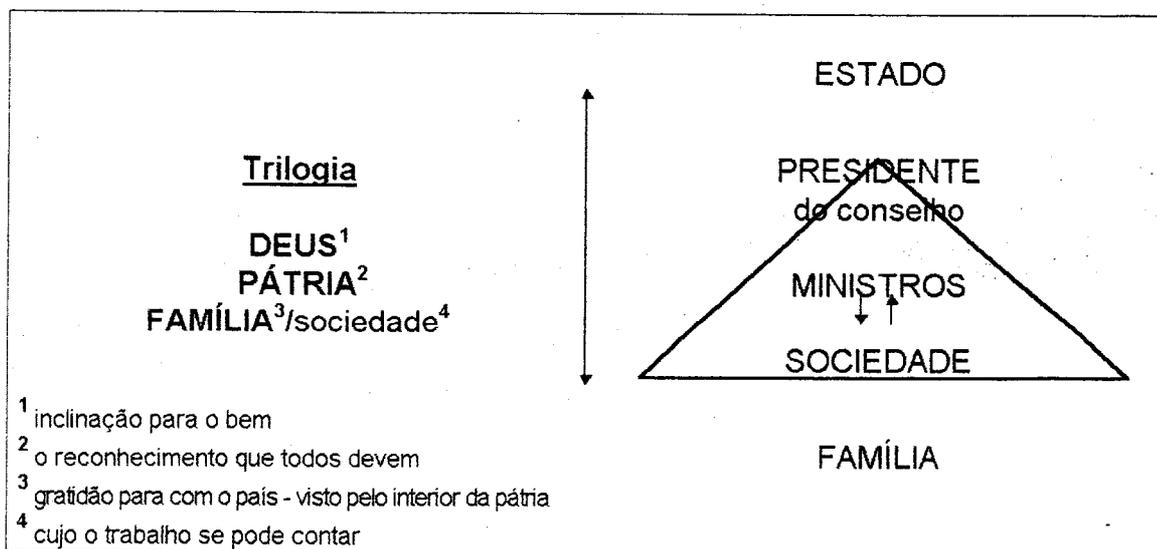
Início	Final	Duração (meses)	Ordem	Nomeação	Eleições - Vencedor	Presidente	Primeiro - ministro	Ministro da Cultura (1) ou Secretário de Estado (2) Secretariado (3)	NOTAS
			1º	Junta de Salvação Nacional		Gen. Spínola	Prof. Palma Carlos		
			2º					Cor. Vasco Gonçalves	
Out. 74	Mar. 75	5	3º			Gen. Costa Gomes	Brig. Vasco		"Maioria silenciosa"
Mar. 75	Jul. 75	5	4º		Conselho		Gonçalves		

Ago.75	Set. 75	1	5º		da				
Set. 75	Jun. 76	9	6º	Coligação PCP-PS- PSD	Revolução			Aim. Pinheiro de Azevedo	

GOVERNOS CONSTITUCIONAIS										
Jul. 76	Dez. 77	17	1º	PS	Presidente	1976	Gen.	Dr. Mário		Minoritário
Jan. 78	Jul. 78	7	2º	PS-PSD	República	Soares	Ramalho	Soares		Maioritária
Ago. 78	Set. 78	1	3º	"Iniciativa			Eanes	Dr. Nobre		
Out.78	Jul. 79	9	4º	Presidenci al"				da Costa		
Ago. 79	Dez. 79	4	5º					Prof. Mota		
								Pinto		
Jan. 80	Dez. 80	12	6º	PSD-CDS- PPM	Presidente	1979		Dr.ª		
Jan. 81	Ago. 81	8	7º		República	Sá		Lourdes		AD- Aliança
Set. 81	Mai. 83	19	8º			Carneiro		Pintassilgo		Democrática
Jun.83	Set. 85	25	9º	PS-PSD				Dr. Sá		
Out. 85	Jul. 87	22	10º	PSD		1980		Carneiro		
Ago. 87	Out. 91	49	11º					Dr. Pinto		
Nov. 91	Out. 95	47	12º			1983		Balsemão		
Out. 95	—	—	13º	PS		Soares		Dr. Mário		Maioritária
						1985		Soares		
								Prof.	1985-1989	Minoritário
						1987	Dr. Mário	Cavaco	Dr. Teresa	
								Silva	Gouveia (2)	Maioritária
						1991	Soares		Dr. Pedro	
						Cavaco			Santanã Lopes	Maioria -
									(2)	absoluta
						1995	Dr. Jorge	Eng.	1995-	Minoritário
						Guterres	Sampaio	Antônio	Prof. Ant.º M.ª.	
								Guterres	Carrilho (1)	

Fonte: Jornal "Público" n.º 1969, de 20 Julho 95; (1981) Lello Universal, Dicionário Enciclopédico

- ESQUEMAS -



Esquema 1



“Ao longo dos anos 80, a juventude constituiu-se, pois não apenas num campo privilegiado de intervencionismos político-administrativos de várias ordens, como também se revelou um objecto de crescente interesse científico” In José Machado PAIS, *Levantamento Bibliográfico de Pesquisas sobre a Juventude Portuguesa - Tradições e Mudanças (1985-1995)*, Lisboa, Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 21, 1996, e é a partir daqui que a juventude ao nível da investigação começa a ter o seu interesse. Por isso escolhi do documento *Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa)*, Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994 de Machado Pais, apenas as partes referentes ao CCB, FCG e Culturgest/CGD, para que se possa ver a importância que a juventude começou a ter pelo CCB em comparação com outros equipamentos de igual interesse:

Como é possível verificar o CCB é de todos o mais conhecido pelos jovens, contudo importa dizer que o mais visitado ainda é FCB.

Conhecimento e utilização de equipamentos culturais do concelho de Lisboa

	Não conhece	Conhece e não vis/utiliz.	Conhece e já vis/utiliz.	N/R
CCB	11,3	61,9	26,2	0,6
FCB	23,9	34,7	39,7	1,7
CGD (Culturgest)	44,1	41,8	12,8	1,3

Fonte: Machado PAIS, e at. *Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa)*, Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

Tabela 1

Aqui a FCB para os que já conhecem e visitaram, para os que vivem dentro de perímetro da cidade de Lisboa é o mais solicitado, surgindo de seguida o CCB.

Conhecimento e utilização de equipamentos culturais segundo o habitat

Equipamentos	Habitat	Não conhece		Conhece e já visitou/utilizou	
		Urbano	Interm.	Urbano	Interm.
CCB		9,9	14,5	29,1	19,5
FCB		20,3	32,3	44,4	28,6
CGD (Culturgest)		39,1	55,9	14,8	8,1

Fonte: Machado PAIS, e at. Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa), Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

Tabela/gráfico 2

No caso das classes Por idades, o que se vê é que quanto mais velhas são as pessoas maiores referências com a FCB, sendo os que estão entre os 15-29, que se aproximam mais do da frequência do CCB, em relação à CGB, sendo o menos visitado o Centro da Culturgest. Com a questão das Habilitações literárias, e classes sociais a relação é igual, tal como se pode ver nas Tabelas/Gráficos que se seguem.

Visitantes dos equipamentos culturais Lisboaetas, segundo a idade

Equipamentos culturais	grupos etários				
	15-20	21-29	30-44	45-65	66 e +
CCB	33,9	42,6	25,2	21,6	9,7
FCB	55,4	56,2	40	30,9	23
CGD (Culturgest)	16,5	17,8	15,6	8,1	8

Fonte: Machado PAIS, e at. Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa), Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

Tabela 3

Visitantes dos equipamentos culturais Lisboaetas, segundo a idade

Nível de instrução	Analf./ bás. inc.	Primário	Preparat.	Sec. Unific.	Sec. compl/12º	Médio	Superior
Equipamentos culturais							
CCB	3,2	13,9	32,1	30,4	38,1	43,2	54,9
FCB	7,9	17,6	30,9	53,9	63,5	86,5	84,3
CGD (Culturgest)	3,2	8,7	13,6	16,7	19	8,1	20,6

Fonte: Machado PAIS, e at. Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa), Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

Tabela 4

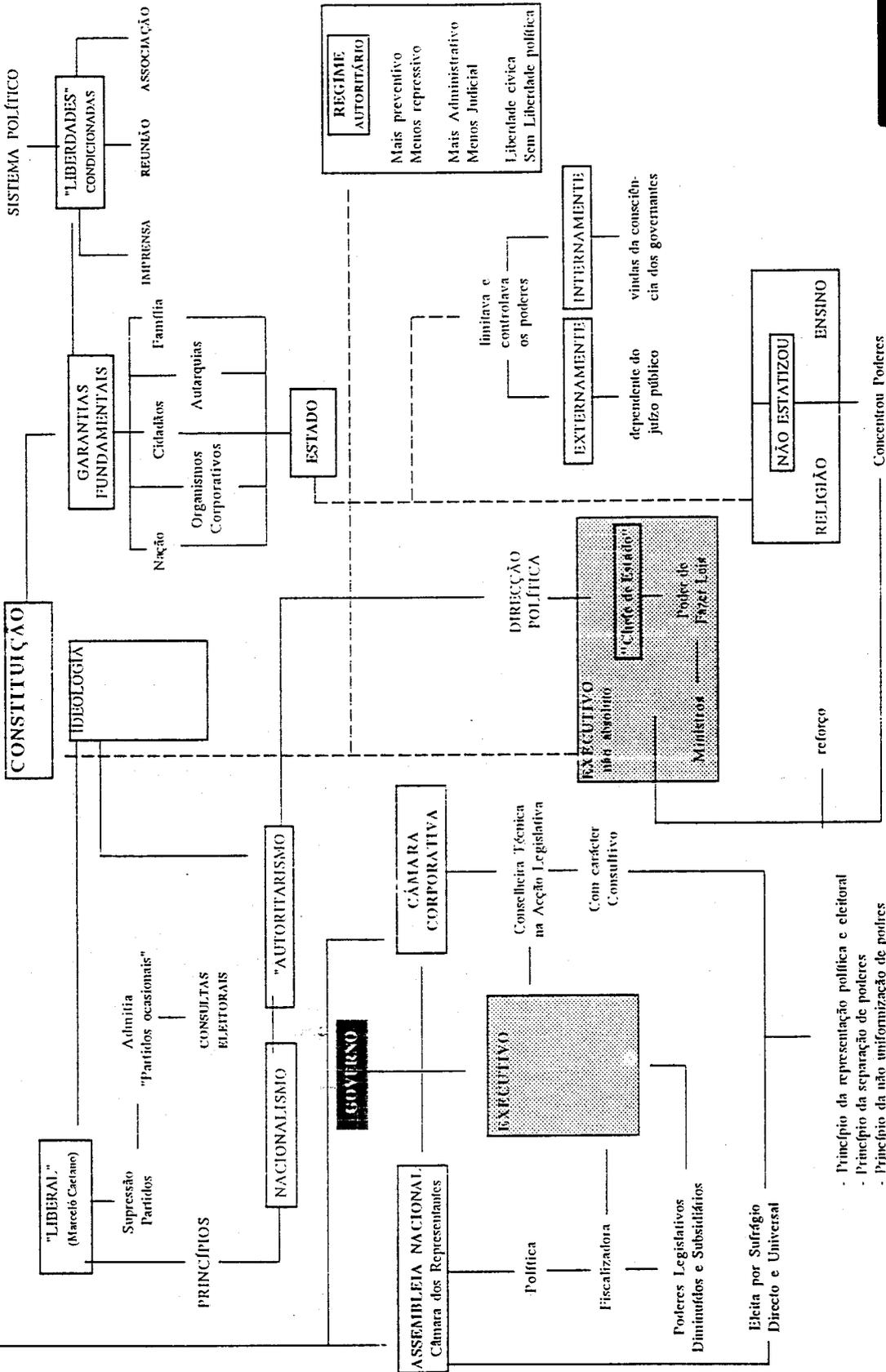
Visitantes dos equipamentos culturais Lisboaetas, segundo o status social

Status social	Alto	Médio superior	Médio	Médio inferior	Baixo
Equipamentos culturais					
CCB	50	50,7	32,1	19,4	14,1
FCB	79	80,1	59	27	13,1
CGD (Culturgest)	27	19,1	17,3	11,2	6,2

Fonte: Machado PAIS, e at. Práticas culturais dos Lisboaetas (Resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa), Lisboa, Análise Social, Revista do ICS-UL, Dez. 1994

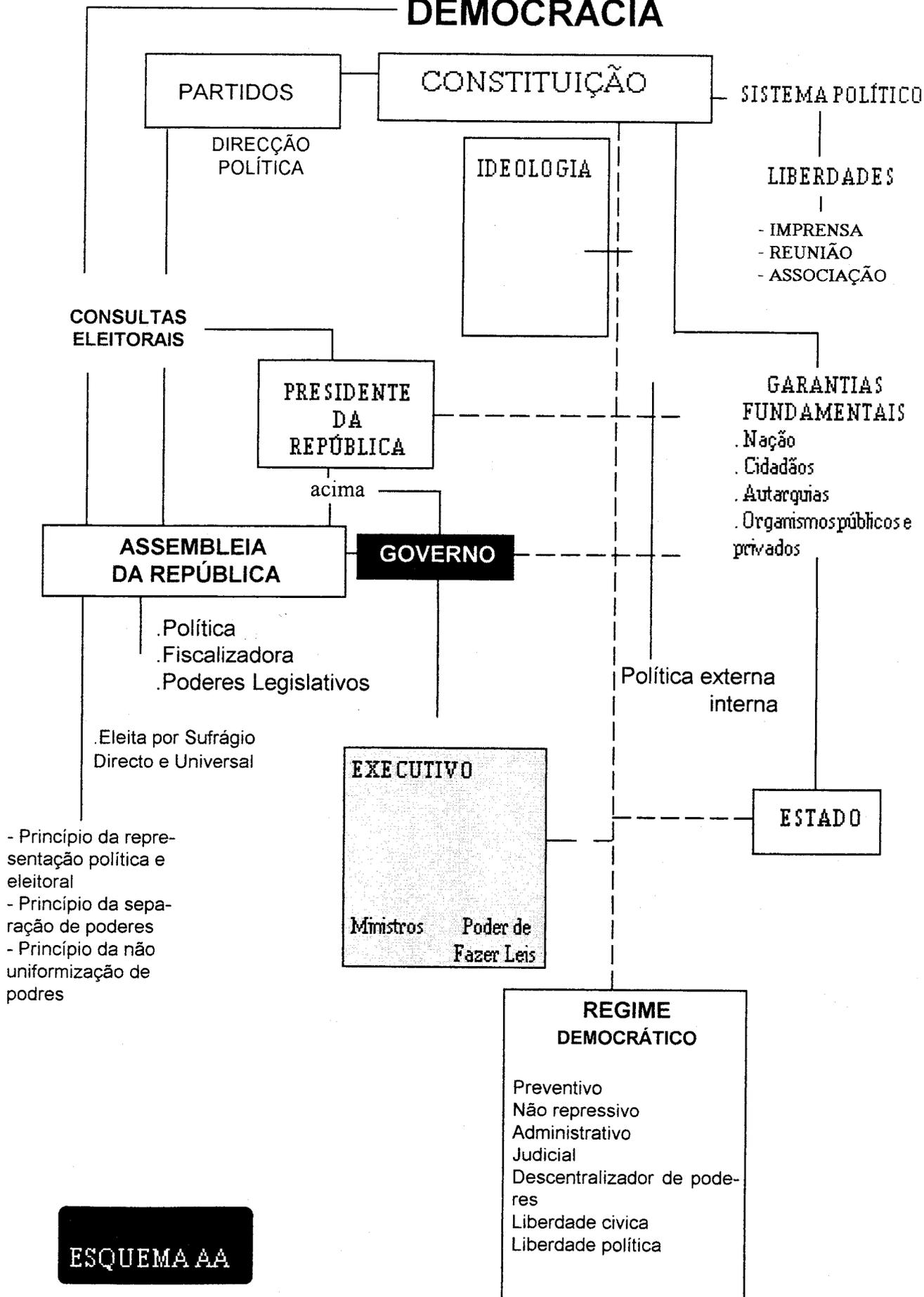
Tabela 5

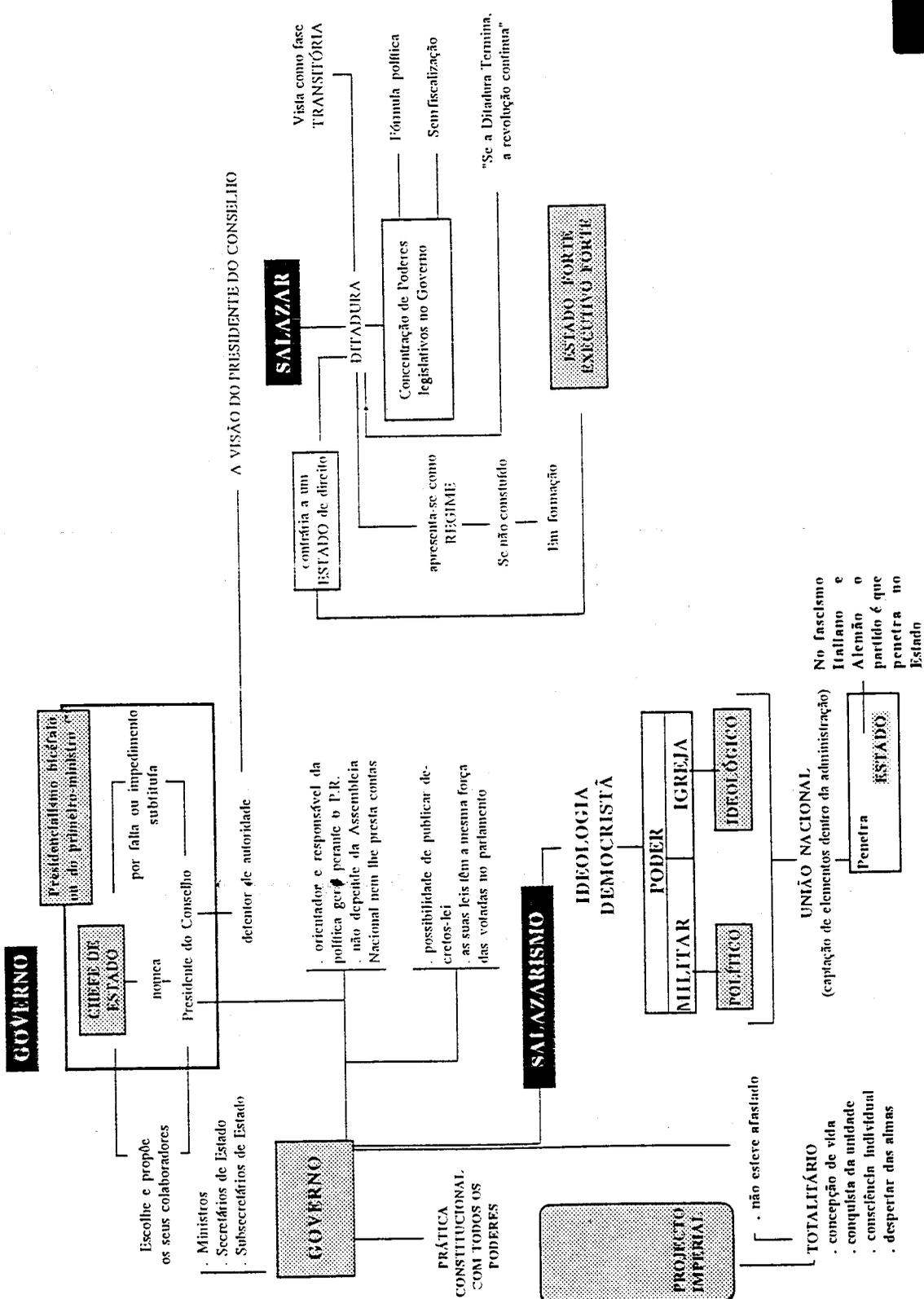
SALAZARISMO



- Princípio da representação política e eleitoral
- Princípio da separação de poderes
- Princípio da não uniformização de poderes

DEMOCRACIA





(*) a razão para se chamar a esta linha solidariedade das magistraturas, presidencialismo do primeiro-ministro é que quem governa é o chefe do governo

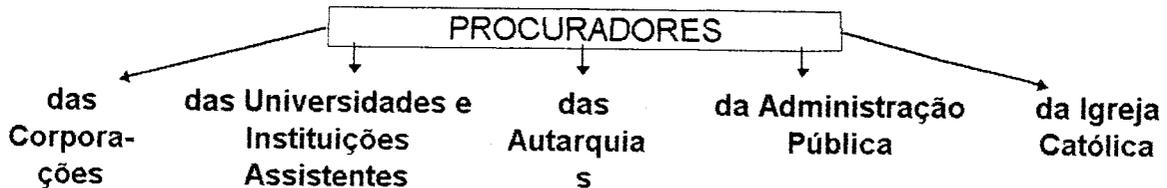
LEGISLAÇÃO CORPORATIVA



CÂMARA CORPORATIVA

1933	- Concebida como órgão consultivo da Assembleia Nacional para feitura de leis
1935	- Passou a poder ser consultada pelo Governo para elaboração de Decretos-lei ou proposta lei tal conteúdo foi progressivamente desprezado pelo governo
1968	- Cria-se uma secção permanente (derivada do Decreto-lei n.º 48618, de 10 de Outubro. As secções permanentes eram formadas por procuradores peritos em matérias administrativas) com a intenção do governo passar a utilizar mais a Câmara.

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA



Funcionamento	Secções	Reuniões Privadas	EMITEM PARECERES EM NOME DA CÂMARA
	Subsecções		

Esquema C

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CARTA CONSTITUCIONAL
Poder Moderador
↓
República presidencialista pura

CONSTITUIÇÃO (1933)

CHEFE DE ESTADO

reforço da autoridade

Oliveira Salazar
(Presidente do Conselho)

Eleito por sufrágio universal e directo até 1959

Redução de poderes

Magistratura representativa e arbitral

Chefia efectiva do Governo

nomeia o Presidente do Conselho e sob proposta deste os restantes membros do Governo

Criou o Conselho de Estado (composto por dez membros vitalícios)

A partir de 1949

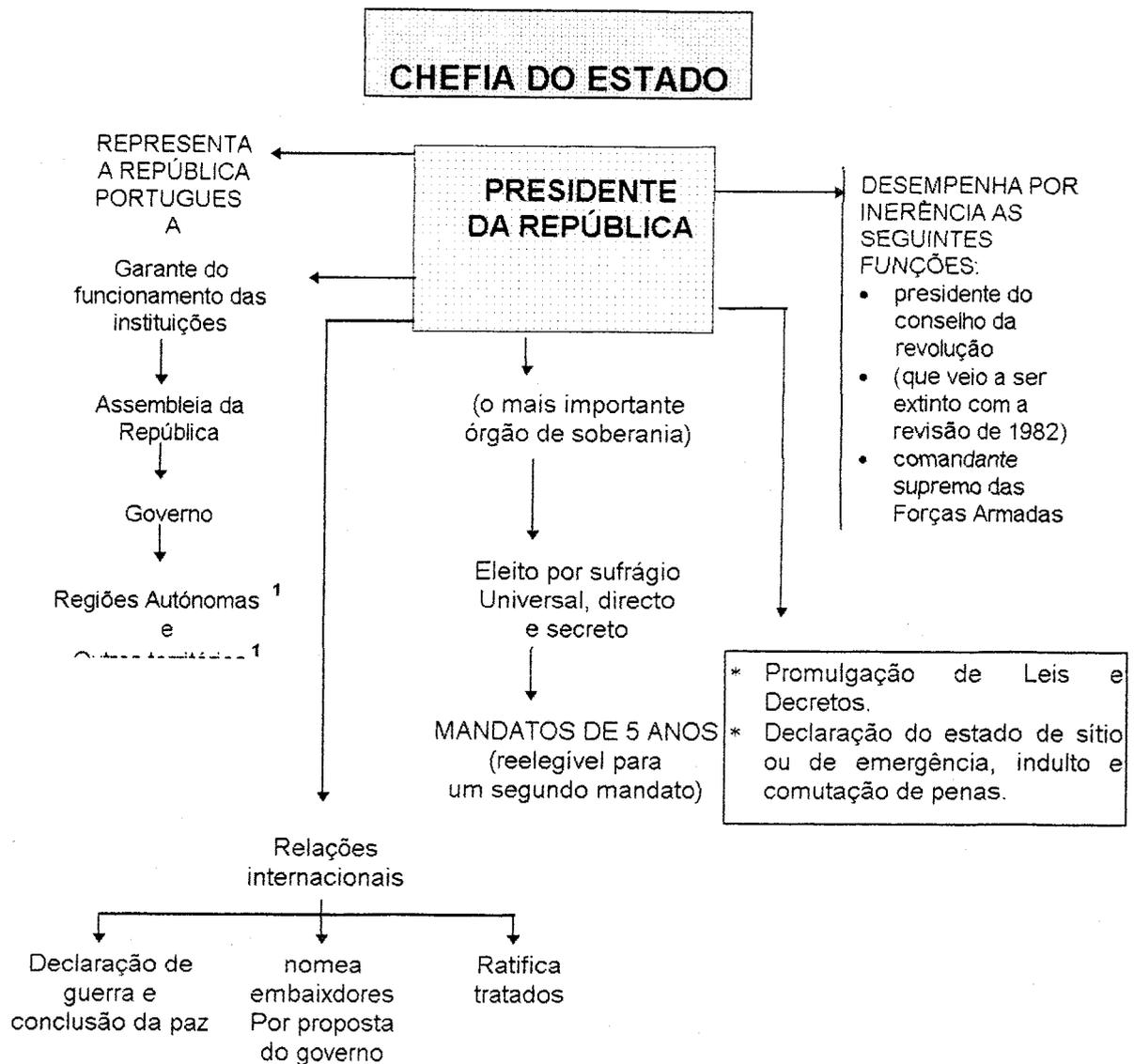
- campanhas eleitorais apaixonadas e sucessivamente violentas
- era posto em causa - a escolha dos candidatos
- os fundamentos da constituição

A partir de 1959

- eleito por **COLÉGIO ELEITORAL** - composto pelas duas assembleias legislativas
- representantes dos municípios
- delegados dos conselhos legislativos ultramarinos

Primeira eleição em 1965 (por sete anos)

Esquema D



¹ Para onde nomeia um representante que garanta a independência parcelar do estado, sem que seja posta em causa a soberania nacional, isto para os Açores e Madeira, onde os governos derivam do voto sofragado pelo eleitos para a assembleia de cada uma das regiões, tendo para tal um governo autónomo. No caso particular de Macau é nomeado um governador que lidera o governo e política em regime de exclusividade, e total independência do território nacional, sustentando apenas a bandeira nacional, como potência administrante, e a língua.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

Repúdio do centralismo do poder

ESTADO

Sociedade política

- COMUNIDADES NATURAIS

- . freguesia
- . concelho
- . distritos

PLURALISMO DEMOCRÁTICO

CONSTITUIÇÃO

FORTE

EXECUTIVO

desconcentração de poderes

Governo Constitucional

Assembleia da República

- . recrutada entre as bases dos políticos nacionais
- . fiscaliza
- . legisla

GOVERNO

Faculdade legislativa

Subordinação dos demais poderes ao executivo

CONSELHO DE ESTADO

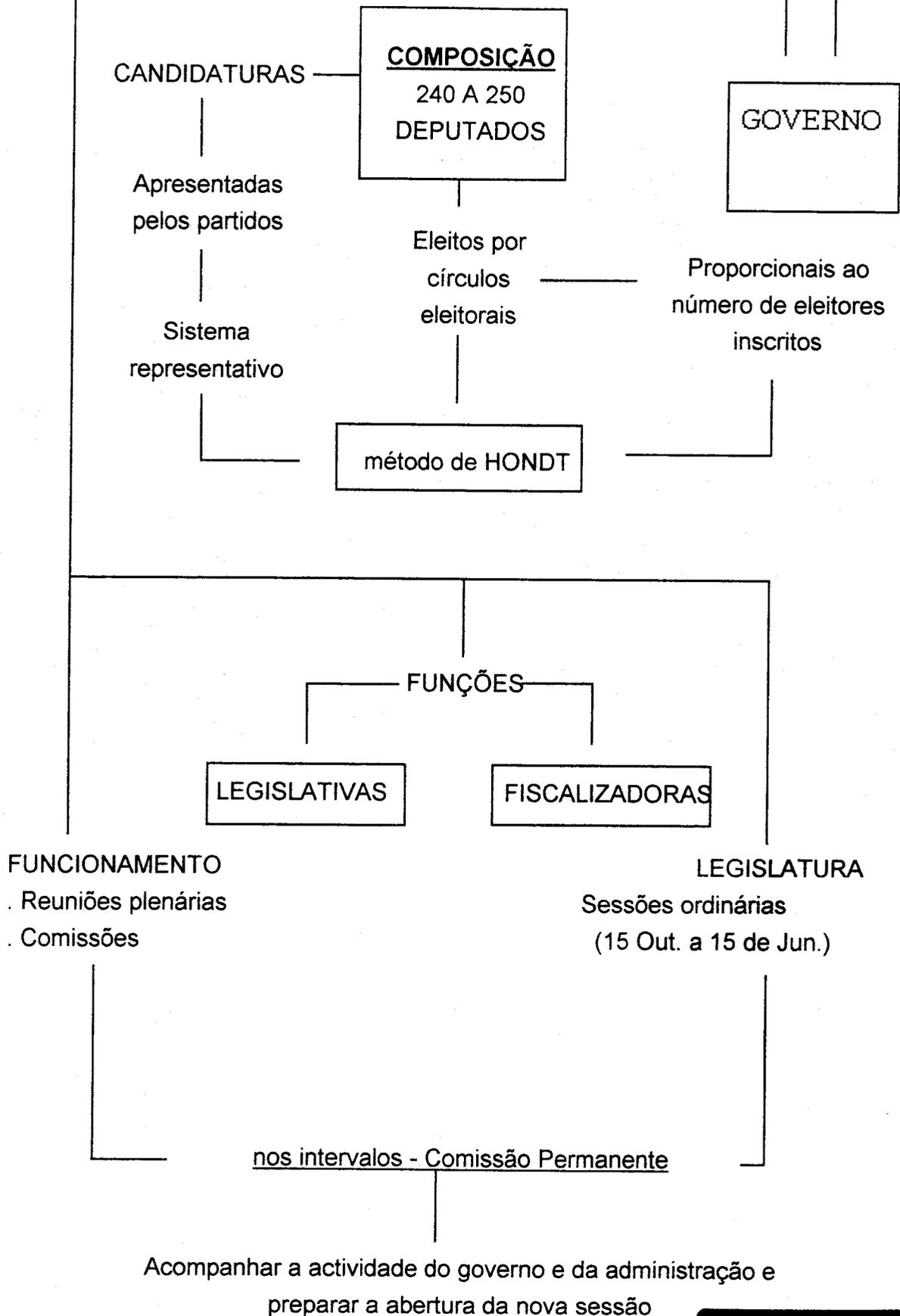
progressiva

constituição

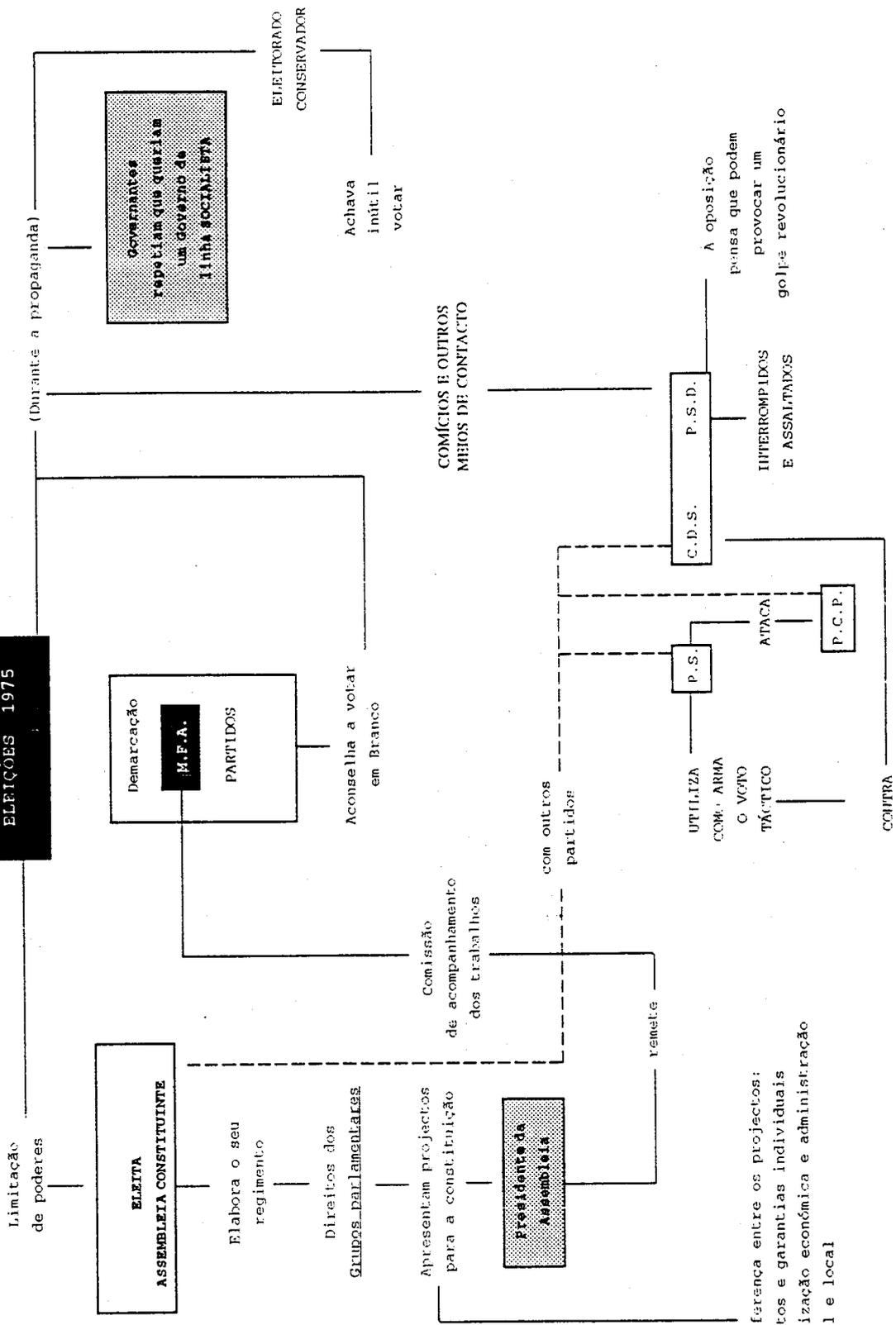
ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



ELEIÇÕES 1975



Diferença entre os projectos:
 . direitos e garantias individuais
 . organização económica e administração regional e local

Em 2 anos sofrreu algumas vicissitudes

ANTECEDENTES À CONSTITUIÇÃO DE 1976

M.F.A.
(25 de Abril de 1974)

Desencadada pelos militares (organizadores)

Consagra a REVOLUÇÃO SOCIAL

publicadas

LEIS CONSTITUCIONAIS REVOLUCIONÁRIAS

n.º 3, de 14 de Maio de 1974

Previa a eleição de uma Assembleia Constituinte

A Assembleia Dissolver-se-ia após a aprovação da Constituição

Elaborar e aprovar o **NOVO T.º X.º C.º** Constituinte-clonal no período de 90 dias

ORGANIZAÇÃO CONSPIRATORIA Antes da Revolução

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Comissão Coordenadora

sobreposição

OFICIAIS DE TROPAS MILITARES

2 membros da ARMADA

3 membros do EXÉRCITO

2 membros da FORÇA AÉREA

Entra em vigor em 25 de Abril de 1976

NOVA CONSTITUIÇÃO (1976)
(aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976)

LEIS

Até à sua aprovação

EXERCÍCIO DO PODER

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

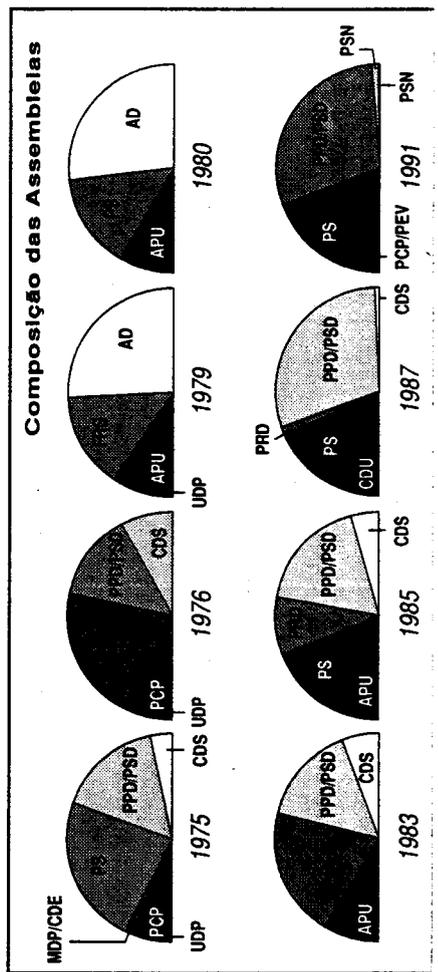
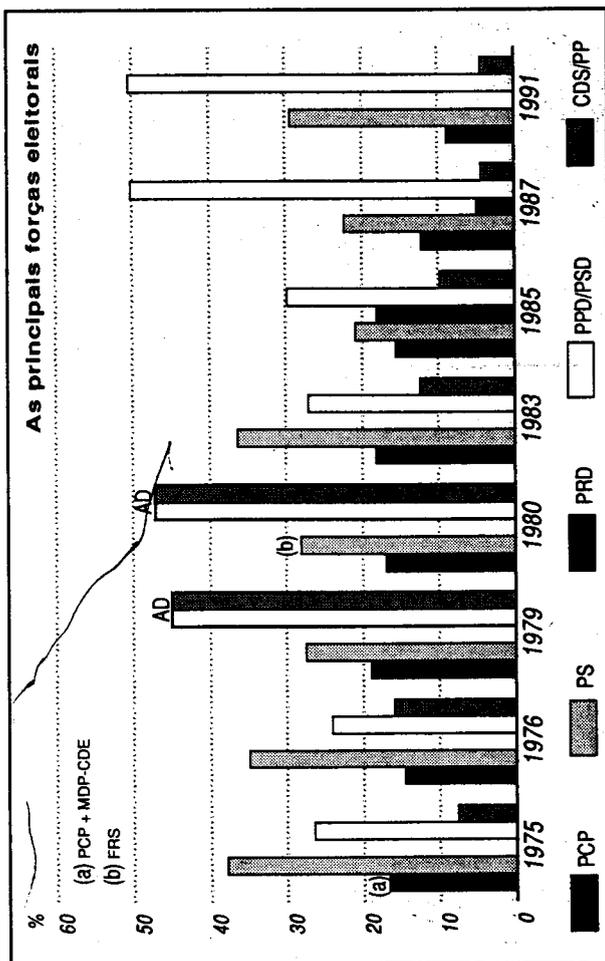
DECRETOS

promovidos a oficiais generais (Só Costa Gomes e Spínola eram generais)

ESQUEMA G

FORÇAS ARMADAS (Alto Comando)
CONSELHO DE ESTADO (Espécie de Miniparlamento)
GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

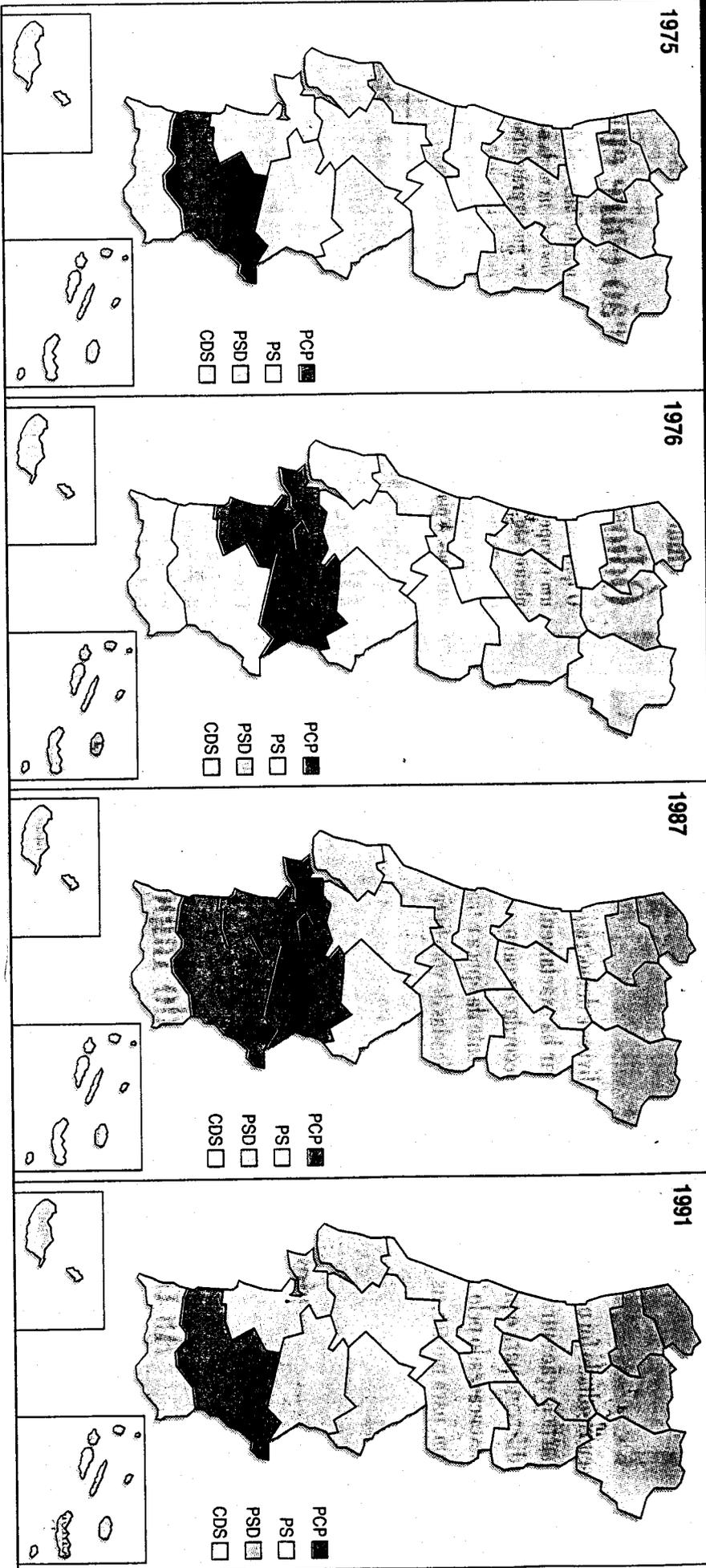
- 1 O conselho era constituído por 7 membros das Forças Armadas e 7 cidadãos de reconhecido mérito, designados pelo Presidente da República.
- 2 Competia-lhe exercer um poder constituinte até às eleições, bem como aprovar decretos-lai propostos pelo governo.
- 3 Exercia as tradicionais funções governativas e de administração, com total independência das Forças Armadas
- 4 Dependiam de um Conselho de Chefes dos Estados-Majores, sob a presidência de um Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas que tinha uma categoria que se aproximava da do primeiro-ministro



PUBLICO

TERÇA-FEIRA, 25 ABRIL 1995

FORÇAS POLÍTICAS VENCEDORAS POR DISTRITO



PÚBLICO



Foto 1: Exposição de Paris 1937 - Parte inferior direita observa-se o Pavilhão de Portugal - Postal ilustrativo

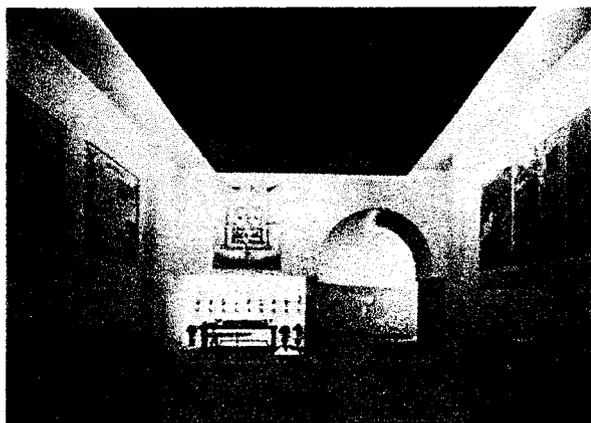


Foto 2: EMP 1940 - Pavilhão da colonização - Horácio Morais- SNI - Fototeca

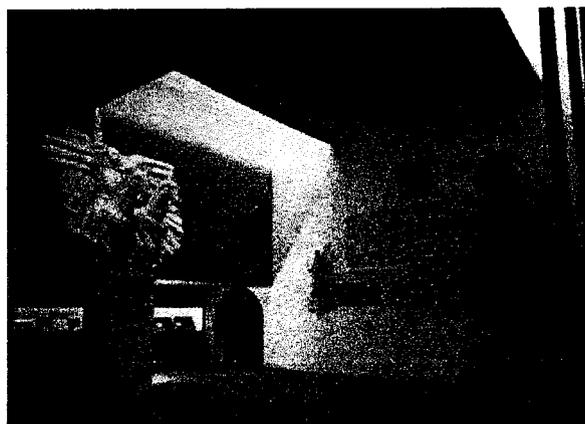
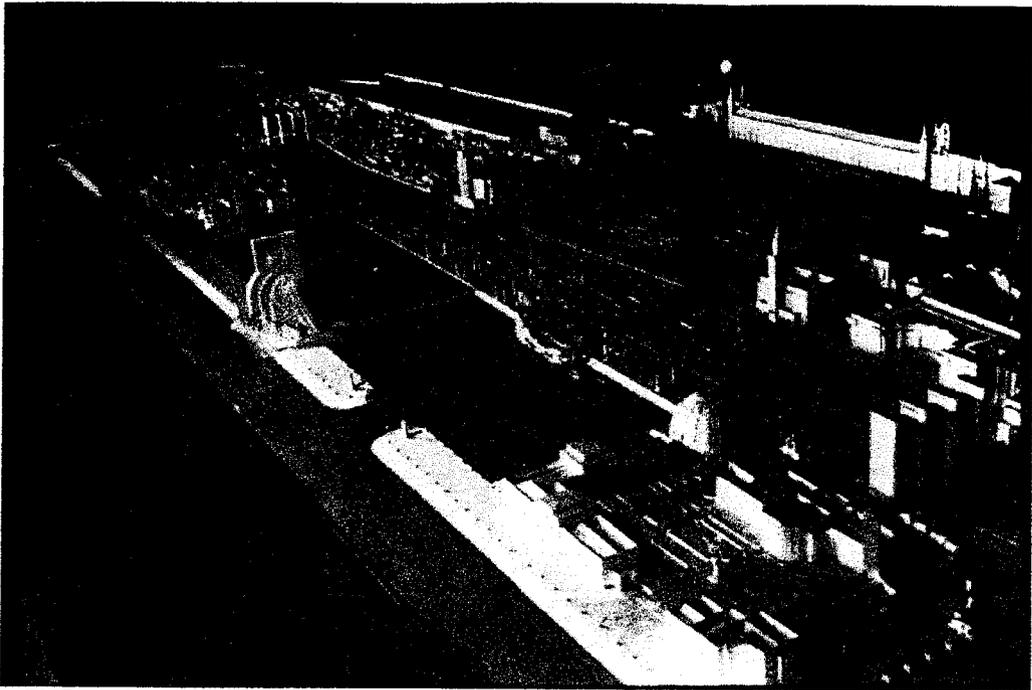


Foto 3: EMP 1940 - Sala de Portugal - Horácio Morais- SNI - Fototeca



EMP 1940 - vista geral - maqueta

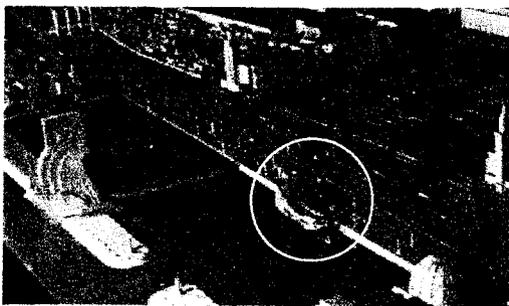


Foto 4: EMP 1940 - vista da Nau

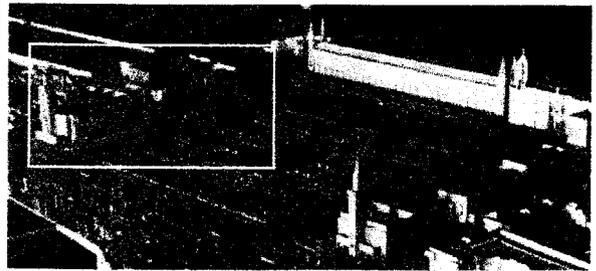


Foto 5: EMP 1940 - pormenor da maqueta



Foto 6: EMP 1940 - Pavilhão de Portugal e Brasil - vista nocturna - Horácio Morais- SNI - Fototeca

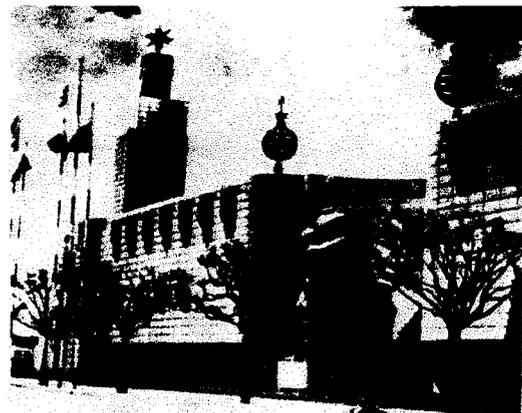


Foto 7: EMP 1940 - Pavilhão de Portugal e Brasil - vista diurna - Horácio Morais- SNI - Fototeca

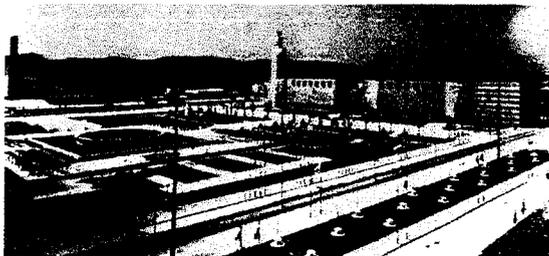


Foto 8: EMP 1940 - Pavilhão de Portugal e Brasil - vista geral da Praça do Império e do Pavilhão de Portugal e do Brasil - Horácio Morais- SNI - Fototeca



Foto 9: EMP 1940 - Pavilhão de Portugal e Brasil - vista do Pavilhão de Portugal e do Brasil a partir da Praça do Império - Horácio Morais- SNI - Fototeca

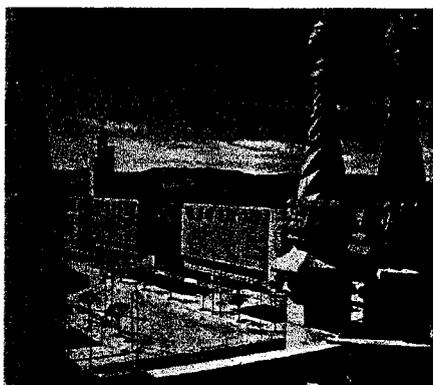
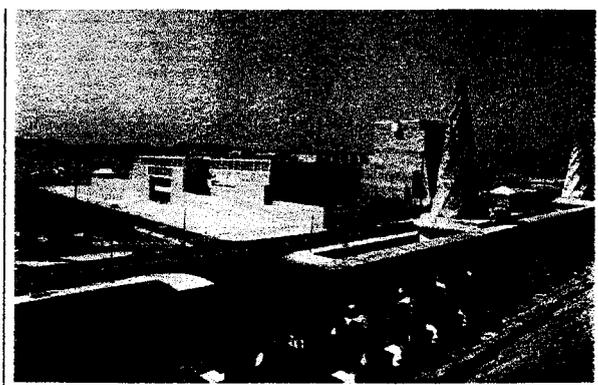
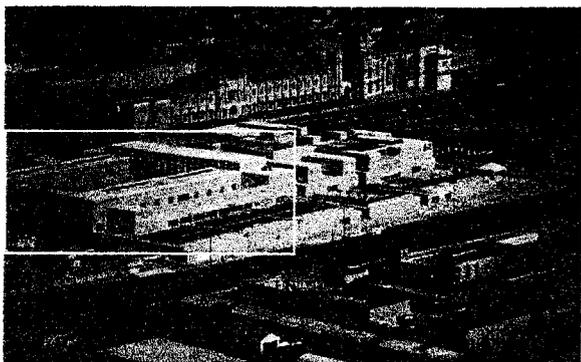
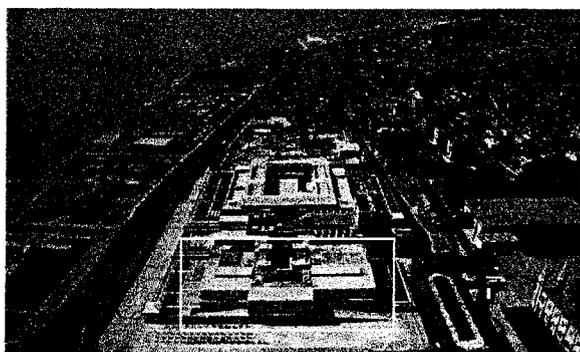
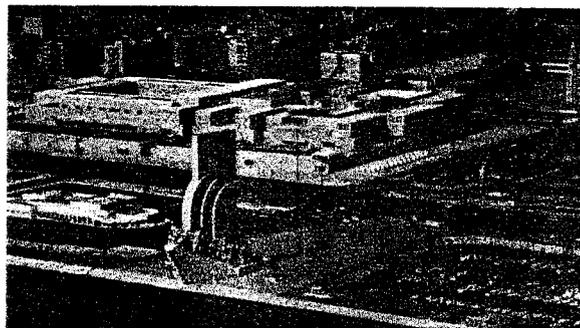


Foto 10: EMP 1940 - Pavilhão de Portugal e Brasil e CCB - vista a partir do Mosteiro dos Jerónimos - António Luiz GOMES, *Centro Cultural de Belém O Sítio - A Obra, Centro Cultural de Belém*, SGII, S. A., Lisboa, 1993





módulo 3



módulo 1



módulo 2

Foto 11: CCB - vistas gerais a partir de fotografia aérea - António Luiz GOMES, *Centro Cultural de Belém O Sítio - A Obra*, Centro Cultural de Belém, SGII, S. A., Lisboa, 1993. Construídos apenas o módulo 1, 2 e 3, faltando os módulos 4 e 5

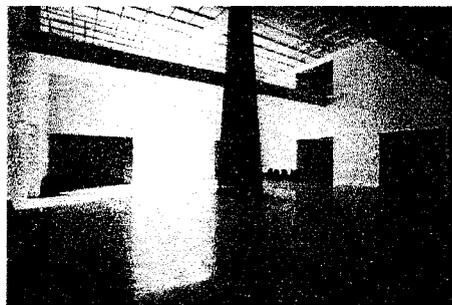


Foto 12: CCB - vistas de um aspecto interior do CCB - António Luiz GOMES, *Centro Cultural de Belém O Sítio - A Obra*, Centro Cultural de Belém, SGII, S. A., Lisboa, 1993